



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**

DANILO MELO DE MORAIS CARVALHO

EXPERIÊNCIAS JUVENIS EM CONTEXTOS DE VULNERAÇÃO

Salvador
2023

DANILO MELO DE MORAIS CARVALHO

EXPERIÊNCIAS JUVENIS EM CONTEXTOS DE VULNERAÇÃO

Tese de doutorado apresentada no Programa em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia. Linha de pesquisa: Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural, para obtenção do título de doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder.

Salvador
2023

C331 Carvalho, Danilo Melo de Moraes.

Experiências juvenis em contextos de vulneração /
Danilo Melo de Moraes Carvalho. – Salvador, 2023.
254 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder
Tese (doutorado) – Universidade do Estado da Bahia,
Departamento de Educação

1. Juventude. 2. Juventude - Problemas sociais - Brasil. 3.
Jovens - Educação. 4. Juventude e violência. 5. Juventude - Aspectos
sociais. I. Messeder, Marcos Luciano Lopes. II. Título.

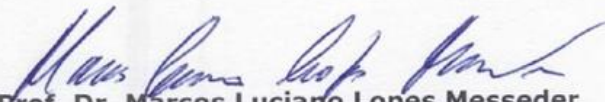
CDD 305.23

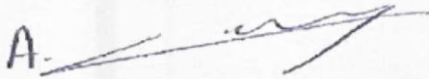
FOLHA DE APROVAÇÃO

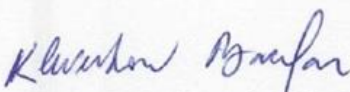
EXPERIÊNCIAS JUVENIS EM CONTEXTOS DE VULNERAÇÃO

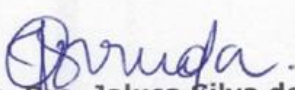
DANILO MELO DE MORAIS CARVALHO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC, em 27 de fevereiro de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

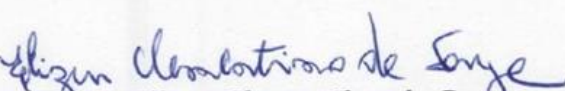

Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Sociologia e Antropologia
Universite Lumiere Lyon 2, U.LYON 2, França


Prof. Dr. Alain Lucien Louis Coulon
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Ciências da Educação
Université Paris 8 - Vincennes-Saint-Denis, PARIS 8, França


Prof. Dr. Kleverton Bacelar Santana
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Filosofia
Universidade de São Paulo, USP, Brasil


Profa. Dra. Jalusa Silva de Arruda
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil


Profa. Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Antropologia Social e Etnologia
École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França


Prof. Dr. Elizeu Clementino de Souza
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

A

*Miró e a Paru
Por tudo que foi ensinado a mim
Por tudo que silenciou em mim*

*Pelas lágrimas contidas
Pelos risos e dramas
Pela paciência e inquietação com o meu silêncio*

*Meus julgamentos contidos
Que de tanto silêncio
Coube mais do que se falasse*

Aprendizados para a vida

AGRADECIMENTOS

Encerrar este ciclo de doutoramento e relembrar do percurso de construção da tese é um exercício que perpassa pela memória do que só foi possível com a solidariedade das pessoas e das instituições que concederam acesso aos dados, mantidas em anonimato. Agradeço em primeiro lugar a minha mãe, que deixou o curso de pedagogia quando eu tinha poucos anos de vida e hoje me vê encerrando um ciclo que talvez ela gostaria de realizar e que, junto com meu pai, me estimulou a seguir. Em segundo lugar, agradeço a Adriana pelo amor, companhia e solidariedade intelectual neste trajeto em que aprendi muito com ela. Em terceiro lugar, agradeço a minha filha, Luna, pela compreensão e sinto pelos sacrifícios de alguns de nossos encontros nos últimos meses da escrita. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação da UNEB por acreditar na relevância do meu projeto e conceder a bolsa de pesquisa tão importante para enfrentar a situação de desemprego ao longo do doutoramento. Agradeço ao meu orientador, Marcos Luciano, por topar a orientação e trazer importantes provocações para a consolidação de minha autonomia. Agradeço aos componentes da banca de qualificação, professores, doutores, Alain Coulon (UFBA), Elizeu Clementino (UNEB), Kleverton Bacelar (UFBA) e Natanael Bomfim (UNEB), cujo cuidado e o rigor de cada um, nas críticas e sugestões, ajudaram muito no avanço do trabalho final. Como, infelizmente, tenho que manter o sigilo das instituições que colaboraram com a pesquisa, por questões éticas, agradeço a cada uma, especialmente pela autorização para uso do material do banco de dados agregado. Meu profundo agradecimento a Miró, por me deixar acompanhá-lo e por deixar fluir narrativas tão importantes para entendermos as experiências no contexto do Centro Histórico de Salvador. Ficarei mais agradecido se esta pesquisa tiver impacto na elaboração de políticas que previnam vulnerações de jovens vulnerados e vulneradas. Por fim, no eco do budismo que ainda resiste em mim, agradeço também àqueles e àquelas que, na descrença e desqualificação de minha persistência com a vida acadêmica, me motivaram a subverter as expectativas.

[...] higienizar as vias públicas e excluir dos centros urbanos todos os indivíduos que não se adequavam à nova ordem. Foi então desencadeada uma repressão sem tréguas a menores desvalidos, moleques de rua, mendigos e vadios.

Fraga Filho (1994, p. 222).

CARVALHO, D. M. M. *Experiências juvenis em contextos de vulneração*. Orientador: Marcos Luciano Lopes Messeder. 2023. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

Esta tese de doutorado é uma resposta ao objetivo geral de discutir quais experiências de jovens negros constituem a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração, a partir de uma abordagem qualitativa, iniciando com a realização da revisão bibliográfica de estados da arte sobre juventudes e vulnerabilidades, para entender lacunas, tendências e recomendações para a pesquisa em educação, parâmetro para a definição dos procedimentos metodológicos desta pesquisa. A discussão prévia dos conceitos operadores da pesquisa (juventude, experiência, contexto e vulneração) possibilitou o entendimento de seus potenciais usos nesta investigação, em especial a definição do conceito de vulneração, como mais adequado para abordar populações com vulnerabilidades efetivadas. A etapa empírica consistiu no acompanhamento de dois interlocutores pelo Centro Histórico de Salvador e também foram discutidas experiências juvenis a partir de um banco de dados agregado, com algumas anotações e relatório sobre a situação de jovens internados em uma comunidade terapêutica que os abrigava ilegalmente, bem como foram reunidos documentos que ajudam a minimizar as lacunas desses dados. Dentre as discussões dos dados de campo, destacam-se a ambiguidade da agência viril na “caça às gringas” como fissura nos modelos clássicos de crítica feminista ao lugar fixo de privilégio masculino nas dinâmicas heteronormativas, bem como a proposta do conceito de “arquitetura da vulneração” como dispositivo para evidenciar o caráter refratário da cidade, para jovens vulnerados e vulneradas, do Centro Histórico de Salvador. Na discussão sobre a comunidade terapêutica, foram destacados os retrocessos políticos multissetoriais que implicam o funcionamento das comunidades terapêuticas, um dispositivo de desarticulação da atenção integral juvenil. Após a discussão sobre as experiências juvenis, é apresentado o contraste entre elas e o aporte histórico e filosófico (Agamben, 2004; Foucault, 1998; Mbembe, 2016) desta pesquisa, na intenção de discutir contextos, em suas camadas mais amplas, no âmbito macrossocial, porém enraizadas nas experiências juvenis. Sem a aproximação com a história do Brasil pós-abolição da escravatura e sem a aproximação ao problema do racismo como dispositivo de exercício do poder colonial, como discutido por Fraga Filho (1994), Paulino e Oliveira (2020) e Arruda (2020) as contribuições filosóficas não passariam de meros dispositivos teóricos de colonização interpretativa que nos distanciariam do entendimento das especificidades de nossos problemas, enquanto estado de direito seletivo, atualizador de antigas formas de segregação racial e econômica de jovens negros(as) e pobres.

Palavras-chave: juventude; vulnerabilidade; educação.

CARVALHO, D. M. M. *Youth experiences in vulnerable contexts*. Advisor: Marcos Luciano Lopes Messeder. 2023. 254 f. Thesis (Doctorate in Education) – Programa em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

This doctoral thesis is a response to the general objective of discussing which youth experiences constitute vulnerable contexts, based on a qualitative approach, starting with the meta state of the art of research on youth and vulnerabilities, to understand gaps, trends and recommendations for research in education, parameter for defining the methodological procedures of this research. The previous discussion of the concepts operating in the research (youth, experience, context, and vulnerability) made it possible to understand their potential uses in this investigation, particularly the definition of the concept of vulnerability, as the most adequate to address populations with effective vulnerabilities. The empirical stage consisted of accompanying two interlocutors through the Historic Center of Salvador and youth experiences were discussed based on an aggregated database, with some notes and a report on the situation of young people interned in a therapeutic community, which housed them illegally, as well as, documents were gathered that help to minimize the gaps in this data. Among the discussions of field data, the ambiguity of the virile agency in the “hunting of gringas” stands out as a fissure in the classic models of feminist criticism of the fixed place of male privilege in heteronormative dynamics, as well as the proposal of the concept of “architecture of vulneration” as a device to highlight the refractory character of the city, for vulnerable young men and women, in the Historic Center of Salvador. In the discussion about the therapeutic community, the multisectoral political setbacks that imply the functioning of therapeutic communities were highlighted, a device that dismantles comprehensive youth care. After the discussion about youth experiences, the contrast between them and the historical and philosophical (Agamben, 2004; Foucault, 1998; Mbembe, 2016) contribution of this research, with the intention of discussing contexts, in their broader layers, in the macro-social scope, but rooted in youth issues. Without approaching the history of Brazil after the abolition of slavery and without approaching the problem of racism as a device for exercising colonial power, as discussed by Fraga Filho (1994), Paulino and Oliveira (2020) and Arruda (2020), the philosophical contributions would be mere theoretical devices of interpretive colonization that would distance us from understanding the specificities of our problems, as a selective state of law, updating old forms of racial and economic segregation of black and poor young people.

Keywords: youth; vulnerability; education.

RESUMEN

CARVALHO, D. M. M. *Experiencias juveniles en contextos de vulnerabilidad*. Asesor: Marcos Luciano Lopes Messeder. 2023. 254 p. Tesis (Doctorado en Educación) – Programa em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023.

Esta tesis doctoral responde al objetivo general de discutir qué experiencias de jóvenes negros constituyen la calle y la comunidad terapéutica como contexto de vulnerabilidad, a partir de un enfoque cualitativo, de una revisión bibliográfica del estado del arte sobre juventud y vulnerabilidades, para comprender vacíos, tendencias y recomendaciones para la investigación en educación, parámetro para definir los procedimientos metodológicos de esta investigación. La discusión previa de los conceptos que operan en la investigación (juventud, experiencia, contexto y vulnerabilidad) permitió comprender sus usos potenciales en esta investigación, en particular la definición del concepto de vulnerabilidad, como más apropiado para abordar poblaciones con vulnerabilidades reales. La etapa empírica consistió en el seguimiento de dos interlocutores a través del Centro Histórico de Salvador y también se discutieron experiencias juveniles a partir de una base de datos agregada, con algunas notas y un informe sobre la situación de jóvenes mantenidos en una comunidad terapéutica que los albergaba ilegalmente, además como documentos que ayudan a minimizar las lagunas en estos datos. Entre las discusiones sobre datos de campo, la ambigüedad de la agencia viril en la “caza de extranjeras” destaca como una fisura en los modelos clásicos de crítica feminista del lugar fijo del privilegio masculino en la dinámica heteronormativa, así como la propuesta del concepto de “arquitectura de la vulneración” como dispositivo para resaltar el carácter refractario de la ciudad, para los jóvenes en situación de vulnerabilidad, en el Centro Histórico de Salvador. En la discusión sobre la comunidad terapéutica se resaltaron retrocesos políticos multisectoriales que implican el funcionamiento de las comunidades terapéuticas, un dispositivo de desarticulación de la atención integral a la juventud. Luego de discutir las experiencias juveniles, se presenta el contraste entre ellas y el aporte histórico y filosófico (Agamben, 2004; Foucault, 1998; Mbembe, 2016), con la intención de discutir contextos, en sus capas más amplias, dentro del ámbito macrosocial, pero arraigado en experiencias juveniles. Sin abordar la historia de Brasil después de la abolición de la esclavitud y sin abordar el problema del racismo como dispositivo de ejercicio del poder colonial, como lo discuten Fraga Filho (1994), Paulino y Oliveira (2020) y Arruda (2020), los aportes filosóficos no serían más que meros dispositivos teóricos de colonización interpretativa que nos alejarían de la comprensión de las especificidades de nuestros problemas, como un estado de derecho selectivo, que actualiza viejas formas de segregación racial y económica de los jóvenes negros y pobres.

Palabras clave: juventud; vulnerabilidad; educación.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRASME	Associação Brasileira de Saúde Mental
AMEA	Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental do Estado da Bahia
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados da Assistência Social
CTs	Comunidades Terapêuticas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
INNPD	Iniciativa Negra por Uma Nova Política de Drogas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LANPUD	Rede Latino-Americana e Caribenha de Pessoas que usam Drogas
NESM	Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios
PBPD	Plataforma Brasileira de Política de Drogas
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
RENFA	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SENAPRED	Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SJDHDS	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SUPRAD	Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura de cobertura e a área abrigada do Aquidabã antes da reforma	94
Figura 2 – Tetos dos quiosques do Aquidabã onde dormiam algumas pessoas	99
Figura 3 – Cacos de vidro colocados sobre local usado por população em situação de rua para repousar, comer, defecar ou usar drogas, na Travessa do Gabriel, no bairro Dois de Julho, em Salvador, Ba	125
Figura 4 – Cactos colocados para repelir população em situação de rua no viaduto da Av. Santa Rita com a Av. Reitor Miguel Calmon, em Salvador, Ba	126
Figura 5 – Cactos removidos parcialmente por população em situação de rua e convertido em cerca viva, no viaduto da Av. Santa Rita com a Av. Reitor Miguel Calmon, em Salvador, Ba	127
Figura 6 – Grades para fechar a Praça da Piedade, na Av. 7 de Setembro, em Salvador, Ba	128
Figura 7 – Grades para fechar a Praça do Campo Grande, na Av. 7 de Setembro, em Salvador, Ba	128
Figura 8 – Bolas de concreto colocadas embaixo do viaduto que fica ao lado do Shopping Orixás Center, na Rua Direita da Piedade, em Salvador, Ba	129
Figura 9 – Bolas de concreto colocadas próximo ao “Pela Porco”, sobre o passeio do lado oposto à Feira das Sete Portas, onde geralmente ficam os moradores e as moradoras de rua, em Salvador, Ba	130
Figura 10 – Resultado da “requalificação” do Aquidabã	133
Figura 11 – Evolução histórico dos pagamentos	163

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ESTADOS DA ARTE SOBRE JUVENTUDE E VULNERABILIDADE	24
2.1 OS ESTADOS DA ARTE SOBRE JUVENTUDE E VULNERABILIDADE	24
3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	50
4 PRESSUPOSTOS TEÓRICO	66
4.1 EXPERIÊNCIA, CONTEXTO E REGRAS	68
4.2 VULNERAÇÃO	74
5 EXPERIÊNCIAS JUVENIS	81
5.1 NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR	81
5.1.1 A aula de instrumentos da capoeira, a roda e o mestre	82
5.1.2 “Nenhuma mulé”	88
5.1.3 “Perdeu, pivete!”	91
5.1.4 “Vou ali comer”	92
5.1.5 “Altas viatura já me abordou”	100
5.1.6 O albergue	102
5.1.7 “Amor verdadeiro”	104
5.1.8 “Vazá daqui”	107
5.1.9 “Caça gringa”	109
5.1.10 “A gringa”	121
5.1.11 Arquitetura da vulneração	122
5.2 NA COMUNIDADE TERAPÊUTICA	135
5.2.1 As anotações das entrevistas	139
5.2.2 O relatório	150
5.2.3 O balanço do financiamento público de comunidades terapêuticas, de 2017 a 2020	156
5.2.4 O caso da comunidade terapêutica, Fundação Dr. Jesus	161
5.2.5 Nota de repúdio ao financiamento público do estado da Bahia, para acolhimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em comunidades terapêuticas	166
5.2.6 Nota de repúdio contra o repasse de verbas públicas às comunidades terapêuticas, da associação brasileira de saúde coletiva (ABRASCO)	175

6 CONTRASTES ENTRE TEORIAS E OS CONTEXTOS DE VULNERAÇÃO	177
6.1 AS EXPERIÊNCIAS JUVENIS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR	178
6.1.1 A experiência do amor verdadeiro	178
6.1.2 “Caça gringa” e a masculinidade retraída	180
6.1.3 Arquitetura da vulneração	187
6.2 CONTRASTES TEÓRICOS COM O CONTEXTO DA COMUNIDADE TERAPÊUTICA	192
6.2.1 A exceção como regra do ordenamento jurídico	217
7 RESULTADOS DA PESQUISA	224
7.1 DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ESTADOS DA ARTE SOBRE JUVENTUDE E VULNERABILIDADE	224
7.2 DOS PRESSUPOSTOS	226
7.3 DOS DADOS OBTIDOS	227
7.4 DO REFERENCIAL TEÓRICO	231
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
REFERÊNCIAS	239
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP – 5353961	248

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é inspirada em inquietações que foram surgindo no decurso de atividades laborais que exerci junto a jovens (meninos e meninas) em situação de vulneração¹. Na condição de pedagogo, pude observar práticas educativas fora das instituições integrantes do sistema educacional escolar. Nesse sentido, faço a seguir uma breve biografia para contextualizar parte de minha trajetória que inspira o contexto da pesquisa, para em seguida apresentar os elementos que compõem a tese.

Inicialmente, como pedagogo, atuei na implantação da primeira Unidade de Acolhimento Infantojuvenil² da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) de Salvador, entre 2014 e 2016, em seguida, atuei como supervisor de equipe do Programa Corra Pro Abraço³ da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, em 2017, e participei de ações voltadas para a atenção integral a jovens em situação de vulnerabilidade, tanto na Defensoria Pública do Estado da Bahia, em 2018, quanto no Ministério Público Estadual.

Em 2015 apresentei trabalho científico⁴ (Carvalho, 2015) sobre o assunto, no IV Colóquio Nacional Michel Foucault⁵, produto da especialização *lato sensu* que fiz, sobre

¹ O conceito de “vulneração”, que em linhas gerais significa vulnerabilidade efetivada na experiência de indivíduos ou grupos, é mais adequado para tipificar os contextos de estudo desta pesquisa e essa discussão será aprofundada nos pressupostos teóricos para justificar a pertinência deste conceito para esta pesquisa, mais que o de “vulnerabilidade”, que se refere à suscetibilidade a qualquer sofrimento, subtração ou morte, inerente a todo e qualquer ser vivo.

² A Portaria nº 121/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, orienta para a implantação da Unidade de Acolhimento Infantojuvenil, como definido em seu Art. 1º: “Fica instituída a Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (Unidade de Acolhimento), no componente de atenção residencial de caráter transitório da Rede de Atenção Psicossocial.” O objetivo do dispositivo do SUS é definido no Art. 2º, § 1º: A Unidade de Acolhimento tem como objetivo oferecer acolhimento voluntário e cuidados contínuos para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em situação de vulnerabilidade social e/ou familiar e que demandem acompanhamento terapêutico e protetivo.”

³ O texto a seguir foi retirado do *site* do Programa, no dia 17 de setembro de 2022: “O Programa Corra pro Abraço é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, através da Superintendência de Política sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (Suprad) da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), que tem como objetivo promover cidadania e garantir direitos de pessoas que fazem uso abusivo de drogas em contextos de vulnerabilidade, ou afetadas por problemas relacionados a criminalização das drogas. Baseado nas estratégias de Redução de Danos físicas e sociais, o Programa aproxima seus beneficiários das políticas públicas existentes, uma vez que o estigma e as desigualdades interferem em suas capacidades de busca, acesso e acolhimento pelos serviços públicos, prioritariamente nas áreas de saúde, assistência social, educação e justiça”. Ver em: <https://corraproabraco.ba.gov.br/o-corra/>.

⁴ O artigo apresentado no Colóquio teve como título: “Análise de implantação de abordagem de atenção integral aos adolescentes usuários de substâncias psicoativas: inspirações foucaultianas” e nele discuti a insuficiência de orientações técnicas com base na portaria de um serviço não proibicionista em relação ao uso de drogas, os dilemas morais entre residentes e trabalhadores do serviço e a insuficiência da avaliação de procedimentos técnicos, apontando como abordagem importante a análise de implantação da Unidade de Acolhimento Infantojuvenil enquanto caminho adequado ao olhar crítico que deve ser dirigido à qualidade das relações interpessoais e sua coerência com a proposta do serviço.

⁵ Entre 2 e 4 de setembro de 2015 aconteceu o IV Colóquio Nacional Michel Foucault, tendo como tema os “40 anos de publicação do livro Vigiar e punir e nascimento da prisão, como eixo norteador, fazendo desta obra um

Cuidado Integral a Usuários de Substâncias Psicoativas, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), concluída em 2016. Em 2018 tive um projeto chamado Oxerê aprovado no Edital nº 11/1016, Setorial de Culturas Identitárias da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, com o objetivo de realizar formação em direitos da juventude para jovens em situação de vulnerabilidade do Centro Histórico de Salvador, através de oficinas de Rap, Break e Grafite e com rodas de conversa mediadas por Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado da Bahia e representantes de movimentos sociais do contexto antirracista e antiproibicionista, considerando a predominância de jovens negros e negras que frequentaram o projeto.

Ao longo deste período, entre 2016 e 2018, realizei palestras sobre atenção integral a jovens usuários de drogas; estas foram realizadas na universidade e no contexto das equipes da Rede de Atenção Psicossocial, como pode ser visto no meu Currículo Lattes. Também atuei, pelo Coletivo Balance⁶, como redutor de danos a usuários de substância psicoativa em festivais de música eletrônica, a partir de práticas de orientação para a prevenção do uso abusivo e inadequado de substâncias psicoativas, bem como suporte clínico em equipe multidisciplinar.

Todas estas experiências possibilitaram aproximações aos contextos empíricos e teóricos sobre atenção integral infantojuvenil, política de drogas, proibicionismo e antiproibicionismo, redução de danos e acima de tudo, a abordagem social e antropológica do problema do uso e abuso de substâncias psicoativas em contextos de vulnerabilidade, semelhantes aos discutidos nesta pesquisa.

Uma das situações do contexto de jovens em situação de vulneração que motivaram esta pesquisa foi quando, em 2016, circulando pela Praça da Sé, em uma tarde do Centro Histórico de Salvador, observava dois jovens em situação de rua dialogando sobre um terceiro que vinha caminhando – bambo, de olhar semicerrado, a passos arrastados, em direção aos dois.

Oi, que desgraça! depois que começou a tomar remédio do CAPS que o médico deu pra parar de fumá maconha não faz mais o corre com nós! parece um duente! presta pa nada pivete! Não pede dinheiro, não cata latinha e fica babano nas idea. Sou mais quando fumava com nós. Vô pro CAPS não cêro, pra ficar assim... Chamei pra cumê o viado da Barra e nem fudê qué mais! (Correria)⁷.

aporte para discussões em torno de seu legado em diferentes campos do saber, assim como sua fecundidade para problemáticas do presente.” Trecho aspeado retirado do site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no dia 17 de setembro de 2022, no seguinte link: <https://www.anped.org.br/news/iv-coloquio-nacional-michel-foucault-o-ronco-surdo-da-batalha-40-anos-de-vigiar-e-punir-02>.

⁶ Na lista de referência, ver Andrade (2009).

⁷ Nome fictício atribuído ao jovem, desconhecido pelo pesquisador.

O outro que estava ao lado balançou a cabeça expressando concordância e, com um sorriso de canto de boca, olhava para o colega chegando, bambo e disse: “*é idea! Castelêi, pivete...*”⁸.

Essa situação me fez pensar no quanto noções como: “acolhimento”, “tratamento” e “educação” podem guardar contradições que só se evidenciam nos contextos de quem experimenta as suas ambiguidades. A partir da minha atuação como técnico no contexto da atenção a jovens em situação de vulnerabilidade, obtive indícios de como diferentes sujeitos e dispositivos institucionais incidiram sobre as experiências juvenis, ouvindo suas conversas. O frequente silenciamento de jovens vulnerados(as), sobre suas experiências nesses espaços dispersos inter-institucionalmente, impossibilita a evidência dos contextos que se apresentam a esses indivíduos.

Eis que a necessidade de evidenciar esses contextos a partir da descrição juvenil é um ponto de partida interessante para utilizar a pesquisa científica como forma de explicitar estas experiências, escondidas dos olhos de quem deveria ver – como a sociedade civil, as Defensorias Públicas, o Ministério Público, os Movimentos Sociais, dentre outros agentes supostamente interessados –, para efetivar a promoção de direitos aos que mais precisam.

São conhecidas as críticas à psicologização, biologização e tecnificação presentes na história da escolarização, especialmente no que diz respeito às práticas disciplinares e a patologização da conduta de jovens em situação de vulneração, como discutido na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade desta pesquisa (Corti, 2002; Stengel; Dairell, 2017; Takeiti; Vicentin, 2015). Obviamente que não se trata de essencializar escolas ou a educação escolar a partir dessa caracterização, mas de discutir o que as pesquisas sobre juventudes e vulnerabilidades apontam como lacunas e avanços na pesquisa em educação sobre juventudes e vulnerabilidades.

Tal avanço implica em superar a tendência da pesquisa no campo educacional, na interface entre juventude e vulnerabilidade, em reduzir a experiência juvenil aos aspectos pedagógicos e aos processos de ensino e aprendizagem escolar (Sposito, 2002b, 2003), a partir de uma sociologia enraizada, para entender pertencimentos, afetos, perspectivas de vida e redes de conhecimentos, que constituem lugares de aprendizagem juvenil (Sposito; Tarábola, 2017).

A importância de entendermos as experiências que constituem os contextos estudados nesta pesquisa se justifica pela necessidade de avançar teoricamente, em educação, na pesquisa

⁸ Em várias situações observadas a expressão “é idea” significa que há concordância com a ideia pronunciada entre os interlocutores e quando a eficácia da “idea” é confirmada na percepção da realidade, a palavra “castêlei”, significaria que há uma comunhão de entendimento, de sentido compartilhado, sobre determinada situação.

sobre jovens em situação de vulnerabilidade e pela necessidade de orientar políticas públicas que representem os interesses juvenis, definidos, se não com a sua participação representativa, com base em pesquisas qualitativas que ajudem a contextualizar as situações de vulneração, em vistas do seu melhor enfrentamento.

As vulnerações que implicam no genocídio juvenil no Brasil tiveram mais evidência no contexto atual a partir da publicação do Atlas da Violência (IPEA, 2017, 2018, 2019, 2020), e há indícios de piora diante de discursos governamentais norteados pelo ímpeto da criminalização do uso e comércio de substâncias psicoativas, incentivo ao porte de armas, redução da maioria penal e encarceramento enquanto ideias orientadoras de políticas públicas para juventudes vulneradas, com abordagem militarizada e moralizante. Acompanhar as experiências de vulneração juvenil é um caminho necessário para quem as considera fundamentais para apresentarem as regras e práticas que sustentam as experiências e os contextos vividos.

Dada a circunstância da atual conjuntura política e social brasileira, que vem recuando frentes aos direitos humanos, de políticas reparatórias, de distribuição de renda e de promoção da igualdade, a análise das condições dos grupos em situação de vulneração, pelo contexto social e pela situação imposta pela pandemia, faz-se necessária enquanto prática científica de monitoramento das tendências sociais contemporâneas para responder aos problemas da juventude, especialmente daqueles que supostamente estão no ponto cego gerado pelo senso comum, social e acadêmico, sobre a sua condição de vida e posicionamento individual.

Discursos a favor da redução da maioria penal, travados desde 2015, o enfoque em um modo de ensino mais tecnicista que humanista, a proposta de redução da criminalização das ações policiais em situação de morte ou lesão corporal, dentre outras propostas contidas no “pacote anticrime” que foi discutido no âmbito do governo federal, são indícios de um horizonte sombrio que precisa ser compreendido para a transformação do presente e do futuro.

A cerca da atuação da Frente Parlamentar Evangélica, conhecida popularmente como *bancada evangélica*, Tadwal (2015)⁹ afirma que o que estamos vivendo não é a hegemonização dos valores cristãos enquanto nova orientação da população brasileira, mas, sim, a sua maior

⁹ “Todas essas questões repercutem certo *ethos* conservador tipicamente cristão há muito enraizado na nação. Por isso é que a presença dos evangélicos na política chama tanto a atenção da sociedade nacional nos últimos tempos, oferecendo à nação uma chance especial de se defrontar com seu histórico limite social causado pelo conflito entre o ideal de pluralidade e a moral conservadora, por conseguinte, um conflito inerente à sua própria identidade. Talvez inédito em tais proporções, a atual ampliação das políticas de identidade e a decorrente visibilidade de outras identidades nacionais têm forçado o *ethos* conservador do país a se mostrar diante da nação, algo que ele pouco precisou fazer ao longo dos tempos devido ao seu forte enraizamento e subsequente naturalização” (Tadwal, 2015, p. 269).

evidência relativa às pautas que radicalizaram o princípio democrático nos últimos anos, no âmbito das políticas públicas, fruto do progressivo fortalecimento de instituições representantes das minorias nacionais.

Nesta direção, as descrições juvenis das experiências na rua e na comunidade terapêutica, que são discutidas nesta tese, ajudarão no entendimento de como se constituem contextos de vulneração. Este exercício de compreensão, caro à pedagogia e ao campo da pesquisa em educação, coloca-nos diante do desafio de discutir processos educativos que estão aquém e além do ensino e aprendizagem escolares (Corti, 2002; Sposito, 2002b, 2003), um exercício que nos remete às bases antropológicas e sociológicas da aprendizagem, mais que às bases da psicologia da educação.

Discutindo as abordagens sociológicas contemporâneas da educação, Sposito (2003) propõe uma perspectiva não escolar do estudo da escola, situando-se em um movimento que defende que a sociologia da educação não deve virar a sociologia da escola e que os estudos de outras práticas socializadoras podem oxigenar o campo da pesquisa em educação, em especial da sociologia aplicada à educação, como prática social ampla e não só escolar. A perda do monopólio da função da escola e a crise dos modelos clássicos de explicação sociológica funcionalistas, estruturalistas e crítico-reprodutivistas dos processos educativos abrem brechas para buscarmos no cotidiano, e em suas formas de sociabilidade, explicações para os fenômenos sociais da pesquisa e para a atualização e especificação de nossas discussões teóricas.

Considerando que jovens em situação de vulneração geralmente estão à margem ou fora do sistema escolar, para uma pesquisa sobre juventude, o contexto extraescolar¹⁰ torna-se fundamental para entendermos a situação dos que geralmente estão privados de escolarização ou de escolarização de qualidade, quando acessam.

Esta pesquisa, portanto, é qualitativa, dada a importância de observar, escutar as interações e as práticas produzidas pelos(as) jovens em situação de rua e pela análise de documentos sobre experiências juvenis nas comunidades terapêuticas, a serem mais bem apresentadas na seção sobre experiências juvenis, com base em banco de dados agregados e em registros de observação participante de interação de jovens no Centro Histórico de Salvador e

¹⁰ “Mas, apontando perspectivas mais favoráveis para esse tipo de pesquisa, observa-se o reconhecimento da força de elementos externos na vida da instituição escolar, modelando parte de sua crise. Sob o ponto de vista dos jovens e adolescentes, além da família e da mídia, a denominada força da “cultura de rua” derivada das relações de amizade no bairro passa também a ser considerada. Se o entorno da escola acaba interferindo na vida escolar e a sua permeabilidade aos processos externos se torna mais evidente, um conjunto de nexos estabelecidos deve, ao menos, ser submetido à pesquisa e à interrogação sobretudo quando se considera a importância da socialização no grupo de pares” (Sposito, 2003, p. 221).

outras extensões, geradas pelo acompanhamento dos interlocutores por outros territórios de referência.

Reconhecendo os efeitos danosos do enviesamento moral do senso comum acadêmico e das relações do cotidiano sobre experiências de jovens em situação de vulneração, esta pesquisa é uma tentativa de responder à seguinte pergunta: que experiências de jovens negros constituem a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração? Enquanto desdobramento da pergunta, foi estabelecido o objetivo geral de caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração. Neste sentido, foram estabelecidos três objetivos específicos, a saber: 1) Descrever as experiências juvenis em contextos de vulneração; 2) Mapear e descrever as práticas e regras que configuram tais experiências; 3) Estabelecer contrastes entre as análises sociológicas juvenis e as discussões teóricas mobilizadas na investigação, em coerência com os problemas descritos no campo empírico.

A descrição das experiências de jovens negros que constituem a rua e a comunidade terapêutica, enquanto contextos de vulneração (objetivo específico 1), perpassa a revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventudes e vulnerabilidades, mas ocupa lugar central na seção sobre experiências juvenis na comunidade terapêutica e no Centro Histórico de Salvador, bem como aparece na seção sobre contrastes teóricos, na medida em que são discutidas referências históricas da produção da juventude pobre, após a abolição da escravatura no Brasil, como paradigma social para pensarmos vulnerações atualizadas. O mapeamento de regras e práticas (objetivo 2), que servem de referência para caracterizar tanto o contexto da comunidade terapêutica quanto do Centro Histórico de Salvador enquanto contextos de vulneração, deu-se na própria discussão das experiências juvenis, na medida em que através delas é que foi possível confirmar tal caracterização.

Os contrastes teóricos (objetivo 3), que ajudam a caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração, apresentam algumas possibilidades de ampliação para descrever contextos, em suas camadas mais amplas de influências sobre os sujeitos da pesquisa no âmbito macrossocial, porém, enraizadas nas questões juvenis trazidas nos contextos da pesquisa. Este exercício consistiu em buscar, em conceitos e teorias, elementos para extrapolar, complementar ou até questionar interpretações construídas no contexto empírico e no âmbito da teoria.

A pouca dedicação do campo da pesquisa educacional às experiências juvenis em contextos de vulneração é discutida na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade desta investigação e as produções nela discutidas foram associadas à

efetivação das vulnerabilidades, a reforços de estigma, ao tratamento da juventude pelo viés assistencial, à vinculação entre pobreza e criminalidade, à patologização de condutas a partir de abordagens centradas na psicologia e distantes das ciências sociais e da história.

A revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade no campo da educação consistiu no levantamento de artigos no SciELO e no Google Acadêmico, com os descritores “juventude”, “adolescência” e “vulnerabilidade”, em busca de tendências, críticas, lacunas apontadas e indicação de avanços nas pesquisas. Considerando o número significativo de artigos de estados da arte sobre juventudes nos anos de 2002, 2009, 2013, 2015, 2017, 2018 e 2019, a escolha foi pela construção de uma revisão bibliográfica dos textos encontrados, supondo ser desnecessário refazer este trabalho, além de ser deselegante ignorar o feito. O processo que levou a essa decisão será mais bem descrito na seção 3, dedicada às discussões teórico-metodológicas.

O isolamento do campo da pesquisa em educação, em relação às demais ciências humanas, (Sposito, 2009) e a falta de pesquisas para conhecer as complexidades do contexto juvenil, configurando o que chamei de “reducionismo pedagógico”, bem como o problema da escassez de pesquisas em educação voltadas para modos de vida e cultura juvenil foram problemas apontados na revisão bibliográfica dos estados da arte, cuja sugestão é a busca de maior aporte histórico, sociológico e antropológico para as pesquisas sobre juventudes e vulnerabilidade no campo da educação e, por que não, como proponho, a busca do aporte da filosofia política.

Inspirado em recomendações teóricas e metodológicas da revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade, na intenção de superar lacunas mencionadas anteriormente, é apresentada a seção dedicada aos procedimentos teórico-metodológicos desta pesquisa, inspirada nas microssociologias, em especial na etnometodologia, como aporte sociológico de orientação. Sendo assim, as contribuições de Garfinkel (1990, 2002, 2018), Lapassade (2005) e Coulon (2017) foram fundamentais, no que diz respeito à expectativa de condições ideais de imersão etnometodológica em campo e para a necessidade de dar centralidade às trocas simbólicas juvenis, na descrição de contextos de vulneração.

Após os procedimentos teórico-metodológicos, dentro da seção dedicada aos pressupostos teóricos, é apresentada a discussão conceitual sobre vulneração, experiência e contexto, na tentativa de explicitar o arranjo conceitual aproximativo ao campo empírico, que orienta esta pesquisa. A definição prévia dos conceitos operadores da questão da pesquisa (juventude, experiência, contexto e vulneração) possibilitou o entendimento dos problemas e dos potenciais usos desses conceitos nesta investigação. O conceito de juventude, entendido em

sua dimensão histórica e de maior uso no âmbito das ciências sociais, possibilitou o entendimento de sua opacidade e impossibilidade de abarcar especificidades dos contextos de vulneração.

O conceito de experiência foi tomado, ao mesmo tempo, enquanto aquilo que se passa com o sujeito (ainda inexplicável), arrebatando-o e enquanto aquilo que ele traz de tipificação de experiências vividas (aprendizagens). A dimensão descritiva da experiência foi fundamental para a construção do objetivo da pesquisa. A breve discussão sobre o conceito de contexto foi importante para entendermos a relação ambígua de determinação inicial entre ele e as experiências juvenis, tomadas enquanto definidoras daquele.

Valorizar o raciocínio sociológico juvenil para entender contextos de vulneração só foi possível tomando as experiências juvenis como ponto de partida descritivo, mesmo considerando as determinações do contexto, que limitam, induzem, guiam condutas juvenis. Nesta direção, o conceito de contexto foi considerado tanto de maneira estrita, imediata, presente na descrição juvenil quanto de maneira abrangente, enquanto contexto ampliado, sendo que no estrito foi possível verificar a situação social das interações, os participantes envolvidos, as práticas envolvidas e as regras engendradas.

O fato de o discurso ser uma atividade que é também condicionada pelo contexto justificou a importância de contrastes teóricos que tiveram função provocadora das interpretações juvenis e das minhas, enquanto pesquisador. Na seção dos pressupostos teóricos, está justificada a escolha do termo vulneração para definirmos o contexto desta pesquisa, marcado por situações de desigualdades que transformam a potência da vulnerabilidade em vulnerabilidade efetivada, ou seja, a vulneração. O uso da palavra vulneração ajuda a especificar indivíduos e grupos mais suscetíveis e por isso é um termo mais adequado.

Após a discussão dos pressupostos, é apresentada a seção sobre experiências juvenis, tanto no contexto da comunidade terapêutica quanto no contexto do Centro Histórico de Salvador. A faixa etária dos dois interlocutores jovens, capoeiristas, o que vivia no Centro Histórico de Salvador (Miró) e o do Sul da Bahia (Paru) estava situada entre 18 e 23 anos, em consonância com as referências do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). A idade exata de cada interlocutor foi omitida por medida de segurança contra a identificação. O Pacêro, um dos interlocutores de Miró, era adulto e tinha aproximadamente 55 anos e estava em situação de rua.

As informações geradas junto aos interlocutores do Centro Histórico de Salvador consistiram em relatos de observação participante e transcrição de gravações com interações

juvenis, nas quais foi possível observar as situações e recolher as descrições dos interlocutores sobre as situações vividas nos contextos de circulação em campo.

O banco de dados agregado, objeto de análise documental, consistiu em um conjunto de documentos que foram cedidos por uma instituição que atuou no processo de investigação de uma comunidade terapêutica acusada de abrigar ilegalmente pessoas jovens em situação de vulnerabilidade e ainda privá-las de seus direitos. Tais documentos consistem em um conjunto de anotações de uma das pessoas da equipe técnica, sobre as entrevistas com jovens que estavam em situação de internação na instituição, além do plano de ação e relatório de contextualização dos problemas que levaram jovens para a internação, ambos elaborados pela equipe técnica.

Além dos dados primários mencionados, foram anexados ao banco de dados documentos jornalísticos, notas de repúdio contra a agência das comunidades terapêuticas e documentos com efeito de ordenamento jurídico para a internação de jovens em uso de drogas e situação de vulneração. O uso desses documentos auxiliou na caracterização das comunidades terapêuticas enquanto contexto de vulneração, em suas camadas de articulação com interesses econômicos, corporativos e com a agência do próprio Estado.

Após a discussão das experiências juvenis, é apresentada a seção chamada de “contraste”, para realizar ampliações na interpretação e descrição de contextos, em suas camadas mais amplas de influências sobre os sujeitos da pesquisa, no âmbito macrossocial, porém, coerentes com as questões juvenis trazidas nos contextos da pesquisa, o que justificou buscar, em conceitos e teorias, elementos para extrapolar, complementar ou até contradizer algumas percepções construídas neste percurso investigativo.

As discussões sobre “caça gringa” abriram pontos de ancoragem para contrastes com a antropologia do turismo, na qual são discutidas as dinâmicas de “masculinidades híbridas” (Cantalice, 2009) de jovens não brancos e pobres nos circuitos turísticos. A experiência da homofobia, a expressão da arquitetura de vulneração e a violência policial deixaram importantes pontos de ancoragem para contrastes com o diagnóstico das relações de poder na modernidade em Foucault (1988, 2009a) e a atualização da análise do biopoder nos conceitos de estado de exceção em Agamben (2002, 2004) e necropolítica em Mbembe (2016).

A discussão derivada da filosofia do sujeito, nutrida por estes três filósofos, possibilitou pensar o contexto das juventudes vulneráveis no Brasil a partir do paradigma da escravidão e da reorganização social que se iniciou após a abolição da escravatura, em função dos jovens referenciados na pesquisa serem negros e sofrerem vulnerações que representam atualizações do poder colonial e para a história das juventudes vulneráveis no Brasil.

Sem a aproximação com a história do Brasil no pós-abolição da escravatura e sem a aproximação ao problema do racismo como dispositivo de exercício do poder colonial, como discutido por Fraga Filho (1994), Paulino e Oliveira (2020) e Arruda (2020) as contribuições filosóficas não passariam de meros dispositivos teóricos de colonização interpretativa que nos distância do entendimento das especificidades de nossos problemas, enquanto Estado de direito seletivo, atualizador de antigas formas de segregação racial e econômica.

As lacunas desta tese não são poucas, mas destaco principalmente a pobreza do tempo de imersão no campo, que de alguma forma foi compensado pela densidade dos dados discutidos e pelos documentos agregados. A outra lacuna foi a ausência de interlocução com meninas, uma contingência do campo, cuja presença em situação de rua já é escassa, mas que possibilitou a descoberta mais específica do universo dos jovens e de pontes para discutir sobre masculinidades, sem excluir a experiência da homofobia na comunidade terapêutica como uma variante importante do tema.

Ainda em relação à qualidade dos dados, o fato de ter somente um interlocutor de referência no Centro Histórico de Salvador, em diálogo com seus pares, e de ter um relatório com poucos registros de trocas simbólicas juvenis, em relação à comunidade terapêutica, restringiu as possibilidades de cruzamento de mais descrições juvenis para conclusões mais representativas das experiências juvenis que constituem os contextos de vulneração aqui discutidos. Apesar desta restrição, as descrições juvenis acessadas parecem caracterizar suficientemente bem os contextos das experiências de vulneração enquanto tal, o que melhorou tanto com a agregação de outros documentos quanto com os contrastes teóricos mencionados.

Em relação às considerações finais, é possível afirmar que tanto o objetivo geral quanto os específicos foram alcançados, se considerarmos que foram feitas: 1) as descrições das experiências juvenis em contextos de vulneração; 2) as descrições das práticas e regras associadas às experiências juvenis discutidas; e 3) que os contrastes teóricos com as análises juvenis possibilitaram pensarmos as especificidades dos contextos do Centro Histórico de Salvador e a comunidade terapêutica como contextos de vulneração.

Tal alcance só foi possível com importantes desvios e adaptações que, a meu ver, converteram as contingências do campo, dadas as restrições impostas pela pandemia para uma imersão etnometodológica suficiente, em um maior rigor de contrastes com teorias que ajudaram na compreensão dos problemas pautados pelos interlocutores do campo do Centro Histórico e nos registros do banco de dados da comunidade terapêutica.

Se ainda persiste a questão sobre o que justifica a inserção desta pesquisa no âmbito da educação, ela é um sintoma de que seguimos nas sombras do reducionismo pedagógico, que

mantém a dicotomia entre educação escolar e sociabilidade, entre aprendizagem e experiência, entre educação como produto da cultura e a educação escolar. Trocar o termo “experiência” por “aprendizagem” para ter maior aderência discursiva ao campo educacional, reduzido à escolarização, seria a perda da oportunidade de expor o reducionismo pedagógico.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ESTADOS DA ARTE SOBRE JUVENTUDE E VULNERABILIDADE

Esta seção discute o que dizem os estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade no Brasil, sobre as experiências juvenis que constituem o que estou chamando de contextos de vulneração, com foco nas suas práticas e regras. Inicialmente, com os descritores “juventude” e “vulnerabilidade”, foram levantados, no SciELO e no Google Acadêmico, artigos de 2000 até 2020 e foram encontradas 11 publicações. A leitura dos artigos de estado da arte foi realizada, na expectativa de obter uma mirada panorâmica sobre o que dizem as pesquisas a respeito das experiências juvenis em contextos de vulneração, que apareciam principalmente a partir do termo “vulnerabilidade”, de uso predominante, sendo rara a aparição do termo “vulneração”.

2.1 OS ESTADOS DA ARTE SOBRE JUVENTUDE E VULNERABILIDADE

Os 11 artigos de estado da arte sobre juventude encontrados no levantamento advêm de áreas diferentes, com recortes temáticos relacionados ao tema da vulnerabilidade e da juventude, tais como os artigos da coletânea organizada por Sposito (2002a), cobrindo o período de 1980 a 1998 e abordando temáticas como a “juventude em educação” (Sposito, 2002b), “aspectos psicossociais de adolescentes e jovens” (Souza, 2002) e “adolescentes em processo de exclusão social” (Corti, 2002). Em 2009 é publicada mais uma coletânea de estado da arte sobre juventude, abarcando publicações do período de 1999 a 2006, organizada também por Sposito, a partir da qual foi lido um artigo de balanço geral sobre as publicações da coletânea, retratando tendências e lacunas importantes no campo, bem como mais um artigo sobre “adolescentes em processo de exclusão social”, ambos da mesma autora. Todos estes estados da arte anteriores foram produzidos no campo da educação, porém, a partir de publicações de diversas áreas, o que possibilitou alguma aproximação ao que se produz, por exemplo, no campo da psicologia, da sociologia e da antropologia, em relação ao campo da educação, no qual está inserido esta pesquisa.

Em 2013 foi publicado um estado da arte intitulado “Retratos da adolescência e da juventude nas pesquisas” no campo da saúde e da psicologia, cobrindo artigos publicados entre 2005 e 2008 e finalmente, em 2015, é publicado um artigo intitulado “Juventude, vulnerabilidades e violência” (Takeiti; Vicentin, 2015), abordando artigos, mais uma vez, da psicologia e da saúde, publicados entre 1998 e 2008. Em 2017 é publicado um artigo (Stengel; Dairell, 2017) discutindo sobre adolescência e juventude no campo da psicologia, a partir de

publicações de 2006 a 2011. No mesmo ano, no campo da educação, é produzido mais um estado da arte sobre “o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil”, a partir da análise de publicações de 1997 a 2017, apontando para problemas mais próximos de nossa conjuntura atual para a pesquisa em questão. Em 2018 é publicado mais um estado da arte (Negreiros *et al.*, 2018), sobre risco, vulnerabilidade e juventude, cobrindo publicações de 2000 a 2015 e em 2019, outro estado da arte (Prado; Pereira; Pegoraro, 2020) sobre juventude, com foco em criminalidade e território, a partir de publicações de 2006 a 2016.

Este conjunto de estudos apresenta um panorama interessante das implicações históricas sobre a compreensão do conceito de juventude, sua relação com o conceito de vulnerabilidade, bem como reflexões teórico-metodológicas (lacunas, avanços etc.) sobre as pesquisas dedicadas à temática, dando maior evidência às práticas, regras e aos contextos de vulneração juvenil, de interesse para esta pesquisa. Neste sentido, a discussão é apresentada em ordem cronológica, para mantermos o olhar atento ao efeito do tempo sobre as produções.

Iniciemos a discussão a partir dos três artigos da coletânea organizada por Sposito (2002a), cobrindo o período de 1980 a 1998. No primeiro, dedicado ao tema geral da “juventude em educação” Sposito (2002b, p. 7), apresenta a categoria “juventude” enquanto “epistemologicamente imprecisa”¹¹, dada a falta de consenso quanto a sua definição, sem falar nas nuances que tornam plurais as explicações sobre juventudes, com destaque para as singularidades, o que demandaria o estabelecimento, ainda que temporário, de critérios de aproximação à realidade social, como objeto de pesquisa.

Ao que interessa para a discussão em torno dos termos vulneração e vulnerabilidade, a autora pontua que nos trabalhos lidos sobre adolescentes em situação de exclusão social, esta imprecisão conceitual se manifesta nas diversas formas de denominar o público que “ora são menores carentes, trabalhadores de rua, meninos de rua, crianças excluídas, etc.” (Sposito, 2002b, p. 21). Nesta direção, chama atenção para o uso indiscriminado da palavra “exclusão”, como termo que mascara especificidades e multiplicidades de situações. A esse respeito, sempre desconfiei que a declaração de “inclusão social” fosse como se a exclusão social constituísse um espaço não social, o que mascara, ou negligência, sociabilidades que precisam ser miradas como inclusões sociais outras. A autora sugere que atentemos para o fenômeno das novas

¹¹ “De um lado, qualquer investigação em torno da produção de conhecimento exigiria, como pressuposto, a eleição de uma definição, ainda que provisória, do objeto de estudo, de modo a orientar os critérios de seleção. De outra parte, como afirma Mauger, para formular essa categorização inicial, as dificuldades não são desprezíveis, pois seria quase impossível recorrer a um uso do tema juventude que se impusesse de modo igual a todos os pesquisadores. Assim, se para ordenar fosse preciso recorrer a critérios comumente utilizados e se, de fato, é problemática a adoção desse mínimo já estabelecido, estaríamos diante de um impasse de difícil resolução” (Sposito, 2002b, p. 9).

desigualdades e para a processualidade que envolve as inserções sociais precárias, para evitarmos uma concepção estática da experiência juvenil.

Quanto a reflexão teórico-metodológica, apesar da sociologia e da psicologia serem consideradas como importantes eixos estruturantes da produção sobre juventude, Sposito sugere abertura para a perspectiva histórica, ausente no levantamento feito, como forma de contextualizar as experiências juvenis. Apesar da importância social da temática, a autora afirma que, no âmbito da pesquisa, os estudos sobre juventude ainda se apresentavam pouco consolidados e com tendência, no campo da educação, a reduzir a experiência juvenil aos aspectos pedagógicos e os processos de ensino e aprendizagem. Neste sentido, segundo Sposito (2002b, p. 20), as pesquisas reduzem os sujeitos à sua mera “condição mais visível de aluno, desfigurada do seu modo efetivo de existência”.

O isolamento em relação às demais ciências humanas¹² presentes nos artigos discutidos pela autora e a falta de interesse em conhecer as complexidades do contexto juvenil, nas pesquisas em educação, foram outros problemas importantes apontados pela autora, como consequência do que vou chamar aqui de reducionismo pedagógico, problema cujo enfrentamento é uma das motivações desta pesquisa. A fragilidade¹³ das formulações teóricas e das orientações para o trabalho empírico, sintoma da frágil relação com os fundamentos teórico-metodológicos das ciências humanas, foi outra lacuna apontada.

No que diz respeito ao contexto histórico das demandas sociais e as implicações da pesquisa sobre juventudes, Sposito (2002b, p. 21) chama atenção para o fato de que após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, houve maior estímulo a pesquisas sobre as condições e modos de vida de jovens “moradores de rua”, fora do abrigo das instituições públicas ou da sociedade civil.

No segundo texto da coletânea organizada por Sposito (2002a), dedicado aos artigos que discutiram os “aspectos psicossociais de adolescentes e jovens” (Souza, 2002), “adolescência” e “juventude” foram apresentados como categoria social e configuração de subjetividade e como tendo caráter difuso e de difícil contorno e inteligibilidade, especialmente se abordados a partir de um viés essencialista e psicológico. Subentende-se, a partir desta

¹² Na minha experiência, este problema não coincide com o isolamento dos departamentos de educação em relação a docentes advindos das ciências humanas, o que nos leva à importância de qualificar suas contribuições, no sentido de tornar o ambiente acadêmico das graduações e pós-graduação em educação, um espaço de enfrentamento desta lacuna de formação teórica e metodológica nas ciências sociais aplicadas à educação.

¹³ “Formulação teórica frágil, em geral inspirada em fontes secundárias e não nos próprios autores já considerados clássicos na respectiva área de estudos; escasso diálogo com o corpo teórico da disciplina de origem – Sociologia e Psicologia; dissociação entre o enunciado teórico e a parte empírica; e, finalmente, trabalhos conduzidos de forma apressada sob o ponto de vista empírico” (Sposito, 2002b, p. 19).

lacuna, a importância de contextualizar a discussão por um viés antropológico, sociológico e histórico, como já pontuado no artigo anterior (Sposito, 2002b).

Ainda sobre o viés teórico-metodológico, seria através de um olhar de esforço compreensivo sobre quem são os jovens que poder-se-ia, segundo Souza (2002), compreender as estratégias de sobrevivência psíquicas e modos de vida que os ajudem a superar o mal-estar aos quais estão submetidos, o que nos possibilita retomar, nas próximas seções, a discussão sobre a relação entre vulnerabilidade e autonomia. Em relação ao que tenho chamado de contextos de vulneração, práticas como interditar e sobrepor a fala juvenil, não os levar em consideração no âmbito das instituições, como a escola, estão relacionadas com a perda de sentido delas, tanto para jovens quanto para os profissionais que nelas atuam, sintoma da crise de valores das instituições tradicionais, dentre as quais, a família.

O terceiro artigo da coletânea organizada por Sposito, dedicado aos “adolescentes em processo de exclusão social” (Corti, 2002), apresenta uma discussão ainda mais relevante a esta pesquisa, por motivos óbvios. Nele, seguindo a crítica feita nos artigos anteriores, o conceito de juventude é apresentado como designação abstrata e mascaradora dos processos que engendram a exclusão. Essa abstração, a exemplo do termo “menor”, mais usado na década de 1980, nos distancia da experiência juvenil, mas possibilita entender o tempo histórico de seu uso, que muda diante das críticas geradas na passagem para os anos 1990, nos quais culmina o projeto do Estatuto da Criança e do Adolescente. O termo “menor” expressa mais uma forma de rotular e discriminar crianças pobres, tratando-as “exclusivamente, como receptores das ações e não como sujeitos capazes de interagir ativamente com elas” (Corti, 2002, p. 163).

Segundo Corti (2002, p. 158), nos artigos por ela estudados, o uso do conceito de exclusão para caracterizar experiências juvenis remete à “precariedade vivida pelos jovens que, de alguma forma, não têm seus direitos respeitados e enfrentam dificuldades maiores que outros para se integrar à sociedade”. Outra tendência observada pela autora nas publicações, foi a de considerar jovens como meros receptores das ações, desconsiderando suas capacidades de interagir ativamente diante das dificuldades, bem como a tendência em pouca ou nenhuma problematização da relação de causalidade entre pobreza e criminalidade, tema central nas discussões sobre jovens em situação de exclusão. Corti (2002) aponta para o fato de que alguns pesquisadores pressupõem a relação direta entre pobreza e criminalidade, tendência bastante criticada em estudos mais recentes de abordagem biográfica e focados nas sociabilidades em meios populares.

Em relação às pesquisas analisadas, Corti (2002) aponta para tendência em atribuir às ações sociais o benefício de desviar jovens pobres dos caminhos da marginalidade, o que nos

faz pensar no efeito contrário, no que diz respeito a essas atividades os colocarem à margem de sua própria realidade, na medida em que tais ações não os instrumentalizariam para enfrentar suas dificuldades. A tendência dos modelos explicativos, enviesados em seu sentido político da realidade sociocultural de jovens em “situação de exclusão”, é apontada como amarra¹⁴ que impede o acesso às problemáticas específicas de cada contexto, condição necessária para melhor compreender e enfrentar problemas do cotidiano juvenil.

A tendência apriorística de classificar as famílias dos jovens como desorganizadas ou desestruturadas foi refutada nas pesquisas analisadas, pela constatação de afetos e engajamento familiar nos projetos de vida dos jovens. Outra tendência importante observada foi o pluralismo das tradições teóricas, cujo risco de articulação insuficiente foi predominante nos trabalhos de mestrado. Em geral, observou-se a ausência de um núcleo denso de leituras básicas e indispensáveis para abordar o tema da adolescência em processo de exclusão social, o que implica em uma pouca consolidação do objeto de estudo. Assim como discutido no estado da arte anterior (Sposito, 2002a) pouco se discutiu sobre o universo amplo de inserção juvenil, na relação, por exemplo, com outras gerações¹⁵.

A tendência preocupante de apontar o Estado simplesmente como a fonte dos problemas juvenis foi outra limitação discutida por Corti, ao alertar para os riscos de hiper valorizarmos iniciativas não públicas e recuarmos da necessária reformulação institucional dos serviços públicos para jovens, uma discussão importante para o enfrentamento da neoliberalização da vida na contemporaneidade. Vejamos que elementos discutidos pela autora nos ajudam a compreender o contexto de adolescentes em situação de exclusão social.

Uma reflexão importante da autora, que ajuda na caracterização de contextos de vulneração é o fato de que crianças e adolescentes pobres são mais considerados como alvo de proteção e cuidado que como grupo construído socialmente e portadores de direito. Outro aspecto interessante para a caracterização dos contextos é o frequente desencontro entre jovens e as instituições, o que compromete a eficácia das ações e aponta para uma carência de

¹⁴ “Não se trata, aqui, de defender a neutralidade do pesquisador, mas de chamar a atenção para as consequências negativas de uma inserção política/profissional que não deixe espaço para a construção de abordagens teóricas adequadas à natureza do trabalho acadêmico. O tom político das pesquisas influencia diretamente o seu conteúdo, criando uma espécie de amarra que impede os trabalhos de avançarem na construção e explicação de problemáticas; o resultado é a repetição de perguntas, afirmações e relações em várias pesquisas, quando deveria ser observado um maior adensamento das problemáticas e um avanço das explicações” (Corti, 2002, p. 177).

¹⁵ “Em suas explicações, os pesquisadores, em geral, remetem essa identificação com os pares à desestruturação do grupo familiar, como se o adolescente estivesse definitivamente desiludido com o mundo adulto e só lhe restasse o apoio dos jovens que compartilham com ele as mesmas experiências nas ruas ou nas instituições” (Corti, 2002, p. 178).

abordagens participativas e dialógicas, que possibilitem o conhecimento de sua realidade, na perspectiva da promoção de direitos.

A retórica da inserção no mundo do trabalho, discurso predominante em projetos voltados para jovens pobres, é algo que geralmente não se efetiva, segundo Corti (2002), por se restringir a ações de satisfação das necessidades básicas. Em uma tentativa de tipificar os discursos sobre “crianças de rua”, nos contextos das pesquisas analisadas, Corti (2002, p. 169) identifica o “discurso da lei, discurso da indignação e da denúncia, discurso da tipificação da criança e de sua família e discurso de salvação”, cuja incidência de múltiplas e às vezes contraditórias práticas implementadas no contexto juvenil geram incoerências, a exemplo da vertente assistencialista, defensora da profissionalização em um contexto em que o emprego e a ocupação profissional se tornaram escassos. Tomando a escola como exemplo de instituição que incide sobre os jovens pobres, Corti também aponta para o fato de que esta geralmente desconsidera as experiências advindas de outros espaços socializadores, lacuna sobre a qual esta pesquisa pretende incidir.

Ao expor práticas associadas ao processo de passagem do contexto familiar à rua, a violência doméstica foi colocada como central e a continuidade de situações de abuso em relação à menina é frequente, associadas a práticas de prostituição e exploração pelo sexo masculino, que, por sua vez, é pouco discutido enquanto objeto de práticas similares, tendo a agência da mulher enquanto objetificadora de certos corpos masculinos, passivos de aproximações, por exemplo, com discussões interracialis, como discutido na seção sobre “caça gringa”.

A reflexão de Corti sobre as meninas em situação de rua, talvez uma lacuna desta pesquisa, expõe a dificuldade de estabelecimento de grupo de referência e necessidade de voltar para a casa por experiências abusivas, falta de proteção e dificuldade de sobrevivência. Outra prática importante citada foi o uso de drogas¹⁶, apontado em seu papel importante no âmbito das experiências afetivas e deslocamento para outros “mundos”.

Ao situar as experiências de jovens pobres, a autora apresenta a precariedade dos ligamentos sociais de suporte, como a família, a escola e o mundo do trabalho. O drama da passagem para a maior idade revela limites no atendimento público desses jovens, na medida

¹⁶ “As drogas (cola, esmalte, tiner, maconha) desempenham um papel importante no cotidiano das meninas e meninos, ao permitir sensações de delírios que os deslocam para um mundo de fantasia e emoção. As tentativas de retorno à família são delicadas, pois implicam o retorno a uma situação desgastada e à sujeição aos adultos. Além disso, as crianças e jovens que moram nas ruas nelas constroem seu conjunto de referências e a organização dos papéis; e, quando deslocadas desse espaço, sofrem um processo difícil, tendo em vista a possibilidade de novas adaptações” (Corti, 2002, p. 174).

em que a integração social não surge sem políticas de suporte também na maioria, ou ainda, para esta etapa de passagem, especialmente para a inserção no universo do trabalho e da renda. Apesar do contexto legal, Corti (2002, p. 170) afirma que “apesar do ECA, o Estado e a escola não viabilizam novas alternativas educacionais que incorporem as crianças e jovens em processo de exclusão”. A maior idade implica em uma nova etapa de desamparo, momento em que as pressões sociais se intensificam e as alternativas arriscadas e pouco dignas se apresentam, demarcando o lugar dos corpos juvenis vulnerados.

O quarto artigo de estado da arte sobre juventude discutido é o de Sposito (2009), com cobertura de artigos de 1999 e 2006, advindos do campo das ciências sociais, da educação e do serviço social e é nele que primeiro aparece a importância dada às questões de gênero e sexualidade, legado atribuído às Ciências Sociais e à Educação, apesar de ainda não apresentar uma orientação teórica específica para o campo da juventude. O conceito de juventude¹⁷ é abordado menos como uma construção teórica da noção e mais como uma resposta difusa ao imperativo jurídico¹⁸ que define a faixa etária e se manifesta predominantemente nas discussões sobre “Adolescentes em Processo de Exclusão Social” (2009), nas áreas dedicadas ao estudo de Sposito. A aproximação entre elementos específicos e a análise das condições mais gerais da produção histórico-cultural da categoria de juventude são exercícios recomendados por Sposito, para nos atermos aos tempos e espaços socialmente produzidos,

Sposito (2009) contextualiza historicamente o predomínio disciplinar da psicologia nos estudos sobre “adolescentes”, que passa a ser substituída pelas acepções jurídicas advindas do Estatuto da Criança e do Adolescente, vigorado em 1990, especialmente ao se tratar de jovens em situação de exclusão social, nas três áreas investigadas pela autora. “Adolescentes”, como objeto de pesquisa, é definido como tal por força do imperativo jurídico e resposta à demanda social.

Os processos de exclusão social e as desigualdades sociais extremas apresentaram frequência de adesão temáticas nas áreas investigadas, com predominância nas áreas de Serviço Social e Ciências Sociais, alcançando o terceiro lugar em Educação. Em relação às questões teórico-metodológicas presentes nas pesquisas sobre juventude, Sposito chama atenção para o

¹⁷ Dubet (1996 *apud* Sposito, 2009, p. 34) argumenta que qualquer análise centrada na categoria juventude “não pode ter a ingenuidade de postular sua unidade, sobretudo porque, se o estudo de qualquer grupo social ocorrer apenas a partir da ideia de sua homogeneidade, nenhum conjunto social resistiria a esse critério”.

¹⁸ “Idade cronológica, maturidade, relações de dependência e de autonomia deixam de ser construções sociais, para se fundirem, muitas vezes, em categorias naturalizadas, que privilegiam como campo de estudos apenas aqueles que estão sob a faixa de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente” (Sposito, 2009, p. 33).

problema¹⁹ da conciliação entre a relevância social e acadêmica para a legitimação dos estudos sobre juventude, uma vez que os objetivos científicos não necessariamente estão à serviço das necessidades sociais, no sentido prático. O desafio seria o de produzir um adensamento teórico e construir pesquisas que não se assentem nas polaridades entre o estigma da pobreza, violência, perigo e, por outro lado, a consideração de que são meras vítimas das desigualdades, portanto, incapazes de produzir rumos em suas trajetórias de vida.

A autora, ao comparar o crescimento do interesse pela temática, em relação ao estado da arte anterior (Sposito, 2002), aponta para um crescimento discreto na área de Educação, tendo passado de 4,5% a 6%, nas produções analisadas. Apesar disso, destacou-se que a orientação disciplinar dos estudos sobre juventude em educação, inicialmente focados na psicologia, foi sofrendo transformações²⁰ importantes em direção às ciências sociais, em especial à sociologia.

Sposito (2009, p. 21) sugere irmos além do interesse em “pensarmos o conjunto das instâncias que interferem nos processos de socialização dos jovens articulando-as”, rumo às investigações sobre “o que o jovem faz com o que fazem dele”, bem como, rumo a um adensamento investigativo e teórico. Para isso, a autora sugere a “construção de problemáticas a partir de um diálogo horizontal com autores que produzem sobre o tema” (Sposito, 2009, p. 40) e uma abordagem transversal, com interfaces múltiplas, por exemplo, com a família, escola, trabalho, relações nos contextos²¹ de referência etc.

Ao final das considerações teórico-metodológicas, Sposito (2009, p. 36) defende o ponto de vista de que “os estudos sobre jovens não demandam a criação de um domínio específico para que alcancem solidez teórica”, mas que o âmbito das ciências sociais²² é apontado, assim como no estado da arte anterior (Sposito, 2002a), como necessário para

¹⁹ “A visibilidade da questão juvenil na sociedade contemporânea, por essas razões, opera de forma contraditória: de um lado, suscita o interesse acadêmico, mas, de outro, impõe a tomada de distância dessa mesma visibilidade de modo que o objeto possa sofrer um esforço claro de construção científica e, assim, alcançar alguma legitimidade teórica” (Sposito, 2009, p. 17).

²⁰ “O aparecimento das preocupações desse ‘pequeno objeto insólito’ decorre da confluência de inúmeros movimentos no interior das Ciências Sociais, grosso modo, caracterizados pela crise das grandes narrativas, pela rediscussão das teorias da socialização, por um retorno geral ao ator ou agency, pela redescoberta das teorias do interacionismo simbólico e das teorias interpretativas, ao lado da ascensão de teorias do individualismo e de processos denominados de desinstitucionalização” (Sposito, 2009, p. 36).

²¹ “É importante deslocar os modos de apreensão das problemáticas de pesquisa, privilegiando, também, a dimensão espacial na constituição da experiência juvenil, quer sob o ponto de vista dos territórios estigmatizados quer das mobilidades e dos deslocamentos que reconfiguram relações e modos de apropriação do espaço, criam novos conflitos e assimetrias na cena urbana ou na área rural em regiões de intensa mutação” (Sposito, 2009, p. 31).

²² “Tanto para a Sociologia como para a Antropologia o desafio é a compreensão dos processos que constituem as relações dos indivíduos com sistemas ou estruturas sociais, nas quais a noção de agency pode se tornar ferramenta importante” (Sposito, 2009, p. 38).

investigações mais coerentes com os estudos sobre jovens. A autora também chama atenção para a relação entre a pesquisa voltada para os jovens e as questões mais amplas da vida social, como forma de favorecer mutuamente o desenvolvimento de conhecimento sobre o conjunto da sociedade.

Em relação ao contexto histórico amplo, um paradoxo importante apontado pela autora foi o descompasso entre a exigência contemporânea de um mundo juvenil relativamente autônomo, porém, sem alterar o lugar dos jovens na estrutura social, no sentido da falta de equidade nas oportunidades que ficam restritas ao sistema de privilégios sociais. A inserção dos jovens na pauta das políticas públicas, segundo Sposito (2009b), se dá especialmente como parte do enfrentamento do crescimento da violência no Brasil. A crise das instituições tradicionais e das relações entre jovens e adultos impactou no ciclo de vida e implicou na descronologização e desregulação das etapas da vida, prevista ao que se chama de juventude e suas respostas às mudanças no mundo do trabalho, à vida no ambiente virtual e às transformações nas relações de gênero, por exemplo.

O quinto artigo de estado da arte sobre juventude, também de Sposito (2009b), aborda o tema “Adolescentes em processo de exclusão social”, a partir de artigos publicados entre 1999 e 2006, na mesma coletânea do artigo anterior, organizada por ela. Ao abordar o conceito de juventude no contexto do estado da arte, a autora critica as imprecisões nas tentativas de qualificar a condição social juvenil, ora chamando de “pobres”, ora de “carentes”, “excluídos”, “trabalhadores” etc., apontando para derivações do ordenamento jurídico do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se tornam mais evidentes nas categorias: “em conflito com a Lei”, “infrator”, “delinquente”, “marginais” ou “menores”. Nesta direção, critica o uso do termo “vulnerabilidade”, como se ele fosse autoexplicativo e sugere que questionemos se o seu uso não seria uma tentativa de substituir análises de classe, da inclusão ou das condutas de risco, ao definirmos a situação juvenil. A predominância do referencial normativo do Estatuto da Criança e do Adolescente nos trabalhos analisados apontam para a importância do documento para a temática, apesar do ordenamento jurídico não ser suficiente para superar lacunas teóricas e empíricas.

Em suas reflexões teórico-metodológicas, Sposito (2009b) sugere que pesquisadores que atuam junto aos jovens em situação de exclusão social tomem como objeto de investigação as implicações da configuração interracial que atravessa a relação de interlocução no campo, como parte integrante da análise. A sugestão de mais trabalhos dedicados à sociabilidade juvenil

e voltados para “observar mundos possíveis”²³ foi uma crítica sutil à superação dos sentidos comuns acadêmicos. Dado interessante para o campo da educação foi o decréscimo de 16,5% a 8,6% do interesse do campo sobre jovens em situação de exclusão social no estado da arte em discussão, comparado com o primeiro realizado (Sposito, 2002a), bem como a recorrência, no mesmo campo, como já mencionado também por Corti (2002), de forte envolvimento político de pesquisadores com os programas ou ações investigadas. Outra lacuna importante apontada foi a falta de referência à história local, trazendo peculiaridades ao objeto de pesquisa e territorializando a sua aparição.

No que diz respeito a informações que nos ajudem a levantar práticas, regras e contextos de vulneração, presentes na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade, Sposito menciona a questão da visibilidade ou notoriedade da inserção no crime, como algo recorrente entre adolescentes em conflito com a lei. Segundo a autora, dados estatísticos comprovam que a grande maioria das infrações cometidas pelos adolescentes foram roubo e furto, ou seja, crimes contra o patrimônio e não contra a vida. Esta discussão expõe a prática²⁴ social de atribuir aos jovens os altos índices de violência no país.

As ações sociais são referenciadas nos artigos como importantes para os jovens, porém o pragmatismo excessivo e abordagens²⁵ de ensino centradas na execução de trabalhos manuais, artesanais, com finalidade ocupacional, sem preocupação com uma formação que os instrumentalize para problematizar e melhorar sua realidade social. A unanimidade sobre o fracasso da medida socioeducativa foi algo presente nos estudos desta revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade, que apontou para a não efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente neste ambiente, não sendo diferente em relação ao ambiente

²³ “Mas, sobretudo, queremos ressaltar a importância de se inovar nas propostas metodológicas de pesquisa: se olharmos com as lentes de sempre, será difícil perceber os ruídos e as dissonâncias que são, muitas vezes, reveladoras de realidades em constante transformação. Reativar a possibilidade de ser surpreendido, desarmar o olhar e desenvolver a arte de observar mundos possíveis (Sclavi, 2003) nos parecem, na atualidade, tarefas impostergáveis para o pesquisador das Ciências Humanas” (Sposito, 2009b, p. 161).

²⁴ “Os dados analisados mostram que, na maioria dos casos, os adolescentes em conflito com a lei possuem família, moradia, frequentam a escola, muitos trabalham no setor informal (ou seja, não são “meninos de rua”, mas possuem vínculos sociais). A autora, como muitos outros, denuncia o estigma sofrido pelos jovens pobres e negros. O estudo de Garcia (2000), também na área de Sociologia, tentou investigar o envolvimento dos adolescentes de camadas médias em atos infracionais, no município de Bauru, na perspectiva de fazer a crítica do elo estabelecido entre delinquência e pobreza. A partir de entrevistas realizadas com profissionais que atuam na área da justiça, conclui que, no caso das camadas médias, a família assume a responsabilidade de encaminhar os adolescentes infratores para o tratamento, não permitindo que os casos se tornem públicos” (Sposito, 2009b, p. 130).

²⁵ “Em sua conclusão, aponta a inexistência de uma proposta pedagógica que subsidie as concepções das atividades executadas pelas entidades, sendo todas de caráter essencialmente ocupacional, servindo de treinamento de habilidades motoras e de ocupação do tempo dos jovens. A autora demonstra a fragilidade das ações das ONGs que, segundo sua expressão, estão ancoradas em uma perspectiva liberal de ação educativa” (Sposito, 2009b, p. 151).

escolar, marcado por evasão e pouco interesse por seus conteúdos, resultando em repetências e evasão. Há lacunas entre medidas socioeducativas e promoção de direitos.

A prática de retroalimentação de violências contra jovens infratores nos abrigos e nas unidades de medidas socioeducativas foi também mencionada como recorrente nos artigos e a ideia de uma “gestão da pobreza juvenil”²⁶ foi proposta pela autora para denominar situações de ordem compensatória e muitas vezes ocupacionais, que não implicarão no reconhecimento de vulnerações, orientações e condições para suas superações. Sposito (2009b, p. 158) afirma que “as medidas socioeducativas, previstas nos dispositivos legais, ainda não estão articuladas a políticas claras de atendimento na esfera dos direitos sociais, e padecem de limitações históricas que não foram superadas”.

O sexto estado da arte (Paixão; Almeida, 2013) aqui discutido, lançado em 2013, dedicado a artigos publicados entre o período de 2005 a 2008, na área de psicologia e saúde, foi dedicado ao “retrato da adolescência e da juventude brasileira nas pesquisas”. No esforço de discussão conceitual, o artigo referencia o uso do termo “adolescência” ao campo da psicologia e o termo “juventude” a discussões mais gerais, no âmbito das Ciências Sociais, da História e da Antropologia. Quanto à sua definição, a Organização Mundial de Saúde é citada ao afirmar que “não é possível impor limites específicos à adolescência”, já que se trata de uma construção social, variando de acordo com o seu uso.

Paixão e Almeida (2013) apresentam a juventude como categoria social que precisa ser compreendida na relação com os espaços e contextos em que está inserida, bem como com as formas de vida manifestadas, o que, de alguma forma, coloca em suspensão a predeterminação etária, diante do que define a cultura. Os autores associam ao aporte sociológico o uso mais frequente do termo “juventude”, a partir do qual sugere-se uma dilatação na faixa etária a ela correspondente, uma vez que não há consenso sobre a delimitação etária, o que impossibilita demarcar fronteiras. Atualizando o debate sobre vulnerabilidade, no âmbito da juventude, os autores propõem darmos evidência à “vulnerabilidade positiva”²⁷, ou seja, para as respostas que os sujeitos dão aos constrangimentos sociais, nas formas de resistência e adaptações.

²⁶ “Segundo o autor, as iniciativas de ONGs e órgãos públicos voltadas aos jovens se caracterizam como estratégias de gestão da pobreza juvenil. Diante das dificuldades estruturais das economias capitalistas contemporâneas em gerar empregos e promover a mobilidade social, elas se transformam em meras políticas de ocupação do tempo e de combate à ociosidade juvenil” (Sposito, 2009b, p. 151).

²⁷ Com o debate sobre vulnerabilidades, pretende-se, atualmente, conforme Castro e Abramovay (2002) evidenciam, (re)significar sentidos únicos e identificar potencialidades de acionar os sujeitos para resistir e enfrentar situações socialmente negativas. “Haveria, portanto, uma vulnerabilidade positiva, quando se aprende, pelo vivido, a tecer formas de resistências, formas de lidar com os riscos e obstáculos de modo criativo”. (Paixão; Almeida, 2013, p. 146).

A representação social sobre jovens foi apontada, em geral, enquanto ofuscadora do brilho e das possibilidades desta etapa da vida e endossa a tendência liberal de responsabilizar o próprio jovem pelas situações enfrentadas no dia a dia. A pobreza foi apontada como criadora de riscos redutores da esperança e da qualidade de vida juvenil, nos contextos discutidos, bem como criadora de problemas futuros para toda a sociedade.

Em relação às reflexões teórico-metodológicas, houve escassez de pesquisas sobre adolescência e juventude na área da educação e que partissem de pressupostos mais positivos ao olhar para os interlocutores. Foi pontuada no artigo a ausência de pesquisas que buscassem apreender desejos e capacidades de superação de dificuldades presentes no universo de adolescentes e de jovens, dando-lhes a chance de serem tratados fora do estigma de “inimigo público” e dentro da possibilidade de protagonizar mudanças importantes. Há também uma preocupação com a necessidade dos educadores²⁸ compreenderem a adolescência e a juventude, em suas especificidades, para atuar técnica e eticamente no processo educativo dos alunos, no contexto escolar.

No que diz respeito às práticas e regras presentes nos contextos das pesquisas lidas para a revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade em questão, a compreensão da adolescência é fundada no impacto da puberdade, na construção da vida social e transformações biológicas, cognitivas e sociais. É também fundada na projeção social de estar associado ao uso de drogas, atos de violência, descontrole sexual etc. Os autores apresentaram a participação no tráfico como uma forma de exercer a força, a agressividade, obter aceitação social no esforço de se opor à pobreza que impera nas favelas.

O sétimo estado da arte sobre juventude, da saúde e psicologia (Takeiti; Vicentin, 2015), discute o tema “juventude, vulnerabilidade e violência” e abrange artigos de 1998 a 2008; ao tratar da noção “juventude”, os autores sugerem irmos além da delimitação etária, que a tratemos como categoria social e que a “adolescência” tenda a ser tratada como objeto de ocupação da psicologia, interessada nela como etapa do desenvolvimento humano.

Os autores afirmaram que a pesquisa sobre juventude na interface com vulnerabilidade já contava com uma produção consistente no Brasil e na América Latina, ao ponto de já termos análises de aspectos recorrentes, a partir dos diversos estados da arte já apresentados. Em

²⁸ “De acordo com Schenker e Minayo (2005), os fatores de risco e de proteção em relação ao uso de drogas estão relacionados a seis questões interdependentes: individuais, familiares, escolares, midiáticas, de relacionamento com os pares e a comunidade de convivência. Fatores como sexo, idade, estrato socioeconômico, desempenho escolar e o histórico de uso de drogas na família também devem ser levados em consideração nessa análise” (Paixão; Almeida, 2013, p. 24).

relação aos estudos da psicologia, a dedicação do período foi para o tema da identidade juvenil, pela abordagem da história de vida, com foco em comportamentos de risco pessoal e social.

Sobre as reflexões teórico-metodológicas, a tendência em pesquisar sobre juventude a partir de uma lista de problemas “relevantes socialmente”, tem levado a pouca compreensão dos modos de vida, das experiências cotidianas que os considerem sujeitos capazes de inventar formas de vida, diante dos problemas que enfrentam. Como eco do imperativo predominantemente jurídico que normatiza o campo da juventude e das violências, as produções, em sua maioria, foram dedicadas a categorias como “ato infracional”, sustentando a associação entre violência e juventude pobre, ao lado dos meios de comunicação, que reforçam o imaginário social de insegurança, sendo ela causada pelos jovens.

A reboque desta representação social, o consumo de “substâncias psicoativas”²⁹ manteve-se orientado pela perspectiva moral, criminalizante e patologizadora. Neste sentido, a inserção de jovens no universo da violência como via de escape de regimes dominantes, foi pouco reconhecido nas pesquisas do estudo, segundo os autores, “como forma de resistência aos saberes e poderes que se impõem ao seu universo” (Takeiti; Vicentin, 2013, p. 950). Com base neste cenário, a sugestão é de que assumamos outros modos de pensar as “juventudes” a partir das singularidades³⁰.

Os autores apresentaram o balanço das produções como um conjunto de caráter “condenatório, punitivo e classista”, nas discussões sobre o ato infracional, assentadas na correlação entre juventude pobre, violência e o imaginário do medo. Este estado da arte propõe que olhemos para os procedimentos intelectuais e simbólicos como forma de governar a juventude e por outro lado, provoca resistências, desvios e pontos cegos produzidos nas relações de pesquisa.

Apesar desta tendência, alguns artigos concluíram que as situações de vulnerabilidade não impediram o desenvolvimento de aspectos positivos no âmbito afetivo, o que levou a

²⁹ “Os estudos que tratam do consumo de substâncias psicoativas pelos jovens quase sempre adotam uma perspectiva prescritiva, generalizante e normalizadora, associando seu uso à situação de dependência e à formação, respondendo mais aos aspectos de controle social e abrindo caminho para a medicalização indiscriminada. Esta posição, adotada pelos estudos, oferece elementos para as estratégias de governo que se pautam pela política de guerra às drogas e pela identificação e retirada do convívio social daqueles que apresentam dissonâncias em relação à ordem social e à moral dominante. É importante reconhecer diferentes modelos de consumo, definir qual dentre esses pode ser objeto de intervenção terapêutica e considerar a problemática do consumo de drogas a partir da história do próprio adolescente e da relação que ele estabelece com essa prática” (Takeiti; Vicentin, 2013, p. 950).

³⁰ “Assumir outros modos de pensar as juventudes, acompanhando suas derivações, seus processos de desterritorialização/territorialização contribui para identificarmos diferentes lógicas, produzir novos conhecimentos, refletir sobre distintas estratégias de ação que dialoguem com as experiências e singularidades deste jovem” (Takeiti; Vicentin, 2013, p. 950).

questionar o pressuposto de pobreza como determinante. Outra sugestão importante dos autores foi a de que o debate acerca da inserção de jovens no tráfico o considere como fenômeno histórico, social e político e não simplesmente objeto da polícia e do sistema de medidas socioeducativas.

A tentativa de compreender a trama complexa dos aspectos microsociológicos, macroestruturais e as estratégias apresentadas pelos jovens, parece o caminho indicado por pesquisas, por exemplo, que versaram sobre modos de vida juvenil. Refletir a realidade juvenil a partir dos efeitos³¹ na subjetividade e não das causas, é outra sugestão que aponta para a singularidade, para o contexto. A busca por diferentes lógicas, novos conhecimentos, distintas estratégias de ação juvenil produzidas nas fronteiras sociais é tarefa importante, especialmente quando fica clara a tendência em apresentar a juventude como objeto de estigma acadêmico.

Neste estado da arte, no que diz respeito a práticas, regras e aos contextos de vulneração, é feita uma referência ao “território da periferia”³² como zona de clandestinidade da morte de jovens, implicando em uma subjetividade juvenil em estado de alerta. Foi recorrente, nas pesquisas analisadas, a colocação do envolvimento com o tráfico de drogas, para comercialização e para consumo, como causa de situações violentas, causalidade essa que acaba dando suporte a estratégias de “governamentalização”, pela criminalização³³ de jovens.

O oitavo estado da arte (Stengel; Dairell, 2017) sobre adolescência e juventude, na psicologia, feito a partir de artigos publicados no período de 2006 a 2011, apresenta algumas proposições, a saber, a de que há uma distinção entre as categorias “adolescentes” e “juventude” e que o uso de ambas precisa ser feito com mais rigor e distinção. Mais uma vez é reforçada a

³¹ “Parece mais potente pensar acerca dos efeitos de produção de subjetividades que as violências e vulnerabilidades suscitam nos jovens do que discorrer ou descrever os fatos violentos relacionados a eles. Refletir a partir dos efeitos e não das causas favorece um posicionamento ético-político que responde a outros modos de compreensão das violências, não as ressitando em polaridades como as daqueles que as cometem ou que as vivenciam (vítimas ou algozes), contudo tendo-as como pano de fundo para entender a centralidade das lutas também por produção de subjetividades” (Takeiti; Vicentin, 2013, p. 955).

³² “Bróide (2006) entende o *modus operandi* no território da periferia tal qual o estado de exceção (Agamben, 2004 *apud* Bróide, 2006), quando a vida é reduzida à dimensão meramente biológica, apolítica e, portanto, destituída de direitos. Este é o caso da morte de jovens na periferia e seu caráter de clandestinidade. A violência sem limite experimentada pelos jovens no território fragmentado da periferia tem como consequência a manutenção do sujeito sempre em alerta máximo” (Takeiti; Vicentin, 2013, p. 953).

³³ “Tais estudos apontam o envolvimento no tráfico de drogas e a demanda de consumo como produtores de conflito e desencadeadores das violências. Algumas pesquisas (Belmonte, 2007; Diemen, 2006; Moreira, 2008; Moura, 2005) sinalizam o papel das políticas antidrogas, surgidas com força no cenário nacional, como verdadeira estratégia de governamentalização (Foucault, 2008) das condutas juvenis, na medida em que se pretende identificar, perseguir e retirar do convívio social aqueles que apresentam certa dissonância às ordens sociais e morais estabelecidas. Se, por um lado, o consumo e a dependência têm sido tratados pelo Estado como caso de polícia, através de medidas judiciais, retirando de circulação pública a população usuária de drogas, por outro, o mesmo investimento não tem sido feito em relação à comercialização ou tráfico internacional de entorpecentes” (Takeiti; Vicentin, 2013, p. 953).

insuficiência da definição etária³⁴ para distinguir adolescência de juventude e uma falta de consenso no imperativo jurídico, que predomina na definição em questão.

Dentre as reflexões teórico-metodológicas, foi interessante a observação de que pouco se sabe sobre quem eram os sujeitos³⁵ da pesquisa em uma perspectiva psíquica, não sendo possível uma teoria ou reflexividade consistente sobre os processos dos jovens, ao contrário, implicando na reprodução do já conhecido no senso comum acadêmico, produzindo, portanto, pouco avanço teórico. O apelo dos autores foi o de que coloquemos os interlocutores no lugar de sujeitos da pesquisa, tendo em vista um conhecimento mais apurado sobre adolescência e juventude.

O nono estado da arte (Sposito; Tarábola, 2017) tratado aqui é dedicado à área de educação, cobre trabalhos do período de 1997 a 2017 e discute o tema “futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil”. Dentre as reflexões teórico-metodológicas nele presentes, ficou o convite para olharmos às reverberações dos temas ao longo dos anos, para o que ficou na sombra, no rechaço de serem temas difíceis, tais como a violência, ilegalidades etc. Ficou também o alerta para a ausência das discussões de gênero e sexualidade como determinantes importantes para entender o contexto juvenil, apesar dos avanços da temática dentro da área de ciências sociais e da educação, apesar da conhecida invisibilidade das meninas nos contextos de vulneração. Foram também apontadas lacunas na pesquisa sobre expressões coletivas e organizações com enfoque de gênero e sexualidade.

O limite das aproximações de analistas em relação a grupos populares foi outra questão importante levantada, na medida em que seria difícil enfrentar a “exagerada agregação analítica presente nas categorias pobreza, periferia” (Sposito; Tarábola, 2017, p. 11), ofuscando a diversidade humana pela eleição de aspectos que os tornam objetos de pesquisa, tais como

³⁴ “A definição etária de adolescência e juventude não é suficiente para fazermos a diferença entre elas. Inclusive, se nos pautarmos nos Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e Estatuto da Juventude (2013), veremos uma dificuldade, já que o primeiro aponta que a adolescência se situa entre os 12 e 18 anos e o segundo marca a juventude como sendo entre 15 e 29 anos. Ou seja, o intervalo etário entre 15 e 18 anos está abarcado nos dois Estatutos, o que nos traz a pergunta: esse sujeito então é adolescente ou jovem? Em qual categoria o alocamos? Se pensarmos nas políticas públicas e sociais, ele participará de qual delas, a voltada para adolescência ou para a juventude? Nos trabalhos mais específicos da Psicologia, como a clínica, por exemplo, como compreenderemos esse sujeito? A relação entre adolescência e juventude é possível, pois não devemos pensá-las como excludentes, mas complementares. Como articulá-las, promovendo um avanço nesta discussão, é um desafio para os estudos da Psicologia” (Stengel; Dairell, 2017, p. 28).

³⁵ “Significa dizer que o foco do trabalho não era o adolescente/jovem propriamente dito, mas o tema investigado, e a pesquisa pouco contribuía para ampliar o conhecimento a respeito dos sujeitos pesquisados. Isso sinaliza para a necessidade de pesquisarmos adolescentes/jovens em uma relação mais igualitária, ou seja, colocando-os na posição de sujeito da pesquisa e não objeto. Essa perspectiva pode favorecer um conhecimento mais apurado sobre adolescência/juventude” (Takeiti; Vicentin, 2013, p. 27).

“usuários de crack”, “em conflito com a lei” etc. O entendimento³⁶ de como o território se apresenta aos jovens, parece incompatível com as orientações teóricas obscurecedoras do cotidiano juvenil.

Os autores sugerem que busquemos novas perspectivas de investigação sobre a juventude nos eventos contemporâneos e cita o evento de resistência dos estudantes do ensino médio como referência. Neste sentido, defende-se o estudo de culturas e grupos juvenis e a organização de um campo de estudos sociológico sobre juventude no que os autores chamaram de “sociologia enraizada”. O desafio³⁷ seria o de “tornar mais complexa a compreensão das diferenças existentes no interior dos tempos configurados como juvenis” (Sposito; Tarábola, 2017, p. 13), para que possamos atualizar perguntas no âmbito da pesquisa sobre juventude, enfrentando nossos silêncios e pontos cegos.

Na direção de uma sociologia enraizada, a importância da dimensão territorial da situação de vulnerabilidade é o caminho para entender pertencimentos, afetos, perspectivas de vida e redes de conhecimentos, que constituem lugares de aprendizagem.

O décimo estado da arte (Negreiros *et al.*, 2018) sobre juventude, dedicado ao tema “risco, vulnerabilidade e juventude”, cobre publicações de 2000 a 2015, das áreas em geral, dedicadas ao tema, em especial, interessadas nas vulnerabilidades. A discussão sobre o conceito de juventude aparece geralmente vinculada a categorias como vulnerabilidade e risco, de acordo com o viés teórico-metodológico, tendo sido pautado o limite da faixa etária para definir o que é a juventude. A sugestão é de que construamos um senso amplo³⁸ de juventude que contemple também a dimensão histórica e cultural, além da biológica. O pressuposto assumido no estado da arte é o de que “jovem não é ‘por natureza’” e constroem suas identidades com base nas significações sociais.

³⁶ “Essas orientações obscurecem a compreensão dos regimes que organizam as práticas cotidianas dos moradores dessas localidades. As perspectivas de vida de cada um, seus pertencimentos territoriais, familiares e religiosos, seus códigos de conduta e os programas sociais que chegam até eles, vindos de Organizações Não Governamentais (ONGs), governos ou igrejas, bem como os tipos de inscrição nos mercados e os modos como a ‘violência urbana’ toca suas vidas, sendo por eles administrada, são muito divergentes” (Sposito; Tarábola, 2017, p. 498).

³⁷ “Um dos desafios atuais consiste em tornar mais complexa a compreensão das diferenças existentes no interior dos tempos configurados como juvenis. O reconhecimento dos limites e do valor heurístico dos marcos demográficos implica em estudar os momentos desse período, caracterizado pela faixa etária de 15 a 29 anos, a partir das suas singularidades. Desafios comuns se declinam de modos diversos entre os adolescentes (15 a 17 anos), daqueles que são mais velhos (18 a 24 anos) ou do grupo que está mais fortemente próximo da vida adulta (25 a 29 anos)” (Sposito; Tarábola, 2017, p. 13).

³⁸ “Esta concepção amplia e traz uma melhor compreensão sobre o significado de utilizar o termo ‘juventudes’ (no plural), pois ainda que por si não seja suficiente para superar a tendência homogeneizante, demarca a busca por entender seus diferentes modos de ser, de pensar e de agir, pondo em questão a naturalização de uma associação direta entre as três categorias: juventude, vulnerabilidade e risco, em pauta neste texto” (Sposito; Tarábola, 2017, p. 23).

A conclusão é de que a adolescência e a juventude são construções culturais produzidas nas práticas sociais e por isto dinâmicas na sua processualidade e variação³⁹. A transvaloração da noção de adolescência e de juventude foi apontada como uma ação política importante para o momento histórico brasileiro de maior apelo à individuação das questões sociais, especialmente pela via da criminalização e medicalização, quando se trata de jovens em situação de vulneração.

O descolamento entre os conceitos de vulnerabilidade e de juventude, como elementos intrinsecamente relacionados, foi uma das sugestões deste estado da arte ora discutido, que incide sobre estrutura do problema da pesquisa, uma vez que o adjetivo de vulneração é atribuído aos contextos, às experiências que incidem, ainda que temporariamente, de forma subtrativa ou inviabilizadora da integridade física, moral, social, econômica, psicológica de adolescentes e jovens. As pesquisas sobre vulnerabilidade concentraram olhar para as estruturas sociais vulnerabilizantes, com foco nas situações de maior suscetibilidade e nas condições precárias de suporte e assistência social.

A vulnerabilidade social discutida nos trabalhos que compunham este estado da arte (Negreiros *et al.*, 2018, p. 25) foi baseada em “condições precárias, de suporte de assistência social envolvendo a omissão do Estado a pouca efetividade e desarticulação das políticas públicas em todas as áreas”. Outra perspectiva advinda das publicações analisadas no estado da arte foi a proposição de uma teorização positiva da vulnerabilidade, no sentido de dar evidência e valor ao protagonismo juvenil, diante de políticas públicas. Outro viés desta perspectiva é a vulnerabilidade positiva enquanto relacionada à noção de “risco-aventura”, como risco voluntário e ativo, pela adrenalina, centrado na estimulação emocional e aproximação com o risco de morte. A vulnerabilidade positiva assumiu também nuances de resistência e resposta às dificuldades enfrentadas socialmente.

³⁹ “Partimos de pressupostos que sustentam a construção histórica e cultural de todos nós humanos, portanto, entendemos que, ao falar de juventudes, não estamos traduzindo uma ideia ou concepção unificada ou generalizada, muito menos vislumbrando homogeneidade nos personagens reais que habitam esse conceito. Por esse pensamento, também compreendemos que os conceitos de vulnerabilidade social e risco não detêm uma relação de interdependência com o signo ‘juventudes’. São múltiplas as experiências, os sentidos dados a elas e as circunstâncias em que ocorrem as interações humanas. Por conseguinte, são singulares os jovens, ao mesmo tempo em que fazem parte de coletivos culturais que os caracterizam e identificam. Em síntese, nosso alerta neste texto é para evitarmos uma unanimidade e vinculação reificada ao tratar dessas três categorias, especialmente para não cairmos no equívoco de usarmos o termo ‘juventudes’, falando da pluralidade que representa a descrição do que seja ‘ser jovem’ nos diferentes tempos e lugares, sem nos atentarmos para associações simplistas que estabelecemos entre conceitos distintos” (Negreiros *et al.*, 2018, p. 30).

As experiências juvenis relacionadas aos descritores “juventude” e “vulnerabilidade”, presentes neste estado da arte, foram em relação à sexualidade e seus riscos, as práticas desviantes e as formas de violência, especialmente as institucionais.

No que diz respeito à discussão teórica e metodológica das publicações reunidas neste estado da arte, observou-se que, apesar do interesse pelo tema da vulnerabilidade juvenil indicar sensibilidade dos pesquisadores para a problemática, há uma tendência de se estabelecer relação direta entre juventude, risco e vulnerabilidade, especialmente em relação aos pobres⁴⁰. A mirada dos pesquisadores contribui para naturalizar as condições de vida dos jovens das camadas populares, como um problema social e em alguma medida, contribui com a naturalização da criminalização da juventude pobre.

Outro problema desta tendência de mirada teórico-metodológica é a homogeneização que essa naturalização produz sobre quem seriam esses jovens pobres, na medida em que seriam considerados, todos e todas, sujeitos aos efeitos sociais, que os colocam em risco e consequentemente lhes impõem a condição de objetos de políticas de controle, contra os desvios morais que atrapalhem sua condução ao mercado de trabalho e a manutenção da sociedade em que está inserido. Como sinalizado no estado da arte, essas intervenções justificadas cientificamente e no senso comum do cotidiano, incidem sobre o corpo, a sexualidade, os afetos e os modos de interagir socialmente destes jovens. O prejuízo da homogeneização também foi apontado pela omissão de jovens rurais, com necessidades especiais, e indígenas. Apesar deste último prejuízo, o estado da arte afirma que entre os autores nacionais reunidos, as discussões tendem a tratar a juventude de forma plural, um reflexo da diversidade cultural do Brasil.

O encerramento da discussão teórico-metodológica deixa questões importantes para que as próximas pesquisas sobre juventude e vulnerabilidade avancem, a saber: qual o foco dado às resistências e enfrentamentos protagonizados por jovens nos contextos variados de vulnerabilidades e riscos? Que visibilidade é dada às omissões do Estado? Qual a contribuição da pesquisa para a participação juvenil na elaboração de políticas públicas? E como está a escuta das vozes que divergem do senso comum acerca da juventude como um problema social?

⁴⁰ “Percebemos, nas pesquisas que abordam juventude, a tendência a se falar de vulnerabilidade social associada a condições precárias em termos econômicos e de suporte de políticas públicas e, frente a tal vulnerabilidade, os jovens se encontrariam em risco. Nesse entendimento, o olhar se volta para uma juventude específica, homogeneizando-a e a percebendo como problemática. Ou seja, fazer uma associação direta dessas três categorias tende a ratificar a visão de jovens das camadas populares como problema social e desvia o debate sobre suas condições de vida e sobre a violação de direitos da qual são vítimas cotidianamente. Neste sentido, a não intervenção do Estado, a violência pelo preconceito e a naturalização da exclusão social, chegando inclusive à subtração da própria vida desses jovens, encontra justificativa e aceitação popular” (Negreiros *et al.*, 2018, p. 30).

Em relação ao conjunto de práticas, regras e contextos de vulneração, foi importante a afirmação de que, na história das políticas públicas para juventude no Brasil, prevalecem, como público beneficiário, os jovens em situação de desvantagem social e as ações geralmente se inscrevem na tônica do controle social desse segmento. Aqui é visível a tendência das ações sociais e das pesquisas⁴¹ serem baseadas na associação entre juventude pobre e práticas desviantes. O apelo para mudanças no contexto das políticas públicas foi para o estabelecimento de novos parâmetros para evocar a participação juvenil, que leve em conta a diversidade macro e microestrutural e que referenciam a rede de proteção social e pessoal.

O décimo primeiro artigo (Prado; Pereira; Pegoraro, 2019) de estado da arte sobre juventude foi dedicado ao tema “juventude, criminalidade e território”, publicado em 2019, cobrindo publicações do intervalo entre 2006 e 2016. A intenção deste estado da arte foi a de analisar como o envolvimento de jovens com o crime é destacado nos artigos e como o território é abordado em pesquisas acadêmicas. O recorte sobre território chamou atenção, devido a possibilidades interessantes de intersecção com a ideia de contextos de vulneração.

Iniciando pelas reflexões teórico-metodológicas, os artigos que compuseram este estado da arte têm uma característica comum, o fato de que, em sua maioria, não consideraram o território como aspecto importante para abordar o tema da juventude e tendem a associar a aspectos individuais as causas do envolvimento com o crime, passo para a patologização, criminalização e justificativa para abordagens de repressão e punição.

A partir desta constatação, a dica dada pelas autoras é de que tanto as pesquisas quanto as intervenções sejam baseadas na “apreensão dos modos singulares construídos nessas relações, que se expandem para as interações cotidianas com a cidade de modo geral e não focadas no território limitado pelos bairros”. (Prado; Pereira; Pegoraro, 2019, p. 460). As autoras chamam atenção para o efeito de análises baseadas na lógica da normatização e do desvio, de associar o envolvimento com o crime a falhas individuais ou familiares, reforçando a desconsideração dos aspectos sociais e do território.

Apesar destas tendências, são também apresentadas, neste estado da arte, publicações que rejeitam⁴² a associação entre pobreza e moralidade e ressaltam processos de “invisibilidade

⁴¹ “Tal predominância ainda presente contribui para compreendermos a atualidade do uso das categorias “risco” e ‘vulnerabilidade’ nos discursos acadêmicos a respeito da juventude, mas não é suficiente para indicar convergências, limites e consequências dessa utilização” (Negreiros *et al.*, 2018, p. 22).

⁴² “Outros elementos começam a aparecer nas outras vertentes, passando pela vulnerabilidade social, falta de equipamentos e políticas públicas, criminalização da juventude pobre, invisibilidade e visibilidade perversa. Aqui, o contexto social ganha destaque, bem como a apropriação destes das diferentes formas pelos jovens” (Abramovay; Feffermann; Régnier, 2012; Brandão Neto *et al.*, 2010; Feffermann, 2006; Lucena, 2016; Moreira;

e visibilidade perversa, estrutura social e cidadania escassa e valoriza o caráter histórico e social da violência” (Prado; Pereira; Pegoraro, 2019, p. 456). A ideia de “território subjetivo” citada neste estado da arte pareceu interessante aos objetivos desta pesquisa, na medida em que ele, enquanto “leis intra psíquicas, inconscientes”, seriam referências a partir das quais seriam produzidas explicações juvenis sobre a realidade que se lhes apresentam nos seus contextos de experiências. A crítica feita às publicações que citam os bairros onde moravam os jovens foi em relação a elas não privilegiarem aspectos singulares desses espaços, com destaque para os modos de vida, produzidos nas relações entre os moradores dos bairros, resultando em análises pautadas em indicadores de equipamentos públicos, condições de moradia dentre outros elementos previamente definidos e definidores da mirada analítica seletiva.

A dica de superação dessas lacunas, dada pelas autoras, é a de que realizemos pesquisas⁴³ baseadas no sentido atribuído pelos jovens, fora da situação de conflito com a lei, sobre a aproximação com o crime, de modo a dar contorno aos contextos deste tipo de experiência. A proposta é a de que realizemos pesquisas baseadas em experiências singulares, arraigadas em situações cotidianas, em relação ampla com o território e não somente com o bairro.

O território como determinante sobre a formação socioespacial do indivíduo foi uma discussão importante feita por Prado, Pereira e Pegoraro (2020, p. 452), a partir da contribuição de Milton Santos, ao afirmar que “o valor do indivíduo depende do lugar que ele está” e que “a história de todos os sujeitos se escreve nos espaços que eles circulam, no território que pertencem”. Citando Zaluar (1996)⁴⁴, as autoras sugerem que atentemos para a complexidade dos fatores que influenciam nos processos de violência juvenil, em um esforço de flagrar a processualidade dos arranjos que os constituem. Nesta direção, as autoras citam a importância de uma abordagem de pesquisa que busque “manchas e fronteiras difusas” para compreender as experiências juvenis, ao invés de buscar correspondência com algum fator determinante.

Rosário; Costa, 2008; Moreira; Sucena; Fernandes, 2008; Neiva, 2015; Oliveira *et al.*, 2006; Priuli; Moraes, 2007; Rosa; Vicentin, 2010; Santos *et al.*, 2012 *apud* Prado; Pereira; Pegoraro, 2020).

⁴³ “Acreditamos que seja fundamental, a realização de pesquisas com jovens que não tenham conflito com a lei, e, ainda assim, possam relatar os movimentos de aproximação com o crime e os sentidos produzidos nessas aproximações. É necessário pesquisar o e no território, para então compreendermos as vozes dos sujeitos e as singularidades vividas por eles tanto em contextos de pesquisa quanto de intervenções no campo da Psicologia, para que possamos reconhecer a existência de ‘barreiras invisíveis’ na cidade que se desenham entre os contornos de determinados espaços, e apesar de ocultas, estas são fortemente marcadas nos discursos de seus habitantes, se infiltrando de forma rígida na construção de enunciados sobre a cidade, seus bairros e seus moradores” (Prado; Pereira; Pegoraro, 2020, p. 460).

⁴⁴ Dessa forma, longe de ter como objetivo alcançar uma explicação numa visão linear de causa e efeito, Zaluar (1996 *apud* Prado; Pereira; Pegoraro, 2020, p. 453), “ao voltar-se para o tema da violência, ancora-se na perspectiva de que um conjunto de fatores desencadeia um emaranhado de dispositivos com vários efeitos/fluxos que se entrecruzam, sugerindo a urgência em se flagrar tais cruzamentos”.

A interpretação da entrada no mundo do tráfico como adesão a uma identidade social, postura proativa diante do fraco investimento do poder público em políticas públicas e forma de reagir às injustiças e participar do universo do consumo, também foi apontada pelas autoras como uma argumentação de autores presentes no conjunto das publicações, indicando tendência de fuga dos modelos interpretativos predominantes. Situar a adesão ao crime a partir das relações geográficas e afetivas foi outra interpretação importante discutida pelas autoras do estado da arte, na perspectiva de valorizar a importância do território sobre os modos juvenis de entender e enfrentar os problemas sociais. A sugestão é de que, na tentativa de entender a constituição dos sujeitos a partir do território, consideremos não só a composição geográfica, mas, principalmente, as apropriações subjetivas juvenis que a definem.

A instabilidade⁴⁵ do território, enquanto objeto de pesquisa, impõe um olhar atento às significações atribuídas pelos jovens aos seus movimentos e reconfigurações afetivas, com base também nas dinâmicas das relações de poder. A responsabilidade por produzir um “pseudo-retrato”⁴⁶ social da juventude que retroalimenta a violência social pela via da punição e criminalização foi atribuída à mídia da massa.

No que diz respeito às práticas e regras expostas nas experiências juvenis, presente neste estado da arte (Prado; Pereira; Pegoraro, 2020), foram referenciadas atividades de lazer como festas, namoro, futebol, pipas etc., e foi comentado que a entrada no tráfico, em geral, tinha como regra a inserção de jovens do próprio bairro e como as relações afetivas eram fator importante para a adesão.

Ao final desta discussão, a partir do que dizem os estudos de estado da arte sobre juventudes no Brasil, em relação às experiências juvenis que constituem o que estou chamando de contextos de vulneração, serão retomadas aqui alguns tópicos que orientam teórica e metodologicamente esta pesquisa. Na intenção de elaborar uma síntese de orientação, primeiro serão pontuadas as recomendações teórico-metodológicas, depois as implicações sobre o

⁴⁵ Ainda sobre o conceito de território, Saquet e Silva (2008, p. 31-32 *apud* Prado; Pereira; Pegoraro, 2020, p. 453) explicam que “pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo”. Logo, a delimitação de um território pode ser irregular ou alterar-se ao longo do tempo a partir de mudanças nas relações sociais e de poder (Prado; Pereira; Pegoraro, 2020).

⁴⁶ “Nesse sentido, instaura-se um movimento dialético em relação às notícias de criminalidade, sendo que elas alimentam o circuito midiático e são alimentadas por ele; produz-se, assim, um pseudo-retrato da sociedade, o qual, por sua vez, intervém na própria sociedade. Entretanto, mesmo derivando de diferentes fontes, o conteúdo audiovisual que alimenta o cenário da violência associado à criminalidade no senso comum não forma um coro polifônico a respeito desse movimento. Pelo contrário, forma-se um ruído monofônico que desconsidera aspectos históricos e sociais da violência e invade os modos de relacionar entre pessoas e espaços, propagando medo e (re)produzindo ainda mais violência na sociedade” (Prado; Pereira; Pegoraro, 2020, p. 452).

conceito de juventude, seguido de referências sobre experiências juvenis e as características dos contextos de vulneração pautados nos estados da arte discutidos.

Das recomendações teóricas e metodológicas é importante destacar, em primeiro lugar, aquilo que foi recorrente nos estados da arte, a saber, a necessidade de evitarmos uma concepção estática da subjetividade juvenil, especialmente os que estão em situação de vulneração, bem como foi unânime a constatação de que “juventude” seja tomada como uma construção social para além da definição etária, como determina o imperativo jurídico. O meio sugerido para este alcance, em geral, foi através da aproximação teórico-metodológicas com a história e as ciências sociais (Negreiros *et al.*, 2018; Sposito, 2002b; Sposito; Tarábola, 2017), como importantes para evidenciar os modos de vida e suas relações com os contextos das experiências juvenis.

A contextualização dos estudos sobre juventude a partir da história local (Corti, 2002) é uma recomendação importante para reconhecermos a peculiaridade de sua territorialização (Sposito, 2009b; Paixão; Almeida, 2013; Sposito; Tarábola, 2017; Prado; Pereira; Pegoraro, 2020), dos desejos e capacidades de superação das dificuldades, possibilitando, portanto, uma abordagem que não se sustente no estigma, no reforço da juventude vulnerada enquanto inimigo público. O dimensionamento territorial possibilitaria entender pertencimentos, afetos, perspectivas de vida e redes de conhecimento, que constituem lugares de aprendizagem juvenis.

A busca de relação com o contexto ampliado – não só do bairro, mas com a cidade como um todo – é uma sugestão de Prado, Pereira e Pegoraro (2020), que ressalta na ideia de um “território subjetivo”, definido nas explicações juvenis sobre a realidade que lhes é apresentada nos seus contextos de experiências, revelando “leis intrapsíquicas inconscientes”. Abordar o território enquanto objeto de pesquisa impõe um olhar atento às significações atribuídas pelos jovens aos seus movimentos e reconfigurações afetivas, com base também nas dinâmicas das relações de poder, uma forma de evitarmos uma perspectiva estática do território.

Há um deslocamento do interesse, normalmente voltado para o conjunto das instâncias que interferem nos processos de socialização dos jovens, para a tentativa de compreender o que os jovens fazem do que fazem deles (Corti, 2002; Negreiros *et al.*, 2018; Sposito, 2009a; Stengel; Dairell, 2017; Takeiti; Vicentin, 2015). Eis que a discussão sobre vulnerabilidade deveria incluir a ideia de uma “vulnerabilidade positiva” (Paixão; Almeida, 2013; Negreiros *et al.*, 2018), enquanto resposta que os sujeitos dão aos constrangimentos sociais, nas formas de resistência e adaptações e em oposição aos procedimentos intelectuais que governam a

juventude a partir de sua normatização pressuposta. O caminho seria, portanto, o de refletir a realidade juvenil a partir dos efeitos⁴⁷ na subjetividade e não das causas.

Vale a pena retomar aqui os indicadores propostos por Negreiros e demais autores (2018) para balizar avanços na pesquisa sobre juventude, a saber: se há foco nas resistências e enfrentamentos protagonizados pelos jovens em situação de vulneração; se é dada visibilidade à omissão do Estado; se há contribuição da pesquisa para inserir jovens na elaboração das políticas públicas; e se é dada evidência aos discursos que divergem da consideração da juventude como problema social.

A discussão sobre as experiências de jovens negros, que constituem a rua e a comunidade terapêutica, enquanto contextos de vulneração, proposta nesta pesquisa, aborda um fenômeno social, dentro do campo da educação, com aproximações a uma sociologia contemporânea da educação, ou a uma sociologia enraizada, de inspiração etnometodológica, o que de alguma forma é um avanço, no sentido sugerido nos estados da arte, de aproximar as pesquisas educacionais sobre juventude das ciências sociais e da história, ou ainda, da filosofia política, como proposto nesta pesquisa.

Apesar de boa parte dos dados sobre os contextos juvenis serem institucionais, as interlocuções entre jovens no contexto do Centro Histórico e suas relações com a cidade como um todo, são referências à discussão sobre a importância de territorializarmos as discussões sobre experiências juvenis. A valorização das interações juvenis enquanto raciocínio sociológico é outro ponto de relevância da abordagem desta pesquisa etnometodológica, em consonância com a recomendação de que as pesquisas valorizem as explicações juvenis sobre a realidade que lhes é apresentada nos seus contextos de experiências e sobre o que fazem do que fazem deles, como sugerido na perspectiva de uma vulnerabilidade positiva.

Não foi estranho encontrar, nos estados da arte, pouca referência às práticas juvenis, tanto por serem publicações voltadas para os modos de se abordar o objeto cientificamente quanto por essa ser uma lacuna apontada nos estados da arte aqui discutidos, uma vez que há escassez de pesquisas voltadas para modos de vida, cultura juvenil e consequentemente, pouca descrição sobre as práticas juvenis. Apesar disto, foram destacadas algumas práticas, a exemplo da prostituição e exploração feminina (Corti, 2002), como extensão de violência doméstica que

⁴⁷ “Parece mais potente pensar acerca dos efeitos de produção de subjetividades que as violências e vulnerabilidades suscitam nos jovens do que discurrir ou descrever os fatos violentos relacionados a eles. Refletir a partir dos efeitos e não das causas favorece um posicionamento ético-político que responde a outros modos de compreensão das violências, não as ressitando em polaridades como as daqueles que as cometem ou que as vivenciam (vítimas ou algozes), contudo, tendo-as como pano de fundo para entender a centralidade das lutas também por produção de subjetividades” (Takeiti; Vicentin, 2013, p. 955)

contribui para a ida à rua, bem como o uso de drogas e suas funções no âmbito da experiência afetiva. De certa forma, a evidência dada a tais práticas é também sintoma das orientações das pesquisas analisadas no estado da arte,

A síntese das referências sobre os contextos juvenis pontuada nos estados da arte até aqui discutidos perpassou pela denúncia do desencontro (Corti, 2002; Sposito, 2009; Sposito; Tommasi; Moreno, 2009) entre jovens pobres e os projetos a eles voltados, cujos resultados projetados geralmente não se efetivam, especialmente diante da escassa empregabilidade ou condições de “empreender”. Segundo as autoras, o caráter compensatório e ocupacional de ações de tais projetos geralmente não implica no reconhecimento de vulnerações e produção de orientações e condições de superação. A carência de abordagens participativas e dialógicas (Corti, 2002; Negreiros *et al.*, 2018) é ao mesmo tempo um sintoma e uma causa de distanciamentos e fugas institucionais.

A prática de retroalimentação de violências contra jovens infratores nos abrigos e nas unidades de medida socioeducativas (Sposito; Tommasi; Moreno, 2009) foi outra denúncia importante para expor a ambiguidade destes espaços norteados pelo ordenamento jurídico que determina os Direitos da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990, 2013), bem como da Juventude. No que diz respeito a análise das representações sociais (Paixão; Almeida, 2013; Negreiros *et al.*, 2018), a tendência liberal de responsabilizar o próprio jovem pelas situações enfrentadas, e os impactos desta representação na redução da qualidade de vida juvenil, foi recorrente. Apesar disto, foi importante o questionamento sobre a vulnerabilidade enquanto restritiva por ela não ter impedido o desenvolvimento de aspectos positivos no âmbito afetivo (Takeiti; Vicentin, 2013). Continuando na direção de nuances de uma vulnerabilidade positiva, as autoras apresentaram a narrativa de que a entrada no mundo do tráfico seria uma adesão a uma identidade juvenil reativa às injustiças e como forma de participar do universo do consumo. Como disse Chico Science⁴⁸, “banditismo por necessidade, banditismo por uma questão de classe”.

Finalizando esta sequência de sínteses, a última será sobre as lacunas apontadas no campo da educação, como desfecho mais voltado ao campo no qual está inserida esta pesquisa. Diante da contribuição pouco expressiva do campo educacional, interessada na discussão sobre juventude, vulnerabilidade e vulneração, pontuada nos estados da arte até aqui discutidos, é

⁴⁸ “Francisco de Assis França (Olinda, 13 de março de 1966 – Recife, 2 de fevereiro de 1997), mais conhecido pela alcunha de Chico Science, foi um cantor e compositor brasileiro, um dos principais colaboradores do movimento manguebeat em meados da década de 1990. Líder da banda Chico Science & Nação Zumbi, deixou dois discos gravados: *Da Lama ao Caos* e *Afrociberdelia*”. Ver em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Science.

importante retomarmos o contexto do problema, na tentativa de aprendermos com o que não tem contribuído com a superação dos problemas.

O isolamento em relação às demais ciências humanas (Sposito; Tommasi; Moreno, 2009) e a falta de interesse em conhecer as complexidades do contexto juvenil concretizam o que chamei de “reducionismo pedagógico”, com sérios problemas de fragilidade teórico-metodológicas para dar conta de um viés que valorize a capacidade descritiva dos jovens sobre sua própria realidade, para além do recorte de ensino e aprendizagem escolar. O resultado disto foi a escassez de pesquisas em educação que partissem de pressupostos mais positivos ao olhar para os interlocutores, nos contextos de vulnerabilidade.

Os estados da arte aqui discutidos apresentam críticas e dicas importantes para superarmos lacunas teóricas e metodológicas da pesquisa sobre juventudes e vulnerabilidade no Brasil, que, de alguma forma, dão sentido à escolha da orientação desta pesquisa, a ser detalhada nos procedimentos metodológicos da próxima subseção. Em primeiro lugar destaco as críticas dirigidas ao campo da educação, por seu decrescente interesse, ao longo dos anos, pela temática das juventudes, em especial para as situações de vulnerabilidade e situações não escolares. Em segundo lugar, a pouca aproximação das pesquisas em educação em direção às ciências sociais e à história e por fim, a falta de uma abordagem sociológica, em educação, que nos possibilite conhecer os jovens para além e para além das definições que ofuscam suas próprias e espontâneas definições da realidade social em que vivem.

Em relação ao desinteresse do campo da educação pela temática da juventude e vulnerabilidade, a tendência a reduzir a experiência juvenil aos aspectos pedagógicos e aos processos de ensino e aprendizagem (Sposito, 2002b) anda lado a lado com a tendência a desconsiderar as experiências advindas de outros espaços socializadores e a constatação de que apesar do ECA, o Estado e a escola não viabilizam novas alternativas educacionais que incorporem as crianças e jovens que estão em processo de exclusão (Corti, 2002).

A pouca aproximação das pesquisas em educação em direção às ciências sociais e à história é uma situação que de alguma forma fundamenta a conjuntura discutida no parágrafo anterior, considerando que estas áreas disciplinares já possuem tradição de pesquisa sobre a temática, a partir de uma contextualização social, histórica e antropológica, mais apropriada para a descrição de contextos e experiências que extrapolam as reduções pedagógicas do que viria a ser a juventude que entra e sai todos os dias das escolas, porém muitos não voltam.

A crítica a falta de uma abordagem em educação, que nos possibilite descrever o que dizem e vivem os jovens em situação de vulneração, a partir de suas experiências, é acompanhada de uma série de sugestões interessantes para esta pesquisa. A saber, a importância

de construirmos problemáticas a partir de um diálogo horizontal com autores que produzem sobre o mesmo tema, e com aproximação ao campo das ciências sociais. Destaco a sugestão de que sejam feitos mais estudos sobre sociabilidade juvenil, voltados para observar mundos juvenis possíveis (Sposito, 2002a; Sposito; Tommasi; Moreno, 2009) que possibilitem considerá-los enquanto sujeitos capazes de inventar formas de vida, diante dos problemas que enfrentam (Takeiti; Vicentin, 2015). Esta abordagem se orientaria a partir dos efeitos na subjetividade juvenil e não das causas, por tomar o ponto de vista juvenil como central na descrição de suas realidades sociais (Stengel; Dairell, 2017).

A proposição de uma sociologia enraizada, de dimensão territorial da situação de vulnerabilidade, abre caminho para entender pertencimentos, afetos, perspectivas de vida e redes de conhecimentos, que constituem lugares de aprendizagem juvenil (Sposito; Tarábola, 2017). Neste sentido, pesquisas e intervenções sobre juventude e vulnerabilidade devem ser baseadas na “apreensão dos modos singulares construídos nessas relações, que se expandem para as interações cotidianas com a cidade de modo geral e não focadas no território limitado pelos bairros” (Prado; Pereira; Pegoraro, 2020, p. 460).

Mas a sociologia enraizada é legado da produção intelectual do brasileiro Silveira Martins, que a define, segundo Frehse (2018, p. 14) pela “busca tácita por enraizar socialmente modos de agir, pensar, sentir, imaginar e viver/vivenciar que impregnam a vida cotidiana”. A autora também apresenta seu aporte materialista dialético, ao sugerir atenção a quais “contradições da própria vida de todo dia, acabam por revelar, a seu modo, processos históricos mais amplos que movem a sociedade brasileira do passado e do presente” e que apontam horizontes possíveis.

A sociologia enraizada, segundo Sposito (2018, p. 238), apresenta-se enquanto recusa de uma interpretação estritamente estrutural da realidade social, é referenciada nas discussões sobre a vida cotidiana e na possibilidade da constituição de novos sujeitos, capazes de intervir e transformar o real. Na intenção de caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração, a discussão teórico-metodológica a seguir inspira-se na perspectiva e abre frentes de conexão com as microssociologias, em especial, com a etnometodologia.

3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O título “Procedimentos teórico-metodológicos” dá um sentido mais amplo ao descrito nesta seção, dedicada também a uma breve fundamentação teórica do método construído nesta investigação. Para melhor situarmos as discussões teórico-metodológicas aqui presentes, retomemos o objetivo geral de caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração, que se desdobrou em três objetivos específicos, a saber: 1) Descrever as experiências juvenis em contextos de vulneração; 2) Mapear e descrever as práticas e regras que configuram tais experiências; e 3) Estabelecer contrastes entre as análises sociológicas juvenis e as análises históricas e filosóficas mobilizadas na investigação, em coerência com os problemas descritos no campo empírico.

De abordagem qualitativa, esta pesquisa teve como métodos a observação participante, com uso de gravação em áudio, fotografia e caderno de campo, bem como a análise documental de dados primários, como relatórios, manuscritos e análise documental de dados secundários, como os textos jornalísticos, balanço do financiamento público de comunidades terapêuticas e as notas de repúdio a esse financiamento, acessadas durante a pesquisa. Para a análise dos dados foi feito um contraste teórico com as narrativas juvenis, a partir das teorias discutidas nas revisões bibliográficas desta pesquisa, tanto na revisão dos estados da arte sobre juventudes, nas discussões conceituais, quanto nas discussões sobre juventude negra, no pós-abolição da escravidão, no contexto da Bahia, pelo viés da micro-história. Além destes referenciais de contraste citados, como lastro de orientação analítica principal, a filosofia política de Michel Foucault foi fundamental.

Para a abordagem das experiências juvenis, esta pesquisa iniciou com levantamento bibliográfico pouco sistemático, uma vez que somente foram usadas as bases de dados do SciELO e do Google Acadêmico, e nos repositórios de teses em Educação da UFBA e da UNEB, a partir das palavras-chave: “juventude” e “vulnerabilidade”, ou, “adolescência” e “vulnerabilidade”, com o recorte de 2015 a 2020. Foram encontrados, no total, 36 artigos, 3 teses da UFBA e 2 teses da UNEB.

Os artigos foram agrupados por temas, totalizando 5 artigos abordando conceitualmente, 4 discutindo o contexto histórico, 13 artigos abordando a temática com enfoque nas políticas públicas e 14 artigos discutindo modos de vida. Do montante de 36 artigos, foram encontrados 11 estados da arte discutindo publicações científicas sobre juventudes e vulnerabilidades, com análises que cobrem o intervalo entre 2015 e 2019. Ao analisar os estados da arte foi possível

verificar que estes incluíam muitos artigos inseridos na contagem geral, além de serem praticamente um terço do total de artigos encontrados.

Considerando o caráter panorâmico de publicações de estados da arte, resolvi iniciar a leitura por eles e acabei considerando que era desnecessário fazer um novo estado da arte, pois as problematizações, as lacunas teóricas e metodológicas levantadas nos 11 artigos já foram suficientes para justificar a escolha teórica e metodológica desta pesquisa, no contexto da educação. Neste sentido, foram excluídos os 25 artigos que não eram dedicados aos estudos de estado da arte e foram incluídos outros estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade, encontrados nas referências dos artigos lidos, publicados em 2002, 2009 e 2013.

Em um segundo momento, foi feita uma apresentação dos usos dos conceitos básicos da pesquisa, a saber: experiência, contextos e vulneração. Na busca de uma orientação metodológica que possibilitasse o alcance do objetivo da pesquisa, foi feita uma terceira revisão bibliográfica sobre o aporte das microssociologias, em especial da etnometodologia, como vertentes da pesquisa qualitativa que orienta esta investigação. Após as revisões bibliográficas anteriores, enquanto aguardava a inserção no campo, por conta da pandemia, o banco de dados agregado da comunidade terapêutica foi integrado à pesquisa, bem como outros documentos, para minimizar o impacto da pouca quantidade e qualidade dos dados acessados em relação ao contexto discutido. Neste sentido, foi utilizada a análise documental como método para abordar os dados secundários desta etapa.

O banco de dados agregado não estava previsto no projeto inicial, voltado somente para acompanhamento de jovens no cotidiano do Centro Histórico de Salvador e por conta da dificuldade de inserção no campo durante a pandemia, ele foi inserido por conter registros de interações sobre experiências na comunidade terapêutica, cuja identidade será preservada por questões éticas. O uso dos dados agregados foi autorizado pela instituição que detinha os documentos e validado junto ao Conselho de Ética em Pesquisa, como sinalizado no Anexo A.

Em um quinto momento, foi iniciado o campo do Centro Histórico de Salvador, no qual me inseri por observação participante (May, 2004), seguido do trabalho simultâneo de transcrição e discussão das experiências descritas, e categorizadas a partir de regras e práticas das situações que deram concretude aos contextos de vulneração. O campo do Centro Histórico foi centrado nas experiências de Miró, que estava ciente da realização da pesquisa (Anexo A) e suas interações com seus pares que apareciam eventualmente. O interlocutor, ciente dos riscos e da possibilidade de se retirar voluntariamente da pesquisa, aceitou colaborar, autorizando o seu acompanhamento para os registros necessários, bem como sobre a dispensa do TCLE e a importância dos cuidados com o seu anonimato.

A faixa etária de Miró e do seu interlocutor, também capoeirista, Paru, do Sul da Bahia estava situada entre 18 e 23 anos, em consonância com as referências do Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) (Brasil, 2013).

A idade exata de cada interlocutor foi omitida por medida de segurança contra a identificação. O Pacêro, outro interlocutor de Miró que apareceu em uma das idas a campo, era adulto, tinha aproximadamente 55 anos e estava em situação de rua. O recorte etário a partir dos 18 anos implicou na perda de referência de jovens mais novos, mas isso foi inevitável, diante da dificuldade de conseguir autorização, durante a pandemia, para abordar menores de idade sem responsáveis para assumirem tutela de autorização para participarem da pesquisa, uma vez que estariam em situação de rua, restrição que não aconteceu no caso do banco de dados agregado da comunidade terapêutica, nos quais são encontradas interações juvenis de várias faixas etárias.

As informações geradas junto aos interlocutores do Centro Histórico de Salvador consistiram em relatos de observação participante e transcrição de gravações com interações juvenis, nas quais foi possível observar as situações e recolher as descrições das situações vividas nos contextos de circulação em campo. As situações da observação participante foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: 1) expor a opinião juvenil sobre práticas e regras dos contextos de suas experiências; 2) expor a agência dos dispositivos disciplinares que incidem sobre jovens vulnerados; e 3) expor o que jovens fazem do que fazem deles.

Em relação aos dados da comunidade terapêutica, todas as situações descritas nas anotações técnicas, do banco de dados agregado, foram inseridas nesta pesquisa, o que não implicou em critério de exclusão de partes do documento manuscrito, mas o relatório da equipe técnica sobre a situação juvenil na comunidade terapêutica que foi denunciada foi utilizado parcialmente, para evitar maiores exposições, tanto da instituição que foi fiscalizada quanto da que cedeu os dados, uma vez que isso foi acordado junto ao Conselho de Ética em Pesquisa (Anexo A).

Em um sexto momento, de posse das discussões a partir das experiências juvenis, foi feita outra revisão bibliográfica de teorias de minha familiaridade, que julguei coerentes com as recomendações presentes na revisão bibliográfica de estados da arte e com os problemas juvenis descritos em ambos os contextos discutidos nesta pesquisa, para a realização do contraste teórico com as descrições juvenis. As recomendações teóricas também foram construídas na solidariedade intelectual de amigos, amigas e na tímida trajetória de leitura, em direção à filosofia política e à micro-história.

Tal contraste teórico, com referenciais de minha familiaridade, longe de ser uma modelagem de dados empíricos, selecionados para corresponder a esquemas apriorístico-teóricos, é um movimento de busca de teorias como ponto de chegada a partir de temas que foram destacados pelos interlocutores e no banco de dados da comunidade terapêutica. Após os contrastes teóricos que dinamizaram as interpretações juvenis com referenciais antropológicos, históricos e filosóficos, foi feita a análise dos resultados da pesquisa em relação aos objetivos e em seguida foram construídas as considerações finais. Vamos às fundamentações teóricas do método.

A revisão bibliográfica sobre juventude e vulnerabilidade, apresentada antes dessa seção sobre os procedimentos teóricos e metodológicos, possibilitou o entendimento das tendências e lacunas da pesquisa sobre juventudes e vulnerabilidade em educação, o que ajudou a direcionar esta pesquisa, evitando a repetição de problemas teórico-metodológicos e possibilitando alguns avanços na abordagem da temática. Na direção de uma fundamentação metodológica, farei uma breve discussão sobre pressupostos teóricos importantes para o método desta pesquisa.

O esforço de descrever a apresentação de práticas e regras experienciadas no contexto juvenil nos remete à inversão da problemática⁴⁹ sociológica, na qual, segundo Coulon (2017), as normas e regras passam a ser temas legítimos de investigação sociológica – e consequentemente de uma sociologia da educação – deixando de ser, como na abordagem da sociologia clássica, um pressuposto para selecionar acontecimentos coerentes. O autor considera que as normas sociais e as regras locais sobre as quais os interlocutores agem, precisam ser tomadas como tais, enquanto objeto de pesquisa, evitando que sejam meros receptáculos conceituais ou desvios que atrapalham a afiliação teórica e os pressupostos do pesquisador.

Em seu livro *As microsociologias* (2005), Lapassade dedica uma de suas seções para discutir sobre a “tradição positivista em sociologia”, na qual a sociedade é descrita e explicada pela linguagem da causalidade, inspirada nas ciências naturais e em busca das leis que normatizam o fenômeno observado. Dentro desta perspectiva, a descrição dos membros, ou ainda, dos atores sociais, seria imprecisa, por estarem eles ocupados com assuntos práticos e

⁴⁹ “Quando estamos na posição de etnógrafo, podemos facilmente observar que as próprias propriedades das regras que os atores sociais seguem são, constantemente, objeto de seus comentários. Eles explicam de maneira incessante suas condutas entre si, referindo-se a um conjunto de normas e regras utilizando a linguagem coloquial. Além disso, as suas explicações são reflexivas, ou seja, elas se tornam “objetos” constitutivos do próprio quadro. Entretanto, a maior parte do tempo, esses são dados que passam despercebidos, porque a própria concepção teórica que os sociólogos têm das regras, consideradas como o que rege nossas ações, os impede de ter acesso às suas ocorrências visíveis” (Coulon, 2017, p. 207).

não científicos, de modo que o serviço do sociólogo profissional seria o de produzir uma imagem mais confiável do mundo social. Em uma relação, por um lado, de oposição e, por outro, de complementaridade, a tradição positivista serve de base para a abordagem quantitativa enquanto a abordagem qualitativa se apoia na tradição compreensiva da sociologia, em especial, a partir da contribuição de Weber.

A crítica metodológica à pesquisa na sociologia positivista seria em relação ao pressuposto de que os instrumentos estruturados de pesquisa (entrevistas, questionário, roteiros de observação) seriam mais adequados e confiáveis ao esclarecimento da realidade social pesquisada. Aquilo que sustenta a ideia de confiabilidade e precisão é o mesmo que enviesa⁵⁰ a definição social dos fenômenos, na medida em que se desconsidera o caráter estruturante e indutivo da “produção dos dados”. Dentro desta tradição sociológica positivista, há pouco interesse pelas atitudes individuais, por si mesmas. Fazendo uma crítica ao uso de análises dedutivas e ao uso de indicadores sociais, Lapassade (2005, p. 124) destaca que o sociólogo tem como meta final a explicação causal dos fatos sociais e “não o conteúdo experiencial das situações”, dando-se preferência aos indicadores sociais.

A crítica retomada pelo autor foi a de que a sociologia positivista distorce a realidade vivida no cotidiano das pessoas, nas atividades concretas que configuram a sociabilidade. Por esta abordagem, as pessoas são interpeladas pela estrutura prévia do que se quer saber na pesquisa, na forma de instrumentos, e as informações com eles produzidas serão “tratadas” a partir de indicadores.

A concepção de indivíduo na sociologia positivista considera que este é produto das normas, regras e sistemas de valores sociais. Aqui, o interesse é pelo funcionamento coletivo, baseado nas macrodeterminações que explicam as interações sociais. A sociologia compreensiva, ou interpretativa, como chama Lapassade, ao contrário, atua no nível das interações situacionais do cotidiano, sem ignorar a ordem macrosocial, porém, a partir da forma em que os atores sociais a colocam em prática no seu dia a dia. Entende-se, nesta

⁵⁰ “O pesquisador pressupõe que as questões contidas no seu questionário são adequadas ao esclarecimento dos problemas que ele levanta; que elas são explícitas e inequívocas; que aquele que responde entenderá tais perguntas no sentido desejado pelo investigador e não as achará intimidantes; que essas questões não vão suscitar no sujeito respostas cujo verdadeiro motivo seja: ‘é assim que convém responder’, ‘é a resposta que se espera de mim’, e, não, ‘eis o que eu creio em relação ao assunto indicado nessa questão’; que as escolhas impostas pelas perguntas fechadas (responder ‘sim’, ou ‘não’ ou escolher uma resposta pré-fixada, se for um questionário de múltipla escolha) e pré-codificadas para um tratamento estatístico e informático, não vão excluir eventuais respostas mais válidas que ele poderia ter dado, se não tivesse havido essa limitação que ‘fecha’ a questão. Enfim, o investigador conseguirá manifestar sua neutralidade no assunto, (mostrando que ele mesmo não tem preferência em relação às eventualidades propostas no questionário), de maneira a não distorcer a resposta que ele vai receber e invalidar, desse modo, os dados da ‘população’, que é o objeto da investigação” (Lapassade, 2005, p. 120).

perspectiva, que a vida cotidiana é um lugar em que os atores sociais operam as normas sociais nas especificidades situacionais e de forma criativa.

O importante nesta abordagem qualitativa⁵¹ é a descrição das ações e reações dos interlocutores em suas relações cotidianas. Passa-se da valorização do que diz o sociólogo sobre a realidade social, para a valorização do que dizem os atores sociais sobre o que estão vivendo, uma valorização de sua capacidade de exercer o raciocínio sociológico prático, como afirma Garfinkel (2002). A tarefa, portanto, segundo Lapassade (2005, p. 145) é a de “conhecer o que os atores mesmos conhecem, ver o que eles vêem, compreender o que eles compreendem, apropriar-se de seu vocabulário, de seu modo de enxergar o mundo” e de sua maneira de estabelecer o que lhes é importante e o que não o é. O trabalho do sociólogo, nesta perspectiva, seria o de identificar os motivos das ações e compreender o que elas significavam na perspectiva juvenil. Vamos para a discussão sobre a possibilidade de a experiência ser tomada como um dispositivo de descrição dos contextos de vulneração juvenis.

A tentativa de caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração, mapeando e descrevendo regras e práticas, depende do que dizem os jovens, com ênfase nas intervenções de regulação comportamental entre os pares, nas rotinas cotidianas e nas práticas empreendidas para tornar ações inteligíveis uns aos outros. É a partir desta inteligibilidade mútua que o pesquisador pode acessar o descrito, analisado, observado, narrado pelos jovens.

Dando seguimento à busca de uma orientação metodológica para esta pesquisa, na direção de uma sociologia enraizada para o estudo de experiências juvenis em contextos de vulneração, retomo o livro de Lapassade, *As microsociologias* (2005), no qual o autor as fundamenta a partir de influências do interacionismo simbólico, da psicossociologia, da análise institucional, da fenomenologia social e da etnometodologia, incluindo a pesquisa ação e a observação participante. Esse conjunto de influências parece coerente com a ideia de uma sociologia enraizada, especialmente pela influência do interacionismo simbólico, da fenomenologia social e da etnometodologia.

Para Lapassade (2005), o caminho das microsociologias seria basicamente o de descrever o fenômeno social a partir das “formas de sociabilidade”. A atenção do pesquisador seria para os processos sociais sendo feitos, na espontaneidade do social, em que é produzida a

⁵¹ “Já os defensores da sociologia qualitativa consideram, ao contrário, que os homens fazem a sua história a cada instante, gerem sua vida cotidiana em circunstâncias que têm, sem dúvida, uma estrutura, mas que não funcionam como uma espécie de fatalidade. Essas circunstâncias são retomadas e reconstruídas constantemente nas interações da vida diária. Nós contribuímos ativamente na produção de nosso destino” (Lapassade, 2005, p. 142).

ordem microssocial. Daí a pertinência desta orientação metodológica para esta pesquisa, interessada nas experiências juvenis, a partir de suas interações em situações do cotidiano e a partir de registros de interações em áudio, bem como em anotações e documentos pertinentes.

Apresentando as influências do interacionismo simbólico, Lapassade (2005) cita a contribuição de Mead⁵², ao defender a ideia de que as pessoas são produtoras de suas próprias ações e significações. Nesta perspectiva, é reconhecida a materialidade, a concretude da existência e seus estímulos, mas que perpassa pelas reações das pessoas, entendidas enquanto produtoras de símbolos significativos sobre esta mesma existência. O conceito de definição da situação presente no trabalho de Thomas (1928) pressupõe que os significados sociais são atribuídos pelos indivíduos, nos processos de interação. A definição da situação estaria, segundo Lapassade (2005, p. 20), “enraizada em sua biografia, na situação em si mesma, na comunicação verbal e não-verbal” dos interlocutores.

A definição da situação, atribuída pelo indivíduo e referenciada em elementos biográficos, é um caminho interessante para amenizarmos o imperativo da congregação social como requisito de objetificação da realidade dentro da etnometodologia, tradicionalmente desinteressada pela subjetividade, como se os processos de objetificação das situações do cotidiano não fossem processos subjetivos. Se há um desinteresse epistemológico pela subjetividade, por óbvias influências da fenomenologia social e do empirismo, na etnometodologia, ousa questionar se no âmbito individual, subjetivo, não estaria mais bem localizado o processamento da congregação, que, em se dando em um determinado contexto social, é uma combinação subjetiva entre o estoque de conhecimento disponível, a biografia e as contingências da experiência.

Na sociologia do indivíduo, Dubet (1994) nos ajuda a pensar na socialização enquanto trabalho sobre si, mediante diferentes aprendizagens construídas na trilha biográfica, com seu conjunto específico de experiências sociais que ajudam a transformar a educação em autoeducação. Aqui fica evidente a relação entre interação e aprendizagem, uma vez que a identificação é relacional e circunstancial.

Em síntese, uma abordagem microssociológica, que seria um sinônimo da “sociologia enraizada”, teria como orientações metodológicas para a pesquisa: levar em conta as atividades cotidianas; não negar a influência do contexto, mas reconhecê-lo a partir da produção das

⁵² “O interacionismo simbólico (IS) é uma corrente americana das ciências sociais, fundada em Chicago, no início do século XX por G. H. Mead e seu discípulo e sucessor Herbert Blumer que, em 1938, em artigo dedicado à psicologia social (esse é o título), propôs criar essa disciplina a partir de Mead e de seu conceito de interação simbólica” (Lapassade, 2005, p. 19).

atividades dos membros, interagindo em uma determinada situação; atentar para as negociações nas interações, pelo reconhecimento de que elas não são simplesmente consensuais e familiares, implicando em um movimento de readequação constante dos sentidos compartilhados. Isto ajuda na proposição de que as experiências sociais de alguma forma produzem contextos e se expressam em situações do cotidiano juvenil, imbuídas de práticas e regras específicas.

Por fim, Lapassade (2005, p. 25) deixa a lembrança de que o interacionismo é um construtivismo e que conseqüentemente “toda observação, e não somente a observação etnográfica, é uma construção”. Para Lapassade (2005, p. 36), Gurvitch define as microsociologias como o estudo das interações constitutivas do social num certo nível, sendo orientado pela concepção de “vida social que não para em suas formas estabilizadas”, de modo que o trabalho de pesquisa seria voltado para a descrição do que esta vida tem de espontânea, de criatividade e de invenção. Neste sentido, cabe a proposição de que as experiências juvenis constituem contextos.

Na apresentação da fenomenologia social como um dos pilares das microsociologias, Lapassade (2005) cita Alfred Schultz (1987) em sua proposição de que a pesquisa deveria estar voltada para a descrição de atitudes naturais do homem em seu mundo-vida, com foco na maneira pela qual o mundo social é por ele constituído. Os componentes apresentados por Lapassade como essenciais à fenomenologia social foram: a atitude natural, o estoque de conhecimento comum e as tipificações e categorizações de senso comum. Para Schultz, o mundo social é definido por aqueles que nele vivem, porém, apresenta-se enquanto preexistente aos interlocutores, munido de estruturas de ordem e de sentido comum compartilhado. Sobre a definição de raciocínio prático ou de senso comum na fenomenologia social, a compreensão é de que ele se estrutura a partir do estoque de conhecimento comum de tipificação da realidade compartilhada entre os interlocutores e depende do contexto de uso.

O legado de Weber é citado pelo autor, pela proposição do conceito de “tipo ideal”, para fazer referência ao processo de tipificação da realidade social que funciona como um dispositivo de aproximação para a pesquisa, enraizada em documentos históricos ou no campo empírico. Finalizando a apresentação da fenomenologia social como pilar da microsociologia, Lapassade (2005) aponta a apresentação de um saber social, fundado no interesse prático e concreto pelo mundo, como sua contribuição principal.

A etnometodologia, outro pilar das microsociologias, é apresentada por Lapassade (2005) como uma corrente da sociologia criada por Harold Garfinkel, voltada para a descrição de processos usados na vida cotidiana, de forma natural, para interpretar a realidade social, a partir do que Garfinkel chama de raciocínio sociológico prático. Tal raciocínio seria o produto

de uma sociologia não profissional, com lógicas e métodos do senso comum, influência clara da fenomenologia social de Schultz e Garfinkel. Para ele, são as realizações práticas que produzem os fatos sociais. Segundo Lapassade (2005, p. 45), o objeto de estudo da etnometodologia é a “atividade metódica dos membros na produção e na manutenção da ordem social”.

Neste sentido, retomo minha problematização sobre o imperativo da congregação social como requisito de objetificação da realidade dentro da etnometodologia e, mais uma vez, questiono se no âmbito subjetivo não estaria mais bem localizado o processamento da congregação, enquanto combinação entre o estoque de conhecimento social disponível, a biografia e as contingências da experiência. Esta questão será mais bem ilustrada na discussão sobre as experiências juvenis descritas pelos interlocutores do Centro Histórico de Salvador, na medida em que os relatos individuais apresentam “congregações subjetivas”⁵³ do que foi produzido socialmente em sua biografia. A ideia da coexistência das lógicas da ação no indivíduo (Dubet, 1994), como orientações múltiplas para a definição da situação, diminui a exigência de uma validação coletiva da definição da situação e possibilita o reconhecimento da subjetividade que envolve a objetificação das experiências vividas, na forma de aprendizado significativo.

Ao apresentar as noções fundamentais da etnometodologia, Lapassade cita a reflexividade enquanto “relação circular entre os elementos constitutivos do contexto e o contexto mesmo: os elementos constituem o contexto daqueles que, por sua vez, dão sentido a esses elementos”. Nesta perspectiva há um reconhecimento de que, por um lado, o olhar constitui, tipifica, organiza os objetos da experiência, e por outro lado, a experiência contém uma ordem circunstancial que se impõe e que é reconhecida no senso comum. A descrição das experiências discutidas nesta pesquisa valoriza a descrição juvenil, considerando que a partir dela as práticas, as regras e os contextos ganham sentido.

Lapassade (2005) sinaliza que o que interessa ao pesquisador, inspirado na etnometodologia, dentro da qual se propõe o uso do método documental, é a atividade metódica dos membros na produção e manutenção da ordem social, com todo o cuidado para não tornar

⁵³ A ideia de congregação subjetiva que proponho, se apoia no pressuposto de que se é na interação que o estoque de conhecimento da realidade social é reconhecida e compartilhada, é no âmbito subjetivo que ela é objetificada e incorporada enquanto aprendizagem. As situações, tomadas nas memórias que as definem, são produtos da objetificação subjetiva e guardam coerências com os contextos sociais em que estão enraizados. Acredito que esse assunto ainda é um problema para o pressuposto da externalidade dos processos de congregação da realidade social na etnometodologia, herdeira da importante contribuição de Durkheim, da qual vem a ideia de externalidade e coercitividade dos fatos sociais. O modelo de objetividade da etnometodologia depende da congregação produzida na relação entre membros de uma determinada situação, fluindo naturalmente em suas práticas normais e reflexivas. Suponho que estamos ignorando a internalidade do processo de congregação.

os papéis, as normas e regras, elementos que transcendem as interações que as governam. Busca-se, por esta abordagem, entender como os e as jovens usam normas para descrever o social nas suas interações.

O objeto da discussão do método documental é a descrição dos mecanismos banais de interpretação, produzidos pelos interlocutores em suas relações cotidianas, “nos procedimentos pelos quais os indivíduos se compreendem reciprocamente, e questionam, em certa medida, sobre o seu mundo cotidiano” (Coulon, 2017, p. 213). O método documental utilizado para compreender e interpretar as situações produzidas nas relações entre interlocutores aplica-se também a atitudes não verbais, ao ambiente, às oposições, aos desafios, ao aspecto das aparências e às diferenças entre os interlocutores.

Ao discutir o caminho para encontrar os modelos subjacentes ao conjunto de elementos concretos da experiência social, Lapassade (2005) apresenta o método documental como procedimento cognitivo que reúne os fatos concretos, como documentos que exemplificam o modelo⁵⁴, em uma relação reflexiva. O reconhecimento da incompletude das trocas sociais nos impõe um trabalho de interpretação baseado nas evidências do cotidiano, das situações que tornem razoáveis as interpretações do pesquisador. Considerando que as regras não descrevem a contingência das práticas a elas associadas, precisamos ampliar o olhar para o contexto das interações.

Mas, tecnicamente, como então tomar as práticas e regras presentes nas experiências juvenis enquanto indicadores de contextos de vulneração? Retomando as contribuições de Don Zimmerman e Lawrence Wieder (1972), Coulon (2017, p. 207) cita três etapas sugeridas por aqueles autores, para tornar as normas um tema de estudo da sociologia, nas quais recomenda-se que abandonemos a hipótese de que as condutas sociais são governadas por normas, que consideremos o raciocínio sociológico descritivo dos indivíduos e, por fim, que abordemos essas descrições de modo a verificar que regras são colocadas em prática. No que diz respeito ao entendimento de como os interlocutores seguem as regras, seria interessante analisar como as normas se manifestam nos acontecimentos tidos como normais e os efeitos que eles produzem. Trata-se de distinguir as instruções das práticas nelas baseadas.

A partir desta inspiração na etnometodologia, o alcance dos objetivos específicos traçados se deu a partir do acesso às considerações juvenis *in loco*, no Centro Histórico de Salvador e nos documentos do banco de dados agregados da comunidade terapêutica sobre suas experiências em contextos de vulneração. A discussão sobre tais experiências é aqui abordada

⁵⁴ No caso desta pesquisa, o modelo em questão se expressa nas ideias de “contextos de vulneração”.

na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade e na seção sobre “Experiências juvenis”, baseada em gravações de áudio e registros das conversas entre jovens em diferentes contextos, e nos registros em áudio e no caderno de campo, sobre o cotidiano juvenil no Centro Histórico e adjacências. Os contextos de referência das interlocuções juvenis estudadas foram a situação de rua e o “acolhimento” na comunidade terapêutica.

A análise das regras e práticas que configuram as experiências juvenis, está desenvolvida na subseção “Experiências Juvenis”, a partir das interações transcritas e anotações feitas em caderno de campo, considerando que no modo juvenil de descrever suas experiências, encontramos as práticas e regras sociais que configuram contextos de estudo desta pesquisa. A noção de regra e de prática, utilizadas para a seleção de partes das interações que exponham compartilhamento de valores e condutas, limita e/ou cria linhas de fuga para incluir aquilo que jovens fazem do que fazem deles.

Ao final, na última seção, a partir do mapeamento de regras e práticas advindas das experiências juvenis discutidas, foi feito um contraste entre as análises teóricas desta tese e as análises sociológicas juvenis. A ideia de raciocínio sociológico prático juvenil é inspirada na preocupação de Garfinkel (2002) de valorizar os procedimentos de produção de ordem social, especificados nas maneiras dos membros de um contexto social interagirem entre si. As análises teóricas são representadas pelo conjunto de bases conceituais e metodológicas desta pesquisa, e nesse sentido, contrastes com os conceitos de juventude, experiência, contextos e vulneração, incluindo o uso do método documental e a análise documental utilizados nesta pesquisa, serão fundamentais.

Considerando que predomina, na pesquisa sobre juventude em educação, o silenciamento científico gerado por explicações que revelam nossos distanciamentos do cotidiano juvenil, a partir de nossos sentidos comuns científicos de enquadramentos teóricos prévios, por exemplo, de raça e classe⁵⁵, esta seção é uma etapa interessante em que será possível

⁵⁵ Não se trata de negar os marcadores e sim de valorizar o processo indutivo engendrado por Crenshaw para chegar a esta proposição, a partir de uma imersão empírica. Me parece que a explicação do que influencia a conduta juvenil, a partir da interação dos jovens, é mais importante que buscar correspondência teórica com o que se determinou, *a priori*, enquanto elemento de determinação de conduta, a partir de esquemas teóricos. Fixar os marcadores como referência analítica é algo posterior à sua identificação e fixação explicativa sobre determinados contextos, a serem compreendidos a partir do que é pertinente aos interlocutores e não aos interesses de invariáveis prefixadas, ao sabor do senso comum acadêmico. É claro que se mirarmos os fenômenos sociais a partir do que prefiro chamar de invariáveis, isoladas, como a classe no marxismo, a raça ou o gênero, teremos maiores limitações, mas, o problema que demandou de nós uma mirada complexa, fixa novas invariáveis que ao mesmo tempo que ampliam a visão, nos colocam diante de uma limitação mais complexa na explicação do social. As determinações teóricas podem ser referências importantes para nos acomodarmos nas compreensões pressupostas, que nos impedem ir além e aquém daquilo que fomos ensinados a enxergar. O resultado da prática investigativa é a peregrinação rumo ao que sabemos que vamos buscar e talvez encontrar, na seletividade de um olhar complexo, dentro dos limites de variáveis que nos foi autorizado entre os pares aos

discutir a pertinência teórica reunida neste trabalho, diante das considerações juvenis. Em seguida, a partir da retomada dos objetivos da pesquisa, são apresentadas as considerações finais.

Como o trabalho de campo no Centro Histórico consistiu em descrever as trocas simbólicas juvenis, sem interferir ou induzir narrativas por instrumentos como entrevistas e questionários, as gravações, bem como as anotações no caderno de campo, foram fundamentais para posterior análise e descrição de como eles vivenciaram e especificaram suas experiências.

Para esta etapa a observação participante foi fundamental, considerando que ela possibilita “escutar, observar e experienciar e expor teorias e biografias para situações e relações sociais novas e não familiares, com vistas a ampliar o entendimento delas” (May, 2004, p. 173). A observação participante é uma técnica da pesquisa qualitativa orientada pelo pressuposto de que:

O conhecimento do mundo social não vem das nossas proposições de lógica sobre as quais geramos os nossos entendimentos. Os profissionais esquivem-se do que é conhecido como o *a priori* (uma proposição que pode ser conhecida como falsa ou verdadeira sem referência à experiência), preferindo o *a posteriori* (conhecer como as coisas são por referência a como elas têm sido ou estão) (May, 2004, p. 175).

Dois aspectos relevantes deste método para esta pesquisa são: prevenção de que o pesquisador imponha sua própria realidade social sobre os fenômenos significados nas trocas simbólicas de interlocutores observados e a autoridade dos sentidos atribuídos às ações são, em primeira instância, das pessoas interlocutoras da pesquisa.

A título de rigor, para validar o entendimento do pesquisador, May (2004) cita alguns indicadores importantes: o tempo, cuja intensidade de permanência em campo possibilita maior adequação do entendimento do fenômeno social; o lugar, o ambiente onde as interações acontecem e que, bem descritos, ajudam no processo interpretativo; as circunstâncias sociais, que configuram papéis de pessoas, conjunto de atividades que ajudam a situar o fenômenos sociais; a linguagem, cuja familiaridade do investigador e da investigadora, possibilitam interpretações mais coerentes com as formas de comunicação verbais e não verbais expostas nos contextos de observação; a intimidade, que expressa o grau de envolvimento com interlocutores, de modo a acessar contextos mais privados que possibilitem melhores interpretações; e o consenso social, no sentido de que os sentidos sociais são compartilhados e

quais devemos provar competência de pertencimento acadêmico, na seletividade das características que devemos apresentar sobre os fenômenos estudados.

dão sentido ao pertencimento, por linguagem comum, aos membros de um determinado contexto.

Diante da proposta metodológica para esta etapa, com foco em observação participante, foi importante usar caderno de campo, físico e digital, câmera digital para fotografia e gravador de áudio, ambos no celular pessoal. Infelizmente, em um assalto⁵⁶, perdi o celular com algumas gravações dos primeiros contados, mas algumas transcrições e gravações estavam salvas no drive virtual.

As gravações foram contextualizadas a partir de anotações do caderno de campo, com a intenção de apresentar elementos visuais e interpessoais não perceptíveis em áudio. Elas foram produzidas em todas as idas ao campo e em todas as situações em que foi possível captar, de forma compreensível, o diálogo entre os interlocutores. O gravador de áudio estava ligado, o celular ficava no bolso, da calça ou bermuda, por discrição, e foi colocado em modo avião, para economizar bateria e evitar interferências geradas por chamadas telefônicas recebidas.

Os arquivos salvos na nuvem, como medida de segurança, foram separados em subpastas de referência temporal, para que fosse possível analisar a sequência de acontecimentos ao longo da permanência no campo. As situações da observação participante, discutidas nesta pesquisa, foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: 1) expor a opinião juvenil sobre práticas e regras dos contextos de suas experiências; 2) expor a agência dos dispositivos disciplinares que incidem sobre jovens vulnerados; e 3) expor o que jovens fazem do que fazem deles. As situações selecionadas foram transcritas e analisadas com as anotações do caderno de campo.

As imagens usadas ilustram elementos do contexto das observações, que foram significativos para os interlocutores, na caracterização do caráter hostil da cidade, assunto tratado na discussão sobre arquitetura da vulneração, dentro da subseção sobre experiências juvenis. As gravações em áudio foram peças-chave na abordagem metodológica, no sentido de que elas preservaram elementos das trocas simbólicas retomados rigorosamente, junto com as anotações do caderno de campo, que apesar de ser muito importante para guardar observações,

⁵⁶ Por ironia do destino, como registrado no Boletim de Ocorrências da delegacia, de nº: 00591894/2022, no dia 12/10/2022, “acompanhando a caminhada pró Lula, após o Cristo, na terceira transversal da Av. Oceânica, um grupo de três homens negros simularam uma folia agressiva, vindo de costas em cima de mim e ao levantar os braços para me defender e me reequilibrar dos tombos, senti uma mão muito rápida puxar o celular do meu bolso”. Fui muito rápido e ao virar para trás, me reequilibrando do tombo, não vi ninguém correr. Ação coletiva, profissional e organizada. Essa situação me possibilitou um deslocamento interessante, de quem entendeu o roubo, no Centro Histórico, como um ato de sobrevivência juvenil, diante da herança de desigualdade racial, para a situação em que eu, um homem negro, fui roubado por outros homens negros, situação que inviabiliza a romantização do roubo como um ato político de reparação interracial.

não conserva o fluxo contínuo do raciocínio sociológico dos interlocutores. As gravações usadas serão arquivadas por 5 anos após o encerramento da pesquisa.

Nenhum material de registro será exposto fora do contexto da pesquisa e as imagens que serão exibidas no corpo da tese não apresentarão risco de identificação dos interlocutores, por priorizarem elementos que ajudem a caracterizar geograficamente os espaços de referência e por não exporem rosto, tatuagens e elementos que facilitem a identificação pessoal. A inserção no campo seguiu as normas sanitárias convencionais, bem como as acrescidas no contexto da pandemia, com destaque para o uso de máscaras, carregamento de máscara extra, posse de bisnaga de álcool em gel e respeito ao distanciamento seguro para a interação direta, se necessário.

Apesar da suspensão do campo, etapa fundamental para acessar as trocas simbólicas juvenis, por conta da pandemia, após a terceira dose da vacina, foi possível iniciar com segurança e com a prorrogação do prazo de defesa junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, tendo sido proposto um ajuste no cronograma que ainda possibilitou a realização do campo. Como a inserção no campo não foi intervencionista, ela não implicou em geração de agrupamentos, tão pouco interferiu no modo dos agrupamentos juvenis se apresentarem no cotidiano das observações.

Os interlocutores foram observados em situação de rua e adjacências que compunham o circuito juvenil, nos usos do território. A noção de “situação de rua” previne determinismos sobre a fixação territorial que o termo “de rua” propõe, de modo que a ideia de “situação de rua” aponta para a conjuntura e a temporalidade da condição dinâmica do sujeito. A intenção foi a de tomar o território do Centro Histórico de Salvador como referência de circulação, e deixar o encontro entre os interlocutores definirem suas localizações e localidades, sendo pouco importante definir, *a priori*, se sua residência é ou está na rua.

Considerando que esta pesquisa se orientou para não comprometer de nenhuma forma a integridade e a identidade dos interlocutores, conforme regulamenta a Resolução CNS nº 466/2012, foi fundamental, na etapa etnometodológica em que jovens foram acompanhados nas ruas do Centro Histórico de Salvador, contar com a compreensão do Comitê de Ética (Anexo A) em Pesquisa para a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Vamos para as questões a partir das quais se justifica a dispensa do TCLE, concedida pelo Conselho de Ética e Pesquisa, na Plataforma Brasil, segundo o Parecer Consubstanciado do CEP 535-3961 (Anexo A). A inserção no campo foi feita com um interlocutor de referência, com quem encontrava no Centro Histórico de Salvador, para acompanhar situações cotidianas entre os seus pares e de que modo elas significaram em suas experiências, sem serem induzidos

a respostas protocolares, orientadas por instrumentos como entrevistas, questionários etc., cujos resultados estão sujeitos aos enviesamentos, a partir daquilo que os interpelados interpretam que deve ser dito.

Ciente da pesquisa, dos riscos, da adesão e desistência voluntária, bem como da importância do registro das narrativas, para uso no contexto da pesquisa, o interlocutor de referência aceitou colaborar e ser acompanhado no campo do Centro Histórico. Ainda em relação a justificativa para liberar o uso do TCLE, o interlocutor de referência, em campo, foi observado na interação com seus pares e seria inviável, a cada reconfiguração de interação, anunciar a pesquisa para um novo, ou novos, sujeito, até solicitar TCLE, causando um estranhamento que inviabilizaria o viés teórico e metodológico desta pesquisa. Esta dispensa foi fundamental para que fosse possível interferir o mínimo nas trocas simbólicas dos interlocutores, de forma que foi possível acessar às experiências juvenis que constituíram contextos de vulneração, reduzindo ao mínimo a indução de narrativas ou a sua inibição, pela consciência de que estão sendo observados por um estranho, em um contexto delicado, a rua.

Foi também levado em conta o risco de saberem que o jovem interlocutor de referência estaria participando da pesquisa e que, por isso, ele passaria a ser evidenciado enquanto algum tipo de informante em contextos perpassados por práticas criminalizadas, cuja ameaça de quebrar as regras de confidencialidade do campo, colocam sua confiabilidade em questão. A instabilidade dos sujeitos no território poderia implicar no sumiço do interlocutor de referência, colocando tanto a sua permanência quanto a importância dada ao TCLE em situação de insegurança. Em função da solicitação de dispensa do TCLE, foi ainda mais importante garantir que os dados fossem analisados de forma anônima e os resultados, apresentados de forma agregada, não permitindo a identificação de indivíduos.

Considerando que as experiências juvenis no contexto das comunidades terapêuticas foram discutidas a partir de documentos primários e secundários, foi utilizado o método de análise documental para esta etapa, uma vez que, a partir dela, tomamos os documentos enquanto sedimentação das práticas sociais, referências para o entendimento de normas, regras postas em práticas nas exposições dos fenômenos sociais estudados.

A partir da concessão do acesso aos documentos das instituições colaboradoras desta pesquisa, que seguem em anonimato, foi possível acessar três documentos: 1) O projeto de monitoramento usado para denunciar situação de violação de direitos juvenis em uma comunidade terapêutica; 2) O manuscrito técnico realizado durante a atividade de monitoramento, com falas juvenis registradas durante as entrevistas da equipe de denúncia; 3) O relatório da equipe fundamentando a realidade da situação de violação de direitos juvenis na

comunidade terapêutica. Esses documentos compõem os dados primários referentes às narrativas juvenis sobre as experiências na comunidade terapêutica.

A construção das camadas mais amplas que compõem os contextos de vulneração aqui discutidos – a rua e a comunidade terapêutica –, deu-se artesanalmente, por pesquisas na internet, na identificação de textos jornalísticos, documentos oficiais e artigos científicos que ajudaram a evidenciar causalidades das vulnerações que foram apresentadas empiricamente. Neste sentido, os contrastes teóricos com textos da filosofia política e da história foram fundamentais.

Esta pesquisa, para caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração, exigiu um posicionamento de suspensão moral de pouca dificuldade para mim, na medida em que, tendo eu já atuado em contextos de vulneração juvenil, estabeleci certas identificações com os interlocutores, com poucos choques de linguagem, de aparência e pouco estranhamento para vivenciar a situação de rua e seus entraves, no que diz respeito a situação econômica, identificação racial e abertura para presenciar, sem julgar, práticas como, por exemplo, o uso de substâncias psicoativas ilícitas, dormir na rua e adentrar locais refratários a perfis de pesquisadores que provavelmente não teriam oportunidade e, talvez, disponibilidade de acessar.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICO

A discussão desta pesquisa, sobre as experiências de jovens negros que constituem a rua e a comunidade terapêutica, enquanto contextos de vulneração, é inspirada em uma perspectiva sociológica que busca superar problemas da sociologia clássica, encontrando na etnometodologia (Coulon, 2017; Garfinkel, 2002, 2018; Rogers, 1983), na sociologia da experiência (Dubet, 1994) e na microsociologia (Lapassade, 2005) referências importantes para situar a relação entre práticas sociais, regras, experiências e contextos. Os conceitos de “experiência” e “contexto” são discutidos nesta pesquisa, no sentido não de uma revisão conceitual aprofundada, mas simplesmente como uma discussão restrita às inspirações desta pesquisa, a título de declaração de pressupostos. Dada a centralidade dos conceitos de “juventude” e “vulneração”, uma revisão mais cuidadosa sobre eles se fez necessária.

Considerando a vulneração como a concretização das situações de vulnerabilidade, assunto a ser apresentado após a discussão sobre o uso do conceito de contexto, é nas interações entre os jovens interlocutores desta pesquisa que se pode acessar as experiências que constituem contextos de vulneração. Entendamos, portanto, como a noção de práticas e regras se ajustam neste arranjo conceitual, que funciona como uma tipificação aproximativa para discutir experiências e contextos juvenis. Iniciemos pela discussão sobre o sentido da experiência usado nesta pesquisa. Para uma pesquisa em educação, a título de aderência conceitual, talvez seria interessante usar o conceito de “aprendizagem”, ao invés do conceito de experiência, porém o conceito de experiência inclui processo de aprendizagem e os conhecimentos internalizados nos estoques simbólicos construídos socialmente.

Após esta introdução sobre os pressupostos teóricos, farei uma discussão sobre o conceito de experiência, seguida da discussão sobre o conceito de contexto e por fim, dada a sua importância na adjetivação da pergunta e no objetivo desta pesquisa, será feita uma discussão sobre o conceito de vulneração. Por agora, farei uma breve contextualização da perspectiva teórica que inspira esta pesquisa em educação, na tentativa de situá-la a partir de mudanças importantes nos fundamentos da sociologia.

Uma das principais lacunas apontadas nos estados da arte das pesquisas sobre juventude em educação foi a insuficiência da fundamentação nas ciências sociais e a tendência a não extrapolar a escolarização, como se a educação somente fosse uma questão de ensino, de aprendizagem e de currículo institucional. Partindo do pressuposto de que a educação é um campo científico multidisciplinar e que a experiência juvenil carece, especialmente, de uma abordagem sociológica para ser discutida enquanto aprendizagem social, vamos agora para a

caracterização do aporte sociológico que inspira esta pesquisa, desenvolvido dentro do que Lapassade (2005) chama de “microsociologias”⁵⁷, em especial, sobre a contribuição da etnometodologia (Coulon, 2017; Garfinkel, 2002, 2018; Rogers, 1983) e da sociologia da experiência (Dubet, 1994).

As experiências juvenis constituem contextos de vulneração na medida em que elas são descritas nas relações entre jovens e nas descrições individuais, no caso desta pesquisa, tanto no contexto da rua quanto da comunidade terapêutica. Em ambos os contextos, é possível encontrar práticas⁵⁸ que organizam situações do cotidiano, expondo regras, não como aplicação de pressupostos, mas a partir do que é produzido e tornado inteligível nas descrições juvenis.

Partindo do pressuposto sociológico⁵⁹ de que as condutas são orientadas por regras sociais, seria nas situações do cotidiano que elas se apresentariam. No âmbito da experiência, dentro de uma perspectiva etnometodológica, nem as regras nem suas instruções são interiorizadas antes de serem utilizadas na prática, da mesma forma que “é impossível predizer um comportamento a partir unicamente da existência de uma regra” (Coulon, 2017, p. 204). Coulon (2017) afirma que é o uso da regra que determina o comportamento e, citando Zimmerman (1971), afirma que uma prática não se desenvolveria em conformidade com a regra, no sentido determinista, uma vez que os interlocutores juvenis, no uso desta, mostrariam o que haveria de razoável ao colocá-la em prática.

Ao discutir sobre a noção de regra, Coulon (2017, p. 203) resgata um dos teoremas constitutivos da sociologia, de que “existe uma relação entre normas sociais e as condutas”, no sentido de que as regularidades comportamentais expressam um conjunto de normas compartilhadas.

A noção de membro⁶⁰, discutida dentro da etnometodologia, é fundada na ideia de que ele compartilha, com seus pares, de um acordo sobre o modo de significar suas experiências a

⁵⁷ “Por microsociologia, Gurvich entende o estudo das considerações constitutivas do social num certo nível. Esse estudo encontra seu devido lugar numa concepção de vida social que não para em suas formas estabilizadas e empenha-se em extrair o que essa vida contém de espontaneidade, de criatividade, de invenção” (Lapassade, 2005, p. 36).

⁵⁸ “Não são os papéis, as normas e os valores que comandam a ação social, mas as relações cara a cara nas quais os actores põem em prática estratégias e competências que fixam as suas identidades e realizam as de outrem. Ainda aí as noções de sociedade e de indivíduo estão longe de serem fundamentais, porque aquilo a que se chama as ‘realidades sociais’ é tão-só o produto dessas interações” (Dubet, 1994, p. 82).

⁵⁹ “Se deve postular a existência de uma ordem normativa se pretendemos explicar as regularidades constatadas no comportamento humano. A ordem social torna-se sinônimo da existência de um conjunto de normas, e é possível supor que a estabilidade e a coesão dessa ordem se devem à existência de propriedades inerentes a essas normas” (Coulon, 2017, p. 204).

⁶⁰ “[...] Em outras palavras, tornamo-nos membros quando somos capazes de basear nossa ação sobre as evidências da organização social considerada, e nos servimos delas como esquemas operadores de nossa prática. Assim, não temos mais a necessidade de nos certificarmos, a cada instante, se a nossa compreensão dos acontecimentos

partir de uma compreensão mútua, mesmo considerando as propriedades das expressões indexicais⁶¹.

Isso não pressupõe uma uniformidade repetitiva, por exemplo, de modos de ser dos interlocutores jovens em relação ao conjunto de regras e práticas da rua ou das comunidades terapêuticas, discussão que nos leva ao conceito de “afiliação”, como proposto por Coulon (2017), ao se referir à situação em que um indivíduo passa de um exercício de domínio, ainda mecânico, de competências almejadas ao pertencimento social, para uma situação em que elas se tornam rotina, atitudes “normalizadas” no compartilhamento. Afiliado, o sujeito estaria mergulhado no contexto e não tomando-o à distância, como objeto de estranhamento e não pertencimento, neste caso, no exercício da subjetividade.

Ter a “experiência” como orientação para a constituição de contextos de vulneração juvenis denota a importância dada nesta pesquisa às possibilidades de os jovens explicitarem, entre eles e individualmente, as ordens da realidade social, tanto do contexto da rua quanto do contexto das comunidades terapêuticas aqui discutidas. Eis que nos deparamos com o problema da simetria entre a validade da análise sociológica profissional e a validade do raciocínio sociológico prático de jovens nas circunstâncias estudadas, uma tensão discutida na etnometodologia de Garfinkel (2002) e na sociologia da experiência de Dubet (1994).

4.1 EXPERIÊNCIA, CONTEXTO E REGRAS

A ideia de experiência foi escolhida por ser uma categoria que dá centralidade às interações juvenis, na definição das situações e na exposição das regras da realidade social em que estavam inseridas dentro desta pesquisa, tanto na rua quanto nas comunidades terapêuticas. Tomar a experiência juvenil como um meio de vivenciar e descrever a realidade social, é possível a partir de movimentos cunhados no seio da fenomenologia, da etnometodologia e na sociologia da experiência. Nessa direção, vejamos como a experiência é problematizada neste

é correta. Se é assim, é porque construímos um entendimento da ação social que se baseia em um pressuposto que é comum e compartilhado com os outros. Esse procedimento universal de objetivação do mundo social dá sua definição às evidências: é tudo que é aceito como não problemático, embora não claramente definido pelos membros que, para retomar aqui uma expressão da fenomenologia, estão apegados ‘à atitude natural’”. (Coulon, 2017, p. 194).

⁶¹ A propriedade indexical das expressões situam seus sentidos a partir do uso circunstancial nas interações entre os pares, de modo a indicar que elas não possuem significados fixos e que, portanto, dependem da situação, do contexto, das evidências. Na etnometodologia, é importante ter precisão na indexicalidade e para isto é importante buscar detalhes, exatidão das palavras que contornam a definição. A indexicalidade nos obriga a ser precisos e rigorosos com o sentido do outro.

contexto teórico, para, em seguida, discutir sobre a condição de possibilidade de ela ser tomada como uma orientação para compreender como são constituídos contextos de vulneração juvenis.

No livro *Ethnomethodology's Program: working out durkheim's aphorism* (2002), Garfinkel, referência importante para a etnometodologia, a palavra “experiência” aparece 43 vezes, e destas 23 estão na introdução da editora do livro, que parece ter se dedicado mais ao assunto. A confirmação está no *index* do livro, ao indicar somente na sua página 37, dentro da introdução mencionada. O que significa dizer que, enquanto definição conceitual, ao menos naquela obra, ela não foi objeto de Garfinkel, o que me impôs buscar, no texto citado, pontos de ancoragem para procurar aprofundamentos.

Na página mencionada acima (Garfinkel, 2002, p. 37), a palavra “experiência” aparece como produção de objetos orientados em determinadas circunstâncias de interação social e que se tornariam fenômenos incorporados aos modos individuais e coletivos de construir a realidade social, dando sentido à expressão “*embodied experience*”, que traduzo como experiência corporificada. Isso significa dizer que a experiência seria o conjunto de sentidos comuns explicitados nas relações, sobre a ordem social contingencial do fenômeno observado. De acordo com a apresentação da editora do livro (Garfinkel, 2002), para Garfinkel, a “experiência social” seria o produto da interação dos interlocutores, enquanto especificação empírica da coerência social. Neste sentido, é a coerência social especificada empiricamente nas interações entre os pares, que constitui simbolicamente os contextos sociais.

Apesar de estar indicado no *index* da obra (Garfinkel, 2002) como mais bem tratada na página 37, é na página 60 que a palavra “*experience*”⁶² aparece seguida da palavra “*concept*”, entre parêntesis, indicando uma atribuição de sentido mais explícita. Após a introdução da editora, a palavra “experiência” aparece no texto escrito por Garfinkel (2002), como referência a algo vivido no passado, a partir do qual se produziu uma concepção (*concept*) comum e compartilhada da ordem social. Ao menos nesta obra de Garfinkel parece algo secundarizado o lugar da subjetividade e do caráter vivencial da experiência, dado o valor simbólico que é atribuído à experiência.

Diante desta intuição, foi necessário ir, ainda que de forma breve, à discussão sobre experiência, na crítica fenomenológica (Rogers, 1983) à etnometodologia e em seguida para a

⁶² “A abordagem de Garfinkel aos objetos enquanto características orientadas pela ordem social local, induziu a reflexão sobre as propriedades empíricas, fenomênicas dos objetos, ao invés das propriedades fenomênicas da experiência. Nesse sentido, o ponto de vista do ator social e a significação da ação social, não precisam mais ser pensados enquanto pertencentes aos atores, individualmente. Na visão de Garfinkel, inteligibilidade é alcançada nas e pelas práticas e sentidos compartilhados, reconhecíveis e não através de processos interpretativos nas mentes dos atores individuais. Portanto, estudos empíricos de práticas observáveis poderiam revelar o ponto de vista do ator” (Garfinkel, 2002, p. 60, tradução nossa).

sociologia da experiência (Dubet, 1994), na qual a agência da subjetividade é colocada na definição da situação, pela inspiração fenomenológica.

No livro *Sociology, ethnomethodology, and experience: a phenomenological critique* (1983), Rogers dedica-se a resolver a falta de uma introdução à literatura fenomenológica relevante aos cientistas sociais e nesta obra há uma importante referência às lacunas da etnometodologia, no que diz respeito a seu arranjo conceitual, dentro do qual está a “experiência”. No trecho do livro dedicado à experiência, Rogers (1983) apresenta uma seção dedicada à crítica à etnometodologia e discute a relação entre “consciência e constituição”, bem como entre “experiência, significado e self”.

Na discussão sobre experiência e consciência, Rogers (1983) argumenta que a experiência, assim como a consciência, é caracterizada como fluxo e como ato. Entendida como fluxo, ela seria a experiência de um objeto, e enquanto ato, seria o objeto da experiência. Enquanto fluxo, a experiência teria caráter imersivo nas situações sociais, possibilitaria estruturas pré-reflexivas, fruto de uma condição de arrebatamento circunstancial.

Citando Husserl, Rogers (1983) afirma que a experiência necessariamente excede o que a consciência produz e que a intencionalidade teria, por efeito da objetificação do vivenciado, a redução da riqueza da experiência, por processos de “retenção-proteção” que transformam a experiência de um objeto, no objeto da experiência.

O que foi retido, incorporado, enquanto aprendido pelos sujeitos, só poderá ser aperfeiçoado na relação dialética com o retorno aos objetos e situações que foram referência para os aprendizados. As experiências futuras seriam, por isso, influenciadas pelas experiências passadas e nesse sentido, segundo Rogers (1983), toda experiência é orientada para o futuro. Esta orientação para o futuro é devido à qualidade interpretativa da experiência, o que implica dizer que ela tem propriedades constitutivas⁶³ da realidade. Longe de propor que a experiência social se dê em um contexto unívoco de representação da realidade social, a variedade de perspectivas presentes nas trocas simbólicas coloca os sujeitos sob tensão permanente, obrigando-o a um processo de adaptação permanente das formas de contextualizar as realidades vividas.

⁶³ “Interpretação, portanto constitui. Sendo específico, a dimensão interpretativa da experiência envolve constituição, passiva ou ativa, de significado. Toda experiência implica em descrição. Se o indivíduo adota ou não a descrição como tarefa predicativa, o sentido dessa possibilidade indica a constituição passiva do significado, no nível predicativo. A atenção, por si só, é interpretativa. Na medida em que o objeto da experiência direta aparece de forma menos imprecisa, frequentemente as determinações contradizem as expectativas, passivamente constituídas a partir de experiências passadas daquele objeto. A atenção, portanto, elimina tais expectativas. Desta maneira, a experiência predicativa é interpretativa em dois sentidos amplos: é seletiva e autocorretiva” (Rogers, 1983, p. 38, tradução nossa).

No campo da produção do conhecimento, a crise da sociologia clássica e da sua representação do social enquanto unidade, segundo Dubet (1994), abre espaço para reconhecermos a complexidade da experiência social, implicando na fragmentação do universal e na necessidade de compreendermos as lógicas que coabitam o entendimento dos contextos. Esta noção do social como quebra da unidade, da ordem geral e que se apresenta a partir da coexistência das lógicas de entendimento da realidade social, colocaria para os indivíduos um incessante trabalho de distanciamento analítico e posicionamento crítico sobre a realidade instável. Consequentemente, esse distanciamento seria a condição para que o ator social se torne um sujeito e se constitua a partir de experiências sociais.

Fazendo uma crítica à noção corrente de experiência social, Dubet (1994, p. 94) a caracteriza enquanto ambígua e vaga, por articular dois fenômenos contraditórios, a saber: 1) o fato da experiência ser uma maneira de sentir, de ser “invadido por um estado emocional suficientemente forte para que o actor deixe de ser livre, descobrindo ao mesmo tempo uma subjectividade pessoal”; e 2) “experiência é uma actividade cognitiva, é uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o ‘verificar’, de o experimentar”. Aqui encontramos ancoragem para a afirmação de que as experiências constituem contextos. A subjectividade⁶⁴, matéria essencial estudada pela sociologia da experiência de Dubet (1994, p. 100), é apoiada nos postulados da sociologia fenomenológica, a partir do argumento de que “não há conduta social que não seja interpretada pelos próprios actores”.

Para afirmar que a ação social não tem unidade, Dubet (1994, p. 108) reconhece a importância de Weber, não somente pela sua teoria da ação significativa e pela sua sociologia compreensiva, mas, principalmente, pela proposta de uma tipologia da ação múltipla, afirmando que “não existe um sistema e uma lógica da ação, mas uma pluralidade não hierárquica”. Dubet (1994, p. 110) afirma que não havendo mais uma “racionalidade total e unidade do social, a ação da sociologia clássica transforma-se em experiência”.

Ao discutir a experiência social como combinatória, Dubet (1994) sugere que para a analisarmos seria interessante realizarmos três operações: 1) o trabalho analítico que isola e descreve as lógicas da ação presentes nas experiências concretas, apoiado no pressuposto weberiano de que a experiência social não se apresenta como um tipo puro de ação; 2) o esforço de compreender como o “ator” combina e articula as diversas lógicas, uma vez que ele se

⁶⁴ “Numa perspectiva sociológica, a subjectividade é entendida como uma actividade social gerada pela perda da adesão à ordem do mundo, ao logos. E neste sentido que não é absurdo ver o domínio da experiência como a consequência do dualismo moderno que introduz uma separação do sujeito, do indivíduo e das leis da natureza, criando deste modo o espaço de uma subjectividade” (Dubet, 1994, p. 101).

constituiria enquanto tipo histórico, a partir dos tipos puros de ação; 3) partir da experiência para compreender as diferentes lógicas do sistema social sintetizadas e manifestadas tanto no plano individual como no plano da experiência. A intenção de compreender o contexto a partir das experiências, apoia-se nesta última recomendação.

Ao final desta discussão, vejamos como a experiência foi problematizada no contexto teórico apresentado e qual a condição de possibilidade de ela ser tomada como uma orientação para compreender como são constituídos os contextos de vulneração juvenis desta pesquisa. Para isso, a título de encerramento desta discussão, será feita uma síntese do que seria a experiência em cada abordagem apresentada, seguida da discussão sobre o sentido da experiência para esta pesquisa. Na perspectiva de definir o que seria a experiência para esta investigação, de modo a sustentar o seu uso como vivência e significação de contextos de vulneração juvenis, farei, a partir deste ponto, uma breve retomada das contribuições dos autores discutidos anteriormente.

A partir da contribuição de Garfinkel (2002), ficou claro que a ideia de experiência seria a produção de objetos orientados em determinadas circunstâncias de interação social, na qual é evidenciada a especificação empírica da coerência social, que poderia ser sinônimo de contexto, ou, ao menos, o caminho para entendê-lo. A experiência aparece, portanto, restrita à objetificação cognitiva do vivenciado.

A compreensão da experiência ganha contornos mais complexos a partir da contribuição de Rogers (1983), que a caracteriza enquanto fluxo e como ato, sendo esta última característica a que nos interessa, a de produção e reprodução cognitiva sobre objetos da realidade social, mesmo considerando que ela, a experiência, excede o que a consciência produz e, portanto, seria um elemento descritivo incompleto, mas indispensável para a caracterização dos fenômenos sociais descritos pelos jovens negros, na composição dos contextos de vulneração discutidos nesta tese. Na perspectiva da autora, a objetificação do vivenciado, na forma de representação do já vivido, implica em uma redução da riqueza da experiência, por processos de “retenção-proteção” que transformam a experiência de um objeto, no objeto da experiência, reforçando, portanto, a sua dimensão significadora.

Na sugestão para abordar a experiência, Rogers define a situação como sua unidade fundamental, afirma que toda situação vivida incorpora elementos derivados de eventos que pertencem exclusivamente ao indivíduo, e que ela ocorre dentro de provimentos finitos de significado que transcendem o imediatismo e a singularidade do presente. Apesar do contexto ser considerado enquanto algo que está além do imediatismo e da singularidade do presente, seu acesso parece ser inseparável das significações a ele atribuídas nas situações do cotidiano

juvenil. Se a experiência apresenta ambiguidades na definição da situação, esta seria, portanto, a referência de ajuste da estrutura interiorizada da experiência. O que interessa a esta pesquisa é a qualidade interpretativa juvenil da experiência, o que implica dizer que ela tem propriedades constitutivas da realidade.

Dubet (1994) também pauta a ambiguidade da experiência por articular, por um lado, o fato de ela ser uma maneira de sentir, de ser invadido por um estado emocional suficientemente forte, na qual o ator deixa de ser livre, descobrindo ao mesmo tempo uma subjetividade pessoal e, por outro lado, o que nos interessa para esta pesquisa, o fato da experiência ser uma atividade cognitiva, uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o verificar, de o experimentar. A inadequação absoluta entre as subjetividades juvenis e as normas institucionais, impõe-nos reconhecer que a experiência social é uma abertura ao inacabado, ao opaco que é a realidade social, ou se preferirmos, ao contexto, com seus registros múltiplos e incongruentes. Dessa maneira, podemos pensar, como disse Sposito, na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade, na construção de “mundos possíveis”.

Ao afirmar que não há mais uma “racionalidade total e unidade do social” e que a ação da sociologia clássica se transforma em experiência, Dubet abre caminhos para tomarmos a experiência como perspectivação, mais do que como perspectiva de definição dos fenômenos sociais, tratados enquanto acabados e dados a explicações totais e universais. A experiência torna-se condição de possibilidade de compreensão dos contextos estudados, a partir de descrições de situações do cotidiano, produzidas na interação entre os jovens, mesmo reconhecendo que experiência se inscreve em registros múltiplos e não congruentes.

Em analogia à noção de experiência, consideremos que o contexto seria ao mesmo tempo objetificado pela descritibilidade juvenil, porém, como expressão da sua incompletude, deixando escapar elementos circunstanciais que rodeiam os acontecimentos, o que justifica os contrastes teóricos, na tentativa de construir compreensões sobre esses elementos que escapam e criam pontos cegos da constituição dos contextos de vulneração. Busca-se, portanto, nas circunstâncias das interações, elementos que possibilitem relações de completude entre o que se produz nas interações (discursos) e o que se apresenta na amplitude das situações (contexto).

Considerando que o contexto pode ser entendido em várias camadas de abrangência, parece conveniente aos interesses desta pesquisa pensá-lo enquanto conjunto de elementos imediatos, descritos e descritíveis, presentes nas situações da pesquisa, e seus pontos de ancoragem com outras camadas de correlação de forças, de ordem histórica, jurídica, territorial e portanto, políticas, de influência sobre as experiências de jovens negros que constituem a rua e a comunidade terapêutica, enquanto contextos de vulneração.

No dicionário de análise de discurso (Charaudeau; Maingueneau, 2008), o contexto é apresentado tanto de maneira estrita, imediata, quanto de maneira abrangente, enquanto contexto ampliado, sendo que no estrito é possível verificar o quadro espaço temporal e a situação social das interações, os participantes envolvidos, as práticas envolvidas e as regras engendradas. No mesmo dicionário, a concepção de “contexto” aponta para o fato de que o discurso é uma atividade ao mesmo tempo condicionada pelo contexto e transformadora dele, ao considerarmos a abertura da interação, que constrói o contexto.

A situação, portanto, é organizada pelo conjunto de acontecimentos discursivos, demarcando a dialética da relação entre texto e contexto, sendo este o delimitador do texto, ao passo em que é delimitado por ele. O contexto, portanto, não pode ser considerado como aquele que simplesmente limita a linguagem, mas que é também o produto do seu uso.

Enfim, tomando a experiência como “uma actividade cognitiva, e uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o ‘verificar’, de o experimentar” (DUBET, 1994, p. 95) é que se pretende averiguar o seu potencial de descrever os contextos desta pesquisa. Por mais que aparente causalidade invertida, a proposição de que a experiência constitui contextos não pode ser negada, da mesma forma que não é possível negar que a experiência é também constituída pelos contextos. Partindo do princípio de que esta pesquisa pretende reconhecer a capacidade dos jovens explicarem sociologicamente os seus contextos de vida cotidiana, será importante valorizar a experiência enquanto constituição simbólica juvenil dos contextos vivenciados. Neste sentido, para apresentar a adjetivação do contexto enquanto de vulneração juvenil, será discutida a seguir, a noção de vulneração, como adequada a essa tipificação.

4.2 VULNERAÇÃO

Discutir o uso da palavra “vulneração”, cuja adjetivação recai sobre experiências juvenis nos contextos da rua e das comunidades terapêuticas, aqui tomadas como referência, é um passo importante dado nesta subseção. Neste sentido, será feita uma breve discussão das implicações histórico-filosóficas presentes na distinção entre os termos “vulnerabilidade” e “vulneração”, para então justificar a escolha do último como mais adequado para o objetivo desta pesquisa, o de caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração. Para a elaboração desta discussão, foi estabelecida a relação entre os conceitos de experiência e contexto juvenis, nos modos aqui discutidos e para esta etapa, sobre o conceito de vulneração, foram retomados textos sobre bioética no Brasil, que

reuni quando fazia minha especialização em Cuidado integral de usuários de substâncias psicoativas, em 2016, na Faculdade de Medicina da UFBA.

Etimologicamente falando, vulnos⁶⁵ significa possibilidade de ser ferido, de ser atingido, o que nos iguala enquanto membros de uma espécie e parte de um ecossistema e suas intempéries biológicas e sociais que potencializam nossa possibilidade de sermos efetivamente atingidos, nos tornando, portanto, vulnerados. Vamos para uma breve contextualização histórico-filosófica que nos ajudará a compreender melhor este sentido da palavra vulneração, para então situarmos o seu uso, como mais adequado à caracterização das experiências juvenis na rua e nas comunidades terapêuticas discutidas nesta pesquisa.

Em um capítulo intitulado “Sentidos da vulnerabilidade” (2007), Neves demarca, ao longo da história, a vulnerabilidade, inicialmente, enquanto adjetivo, posteriormente enquanto condição humana e por fim, caracterizada, na contemporaneidade, enquanto princípio ético internacional, ainda que a coexistência das lógicas seja um fato. Demarcando a discussão sobre vulnerabilidade adjetiva, a autora situa no início do século XX o interesse pela temática no âmbito da bioética em pesquisa, pela consideração dos sujeitos dela participantes enquanto vulneráveis aos impactos dos estudos, o que significa a atribuição temporária e transitória, encerrada esta condição ao se encerrar o processo investigativo.

Esta perspectiva transitória, contingencial de vulnerabilidade, presente na primeira metade do século XX, passa por influências do desenvolvimento da bioética europeia, que aborda enquanto condição humana e universal desde a década de 1980, a partir das influências de Emmanuel Lévinas e Hans Jonas. O primeiro é reconhecido por iniciar filosoficamente a discussão sobre vulnerabilidade enquanto subjetividade, por afirmar que o *eu* é posterior ao outro, no sentido de que toda subjetividade seria uma resposta ao chamado do *eu* à existência, que pode implicar em ser ferido pelo outro, o que faz Lévinas (ano *apud* Neves, 2007, p. 36) propor um enquadramento ético que resguarde o direito de “apresenta-se como resposta não violenta à eleição do outro que o fez ser”. Citando Lévinas (1972), Neves (2007) afirma que a contribuição de Lévinas deixa a compreensão da vulnerabilidade como realidade constitutiva dos sujeitos, condição universal e enquanto resposta subjetiva ao chamamento do outro.

Neves⁶⁶ atribui também a Jonas, a partir de sua obra *Das Prinzip Verantwortung*, de 1979, a preocupação ética de colocar a vulnerabilidade enquanto substantivo, enquanto

⁶⁵ “Vulnerabilidade é uma palavra de origem latina, derivada de *Vulnus* (eris), que significa *ferida*. Assim sendo, ela é irredutivelmente definida como susceptibilidade de ser ferido. Esta significação etimológico-conceitual, originária e radical, mantém-se necessariamente em todas as evocações do termo” (Neves, 2007, p. 30).

⁶⁶ “Em síntese, e tomando a reflexão desenvolvida até ao presente, diríamos que, das referências circunstanciais da bioética de expressão anglo-americana à vulnerabilidade para a sua frequente tematização na bioética de

condição humana universal que apela ao dever de responder moralmente aos que estão em situação de maior ameaça de serem atingidos.

A vulnerabilidade tomada enquanto princípio, numa perspectiva mais atual, não pode ser considerada apenas enquanto síntese das perspectivas anteriores, por implicar em uma consciência moral que impõe um dever a ser cumprido em forma de ação reparadora, ou preventiva. Esta seria a concepção atual do termo vulnerabilidade, caracterizada pela possibilidade de ir além da lógica reivindicativa de direitos, rumo a uma lógica do chamamento⁶⁷ aos deveres que competem a cada um, no reforço da autonomia e da solidariedade.

Em seu artigo intitulado “Suscetibilidade: novo sentido para a vulnerabilidade” (2010), Almeida especifica as condições e os grupos que geralmente tensionam a relação entre vulnerabilidade e vulneração, distinção importante para esta pesquisa. A autora aprofunda a discussão sobre vulnerabilidade enquanto princípio, especialmente aplicável a pessoas impossibilitadas de exercer a sua liberdade, por contingências ambientais, físicas, políticas e sociais, às quais deve-se exigir e fazer cumprir a sua proteção.

No mesmo artigo, a autora toma a autonomia como componente de resposta indispensável à situação de vulnerabilidade, enquanto pedido de suporte diante da obrigação moral. A vulnerabilidade seria, portanto, condição necessária para o exercício da autonomia, no sentido de que a perda da autonomia seja reversível ao ponto de que indivíduos vulneráveis passem a ser autônomos. A palavra *vulnos*, já citada, pode ser aplicada a qualquer ser vivo, na condição de potencialmente atingível, mas que não o será necessariamente, o que impõe a distinção entre potencialmente atingível e de fato atingido, “vulnerado”⁶⁸, como consubstanciação da vulnerabilidade que nos iguala e ao mesmo tempo, denuncia desigualdades na vulneração.

expressão europeia, as diferenças são significativas, se bem que complementarmente articuláveis: de função adjectivante, qualificadora de alguns grupos e pessoas, a vulnerabilidade passa a ser assumida como substantivo, descrevendo a realidade comum ao homem; de característica contingente e provisória passa a condição universal e indelével; de fator de diferenciação entre populações e indivíduos, passa a fator de igualdade entre todos, da consideração privilegiada do âmbito da experimentação humana passa-se para uma atenção constante também no plano da assistência clínica e das políticas de saúde; de uma exigência de autonomia da prática do consentimento informado passa-se à solicitação de responsabilidade e da solidariedade” (Neves, 2007, p. 39).

⁶⁷ Acredito que, não tomando viés liberal, de um chamamento centrado no indivíduo, ele pode ser dirigido ao Estado e as instituições públicas como centrais no enfrentamento da situação de vulneração dos que mais precisam. Isso é um dos motivos para a criação das Defensorias Públicas.

⁶⁸ “Nesses casos, o conceito vulnerabilidade aponta para além das condições genéricas da noção de ‘vulnerável’, revelando as características da vulneração, como é o caso dos grupos de pessoas institucionalizadas, desprotegidas, órfãos, prisioneiros, idosos, bem como judeus e outros grupos étnicos ou religiosos considerados inferiores. Assim, como visto, esta noção elástica pode estender-se até mesmo a povos e particularizar-se em grupos minoritários ou socialmente desfavorecidos” (Almeida, 2010, p. 540).

Considerando que o conceito de vulneração se baseia na distinção entre potência e ato, há de se reconhecer a adequação deste termo para grupos socialmente desfavorecidos, marcados por situações de desigualdades que transformam a potência da vulnerabilidade em vulnerabilidade efetivada, ou seja, a vulneração. O uso da palavra vulneração ajuda a especificar indivíduos e grupos mais suscetíveis, por falta de estrutura social, de suporte familiar e educacional, por exemplo. De acordo com o discutido a partir do referencial empírico e documental desta pesquisa, especialmente em relação às experiências juvenis nas comunidades terapêuticas, a condição de vulnerado, sob a categoria chave de “usuário de drogas em situação de vulnerabilidade”, transforma os corpos juvenis em objeto de venda de serviço de internação transitória ao Estado, configurando a estratégia de captação de recursos pela retórica da promoção de direitos juvenis.

O reconhecimento⁶⁹ da vulnerabilidade e especialmente das vulnerações, é afirmado como necessário para uma vida em segurança, onde se reconhece a própria vulnerabilidade e a do outro, na produção de bem comum, materializados em ações de proteção. Apesar de pressupor que o reconhecimento da vulnerabilidade tem uma função metodológica na construção da autonomia, Almeida (2010) alerta para as implicações de estarmos vivendo um momento histórico marcado pela exaltação do sucesso e ocultação das vulnerabilidades e vulnerações, um sintoma de nossa dificuldade de conviver com elas.

No artigo de Sotero, intitulado “Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética” (2011), há uma distinção mais detalhada entre vulneração e vulnerabilidade, tipificando as vulnerações da população em situação de rua em relação a fome, moradia, agência de outros habitantes da cidade, ação do Estado, trabalho e a identidade, bem como pelo não reconhecimento da própria vulnerabilidade, discutido anteriormente como condição necessária para a construção da autonomia. A autora propõe o uso da palavra vulneração como mais adequada à caracterização da situação concreta das pessoas em situação de rua, no sentido de estabelecer prioridades para resolver problemas, em termos de políticas públicas, o que torna a sua contribuição importante para o objetivo desta pesquisa. Vamos aos detalhes importantes

⁶⁹ “O reconhecimento da própria vulnerabilidade é, portanto, o ponto de partida para uma construção que possibilita o encontro construtivo com o outro e as medidas necessárias para superar as próprias fragilidades. Dito de outro modo, o respeito ao outro é um valor absoluto para sermos nós mesmos. O reconhecimento da vulnerabilidade implica na consciência de que o outro também terá necessidade de nós para ser ele próprio. O que interessa compreender, neste processo, é a conexão entre sujeitos sociais, é que cada um reconheça em si mesmo a parte que pertence ao outro. É esse reconhecimento que favorece, na prática, a dinâmica trans-individual, na qual a vulnerabilidade manifesta-se como carência do outro” (Almeida, 2010, p. 541).

deste artigo, que aponta para o fato de que nem todos são suscetíveis na mesma intensidade, evidenciando as disparidades que ajudam na distinção entre vulnerabilidade e vulneração⁷⁰.

Sotero (2011) afirma que contingências como o pertencimento de raça, classe, gênero, condição de vida e estado de saúde são também determinantes para distinguirmos a mera vulnerabilidade da efetiva “vulneração” e toma a população em situação de rua como exemplo de privação de escolaridade, assistência à saúde, trabalho e renda, exposição a violência associada a uma vida privada em locais públicos, para ilustrar a vulnerabilidade concretizada. A falta de abrigo expõe as pessoas às dificuldades no enfrentamento das condições climáticas, ataques de animais, de pessoas e impossibilidade de guardar objetos pessoais.

A falta de informação⁷¹ sobre a população em situação de rua é apontada como outro importante fator de vulneração dessas pessoas, bem como a recorrente falta de documento de identificação, de posses, o que os tornam facilmente violados, alvo de dinâmicas sociais de vulneração, inclusive do próprio Estado, como afirma Sotero (2011), cujas estratégias têm sido a de remoção, internação e/ou eliminação, como discutido no texto em que proponho a ideia de uma arquitetura da vulneração, na seção sobre experiências juvenis no contexto das comunidades terapêuticas.

A relação com o alimento, conseguido diariamente e não estocável, geralmente pobre nutricionalmente, predispõe o corpo a problemas físicos e efeitos na saúde mental. Em relação a moradia, esta é marcada pela transitoriedade e instabilidade, sem a mínima condição de infraestrutura, mesmo estando em áreas urbanas. A estes sobram os papelões, os plásticos, os restos de madeira e outros materiais disponíveis pelas ruas, cuja proteção para os corpos é frágil e justifica o constante estado de tensão e alerta dos que neles vivem. A outra vulneração importante apontada por Sotero (2011) é aos outros moradores da cidade, cujas barreiras do preconceito⁷² e rejeição oferecem invisibilidade e rechaço, tornando-os mais suscetíveis aos atos de violência, especialmente, como apontado nos Atlas da Violência do Instituto de

⁷⁰ O entendimento da distinção entre potência e ato está, então, no cerne da reflexão para compreender os conceitos: vulnerabilidade (condições potenciais) e vulneração (condições concretas). Ainda sobre vulneração e vulnerabilidade, Kottow (2008 *apud* Sotero, 2011, p. 801) acrescenta: “La vulnerabilidad es condición universal de amenaza, no existiendo la dicotomía vulnerable-no vulnerable; no es un estadio de dano seno de fragilidad. Si alguien deja de ser vulnerable es porque se ha vuelto vulnerado”.

⁷¹ “Apenas em 2009 aconteceu o primeiro censo e pesquisa nacional da população em situação de rua. Tal fato demonstra o desinteresse e a carência de dados concretos que as instituições governamentais possuem. Todo esse desconhecimento do Estado, das autoridades que o representam e dos demais habitantes da cidade a respeito da população de rua torna esses indivíduos ainda mais desprotegidos. Os problemas que enfrentam oscilam entre a invisibilidade e o rechaço social” (Sotero, 2011, p. 803).

⁷² “A desconfiança com que são percebidos e a aura de perigo que os envolve, por aparentar sujidade, estarem mal-vestidos, não disporem de educação formal, bens ou recurso econômicos fortalece uma barreira de preconceito e discriminação difícil de superar” (Sotero, 2011, p. 806).

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – 2017, 2018, 2019, 2020 –, negros e jovens, do sexo masculino, geralmente no intervalo de 15 a 29 anos.

Nesta perspectiva a autora discute a vulneração a partir do Estado e seus agentes, por ações de remoção, roubo e destruição de pertences, fazendo com que se desloquem constantemente e impossibilitando, portanto, uma situação no território que possibilite o acesso e continuidade no uso de dispositivos como escola, postos de saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) etc. A outra forma de vulneração apontada no texto é em relação a pessoas em situação de rua não serem nada ou ninguém por não trabalharem e por não se perceberem vulnerados, o que implica na discussão já feita sobre a importância pedagógica do reconhecimento da vulneração para a construção da autonomia⁷³.

Em síntese, na perspectiva de discutir as implicações histórico-filosóficas presentes na distinção entre os termos “vulnerabilidade” e “vulneração”, destacamos a tendência contemporânea de tratar a vulnerabilidade como princípio ético (Neves, 2007), que impõe um “dever reparador ou preventivo, de cada um”, especialmente aos mais suscetíveis, apontando para além da lógica reivindicativa e no reforço da autonomia e da solidariedade. Por outro lado, estaríamos vivendo, segundo Almeida, em um momento histórico marcado pela exaltação do sucesso e ocultamento das vulnerabilidades e vulnerações, como sintoma da dificuldade de convivemos com elas, o que impactaria negativamente sobre a autonomia e a solidariedade discutidas por Neves (2007).

O não reconhecimento ou o desinteresse público pela vulnerabilidade enquanto indicador de suscetibilidade dos que mais precisam, parece ser a tônica das políticas de Estado e as reviravoltas sociais que vêm se configurando no Brasil desde 2017. Buscando inspiração na crítica ao neoliberalismo para um exercício estrutural de análise, a tendência à responsabilização do indivíduo ganha terreno fértil para se nutrir da defesa da autonomia diante de um Estado que reduz possibilidades de atenção pelas instituições públicas. Considerar a autonomia como componente de resposta à situação de vulnerabilidade faz sentido na medida

⁷³ “A vulnerabilidade é dissimulada e muitas vezes substituída por uma autonomia fictícia e essa ilusão da autonomia esbarra com a formação de uma consciência crítica. Ainda tratando da relação entre autonomia e vulnerabilidade, estabelece: A ocultação da vulnerabilidade é igualmente perversa na ocultação de suas causas sociais. De fato, a vulnerabilidade se expressa em feridos, isto é, em vítimas e, por isto mesmo, se pode transformar muito rapidamente em acusação das injustiças no uso do poder. À tentativa de ocultar as causas da vulnerabilidade leva a fazer da autonomia um discurso de responsabilização das vítimas por suas próprias feridas. Em escala política, vemos este discurso da autonomia entregar grupos sociais e nações inteiras às suas próprias condições de pobreza e sendo responsabilizadas por ela” (Sotero, 2011, p. 813).

em que as condições sejam também discutidas, enquanto características de cada contexto em que os jovens estão mais suscetíveis e, portanto, são vulnerados.

Nesta direção, para cumprir a tarefa de justificar o termo “vulneração” como mais adequado para adjetivar experiências, contextos e territórios juvenis abordados nesta pesquisa, a retomada da “vulnerabilidade” enquanto suscetibilidade, potência e “vulneração” enquanto concretização da suscetibilidade, é fundamental. Vulnerabilidade seria condição universal de ameaça sobre os jovens, e se deixam de ser vulneráveis é por se tornarem vulnerados. Seguindo a sugestão de Sotero (2011), a palavra vulneração é mais adequada para a caracterização de experiências e contextos juvenis discutidos nesta pesquisa.

Discutida a adequação do conceito de vulneração para abordar as experiências juvenis que constituem contextos desta pesquisa, demarcada a relação entre os conceitos de contexto, experiência, regras e práticas a serem tomadas como evidências desta relação, vamos às discussões sobre as experiências juvenis, para entendermos os contextos de vulneração.

5 EXPERIÊNCIAS JUVENIS

As experiências juvenis aqui discutidas apresentam um panorama das principais aprendizagens construídas em direção ao objetivo de caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contextos de vulneração.

Os resultados aqui discutidos qualitativamente fazem referência às informações reunidas a partir do campo, no Centro Histórico de Salvador, e a partir dos documentos referentes ao contexto da comunidade terapêutica. Para esta discussão, o texto que segue inicia na subseção 5.1 pela apresentação de experiências no Centro Histórico de Salvador e segue para a subseção 5.2, na qual serão discutidas as experiências juvenis na comunidade terapêutica.

5.1 NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

No texto a seguir descrevo a relação com o interlocutor Miró, cujo nome atribuí para proteger sua identidade. Trata-se de um jovem negro retinto, que por conflitos familiares foi para situação de rua antes dos 15 anos. Nos conhecemos quando eu atuava na Rede de Atenção Psicossocial do Centro Histórico de Salvador para jovens em situação de rua, e ele e outros jovens participaram, entre 2015 e 2016, das minhas oficinas de mergulho (apneia) no mar, catação de ostras, pesca, na praia da Gamboa e do Museu de Arte Moderna (MAM). Ao longo dos anos, inserido em uma rede de instituições de promoção dos direitos das juventudes, em Salvador, Miró teve acesso ao ID Jovem⁷⁴, que o possibilitou realizar viagens, abrigo, auxílio aluguel, dentre outros benefícios que auxiliam no alcance da situação que, ainda que precária, reduz as privações de direitos.

As descrições das situações a seguir obedecem a sequência temporal correspondente aos encontros e acontecimentos vivenciados no Centro Histórico de Salvador, após Miró ser informado sobre os objetivos, os riscos e os procedimentos para realização da pesquisa, da qual ele poderia, livremente, deixar de participar, se não se sentisse à vontade. Como orientado no parecer do CONCEP (Anexo A), o interlocutor estava ciente dos registros das situações e de que as informações seriam usadas somente para fins de pesquisa. Ao longo do circuito de Miró,

⁷⁴ A Identidade Jovem (ID) é destinada às pessoas com idade entre 15 e 29 anos, pertencentes à família com renda mensal de até dois salários-mínimos e inscritos no Cadastro Único do Governo Federal, com informações atualizadas há pelo menos 24 meses. A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, é o documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme disposto no Decreto nº 8.537/2015.

acessamos os personagens Pacêro e Paru, descritos ao longo do texto, com suas informações biográficas expostas nas descrições das situações aqui discutidas.

O campo se constituiu de idas ao Centro Histórico de Salvador, especialmente no turno vespertino, sendo que uma noite foi dedicada ao acompanhamento da coleta de alimentos no Aquidabã, como descrito da subseção “Vou ali comer”. A atividade de observação participante consistiu no acompanhamento de um interlocutor e suas interações com as pessoas do contexto. Algumas observações se deram com as saídas solitárias, sem interlocutor de referência, para regiões como a Praça da Piedade, a Travessa do Gabriel, no bairro Dois de Julho, a Avenida Contorno, o Vale do Canela, o Campo Grande, o Viaduto do Shopping Orixás Center e o Pela Porco, situações que resultaram na discussão desenvolvida na subseção denominada “Arquitetura da vulneração”.

A técnica de coleta de dados foi a observação participante, nas situações descritas e vivenciadas, com foco nas práticas, regras, enfim, em experiências que possibilitaram caracterizar a rua enquanto contexto de vulneração juvenil. A discussão a seguir se desenvolve sobre nove situações que se deram dentro do período de imersão no campo, intituladas da seguinte forma: a) A aula de instrumentos de capoeira, a roda e o mestre; b) A capoeira me traz; c) “Perdeu, pivete”; d) “Vou ali comer”; e) “Altas viatura já me abordou”; f) O albergue; g) Amor verdadeiro; h) “Vazá daqui” e i) Caça gringa. Os títulos já adiantam algumas significações das situações que seguem, a partir das próprias descrições juvenis.

5.1.1 A aula de instrumentos da capoeira, a roda e o mestre

Nosso primeiro encontro aconteceu em uma segunda-feira, por volta das 17:30 da tarde, no Pelourinho, após combinarmos por telefone a ida ao local em que ele ficava. Ao chegar ao local, cuja caracterização será contida para evitar sua identificação e consequentemente do interlocutor, percebi uma reação agradável de recepção. Lá estavam 3 rapazes, Miró, negro retinto, um rapaz branco, cuja corporeidade evidenciava não ser brasileiro, de pés descalços, sem camisa e sem máscara, deveria ter por volta dos 23 anos. O outro rapaz, o mais novo do espaço, classificável pela categoria de “pardo”, segundo o IBGE, deveria ter 20 anos e estava encostado na parede com o agogô na mão. Todos assistíamos a Miró dando as orientações para o toque de acompanhamento da capoeira ao europeu. Estávamos ali naquele lugar, de aproximadamente 4m por 4m, fechado, cujo calor me fazia pensar na pouca circulação do ar e no fato d`eu ser o único de máscara no local. Estávamos todos muito próximos dada a

quantidade de pessoas para o tamanho do espaço e obviamente que aqui trata-se de um olhar histórico, sobre o contexto da pandemia.

O rapaz repetia as orientações e Miró repetia *“solte o grave e busque seu ritmo”*. Em seguida ele pegou o berimbau e passou para mim, momento em que eu disse que estava com vergonha por nunca mais ter tocado e ele disse: *“pegai porra!”*. Iniciei com um toque de angola e estávamos ali em uma configuração dialógica, Miró no pandeiro, o amigo no agogô, o estudante no atabaque e eu no gunga, berimbau de cabaça maior e de som mais grave. Ficamos aproximadamente 10 minutos tocando sem parar e eu fiquei solando na mistura dos toques, sob a mesma base de um ritmo lento, usado na capoeira angola, na qual fui iniciado em 2002. Após esse tempo transcorrido, sentindo a dor do cordão no meu dedo mindinho desacostumado e pelo peso da biriba que parecia carecer de melhor secagem, aos poucos fui baixando o som do berimbau, em busca de um encerramento e eles me acompanharam. Quando encerramos o som, Miró falou: *“Porra, brocou parceiro! Agora eu vou tocar um pouco também”*.

Ele pegou o berimbau da minha mão e perguntou se eu sabia tocar atabaque. Eu disse que tocava pouco e ele me ofereceu o pandeiro, que eu aceitei. Fomos aos poucos entrando na bateria e após um tempo paramos para ele abrir a porta para o rapaz mais jovem que saiu. Após abrir a porta e retornar ele olhou para mim e disse: *“Porra, tá bem no pandeiro também, né?”* Em seguida, pegou o berimbau e disse: *“Tô ligado que você sabe parceiro, mas vou só lembrar aqui ó!”*. Pegou o pandeiro na minha mão e fez o toque que eu estava fazendo, iniciando com duas batidas de dedão na lateral do couro, seguidas, uma espalmada no meio e uma batida de dedão, fazendo *“tum tum, pá, tum. Tum tum, pá, tum”*. Em seguida ele sugeriu que a batida no meio do pandeiro fosse “mais presa”, no “pá”. Eu toquei para repetir e ele pediu para tocar mais suave. Deixei o meu dedão mais solto e o grave ficou com uma ressonância melhor.

Naquele momento senti que aquele espaço estava sob o domínio de sua pessoa, que evidentemente se impunha enquanto orientador de todos nós, regulando, demonstrando, redistribuindo os instrumentos e definindo rumos rítmicos e modos de tocar. Miró pegou o pandeiro na minha mão e propôs ajustes, de uma forma interessante, iniciando pelo elogio para chegar à lacuna, uma boa estratégia de cuidado na prática de ensino. Nas suas intervenções pertinentes ele se fez professor e eu pude confirmar com a melhoria do som que tirei do pandeiro. Ele também usou da estratégia de inclusão do aluno, observando a sua dificuldade de entrar na comunhão rítmica, quando pediu para ele iniciar e nós seguirmos o ritmo, como descrito adiante.

Eu assistia à construção da autoridade a cada intervenção que ele fazia a cada um de nós e me vi em um contexto educativo, reconhecido como membro e inserido como aprendiz em

uma experiência em que ele era o professor. Me fiz aluno e membro da capoeira, em comunhão com o que o contexto familiar me apresentou, dada a habilidade que eu já tinha com o berimbau e o pandeiro. Minhas deficiências, especialmente no pandeiro, ao contrário de serem simplesmente um critério de reprovação, passaram a ser objeto de minha inclusão. A necessidade de ser corrigido me fez sujeito de sua agência educativa, na qual o erro foi um requisito de inclusão.

Foi interessante observar que na dinâmica da aprendizagem de Miró, com os toques de berimbau, a reprodução da estrutura de orientação rítmica e a criação interpretativa coexistiam. Esta situação ficou ilustrada quando ele disse: *“Os caras aqui em Salvador tocam assim ó...”*. Iniciando o toque de angola e seguiu dizendo: *“Tudo que eu tô aprendendo eu estou misturando no toque, tá ligado, Danilo? Meu toque é assim”*. E retomou o toque de cavalaria belamente, em seguida interrompeu e disse: *“Sou eu que estou botando no toque, porque não tem isso no toque. Tem isso aqui ó...”*. E iniciou o toque mais limpo de improviso e mais repetitivo nos ciclos rítmicos e seguiu falando: *“Eu tô botando essas coisas no toque que não tem. Quer dizer... de ter, tem, mas, quero dizer... estou descobrindo, quer dizer... estou descobrindo não! Estou juntando, do meu jeito”*. Enquanto conversávamos, chegou outro rapaz chamando lá fora e Miró foi abrir a porta. Voltou, retomou o toque e disse: *“Do meu jeito era melhor mesmo”*. O rapaz que acabara de chegar, negro retinto, mais que Miró, com cabelo dread, curto, de calça camuflada militar, boné do exército, e sapatos estilo pantera negra, sentou-se na cadeira e assumiu o agogô. Todo mundo sem máscara, menos eu. Senti Miró algo incomodado com o chegado.

Miró me pediu para sugerir um toque e eu falei do Santa Maria. Ele iniciou o toque belamente e era sim um toque que eu gostava muito, complexo de tocar e belo de ouvir. Entrei com o pandeiro e Miró parou, disse que ia começar e retomou desacelerado. Interrompeu de novo e disse: *“Perain, se eu não seguir o ritmo dele, ele não vai conseguir entrar”*, referindo-se ao aluno que estava tendo aula de atabaque e que ainda não conseguia entrar na música em andamento encaixando o ritmo no tempo certo. Deixou-o iniciar no atabaque e fomos aos poucos nos encaixando no ritmo, quando o novato cantou:

Iê! Eu me sinto tão cansado, de viver aqui na terra, ô mamãe eu vou pra lua, eu mais a minha mulher. Ela só me respondeu, nós vamos se deus quiser. Vamo fazer uma casinha, toda feita de sapê. Amanhã às 7:00, e seja o que Deus quiser... fala meu Deus! [refrão] ‘iê, fala meu Deus, camarada.’ Foi na Bahia. [refrão]: ‘iê, foi na Bahia, camarada’. Foi lá no Pelô. [refrão]: ‘iê, foi lá no pelo, camarada.’

E seguiu cantando:

Ai ai aidê, joga bonito que eu quero aprender. [refrão:]: - ‘ai ai aidê, joga bonito que eu quero aprender’.

A maré tá cheia iaia, a maré tá cheia ioio, [refrão:]: ‘A mare tá cheia iaia, a maré tá cheia ioio’.

A maré subiu, a maré desceu.

Sou de mare de mare. [refrão:]: ‘Sou da ilha de maré.

O angoleiro, que hora você chegou? [refrão:]: o angoleiro que hora você chegou?’. Eu cheguei em Salvador, pra jogar capoeira amor’.

Miró interrompeu com um “iê”, parando o berimbau e disse: “*Você tá... você tocou legal, mas, você chegou agora, pô! Tinha que aquecer a voz*”, referindo-se ao rapaz que estava cantando. Em seguida olhou para mim e disse:

Mas é porque também, pô, eu vou te contar uma coisa aqui Danilo, quando eu tô tocando que as pessoas não responde certo, eu perco um pouco da minha energia. Tá ligado, vei? eu tô botando a minha energia para fora, pra uma coisa bonita sair, tá ligado? Então se a gente não responde legal, o tocador vai ficar triste.

Eu ri e ele disse: “*É, pô, é sério! o tocador fica triste!*”. Retomamos a bateria no toque de angola, eu fui para o agogô, e o cantador retomou o posto:

Dona Maria do Camboatá, joga capoeira ela sabe matar [refrão:]: ‘dona Maria do Camboatá’. Ela chega na roda e da salto mortá.

Por favor não maltrate esse nego, esse nego foi quem me ensinou, esse nego de calça rasgada, camisa furada é o meu professor. [refrão:]: por favor não maltrate esse nego, esse nego foi quem me ensinou, esse nego de calça rasgada, camisa furada e o meu professor. Olha lá o nego! [refrão:]: ‘Olha o nego, sinhá’. Olha lá o nego! [refrão:]: ‘olha o nego sinhá’.

Quem vem lá, sou eu, quem vem lá, sou eu, quem vem lá mais eu, sanfoneiro sou eu.

O cantador, com uma boa entonação de voz, timbre agudo e incisivo, parecia enciumar Miró, pelo que via em sua expressão facial, que interrompeu e disse: “*Foi massa. Falta o que? Estudar mais os instrumentos, né, vei?*” Eu perguntei se tinha mais um berimbau e ele respondeu algo acanhado dizendo que estava esperando as biribas⁷⁵ secarem para fazer outros no tempo certo e que estavam chegando cabaças boas. Naquele momento me dei conta de que a dor no meu dedo mindinho de fato tinha a ver com o peso da madeira. Mostrou uma dizendo que havia colhido e cortado o encaixe do arame na base da biriba, enquanto sussurrava em meu ouvido: “*Opai pacêro! Que berimbau!*”. E sorria com a biriba na mão. Seguiu dizendo: “*Vou lá pra rancar coisa boa, não vou arrancar coisa ruim não! O que é que eu vou fazer... vou esperar secar dois dias*”. Seguiu falando da produção de berimbau como algo difícil: “*Tem gente que monta o berimbau e fica tentando casar o som e não dá certo, tá ligado? Então, tem que ter a paciência disso tudo, pra montar os berimbaus e deixar no som*”.

⁷⁵ Nome do principal tipo de madeira usada para a confecção dos berimbaus, nativa da Mata Atlântica.

Eu perguntei como ele adquiria o arame para colocar no berimbau e ele respondeu: “*O arame eu tiro dos pneu*”. Começamos a tocar e ele disse: “*Seis horas!*”. Tocamos um pouco mais e ele parou perguntando: “*O som do atabaque tá legal, vei?*”. Eu sorri positivamente. Miró virou para o rapaz negro retinto que havia chegado por volta de trinta minutos e se dirigiu a ele com um tom algo reclamoso, dizendo: “*Porra, eu falei para você cinco horas! Tá ligado... chegou tarde!*”. O rapaz respondeu: “*Não de boa, porra, acontece, tava lá no trampo também*”. Então Miró respondeu por cima: “*Sim, pero certo!*”. O rapaz disse: “*Tá marcado aí, a gente vê*”. E Miró disse: “*Tô ligado!*”. O rapaz completou: “*Não é questão, não!*”. E em seguida puxou o corrido: “*Vou me embora, vou me embora, vou me embora pra Angola. Berimbau tá me chamando, eu não vou demorar*”. Repetiu por duas vezes a canção, encerrou e foi se levantando enquanto Miró foi dizendo: “*Pode chegar a porra! Sabe que horas? quatro horas amanhã. A gente treina aí pô*”. O rapaz disse: “*Amanhã às quatro?*”. E Miró fez sinal positivo com a mão e eu me despedi dele.

As intervenções do rapaz que acabara de partir evidenciaram como as músicas cantadas na capoeira, funcionam como um dispositivo para interpretar o momento presente e as situações cotidianas dos contextos populares, com seus marcadores de raça e classe, como descrito nas citações. As músicas cantadas, apesar de terem um sentido em si mesmas e de serem independentes das circunstâncias, podem ser escolhidas subjetivamente para dar sentido comum à situação na qual são evocadas, alertando, contextualizando, ensinando, criticando. Abordando uma série de conteúdos compartilhados na congregação da roda, os cantos coletivos possibilitam experiências de aprendizagem. Em alguma medida, a contingência da roda produz pontos de ancoragem para a escolha das músicas, assim como, por outro lado, elas tomam as situações enquanto objeto de reflexão, tal como reconhecer “Dona Maria do Cambotá”, uma mulher, e provavelmente uma mulher negra, enquanto protagonista de salto mortal em uma roda de capoeira.

Mirando a situação da aula enquanto experiência que constituiria contextos de vulneração, com destaque para as práticas e regras que a compuseram, o ato de tocar os diversos instrumentos, a condução educativa do grupo, as práticas descritas, como a ida ao mato para a colheita e o preparo da biriba e a difícil construção do berimbau, ilustravam conteúdos de um circuito que revelava as disposições do contexto enquanto possibilidades para a escolha de Miró. As regras expostas foram: reproduzir a estrutura do som da capoeira pode ser interpretada, no estilo do tocador; há critérios para a escolha da biriba; há um horário de encontro para a música. Os contornos das regras ficaram explícitos nas intervenções: o modo inclusivo e

cuidadoso de abordar o erro e a interpretação de toques clássicos; o aviso de que só ia para o mato tirar coisa boa e a queixa de atraso com o rapaz que havia chegado por último.

Esta última situação me fez pensar no possível efeito dominó das relações de opressão, cuja manifestação no trato de Miró com o negro retinto abordado por queixa de atraso era a expressão do seu domínio e imposição, no espaço da aula. Ao mesmo tempo, o trato incisivo deixava no ar a hipótese de a estruturalidade do racismo explicar a maior disposição para tratar o outro semelhante, também jovem negro, porém mais retinto, com a familiar incisividade aprendida na trajetória biográfica. A relação afetuosa declarada por Miró foi entre ele e o aluno europeu, mas, ao caracterizar o circuito de aprendizagem dele na capoeira de rua, apresentou as dificuldades de ser incluído como membro pelos seus pares, mais antigos do local:

Os cara aqui no Pelourinho num gosta muito de mim não! Mas não né por... tipo... nunca dei ousadia, nunca falei nada, tá ligado! A gente joga, faz um trocado, tá ligado, mas, sempre sempre eu vou lá, tá ligado, jogo, falo com todo mundo, mas, eu sinto a maldade... eu sinto logo e saio logo, tá ligado. No pensamento assim, tá ligado... pensando que eu sou otário! É barril parceiro, tem que saber lidar, né não parceiro? Os cara não quer o brilho de ninguém não sacana! Os cara vê que você evoluiu, os cara fica, porra aquele cara...quando nois tava jogando que os gringo chegava que dava dinheiro para os capoeirista nem pra chegar e dá 10 conto! Nunca fizeram isso, tá ligado e por que eu vou fazer um... [provavelmente se referindo a um possível desconto] Os cara ganhava dinheiro na roda, as vezes saia com 100, 200 conto e me dava 5, tá ligado... Eu chegava brincava e suava parceiro e os cara chegava no final da roda e me dava pouco. Quando eu jogava muito os cara me dava 5 conto, tá ligado. Os cara era miseráveis, mas, também eu peguei aquele movimento da roda, pelo menos fiz um toque legal na roda e pá. Porque eu também tive esse pensamento, tá ligado vei. Eu agradeço tá ligado. A visão de capoeira de rua eu aprendi ali também. A visão da capoeira de rua, eu não tô dizendo que eu sei, mas, o pouco que eu aprendi, foi ali mermo como os cara, a malandragem. Tá ligado? Porque ali... ali é a lei dos mais forte! Tá ligado? É assim que os cara fala, é dos mais antigo!

A função da amizade, não sendo ela atribuível a qualquer homem, vai sendo relativizada ao constatar que, na condição de capoeiristas, demarcam a esquiva, a evitação, a distinção, como foi o caso relatado por Miró, ao perceber a reação de um mestre de capoeira aos encontros com ele, na rua. A conjectura sobre o motivo da evitação volta-se contra ele mesmo, na medida em que se coloca enquanto desinteressante para o mestre, uma vez que sua aproximação se configuraria enquanto “conversinha”. Aos poucos, ele vai entendendo que sua aparição é tratada de forma refratária, mais uma vez, pelos outros capoeiristas, mais velhos e já consolidados no cenário da capoeira do Centro Histórico. A hipótese dos determinantes intergeracionais e intrarraciais se sustentam nesta dinâmica de relação.

Mestre [nome excluído], Tá ligado? Teve uma hora que eu passei. Tá ligado? Ele bota a cara assim e quando me vê, ele bota pra dentro! Teve um dia quando eu passei. Tá ligado? Ele não

me viu, aí eu vi ele! Aí ele tava olhando pro outro lado, aí na hora que ele me viu, fingi que tava olhando pro chão, aí quando eu olhei pra cima ele, psss, entrou! Por que será isso, vei? Às vezes o cara pode achar que eu vou ficar de conversinha, né vei? ‘oi mestre, não sei quê, pá...’ Puxando assunto, se ligô?

O campo de disputa intergeracional que se configura para Miró, na capoeira, demarca um contexto de submissão hierárquica aos seus pares mais velhos. Apesar desta submissão e todos os aprendizados dela advindos, ao mesmo tempo, Miró pôde submeter o homem branco à sua tutela pedagógica afetuosa e ao rapaz negro retinto, reservou sua abordagem mais incisiva. Do mestre, outro homem negro e mais velho, recebe a esquivada. Um movimento dinâmico que possibilita vasto exercício subjetivo.

A regra de que os pares não gostam de ver “o brilho de ninguém”, a regra de que a lei da capoeira de rua seria “a dos mais fortes” e dos mais antigos, foi dispondo o lugar de Miró no contexto e no universo da capoeira de forma periférica e quase solitária. Apesar dessa experiência de segregação e subjugamento, a capoeira continua sendo apresentada por Miró como caminho de recuperação de sua perdição, de melhoria na relação consigo e com as pessoas.

5.1.2 “Nenhuma mulé”

O aprofundamento de Miró na capoeira foi apresentado por ele enquanto resposta de recuperação ao sofrimento vivenciado no fim de um relacionamento importante, mas, ao longo de sua própria descrição, fica claro que o corpo que se recolhe na capoeira, coloca-se em evidência no espaço público, condição suficiente para a quebra do recolhimento, constituindo, portanto, o paradoxo da capoeira como recuperação de si, por produzir um conflito entre o recolhimento da recuperação e a exposição do corpo no contexto do turismo. Vejamos como o drama da situação é descrito abaixo, por Miró, na correlação entre a dor da ruptura de um relacionamento e o aprofundamento na capoeira:

Eu fiquei sem direção. Eu falei, que, pacêro, isso aqui não tá dando nada pra mim não viu... Eu tava fudido pacêro, eu não tava mais nem sabendo quem era eu! Eu fui buscando e me recuperando com a capoeira, tá ligado? Não vai ficar como uma pessoa que não quer viver né, vei? Tem que buscar um caminho, né não? Eu falei, que vai! Não vai ficar assim não viu! Tava perdido vei, sem saber o que fazer! O que era que eu tava fazendo da minha vida... Tava tudo organizado para eu ir embora daqui, tá ligado... Eu ia embora com ela, [...] [sacudiu o corpo alterando e intensificando a voz]. Eu gostava dela pa carai, só que... subvalorizava né vei... não soube... não tenho o pensamento que tenho agora, tá ligado... pra conviver com a pessoa... nunca tinha convivido com ninguém, tá ligado e aí, vei... as mulé que eu queria ninguém me queria aí começou a aparecer um bocado de mulher, eu fiquei e eu entrei na onda, mas, aí já foi... vou seguindo o meu caminho, outro dia aparece coisa melhor...

A ruptura de uma projeção futura da relação de matrimônio e de trabalho, a constatação da falta de direção, a decisão de que não ficaria nessa situação e a capoeira como dispositivo de recuperação, ilustram a passagem da experiência vivida, para a significação da experiência, constituindo aprendizados sobre as consequências de sua própria escolha e produzindo ensaios de ajustes para o futuro.

A constatação de que “as mulé que eu queria ninguém me quis”, chama atenção para a impossibilidade de escolher e a limitação à condição de objeto da escolha de outras pessoas. Na hipótese de ser objeto de escolha das mulheres, me pareceu pouco provável que a resistência a elas seria maior que a força do desejo alheio, na perspectiva da “recuperação” e da autopreservação.

Ser perpassado pelo sentimento de querer alguém e ao mesmo tempo de subvalorizar esta pessoa, diante das opções de outras mulheres e perder a possibilidade de realizar um projeto desejado, expõe Miró à conturbação psicossocial de uma trajetória que vai se tornando objeto de aprendizado, na constatação de que agora teria um pensamento diferente do passado e mais disposição para conviver com outras pessoas. Um outro paradoxo aparece no trecho acima e que será melhor tratado a partir da segunda aparição abaixo, expondo o drama de afirmar que, ao mesmo tempo que ele nunca precisou escolher mulheres, as mulheres que ele queria nunca o quiseram.

Eu nunca precisei intimar mulher nenhuma... as mulé que eu intimo não me quer, pô. Pra quê eu vou queixar as mulé, pô? Não vejo mais cabimento! Se um dia for de acontecer, acontece! Mas não vou ficar nessa viagem de procurar mulé não! se tiver de acontecer acontece. Vou ficar na minha e lembrar dos momentos bons que eu já tive. É isso parceiro, não vou... me julgar pelos meus erros, porque todo mundo erra. Todo mundo comete suas falhas. Eu sinto que as mulé mexe com minha emoção, tá ligado vei! Depois que eu terminei com Magali, eu não gostei de mulher mais nenhuma, tá ligado parceiro! Eu não gostei de mais mulher nenhuma! Eu olho assim, mas, eu nunca vou mexer com ela.

A afirmação de que nunca precisou “queixar” nenhuma mulher, em um primeiro momento, aparenta ser uma exibição viril da fartura de opções, mas, por outro lado, pode abrigar a constatação de que as que ele “intimou”, não o quiseram. A condição de ser escolhido não é simplesmente uma vantagem, na medida em que isso é o que resta, diante da impossibilidade de escolher e isso, em alguma medida, desperta a curiosidade sobre os determinantes da impossibilidade de escolher. Há aqui um paradoxo que pode ser discutido, por exemplo, conjecturando determinantes de raça e classe.

Apesar desta limitação, a experiência continua sendo descrita em seu potencial de aprendizagem, a partir da qual ele tipifica mulheres e afirma que não iria “arranjar mulher nenhuma”, no sentido de se autopreservar. Esse frágil recolhimento é ilustrado quando, no mesmo momento em que Miró estava em profunda conexão interna com a capoeira, de olhos fechados, havia, ao seu lado, uma mulher por ele encantada.

Eu percebo que eu aprendi muita coisa, tá ligado vei... ela passou muita visão, tá ligado... me passou muita visão... por isso que eu fico perdido, tá ligado... Ela me passava muita visão da vida... não era aquela mulher de... de sexo não... tinha um fundamento, tá ligado... que eu preciso e eu fico... triste comigo tá ligado vei... Vacilei, tá ligado vei... dei mole! Era para eu ter respeito... Eu não valorizei tá ligado, baguncei! Tem que se fudê mermo, tá ligado! Quem é que vai dar valor a um parceiro assim? Qual a mulher que vai querer um cara assim? Na minha visão tá ligado vei...que depois que aconteceu isso eu tive umas visões diferente. Isso mudou a minha cabeça. Hoje eu não vou arranjar mulher nenhuma tá ligado... se quiser fudê, bora pra outro lugar. Eu tô falando, eu não vou ficar mais com mulher nenhuma vei! Num vô nem olhar parceiro, num vou fazer mais isso... nem olho mais! Pode ser a mulher mais linda que for, [sorriu como se tossisse] nem olho! Bota fé paceiro? A capoeira me traz, parceiro! Do nada! Do nada, parceiro! Eu tava sentado na praça em [Estado omitido], peguei o berimbau, comecei a tocar.. saí da terra ali parceiro! Eu tava com o olho fechado, quando eu abri o olho e olhei pro lado, tinha uma mulher parceiro... Aquele negoço assim no meu corpo assim, tá ligado, [O estrangeiro parou de tocar] aquela energia da capoeira assim no meu coração, tá ligado... eu... tocando, pá... depois comecei a cantar as música da capoeira, tá ligado. Quando eu olhei pro lado assim, a menina do meu lado, parceiro! Ela ficou me olhando assim vei, nois... começou a trocar ideia, pá... tá ligado. Isso é coisa boa! Isso é uma conexão legal tá ligado. Então não quero... sei que eu não vou conseguir uma mulher assim na rua, tá ligado! Nunca! Pode encontrar vei, mas não é fácil, tá ligado! Não é fácil! Mas de boa, tô tranquilo, na minha, porque eu não tô com pressa assim não, tá ligado.

Neste caso, a capoeira se constitui enquanto paradoxo, na medida em que o seu domínio é, ao mesmo tempo, efeito de autocentramento e possibilidade de descentrar-se, pelo acesso a relacionamentos sexo-afetivos, resultante da circulação e disponibilidades do corpo na capoeira, no espaço público.

As disposições do contexto possibilitaram a definição da identidade de capoeirista, demarcando o lugar possível de ser ocupado por um belo e corpulento jovem negro, dentro do Centro Histórico de Salvador, em que ele se faz tipo ideal, buscado pelos estrangeiros e rejeitado pelos locais, “os mais antigos”, cujo valor de reconhecimento financeiro é pouco para Miró, enquanto retribuição pelo seu esforço na roda de capoeira, mas, com ganhos de outros capitais, como a aprendizagem da “malandragem” da capoeira de rua.

A passagem da afirmação inicial, de que nunca precisou escolher mulher, para a afirmação final, de que as que ele “intimou” não o quiseram, expõe a ambiguidade de ser quisto e a impossibilidade de escolher. Seria essa uma expressão do contexto para ele, enquanto determinado tipo de sujeito? As escolhas de adesão dele, enquanto sujeito na roda da capoeira

de rua e na relação com as mulheres, estruturam, ao mesmo tempo, os contornos dos contextos e as respostas subjetivas de Miró, no enfrentamento de suas frustrações e impossibilidades, tendo a capoeira como eixo de recuperação. Neste sentido é possível falar de uma referência de vulnerabilidade positiva, no sentido de que a capoeira é uma estratégia psicossocial de resistência e ajuste do sujeito, diante das dificuldades que a própria atividade induz.

As variantes da experiência com a capoeira são claras na narrativa de Miró, a exemplo da aula, da roda, da produção e venda de instrumentos como práticas diferentes, adotadas por ele na relação com o contexto como facilitador da experiência. Nesta discussão, percebemos a diferença de práticas como a aula de instrumentos, construção e venda de instrumento, a capoeira de rua, dentre outras.

5.1.3 “Perdeu, pivete!”

Naquele dia eu resolvi vir andando da Praça da Piedade até o Pelourinho, ao encontro de Miró, e chamou atenção, apesar de já ter feito antes o percurso e não ter observado, o fato de existirem muitas unidades móveis da polícia militar, de modo que a cada 8 minutos caminhando eu encontrava uma delas. Havia uma unidade móvel na frente do Cine Glauber, na Praça Castro Alves, outra unidade no Terreiro de Jesus, outra unidade no meio da ladeira, perto da Casa de Jorge Amado e outra unidade móvel, na encruzilhada com o Taboão. Ao encontrar com Miró próximo da Rua das Flores e comentar sobre a constatação, ele falou em tom sussurrante: *“Muito policiamento pra nada, pacêro! Os cara roba! Os cara poca os cordão, roba celular! Não dá nada! Os cara nem vê vei!”*. Eu comentei não entender como isso acontecia com tantas filmadoras e policiamento e ele disse que os policiais não faziam nada.

Os cara não faz nada, pô. Eu já vi ladrão aqui, vim seguino... os cara segue no elevador... os cara fica tudo ali no elevador escotano, um por um. Fica mais de cinco! Ali os policial já sabe. Tá ligado pacêro, que é ladrão! Os cara fica ali o dia todo sentado, pacêro, ó! Esperando os cordão, daqui a pouco chega alguém, vai todo mundo logo encima. Tá ligado pacêro? Aí fica um aqui, outro cá, outro, lá... aí o cara vem andando assim como quem não quer nada, aí o outro já tá do lado, pá... Aí tem uns que espera os pessoal pará e as porra. Tá ligado vei? Otro dia mermo os cara fez com um cara. Tá ligado? O cara veio assim aí começou a me filmar jogando capoeira... ‘boa tarde irmão, tudo bem? Venha conhecer o meu trabalho de capoeira!’ Ele, ‘não vei, obrigado, valeu!’ Aí levou nossa imagem. Tá ligado? Normal... Fotografou e foi educado comigo pacêro e saiu! Na hora que ele saiu, eu falei, ‘os cara vão tomar o cordão dele’. Aí chegou um que já tava assim, ó [simulou um olhar de canto de olho] e veio outro pivete e... ‘perdeu pivete!’ e partiu o cordão dele e saiu correnu vei... que laranjada da porra! Mais de cinco vei, que viagem vei!

Essa descrição expõe mais uma prática ancorada nas disposições criadas pelo contexto fronteiriço, típico dos Centros Históricos das capitais, de realidades econômicas e raciais, nos trajetos em que turistas, gringos, sulistas e de outras regiões expõem sua situação de privilégio à oportunidade de ganho dos menos privilegiados, pelo roubo, com uma suposta conivência da polícia. A ação é descrita como organizada, coletiva e distributiva, na medida em que os que participam dela também recebem pela criação de condições para o furto, descrito como atividade orientada por uma ética da preservação do próximo e semelhante, deixando em aberta a caracterização do outro, tipificável enquanto possível vítima do furto.

Nesse sentido, Miró caracteriza um dos rapazes que furta: *“Vejo ele como uma pessoa boa, não vou ver o cara como uma pessoa ruim porque ele fez isso. tá ligado? Tenho certeza que ele não vai fazer isso comigo, ele me conhece!”*. Miró segue dizendo que conhecia “o cara”, que ele era “precisado”, mas discorda que precisava roubar para sobreviver. Relatou ter visto uma situação em que o rapaz o chamou e disse: *“chega aí pivete! Ganhei aquela corrente ali, deu 150 pra cada um!”*. Impressionado com o valor distribuído, ouvi em seguida de Miró que a corrente era de ouro e que os caras não eram otários, que conhecem de longe. O “roubo”, termo que carrega em si a reprovação moral e a criminalidade, confunde-se com reparação, ao se dar em contextos fronteiriços entre desigualdade e ostentação, típicas das zonas de fricção interétnicas. Como já cantava Chico Science, talvez, uma modalidade de “banditismo por uma questão de classe”⁷⁶, cercada por um aparato esmagador do Estado e suas disposições para o extermínio e encarceramento, revelando a desvantagem desta opção perigosa, somente sendo praticável com uma certa “segurança”, quando se supõe que a polícia já sabe e mesmo assim dá para manter a prática.

5.1.4 “Vou ali comer”

Ao dizer *“Danilo, eu vou chegar ali que eu vou pegar um rango, pacêro”*, Miró fez um comentário que, por um triz, me deixaria fora de um circuito do Centro Histórico, onde ele e outras pessoas buscavam alimento distribuídos na rua, situação revelada com vergonha, o que exigiu de mim tratar a necessidade com naturalidade, resistindo a sua sugestão inicial de que eu não participasse, quando propôs, em tom de despedida, a ida ao Aquidabã. Ele se justificou dizendo que fora roubado e que por isto, sem dinheiro, estaria indo ao Aquidabã pegar o café, a sopa, o pão e outros itens. Naquele momento senti, por segundos, um profundo desconforto

⁷⁶ Para acessar a música, acesse: https://www.youtube.com/watch?v=fz13_ZjDs2M.

que aos poucos foi se tornando consciente, de me sentir, por um lado, coagido a oferecer condições de acesso ao alimento e, por outro, dispensado para fora do circuito do comer na rua, na forma que foi anunciada a despedida.

Contornada a situação com uma rápida reação naturalizante da minha parte, descemos pela Casa de Jorge Amado, passamos pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, com a rua praticamente vazia, porém algumas pessoas circulavam pela rua que dava acesso ao Taboão, com alguns policiais circulando ao redor da unidade móvel que sempre fica por ali. Pegamos a conexão com a Baixa dos Sapateiros, à direita e viramos à esquerda em direção ao Aquidabã. Na conexão com a descida do Santo Antônio para o Aquidabã, na base da Ladeira Ramos de Queiroz, em uma pequena pracinha, havia jovens dançando com pagode e adultos olhando do segundo andar das casas. Seguimos em direção ao Aquidabã, e ao chegar lá havia um carro na primeira rua à esquerda que contornava a área oferecendo alguns itens finais da entrega para uma pequena fila que ainda estava ali provavelmente dos que chegaram por último.

O ambiente com uma luz bem alta nas estruturas de metal (Figura 1), que dava um tom penumbral ao local, uma luz muito alta que, vindo de cima, sombreava os rostos e guardava os olhares. Alguns ônibus paravam, pessoas chegavam e outras partiam. Alguns deitados sobre papelões ou espumas cobertas por um pano. Agrupamentos familiares com cachorro, do outro lado, embaixo do viaduto, outro agrupamento com gatos pequenos em uma caixa de papelão e a queixa pela reforma que restringia o acesso ao espaço principal do Aquidabã, o salão central. Um clima de mistério sobre o que seria daquele lugar.

Figura 1 – Estrutura de cobertura e a área abrigada do Aquidabã antes da reforma



Fonte: Mapio (2022)⁷⁷.

Miró correu para ver se conseguia alguma coisa até entender que já havia acabado o que distribuía, mas naquele momento chegava um outro carro na direção oposta ao Aquidabã, na face com a localidade da Sete Portas e Miró acelerou um pouco o passo, olhando rapidamente para trás para me ver, momento em que eu disse *“corre logo para você não perder o lugar da fila”* e ele se sentiu à vontade para correr, me deixando para trás. Acelerei o passo para chegar até ele, quando comecei a avistar algumas pessoas conhecidas, o que me deixou um pouco constrangido por não querer ser identificado como uma figura ligada ao Estado, ou a projetos sociais, no passado.

Caminhei pelas áreas mais escuras para manter a invisibilidade suficiente do rosto, ajeitei a máscara no rosto, o que dificultou ainda mais a identificação e Miró, que estava logo à frente na fila que se formava, me chamou. Perguntou se eu ia comer e eu disse que como não estava me sentindo bem eu não ia querer. Ele disse: *“pegue para mim parceiro”*. Então eu decidi entrar na fila no lugar onde ele estava. Ao me situar numa vaga à sua frente uma senhora gritou atrás: *“Olha a fila!”*. A fila foi andando, foi chegando a minha vez, quando bifurcou à frente. À direita, uma mulher que entregava uma quentinha pequena com ovo frito e um pão com mortadela, enrolado em um guardanapo e a outra mulher, à esquerda, tinha uma garrafa térmica de onde saía um café com leite e açúcar. Eu já estava com a quentinha e o pão na mão, olhava para a mulher que estava com a garrafa térmica e de repente a menina que eu conhecia

⁷⁷ Nas referências ver: “Estruturas de metal de cobertura do Aquidabã, antes da atual reforma, em Salvador, Ba” (2022).

e que eu queria que não me reconhecesse, tocou no meu braço e gritou: “*Bora bora mão! Pegou a sopa, sai vei! O café é lá. Adianta ai!*”. Eu saí rapidamente e fiquei pensando nos efeitos do contexto e os modos de trato, a partir das identificações estabelecidas. Ao me ver contemplativo, Miró comentou sobre sua relação com o lugar e como as pessoas se organizavam em torno do ambiente, para ele acolhedor desde a primeira vez que veio ao Centro Histórico:

Tem família que vem pra cá, fazer a cata de todos os carros pra depois ir pra casa! Seis hora! Porra, a primeira vez que eu pisei em Salvador eu cheguei ali ó! [apontou para o outro lado da rua, no ponto de ônibus que fica próximo do viaduto de subida para o Barbalho] Parei naquele ponto ali e desci! Olhei pra esse lugar aqui e senti a energia. Eu falei ‘colé desse lugar aqui, vei? Cheio de maloquero durmino aqui, eu falei, eu vou descer aqui mermo!’ [Cê veio de onde?] Eu vim do [bairro omitido] nesse dia! [eu: pegou o buzão e partiu pro centro!] Parti pro centro! Mas eu não ia parar aqui. Meu destino era [bairro omitido]. Tá ligado? Quando eu vi essa tela aí, eu parei bem ali. [apontou para a cobertura do Aquidabã, feita de grandes telhas de metal, em altura de quase 20 metros, apoiadas por estruturas de concreto e tubos de ferro] Nem sabia que dava comida! quando foi no outro dia, dando mei mundo de comida aqui! Eu falei, ‘pô, aqui dá comida é?’

O relato da experiência de ida para a situação de rua é apresentado por Miró desde antes dos 15 anos, como uma descoberta positiva da sociabilidade do Aquidabã, passando pela identificação com a cena dos “maloqueiros dormindo”, que o motivou a descer do ônibus e no dia seguinte, a descoberta de que naquele lugar davam comida, tendo ficado até então, a possibilidade de retorno a essa referência de acolhimento.

Na situação de rua relatada, mencionou a abordagem da equipe da Defensoria Pública, que o encaminhou para instituição de promoção de acesso à moradia, alimentação e articulação com outros direitos. Enquanto olhávamos as pessoas, Miró perguntou: “*Ali deve ser BMW né não, Danilo?*” Confirmei ao mirar a logo do carro, quando Miró comentou: “*Tem dinheiro rolando aí, né? E né pouco, né não?*”

Permaneci em silêncio e essa observação me fez pensar na crescente capitalização da rede de assistência evangelizada, que vem ocupando espaços públicos em que se concentram pessoas em situação de rua, ao passo em que vivemos uma das maiores ocupações do parlamento brasileiro, em todas as instâncias, por agentes do cristianismo pentecostal, com importantes efeitos sobre as políticas públicas de cunho democrático, laico e baseados na autonomia do sujeito e no estado de direitos, como será evidenciado na discussão a partir das experiências juvenis nas comunidades terapêuticas, na próxima subseção.

As contradições ficam ainda mais evidentes no trato com as políticas de drogas que defendem o antiproibicionismo e a redução de danos, considerados como avanços no assunto. O espectro assistencial parece penumbrar o caráter político-emancipatório da relação entre políticas públicas e beneficiários, levando ao que se costuma chamar de gestão da pobreza. Por

que usar uma BMW para distribuir comida em um local onde estavam os excluídos, os corpos excedentes? Quem recebe pelo custo de tão estranha e aparentemente inadequada ostentação? Esse assunto será aprofundado na próxima subseção, sobre as comunidades terapêuticas enquanto contexto de vulneração juvenil.

Em meio àquela reflexão, Miró começou a se justificar mais uma vez: *“Eu venho pra... quando tô na urgência! Tava conseguindo me manter! não tava vindo pra cá não! Fazendo minhas aulas de capoeira, antes da pandemia”*. Ficamos ali em silêncio e de repente dois carros se aproximaram e uma mulher de cabelo curto começou a chamar outras mulheres e dizia *“Equipe, equipe”*, recrutando as outras que estavam dispersas, para formarem a fila de recebimento de comida. Se configurava diante de mim uma organização produzida naquela circunstância do Aquidabã, que ilustrava o que disse Miró, sobre as famílias que vêm coletar comida para fazer estoque e levar para casa.

As mulheres gritavam: *“Olha a equipe aqui, olha a equipe, a equipe ali, ó!”*. Outra mulher gritava o mesmo, perto de outro carro. Os cachorros voltaram a latir, em meio às buzinas do carro enquanto eram distribuídas quentinhas com ovo frito e cuscuz e um copo de café. Chegou um carro novo de fundo aberto, as pessoas se reuniram ao redor do carro e dele saíram dois homens. O maior começou a falar: *“Pessoal, boa noite! Tudo bem com vocês? Antes de fazer a fila, vamos fazer uma oração aqui, rapidinho?”*. O outro rapaz que saiu do carro, não vendo a reação das pessoas na formação da fila, impaciente, gritou, em tom incisivo: *“Ó gente, faz uma fila aqui, senão a gente não vai distribuir nem roupa nem sopa!”*. Aliviou no tom e finalizou com a palavra: *“Rapidinho!”*. Foi se conformando lentamente a fila e a mulher que gritou *“equipe”*, começou a gritar: *“Primeiro a palavra, minha gente, depois o alimento, oi!”*. O rapaz que estava convocando gritou: *“É só uma oração!”*. Aos poucos foi se conformando uma roda com aproximadamente 20 pessoas. Fiquei com a impressão de que as pessoas já haviam coletado comida o suficiente, quando vi a lentidão da formação da roda. Os dois homens caminharam por entre as pessoas tentando recrutar quem pudesse compor a roda, dizendo: *“Ó gente, só pra fazer uma roda aqui, ó!”*. E finalmente se conformou uma roda e o discurso de um deles começou:

Gente, boa noite! Boa noite [repetiu em tom incisivo e mais alto, pedindo atenção e as pessoas responderam timidamente]. Primeiramente viemos aqui trazer o alimento espiritual e depois o alimento físico! E nessa noite nós estamos aqui, mais uma vez, com o brilho do senhor e queria deixar uma palavra aqui para vocês que diz assim, ó: ‘se vós ouvir a minha voz, eu entrarei em sua casa e farei morada contigo! Mas, ó, eu não tenho casa! Para que o senhor possa entrar! A palavra do senhor diz que a maior casa é o meu, o seu coração! Deus cuida de mim, de você, dando livramento onde quer que estejamos’. Ainda que você fale assim: ‘irmão, eu tô aqui nessa situação!’ Nos mínimos detalhes, Deus ele levanta pessoas, cuida de mim e de você, Deus te

ama, Deus ama a mim, ama a você, ama a sua história, por mais que nós queremos mudar nossa situação. Que Deus, nesta [obreiro embarga a voz] venha fazer morada no coração de vocês, venha fazer morada. Amém?

Um coro, respondeu: “*Amém!*”. O segundo homem que estava dentro do carro, em tom de grito, assumiu a palavra:

Boa noite! Peço que vocês fechem os olhos e nós vamos estar fazendo uma oração aqui agora, podem fechar os olhos [e começou a oração]. Senhor meu Deus, meu pai, na vida de cada pessoa, de cada vida, de cada mulher, de cada criança que está aqui presente, aqui nesta noite. Senhor, meu Deus, meu pai, só o senhor sabe da dificuldade das pessoas daqui desta localidade! Muitos aqui estão depressivos, muitos aqui estão doentes fisicamente, cada um com seus problemas, mas hoje nós estamos falando aqui hoje do mestre dos mestres, de Jesus, porque ele cura, ele traz salvação na vida de cada pessoa que está aqui, e em nome do senhor Jesus Cristo eu vos liberto, amém! [o coro respondeu: ‘amém!’ e bateram palmas e o rapaz seguiu] Ó formem fila, tem roupa e tem comida pra todo mundo! Faz a fila aí atrás do carro para a sopa.

Os cachorros seguiam latindo e a roda já havia se transformado em duas linhas paralelas, uma para a sopa e a outra para a roupa, ambas já não tão grandes, talvez pela saturação da oferta. Pelo menos, já havia vasilhas cheias encostadas nas paredes e sobre os bancos onde se sentavam as pessoas em seus agrupamentos e trabalhos de “equipe”. Uma senhora olhava para a aglomeração para pegar a roupa e comentou: “*Passa pra trás, gente! Oxi, ó prai!*”. Outras pessoas gritavam “*Fila, fila!*”. A moça que gritou “equipe” estava gritando: “*Ô vei, ajeita essa fila aê! Né toda hora que eu vô tá aqui né! Nossa senhora! Ei? Chega pra traz aê!*”. Eu estava na fila da sopa, chegava a minha hora e a moça local que estava ordenando gritou: — “*Bora pessoal ó, bora pro lado, quem já pegou vai saindo para adiantar a fila*”. Eu algo recolhido na sombra para que ela não me reconhecesse e ela disse: “*Vira a fila do café pa lá aí ó mão, ó! Pra quem quiser pegar sopa, pegar também! Bora!*”. Em voz altiva. Eu estava na fila da esquerda que estava atrás do carro que distribuía a sopa e a fila da direita era para as roupas.

Eu observava as pessoas pegando o que lhes chegava às mãos, de modo que a roupa vestida geralmente não seria a escolhida e aí estaria a origem da desproporção que muitas vezes vemos no vestir de quem está em situação de rua. Bermudas e camisas maiores ou menores que o corpo e combinações que só aquelas opções/restrições possibilitam fazer. Uma senhora pegou um vestido, caminhou até um agrupamento de pessoas e deu para uma outra mulher, mais nova, demonstrando que havia um repasse de roupas entre elas. Uma chance de ajuste de tamanhos e preferências.

Quando fui pegar a minha sopa, ouvi o obreiro dizer: “*Se doar, o que vocês puderem doar a gente tá aceitando! Muitas vezes a pessoa que estão aqui precisam de amor, de carinho, principalmente da palavra de Deus. Amém. Né?*”. Peguei minha sopa e saí com Miró que

olhava para mim com uma cara de que checava como eu estava expressando o fato de estar ali. Perguntei: “*Qual foi pacêro?*”, ele riu e me chamou para nos sentarmos embaixo das últimas vigas acessíveis que sustentavam o telhado do Aquidabã, por conta do isolamento da reforma.

Nos sentamos, ele olhou para a sopa que estava no copo descartável de 200 ml e disse: “*Essa sopa tá com cara de que tá boa!*”. Tomou um pouco e disse: “*Tá boa mermo!*”. Continuou tomando sua sopa e, após receberem suas roupas e comidas, as pessoas se aglomeravam ao redor das pilastras para comerem, conversarem e arrumarem seus estoques de coleta do dia. Gente de todas as idades e mais carros chegando com alimento. Ficamos ali olhando o movimento enquanto uma mulher gritava: “*Que maconha é essa, desgraça? maconha do demônio é?*”, olhando para um rapaz que já havia comido o seu estoque e ainda estava pedindo a comida dos demais. Eu olhei para cima e vi os arames farpados colocados para as pessoas em situação de rua não dormirem sobre as estruturas do Aquidabã e percebi que apesar disso havia alguns arames folgados e que mesmo assim as pessoas dormiam lá em cima (Figura 2).

Comentei isso com Miró e ele disse: “*Mei mundo de ladrão, né pacêro?*”. Fiquei em silêncio estranhando essa fala vindo dele e diante disso ele completou: “*Não agravando a todos! Mei mundo de ladrão aí, não agravando a todos!*”. Olhando para mim em tom de pergunta, como quem checasse meu posicionamento, minha inclinação e eu fiquei em silêncio. Ele disse: “*Tá ligado? Tem que ficar veiacó!*”. Como eu já conhecia sua expressividade, percebi um tom um tanto exagerado, performatizado de maldizer seus pares. Ficamos em silêncio enquanto eu pensava naquela lente que ele acabava de oferecer, para talvez ver se eu comungava com aquela perspectivação e então veio um pensamento sobre a observação do observado e a importância do pesquisador de se situar, na pesquisa, sobre a maleabilidade dos códigos morais envolvidos nos encontros e conseqüentemente, sobre o grau de abertura e as direções dialógicas que podem se apresentar nas situações etnográficas. Enquanto eu refletia, ele reforçou, mudando de assunto: “*Sopa gostosa da porra!*”.

Figura 2 – Tetos dos quiosques do Aquidabã onde dormiam algumas pessoas



Fonte: PNotícias (2022)⁷⁸.

Continuei em silêncio, na pausa do latido dos cachorros, na calmaria das equipes abastecidas e dos carros e pessoas paradas em frente, no ponto de ônibus. Aquela penumbra da luz alta, com rostos invisíveis, à distância de 10m, pessoas correndo na rua, outras deitadas debaixo dos viadutos, o cheiro de maconha vez por outra era sentido, uma pausa de menos ruído e agitação. Depois de um tempo, Miró olhou para mim e disse: *“Não vai tomá sopa não, é?”*. E eu disse que estava de barriga cheia e que na hora que eu cheguei lá eu tinha acabado de comer na rua e expliquei isso para ele não pensar que eu não comi porque é comida dada no Aquidabã, quando ele disse: *“Não, pô! Nada a ver!”*. Demos um tempo em silêncio e ele disse que estava de boa, anunciando a partida de volta ao Pelourinho. Finalizou dizendo: *“A comida! Aqui eu vou levar pra amanhã e me organizo pra dormir! Minha meta é essa agora. dormir! Cumê e durmi. Tá ligado? Não tava nem indo treinar por causa da pandemia”*.

Quando nos levantamos para o retorno, nos deparamos com a chegada do “Pacêro”, conhecido de Miró da época em que ambos moravam em um abrigo, como condição para acessarem o “Auxílio moradia”⁷⁹, experiência narrada entre os dois, com situações e

⁷⁸ Nas referências ver: “Quiosques do Aquidabã, antes da reforma de 2022, em Salvador, Ba” (2022).

⁷⁹ O Auxílio Moradia, concedido pela Prefeitura de Salvador, através da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (Sempre), é um benefício mensal no valor de R\$ 300,00 destinado às famílias de baixa renda que tenham sofrido perdas do imóvel devido à calamidade pública. Esse auxílio financeiro também beneficia famílias que se encontram em situação de rua.

aprendizados que auxiliam na caracterização do contexto. Esta situação será narrada na próxima subseção.

5.1.5 “Altas viatura já me abordou”

O Pacêro chegou caminhando de mansinho, um senhor, pequeno e franzino, de aproximadamente 55 anos, e chamou logo a atenção, pelo som da sua fala meio assoprada, pelo fato de ele ser desdentado na arcada superior. Com uma calça de tergal cinza, um pouco maior que o seu corpo, bainhas dobradas, camisa de poliéster branca, com mangas verdes e uma propaganda de algo já apagando; sandália havaiana já desgastada e a camisa estava encardida nos ombros, onde ele apoiava o peso do saco grande e cheio de latinhas de alumínio, catadas na rua.

Ele se apresentou como morador do Aquidabã, ou seja, estava em situação de rua, tendo o local como referência de “moradia”, afirmação que me fez pensar sobre as condições que o lugar oferecia para os que ali estavam, nas possibilidades de dormida, sociabilidade, comida, roupas etc., como já havia mencionado Miró, ao narrar a sua ida para a situação de rua. Mais uma vez, reconhecíamos o valor social agregado ao local. Com a reforma, não sabíamos o que estava por vir sobre o futuro daquele lugar de sociabilidades.

Sentimos o cheiro forte de chorume e confirmamos a sua origem com a aproximação do Pacêro, com seu saco de latinhas. Descartadas pelos consumidores de cerveja, refrigerante e coletadas principalmente por pessoas em situação de rua, as latas encontradas tinham ainda restos de seus conteúdos de origem em diferentes estados de decomposição. Apesar do mau odor deste labor, a prática é disputada entre os catadores, que caminham ávidos pelo Pelourinho na busca do alumínio, para vender nas casas de reciclagem, como alternativa econômica que se consolidou neste seguimento, assim como a venda de água, de balas, doces, guarda de carros, o varejo das drogas, a prostituição e o acesso às políticas públicas, que reduzem efeitos das vulnerações, mas, assim como todas as outras citadas, acabam sendo práticas de gestão da pobreza, que pouco implicam na sua superação.

Voltemos para a chegada do Pacêro, com um tom assustado após uma abordagem policial sofrida perto de um ponto do varejo das drogas ilícitas do Pelourinho; ele disse: *“Pacêro, a visão é uma só! Tão querendo dinheiro! O cara entra na polícia hoje, com 12 meses já tá de casarão, de carrão importado, que salário da desgraça é esse? Tá cumenu banana, é?”*. E seguiu descrevendo como se comportar ao avistar a polícia se aproximando, nos trajetos da rua:

É tipo assim, ó! Pega a visão! Se eu sou ele ou sou tu, eu digo assim, ó... ‘meu pacêro, vamo cada um prum lado’. Peguei a visão, dou um toque, dou uma brecada, faço de conta que tô peganu alguma coisa, tirando de tempo e você tá do outro lado no mermo sistema! Seu pacêro tá na visão e você na visão, no mermo tempo! É um na visão do outro e na visão de todos. Aí, tirou o sistema é loucura!

A polícia é uma das instituições mais presentes nas encruzilhadas das situações de rua e ela reforça o sentimento de unidade dos que por ela são oprimidos, manifestada nos códigos e procedimentos de escamoteamento, resistência e fuga compartilhados, deslocando, quando possível, a ofensiva para a assistência, na construção da inofensividade, como descrito abaixo pelo Pacêro:

Altas viatura já me abordou! Aí quando eu abro minha sacola aqui, com meus documento, aí eu falo assim... ‘Aqui ó!’ Até a Rondesp, me parou e me deu 10 reais ainda! Ele tirou meu chapéu e disse: ‘Olhe pra mim!’ E eu disse: ‘Eu estou olhando pro senhor!’ Eu disse: ‘Irmão, por favor, cansei de fazer pedido aí, me ajeite a passagem aí que eu quero chegar ali. É 18 reais minha passagem’. Um tirou 10, outro tirou 5, aí disse: ‘Os 3 você se vira aí né?’ Eu disse: — ‘Não, aqui eu consigo! Lá no Açai’. Daqui a pouco parou uma Hilux do meu lado! Falou: ‘Vire pra mim e abra a mochila’. Eu: ‘Ó meu pai, eu perdi minha guia, eu tô vendendo água e eu poquei tudo na água dura, vei! Eu sou sincero, não gosto de baratinho não!’ Ele falou: ‘Você vai embora mermo?’ Eu disse: ‘Vô!’ Ele liberou o dinheiro, eu entrei na Baixa do Fiscal e... água dura! Eu fiquei assim mermo no bar, ó! [fazendo gesto de estar escondido e em estado de alerta] Cabeça pra fora, cabeça pra dentro! Olhando pra ver se vinha a caminhonete. Porque se visse... ia ser pau e ia me jogar dentro da mala. Até o dono do bar, seu [nome removido] falo assim, ‘O que é que tu tá com isso, bota a cabeça pro lado de fora e tira? Igual a cobra!’ Eu disse: ‘Não meu pai, é que eu estou esperando um comandante aqui que vai acertar um serviço!’ Tirei ele de tempo!

A tipificação do abordável pela polícia se repete no mesmo percurso, ao ser parado, primeiro pela Rondesp⁸⁰, depois por policiais em uma Hilux, e apesar disso, conseguir, dessas duas abordagens, o dinheiro. O aprendizado do Pacêro, consolidado nas experiências da situação de rua, apresenta procedimentos importantes para “tirar de tempo” disposições agressivas, prevenir ofensivas, convertendo tensão em cautela, praticando a observação compartilhada do contexto de risco, com os “parceiros” em diferentes pontos de perspectivação do espaço. O uso da própria aparência, a partir da qual se autoriza a polícia para abordar seletivamente os suspeitos prediletos, é estratégico para induzir, na instituição que oprime, a disposição para a compaixão e caridade. Um efeito interessante de comoção dos dispositivos de opressão.

⁸⁰ Nome dado à Ronda Especial de monitoramento e operações táticas da polícia militar da Bahia, que apesar de ser apresentada como um dispositivo de segurança pública, para os interlocutores desta pesquisa, apresenta a função de insegurança no espaço público.

Seria a velhice, a face desdentada, a sujeira e o fedor, elementos que também afastam abordagens mais próximas e ofensivas sobre o corpo? Uma pergunta que não fiz, assim como muitas, dada a abordagem de preferir só observar as trocas simbólicas entre os interlocutores. O Pacêro então retomou a lembrança do contexto em que conheceu Miró, no albergue, enquanto ambos aguardavam a concessão do que eles chamaram de “auxílio aluguel”. Dada a especificidade e complexidade destas experiências, descritas por Miró e o Pacêro, elas estão descritas na próxima subseção.

5.1.6 O albergue

O Pacêro apresenta o contexto do albergue para lembrar de onde conheceu Miró, descrição que apresenta a sua admiração por ele, ao compará-lo com os outros que lá estavam: *“O único que eu vi na visão foi esse aí, ó!”*. Apontou para Miró e seguiu dizendo: *“No dia que ele botou o dele no bolso... Ele chegou na porta todo fardado, arrumadão, com um celularzão e ó... chegô o tempo dele!”*, referindo-se à conquista do auxílio aluguel, por Miró, tipificando-o, em relação aos “outros” que lá estavam: *“Na moral vei, esse rasta aqui é Pelô, vei! Aí é visão toda! Os otro não vi visão não! Mas eu, na minha! E eu passava a visão, mas a galera...”*. O Pacêro se despediu para continuar catando latinha e Miró, embalado pela lembrança do Pacêro, começou a narrar a sua experiência no albergue:

A primeira vez que tive lá, sabe o que aconteceu pacêro? Só os facão pacêro, na porta! Os cara: ‘Se boiá aí dentro! [em tom de voz de pressão] Lá fora um bocado de faca! Tudo lá fora...’ Três cara ficava lá... ‘se ficá aí dentro de mi, mi, mi, vai se fudê aqui fora viu pai!’ Eu falei, olha, rapá! Aí teve um dia que eu tava lá dentro, que eu saia pra fora, aí teve um bicho que chegou ne mim: ‘Colé meu pai! Tô doido pra dar um raio, me consiga 20 conto aí vei?’. Aí, ele foi e puxou a faca assim ó e mordeu a boca assim, aí eu fui e soltei o cara! O cara me considerou pra porra! ó praí que viaje da porra! [rio muito]. Que laranjada [eu perguntei: ‘soltou como?’] Eu dei o dinheiro pra ele! Nesse dia aí esse cara me considerou pa porra vei! Tá ligado? Ele viu que eu era de verdade, que eu não era esses cara assim. Agora no dia que eu recebi o auxílio ele tava sabendo vei! [em tom irritado e de dentes rangendo e depois riu] Ó que laranjada da porra! Os cara já ta-va me es-co-ta-nu, pacêro! [em tom pausado em cada sílaba e de espanto].

Contexto eminentemente masculino, o albergue foi descrito a partir de práticas de vigília, extorsão, ameaças de violência física por usuário de cocaína e a possibilidade de pagar pelo ganho da “consideração”. Mapear o dia do recebimento do benefício e demarcar a fronteira de intensificação da violência entre o dentro e o “fora” da instituição, na rua, expõe o contexto ambíguo deste ambiente da assistência, coercitivo, desde que se pague para que assim não o seja.

O uso de faca e da expressão facial para intimidar, a declaração da regra e suas consequências eram ações que definiam um contexto coercitivo da relação entre os pares de Miró e que, ao mesmo tempo, o diferenciava deles. Como disse o Pacêro, “*o único que eu vi na visão foi esse aí, ó*”, referindo-se a Miró como alguém que estava de passagem e que destoava daquele contexto.

A constatação de que “*o cara me considerou pra porra*”, como disse Miró, por mais que lhe fosse uma compensação às carências de ser objeto de consideração, de receber elogio após ser ameaçado com uma faca, não compensa o constrangimento. Considerando as estratégias de extorsão, ele passa a aperfeiçoar suas estratégias de fuga da compra pela sua “consideração”:

Eu saí de lá 6 hora da manhã! Todo mundo durmino! Lá na porta do Albergue os cara que gostava de tomar, tá ligado? Ó que viagem da porra! [rindo muito, longamente] Aí eu saí. Tá ligado? Nisso que eu saí os cara: ‘Cadê o capoeira vei?’ ‘O capoeira saiu daqui foi 6 horas vei!’ Eu falei: ‘Porra vei, na hora que eu chegar na porta daquele Albergue lá, o bagulho vai virar pro me lado!’ Pacêro, na hora que eu cheguei lá, pacêro! [olhou para mim em tom de espanto e pousou]. Os cara tava na porta do albergue vei! Na hora que me viu levantou assim: ‘Colé, capoeira!’ Tá ligado, Danilo? [Eu: Mas, venha cá vei, você estava com o dinheiro na mão?] Tava com o dinheiro! ‘Colé capoeira!’ Eu: ‘Colé papai!’ Ele: ‘Vai me soltar? Vai me... [gaguejou no tom alto da fala agressiva, emocionado com a lembrança!] vai me soltar?’ Assim mermo vei! Se eu dissesse que não, ia cair na faca, pacêro! Eu falei: ‘Claro meu pai, agora mermo!’ 50 pra cada um, pacêro! Fiquei com mais moral ainda! [em tom de voz excitado e satisfeito] Só que depois os cara ficava me escotando direto pa... pa poder pegar mais, tá ligado? Era eu sair do Albergue, me pedia dinheiro. Se ligou, vei? Aí eu falei, o bagulho tá foda vei!

Por mais que Miró intimidasse com o seu porte físico alto, forte, negro retinto, capoeirista, ele sabia dos riscos concretos que o ambiente imprimiria sobre ele, caso não respeitasse as regras, de modo que mesmo buscando estratégias de fuga, ele ia se conformando diante das ameaças que o ambiente trazia. A concretização da regra da agressão para além da performance de ameaça, foi narrada em sustentação à sua escolha de pagar pela “consideração”, situação que talvez não poderia ser tratada pelo diálogo, expressa na rejeição mencionada ao “mi mi mi”.

E o pivete que tava lá no meu quarto que os cara matou? [eu: matou como?] Lá fora! [eu: por causa de dinheiro?] Ele não tava botano fé nas idea. Tá ligado vei? o cara ficou dando a ideia, ‘se eu pegar em Itapuã [se ver no bairro dele], é sem sinta!’ Eu falei, rapaz, não fica dando essas ideia rapaz! Os cara aqui te paga na faca sem ideia, sacana! Fique dano essas ideia não vei! Aí teve um dia que ele saiu, foi lá pra fora. Deu essas ideia de novo! ‘Se eu pegar em Itapoã, é sem ideia!’ Aí teve uns dois que chegô perto dele e ficou sentado, tá ligado? Aí eles ficou sentado, pá! Os pessoal ficô só esperando os guarda municipal ir embora, que tava lá na frente, que tava dando comida. Tá ligado? Quando se saiu... meu irmão! Ele foi golpeado de faca! Não

aguentou, foi pra lá pra porta do quarto batendo, bá, bá, bá, bá, bá! Eu acordei e abri a porta pra ele! Na hora que eu abri a porta pro cara, o cara cheio de sangue, vei! [...].

Ciente das regras locais, Miró tenta compartilhar a atitude de prevenir e converter as disposições agressivas do contexto ao seu favor, identificando que “não botar fé nas idea”, as regras locais, e impor as regras externas e de outros contextos enquanto ameaça “*se eu pegar em Itapoã*” – poderia render uma facada, efeito que, para Miró, seriam um insucesso de prevenção e conversão das disposições violentas contra ele mesmo.

A gradação das violências entre o dentro e o fora da instituição de assistência e as configurações das temporalidades do risco deste fora, com a partida da guarda municipal, tiveram desfecho na fatalidade da punição pelo não reconhecimento e cumprimento da regra de “botar fé nas idea”. Avisar sobre as regras locais e ver com os próprios olhos a morte como punição, foi um reforço significativo a sua resiliência.

Estamos diante de uma sociabilidade tensa e de uma aparente submissão de Miró, que constrói, ao mesmo tempo, o reconhecimento coerente das regras do contexto e uma inteligência emocional que converteu as disposições agressivas ao seu favor, com a recompensa da “consideração”, na passagem institucional, de quem realmente “tava na visão”, como afirmara o Pacêro. O não reconhecimento das regras locais, a oposição e o pronunciamento de novas regras em contextos de opressão, expõem uma disputa de narrativas que têm a violência como princípio, meio e fim, da qual é melhor se afastar, pagando por isso e ainda, gozando da “consideração” comprada, uma linha de fuga contra agravos na coercitividade. Vamos sair dessa atmosfera de uma instituição quase total, para a experiência do amor verdadeiro, assunto apresentado no mesmo dia.

5.1.7 “Amor verdadeiro”

Encerrando a conversa sobre o albergue, Miró anunciou a partida e voltamos do Aquidabã pela Baixa dos Sapateiros, rota por onde seguimos a recomendação do Pacêro, “na visão de um só”, ao passar por onde estava acontecendo a abordagem policial relatada por ele. Lá, no beco escuro, à direita da direção que tomávamos, ainda estava a viatura, de luzes apagadas, em frente a um local onde acontecia o varejo das drogas. Seguimos andando e após alcançarmos a encruzilhada do Taboão, pegamos à esquerda e nos sentamos na frente da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, lugar simbólico para dois pretos conversarem, guardadas as desproporções dos lugares que nos aproximam e nos distanciam. Lá sentados,

volta o assunto do “amor verdadeiro”, como um bálsamo e como dor, na descrição de Miró, após o assunto tão tenso da experiência no albergue:

Eu já cáí na real que não existe mais. Tá ligado? Isso eu já sei! Mas tipo assim, que ela era uma mulher que ela era verdadeira comigo, tá ligado, Danilo? Isso pa mim, porra, vei! Eu sinto falta disso! Da verdade que eu tinha com ela! Tenho bastante falta! Porque, tipo assim! Ela não tinha vergonha de sair comigo nos lugares. Tá ligado vei? Poderia ser na casa da família dela, ela me levava! Tá ligado? [...] Onde ela fosse ela me levava, pacêro! E falava que era minha companheira. Tá ligado? Então isso pra mim era muito gratificante, tá ligado vei? Mas, porra, vei, a gente não dá valor, a gente perde! Né não, pacêro? Eu sinto falta dela pra caramba vei! Porque ela foi uma pessoa que me ajudou pra caramba, vei!

O deslocamento do contexto do albergue para o contexto do “amor verdadeiro” parecia abrir uma trégua de tensões e agressões, pois aqui Miró expõe os critérios de valorização da relação com base em sua própria experiência, tipificada enquanto ideal, pelo fato dela ser verdadeira, de não sentir vergonha de sair com ele, inclusive no trabalho e na família e o mais importante, ela se declarar enquanto sua companheira e ter deixado nele um sentimento de gratidão pela valorização, apesar da ruptura. O contraponto desta situação seria, seguindo a tipificação, a experiência com mulheres que não foram verdadeiras, que não o ajudavam e que não o assumiam como companheiro.

A valorização desta relação, ao mesmo tempo, expõe, no espanto por ela não sentir vergonha de sair com Miró, aquilo que nele, para ele mesmo e por construção social, seria motivo de se ter vergonha de estar com ele, ao ponto dele se impressionar por ela levá-lo ao contexto do trabalho e à família. Aqui eu poderia ensaiar conjecturas na projeção oculta de Miró sobre ele mesmo e retomo o fato de se tratar de uma relação interracial, com uma mulher branca, brasileira, de classe média, mais velha que ele e com um capital cultural diferente do dele, com formação acadêmica. Situação apresentada por ele com um certo espanto, na maneira de descrever o que ela representava, em contraste com o que ele representava, para ele mesmo.

Para Miró, em seu próprio reconhecimento tardio, sua atenção não foi suficiente para a sustentação do que somente então ele ponderava ser importante, ao reconhecer que se “a gente não dá valor, a gente perde”. Apresentando as possibilidades mais fáceis de sexo, Miró segue com a distinção entre o “amor verdadeiro” e o “fazer sexo” e ao final, lidando com os imperativos da época, tenta conciliar os dois e aprende algo mais sobre estar em evidência e disponível. A cena da capoeira, colocando, mais uma vez, o corpo à exposição das tentações ao exercício da virilidade.

Porque hoje em dia no mundo, pra você fazer um amor de verdade, isso é muito raro! Tá ligado? Muitas vezes assim, pô, a gente faz um... a gente faz sexo com as pessoas... tá ligado? [baixou o tom de voz e o rosto] mas o amor verdadeiro e puro, é difícil de se encontrar. Tá ligado? Você fazer um sexo assim, com aquela conexão bem forte! É muito raro! Tipo, de amor puro! Tá ligado, vei? A gente sentia isso um pelo outro! Só que eu que desandei! Tá ligado? Era amor, na verdade, só que eu não cuidei e deixei de lado! Se ligô? Então, eu deixei de lado, né vei? Já começou desandar! Eu comecei a... [Eu: mas, cê fala de não cuidar. Em relação a que, assim?] A atenção! [Eu: em relação ao que ela dizia que era o cuidar ou em relação ao que você acha que era cuidar?] Não, Tipo assim, ó... eu comecei a esquecer nossa relação... tá ligado? Outra mulher já começou a me dar tesão! Tá ligado? Eu já fui atrás de outra mulher! Tá ligado? Nera pra eu ter feito isso! Mas eu fui porque eu tava com a mente assim... de guri, vei! A menina tava se botanu pra mim! Gostosona! Tá ligado?

O exercício de mirada ao passado, refletindo no seu presente, reconstrói a experiência para extrair dela a pureza tipificada na memória saudosa e seletiva, tornando-a rara e de conexão muito forte, porém, insustentável diante da “gostosona” que apareceu. Um dilema entre ser corpo cativo e corpo disponível e ao final, nem “amor verdadeiro” nem o falso. Coexistindo internamente, além da memória do amor verdadeiro, sobram-lhe ecos de culpabilização e a ponderação de que, na época, tinha “mente de guri”.

O tesão, força motriz de avanço a uma direção inconciliável com o “amor verdadeiro”, rumo a uma mulher “gostosona”, coloca em cena duas agências sob o mesmo vetor de força do desejo: ela, com atributos físicos que a colocava em condição de maior força de atração que o corpo do “amor verdadeiro” e ele, agindo dentro do leque de possibilidades, abertas e limitadas, de reação viril. Do lugar das implicações de sua experiência, narradas por ele mesmo, como diríamos em ditado popular, ao final, “nem mel, nem cabaça”.

Nada permaneceu no contínuo das relações, mas a experiência internalizada as tornaram presentes na tipificação das mulheres, das relações e das implicações de suas escolhas, referências para se relacionar com o presente e o futuro. Miró se apresenta em aprendizado, ao tomar o passado como fonte de ponderações e regras para seguir sua trajetória. Apesar de suas descrições trazerem frustração e a afirmação de que essa experiência não se repetiria, a do amor verdadeiro, ela continuou sendo narrada naquilo de bom que ele perdeu:

Eu chegava em casa, vei... eu chegava em casa com o corpo todo fudido e ela me dava remédio e eu ficava bom na hora! Me curava, me dava carinho, me dava amor, deitava do meu lado! Quando eu tava triste me perguntava por que eu tava ali assim, então, isso tudo conta. Tá ligado, vei? Né qualquer coisa assim de, pam! Tá ligado? É coisa verdadeira! Eu sentia muito isso nela. Tá ligado? Era verdadeira! Tá ligado? Então faz falta no meu coração ela. Se ligô? Mas eu vou lembrar dos momento bom. Né não, vei? [Eu: é... e...e aprender com a situação né?]

Apesar da força reativa do tesão diante da “gostosona”, o valor da experiência do que ele chama de “amor verdadeiro” parece mais importante aos anseios construídos no momento

de suas reflexões, com destaque para o valor da cura (“me dava remédio”), do afeto (“me dava carinho”), do acolhimento (“quanto eu tava triste”) e da confiança (“Era verdadeira”), cujos valores, agora, à distância, apesar da perda do processo que os estruturam, tornam-se consolidados no âmbito da subjetividade de Miró e que reorientam suas disposições para próximas experiências.

5.1.8 “Vazá daqui”

Nesse dia eu avisei que ia aparecer e cheguei ao Pelourinho de tarde, por volta das 14:00. Alguns bares com música ao vivo, gente circulando, um dia aparentemente normal. Cheguei ao local em que ele fazia suas atividades e conversamos por 20 minutos sobre os planos de Miró, de comprar cabaças para montar mais berimbaus e ele começou a falar sobre sua experiência de venda deste instrumento:

Ô vei, já mandei berimbau pros Estados Unidos, já mandei pra França, já mandei pro Uruguai e já mandei pra Espanha! Sabe quantos berimbau eu mandei pra [país da Europa omitido], pacêro? [...] O cara depositou na minha conta, pacêro! 7000 conto! Eu fui lá, tirei o dinheiro dele, comprei todo o material dele, eu falei, agora, isso aqui eu fico! Sobrou 3000 mil conto, pacêro! De boa! Eu produzi tudo que precisava produzir. Paguei o frete dele que foi 2000 conto, pacêro, pra chegar os berimbau lá. Aí já foi.

O labor da construção do berimbau implica no deslocamento para a retirada da biriba na mata, considerando a distância por ele morar no centro urbano e que isso demanda de um conhecimento da mata e critérios de retirada, fazer a raspagem, a secagem, a modelagem para o encaixe do arame no pitombo da base e no couro colocado na extremidade superior. O trabalho segue com a remoção do arame para o berimbau, retirado à mão, com faca, dos pneus de carro velhos, a queima, a raspagem do arame para remover o resíduo da queima, a preparação das baquetas de madeira, feitas com a própria biriba, raspadas à mão, a compra, lixa e corte das cabaças, a montagem e o acabamento, tudo isso 25 vezes.

Trata-se de um labor intenso que duraria pelo menos um mês, com recursos muito básicos como uma faca estilo peixeira, um par de luvas, folhas de lixa, um furador feito com um pedaço de vergalhão afiado e enfiado em um pedaço de cabo de vassoura. O que por um lado possibilita a realização da atividade com poucos recursos e a torna sustentável, é também a revelação da precariedade, no que diz respeito ao não acesso a uma tecnologia adequada para minimizar os impactos sobre o seu corpo e otimizar o tempo do seu labor. Pelo cálculo feito, de R\$ 7000,00 depositados pelo comprador dos berimbaus, foram subtraídos R\$ 2000,00 do

envio, e se sobraram R\$ 3000,00 é porque ele teve um custo de R\$ 4000,00. Se dividirmos esse valor sobrado, de R\$ 3000,00 por 30 dias, equivalente ao trabalho de preparo do berimbau, a sua diária sai a R\$ 100,00, sem saber se desse valor seriam subtraídos custos de alimentação etc.

Dividindo os R\$ 7000,00 por 25 berimbaus, digamos que cada um sairia por 280,00 ao comprador, mas o valor agregado aos berimbaus, na Europa, seguramente, poderia lhe dar melhor retorno financeiro, porém aqueles que poderiam melhor pagar, simbolizam, no valor pago, o menor valor simbólico atribuído ao labor de Miró. Os compradores, no privilégio das desigualdades entre as moedas, instituem a precarização pela geopolítica que se concretiza na relação entre o pouco que se paga e o muito que se recebe.

Eles atualizam colonialidades no usufruto da precarização do labor dos “outros”, nas diversas oposições que correspondem a não estar no centro de influência das políticas financeiras internacionais. Do lugar precarizado, incompreendido pela possibilidade de ir além do próprio contexto, o recebido como suficiente, por Miró, seduz, porém não sem estranhamento, quando aparece a possibilidade de viver entre os privilegiados.

Ele fala bem português. Fluente. E ele é um cara que tá querendo me dar oportunidade, pacêro! Ele quer me dá oportunidade, o cara [...] quer me dá uma oportunidade! Eu cheguei lá achando que era qualquer 1500 conto. No Wester União, pacêro! Chego, lá, pacêro, 7000 conto, sacana! Fiquei feliz porque, tipo assim, o cara me considerou, pacêro! Tipo assim, ele não desconfio de mim que eu ia fraldar ele nem nada. O cara me ligou ontem... ontem não, antes de ontem, ‘é mermo que você ainda tá aí no Brasil? Você é descarado!’ Só que aí né, vei... tem que trabalhar! ‘Se eu pagar a passagem pra você vir, aqui você me paga a passagem em duas semana!’ Porque lá, o que é que acontece! A galera paga o restaurante, faz a capoeira e dá os mortais e ali os cara ganha dinheiro! Só que tem que tê calma. Eu já sei até o que é que eu vô levá pra lá, pacêro! Pa mim vendê. Tá ligado? Tipo assim, eu vô levar pra lá pra vender, couro de atabaque! Se eu pegar esses couro de atabaque eu já vou entrar em contato com outro cara lá da Itália. Ó que onda, pacêro! Tudo da capoeira!

Na estima afetada de um jovem negro, cujo lugar social marcadamente subalternizado sob os grilhões da racialização e do classismo, sem referência familiar, o valor da afetividade o toca profundamente, ao ponto de ser recorrente o seu espanto por ter, de homens brancos, como foi como europeu, a confiança e a consideração. A oferta da casa e o financiamento da passagem de ida, bem como a organização das possibilidades de trabalho, ilustram a disposição para o acolhimento solidário de Miró na França, situação que mesmo assim o deixa inseguro.

Apesar da insegurança, ele não deixou de ensaiar as possibilidades dessa ida, ao considerar a sustentação pela venda de couro de atabaque e a chance de dar salto mortal nos restaurantes franceses. A sedução para a saída do Brasil se intensifica ao serem ofertadas condições para viabilizar, inclusive, a permanência:

E ele me convidou pra ir pra lá vei, só que... ele falou assim comigo, 'ó vei! Vou botar a passagem de vinda! A de ida, você arranja aí!' Só que aí ele falou assim, 'se você juntar 2500 conto aí, eu te mando a passagem de ida e volta e você consegue um visto por 3 mês aqui. Pode ficar aqui na minha casa! Pode ficar tranquilo que aqui é de boa!' Eu fiquei pensando assim... falei 'porra, eu até queria ir'. Tá ligado? Vou movimentar esse dinheiro aí que eu vou, mas tem que ter calma! Né não, pacêro? Não pode se precipitar pra fazer essas coisas!

Algo em Miró o freou, por cautela, insegurança, seja o que for e amenizou a força da sedução, que acabou não sendo o suficiente para vislumbrar oportunidades, mais que os riscos. Ter calma, não se precipitar para fazer as coisas foi uma escolha aparentemente bem resolvida para ele, ainda que para o outro, homem branco e francês, a sua saída do Brasil seria assertiva e melhor, na França, ou pelo menos, fora do Brasil. Fica a dúvida, se o francês considera ser um imperativo fugir do Brasil, ou se era somente o vislumbre sobre as vantagens precarizantes e atribuíveis a certos tipos de corpos, a propósito, seria difícil encontrar um francês dando salto mortal em restaurantes de Paris, acomodados com a oportunidade de ganhar dinheiro com seus próprios corpos, expostos no mercado do turismo.

As modalidades de sedução dos contextos de fricção entre corpos precarizados e corpos com maiores valores agregados, produzem também fenômenos de ordem sexo-afetivas e interracialis que parecem confundir a estabilidade dos lugares de sujeito e de objeto da sexo-afetividade, como é evidenciado na contextualização do termo “caça gringa”, a ser tratado na próxima subseção, referente a outro dia de campo.

5.1.9 “Caça gringa”

Nesse dia cheguei de supetão, na expectativa de encontrar com Miró no fluxo do que estaria fazendo, sem a expectativa do agendamento. Saí do bairro Dois de Julho, segui pela Rua Carlos Gomes, em direção ao Pelourinho e atravessei a Rua Chile. O dia estava nublado e o movimento de turistas estava tímido, situação ruim para quem vive nas zonas de fricção “fazendo os corres”, para ganhar algum dinheiro, pintando os corpos com símbolos, vendendo correntes, distribuindo fitas, prostituição, roubo, mendicância, guias turísticas, rodas de capoeira, lojas, bares e restaurantes. Ao passar pelo Elevador Lacerda, o olhar já não era o mesmo, lembrando do relato do roubo das correntes. Encontrei ele na esquina do Terreiro de Jesus com a Faculdade de Medicina da UFBA, com outro rapaz, que chamarei de Paru, e fomos direto para o seu local.

Eles andavam com pressa e Miró estava com um saco plástico na mão, com pão e algo mais. Ao chegarmos no local, seguimos a passos rápidos até o quarto de cima, onde ele já estava

ocupando, por conta dos problemas de infiltração no quarto de baixo, e ao entrar, eu disse: *“Que massa que voltou o movimento! Né, velho?”*. E Miró disse: *“É... Só vou fazer um ovo aqui pra nois bagaçá!”* E eu disse: *“Vá, nenhuma, pô! Eu já almocei agora! Acabei de comer uma moqueca ali!”*, fala que em seguida me deixou desconfortável, ao ver que a opção de refeição deles seria pão com ovo frito.

Estávamos em um quarto com o chão de madeira antigo, na dimensão de aproximadamente 4x4, com teto de madeira e manchado com muitas gotas de tinta, de várias cores. Havia uma cama de solteiro, com um colchão de espuma exposta, coberto com um lençol, um banco de madeira onde eu sentei e um vão paralelo ao comprimento do espaço, separado por um madeirite pintado, por detrás de onde Miró estava fritando os ovos. Perguntei a Paru se ele jogava capoeira também e ele respondeu: *“Também! Meu professor é Miró aí, ó! Professor de mortal!”*.

De repente, Miró aparece para dizer que acabou o óleo para fritar todos os ovos, momento em que eu sugeri o uso da água para “fritar” o ovo. Ele olhou com uma cara estranha e Paru falou: *“Cofô, cê não sobrevive não é Miró?”*. E riram. Miró perguntou: *“Mas fica bem frito?”*. E eu disse: *“Fica, pô! A manha é você botá a tampa de uma panela em cima, pra deixar abafado, porque aí ele não vai secar e o ovo não vai grudar na frigideira!”*. Paru disse: *“Vai ficar mais saudável, porque não vai ter gordura!”*.

Chamou atenção a sua preocupação com menos gordura, por eu imaginar que a popularização do cuidado com a alimentação ainda era um grande desafio, porém já era projetado na mídia de massa, ao passo que me deixou curioso saber por onde ele aprendeu essas coisas. Em um dado momento da conversa, derivada de reflexão com Miró sobre a capoeira, Paru descreveu o contexto do Sul da Bahia, onde morava:

Agora, eu nunca fui de outro lugar aí pra ver capoeira igual na Bahia. A raiz tá aqui, vei! São Paulo mesmo, é um modismo da porra! A galera que ensina capoeira lá em [localidade omitida no sul da Bahia], a galera, assim, que ensina aos turistas, os pessoal... porque se ligue... em [localidade omitida no sul da Bahia], você chega lá com 20.000,00... qualquer parte que você quiser um terreno lá! Compra o terreno e gasta mais 5000 de madeira. Os depósito aqui é bloco, lá é madeira! Madeirão, aquelas peça longa assim, pá! Pra fazer uma bioconstrução charmosa, ecopaisagismo e vai divulgar na internet e cê vai hospedar pessoas. Tá ligado? Vai hospedar pessoas e vai sobreviver disso! Gente do mundo todo vai pra [localidade omitida no sul da Bahia]! Salvador tava vazia de estrangeiro e [localidade omitida no sul da Bahia] tava lotada! Lotado vei! Moreré, Maraú, esses lugares aí. Todo mundo quer esses pico aí! Sem contar os donos de pousada... tudo estrangeiro! Australiano, americano, alemão.

Seguimos conversando, quando ele trouxe um pouco da sua biografia e do seu contexto de origem e possibilitou algumas conjecturas sobre o seu lugar de referência, dentro das

condições de desigualdade de um contexto de especulação turística que parece encarecer as condições de vida dos nativos e gerar “oportunidades” na escala da mercantilização do trabalho precarizado.

Parece que o avanço e a gourmetização do turismo não causa impacto suficiente no capital financeiro e na qualidade de vida de Paru, para que ele também pudesse realizar o que aprendeu observando o discurso dos “estrangeiros”, sobre “ecopaisagismo”, “bioconstrução” e outras variantes de um ecologismo turístico, via de regra, destituído da dimensão política, econômica, social e antropológica das suas consequências para os povos que já são herdeiros de condições pós-coloniais irreparáveis no contexto do baixo sul, zona de intensa atuação escravocrata.

Agora sob a dinâmica neocolonial, esta região é objeto de uma especulação dos “estrangeiros”, cuja conversão de moedas na geopolítica financeira facilita a realização do projeto impossível de ser um sonho realizado de Paru, contradizendo a hipótese da geração de emprego e renda como algo que repararia a desigualdade. Australianos, americanos e alemães, dominando o contexto e gerando impactos importantes sobre as dinâmicas populacionais do contexto. Paru então começou a falar sobre o seu contexto familiar:

Eu sou de [localidade omitida no sul da Bahia]. Minha família é de [localidade omitida no sul da Bahia]. ‘Eu frequento a [localidade omitida: o centro turístico da cidade]’. A [localidade omitida] é tipo... a parte turística! Tipo o Centro. Onde a noite começa! Onde tem os bares. Tipo, você encontrou aquela galera na praia, todo mundo se viu na praia, aí todo mundo vai se ver na [localidade omitida: o centro turístico da cidade], que é o lugar do lazer, é tipo a vila do Capão. A vila é onde a noite começa.

Aqui, trata-se da descrição de um jovem de estatura média, forte, cabelos longos, tom de pele morena, rosto com traços bem indígenas, crescido em uma zona turística, Sul da Bahia, também capoeirista e com aprendizados que o aproxima e ao mesmo tempo o distancia de Miró, especialmente na relação com as mulheres e a experiência que eles comungam ser “caça gringa” nas zonas de fricção interétnica, entre a realidade delas e a deles, cujos limites e as possibilidades de sustentação das diferenças, vão se apresentando ao longo das descrições. O rapaz, que vou chamar de Paru, começou a falar que estava com fome e lembrou de algumas comidas que ele consumia no Sul da Bahia com sua família.

Mano eu já comi carneiro fresco! Eu comecei por causa do ritual de família mesmo! A galera chegava lá em casa, matava, tirava as tripa tudo. As tia, pegando o bagulho tudo, limpando. Enfia um arame no coisa do bicho, puxa, enche de carne, dele mesmo! Temperada, batida com um bocado de coisa! Vei! Loucura! Aí eu falei: ‘não vou comer isso não!’ Mão! quando deu duas hora de relógio, vei! Que abre a panela e sobre aquele vapor! O cheiro, vei! Do tempero

orgânico, colhido no fundo de casa... o coentro colhido na hora! Cê é maluco! o Tempero... cebolinha! Eu falei, 'pô minha tia, a senhora é uma bruxa, viu! Nessa cozinha aí e vou comer tudo! Eu comi a tripa do carneiro enrolada, que eles chama de buchada de bode. Eu só ouvia falar desse negócio! Vei, que delícia! Pô, maravilha! E o churrasco, vei? Primeiro eles comem isso, com arroz branco, temperado com coentro, sabor bem característico. Aí eles comem isso aí e depois comem o churrasco com cerveja! E uma salada. Uma baita de uma salada coloridona e o carneiro na brasa! O carneiro quando você corta, fresco, sai aquela gosma da carne assim!

Aqui fica evidente o pertencimento de Paru a hábitos nordestinos, populares, no sentido de representar modos de ocupação e sobrevivência tipicamente determinados pela desigualdade e por outro lado, por resistências e inventividades, legado construído na relação com a matriz cultural afro-brasileira e indígena. Afinal de contas, o mininico, comida feita com as vísceras do bode, é acima de tudo uma comida que surge em contexto de precarização do acesso às partes mais nobres e que ganha contornos de gourmetização na atualidade, bem como o sarapatel, o mocotó e a feijoada.

Chama atenção, como fator de diferenciação entre Miró e Paru, o fato de que este último tinha referência familiar, situação ilustrada ao se referir à reunião do preparo do mininico como um “ritual”, com a riqueza que o contexto apresenta de sociabilidade no feitiço do alimento e na invenção do encontro e tudo que dele pode advir de reforço identitário e de construção do pertencimento, ao sabor do coentro, do quintal, um pequeno traço de soberania alimentar. O cheiro e a descrição do corte do carneiro são algumas memórias comensais específicas do seu contexto.

Enquanto eu escutava a descrição acima citada, chegou Miró com os pães em forma de cachorro-quente, com os ovos que preparou na água e um Nescau diluído em água. Paru, ainda embriagado com a memória comensal do carneiro, recebeu o seu pão e o Nescau e agradeceu: “*Gratidão, pivete, esse Nescau quente nesse dia frio!*”. E Miró disse: “*Nescauzinho, pá!*”. Paru seguiu com uma descrição que ajudou a entender um pouco do efeito do seu contexto sobre suas disposições para conhecer mulheres gringas.

Eu me senti viciado já, em conhecer pessoas. Tá ligado? Me sinto viciado em fazer amizade e conhecer pessoas vei! Na alta temporada, em [localidade omitida no Sul da Bahia] e tal! Principalmente estrangeiras, gringas, brancas, americanas, ricas. Hoje em dia já é enjoativo! Tipo, pra eu conhecer uma turista hoje ela tem que tá meio... pá, assim..., Mas, porra, naquela época, animação da porra assim, tipo, vou embora! Empolgação da porra, mas, velho, a gente só valoriza nosso país quando sai dele! Depois que a gente vê de fora! Tipo... Cê vê as pessoas de lá de fora quando vê! 'Nossa, você é brasileiro!' Olham para a sua pele assim, olham pra eles e dizem, porra, nosso país é legal, pô! Encontro outras pessoas do Brasil tendo aquela vida e vive lá para estudar o país. 'Tá ligado?'

Aqui encontramos, implícita na categoria de “vício”, o reconhecimento de um comportamento inscrito na ordem do involuntário, construído na fronteira dos usos e abusos da sexo-afetividade. A temporalidade das disposições do contexto, explicitada nos ciclos da alta temporada turística, demarcava a arena da oferta e da procura, na fricção interétnica entre nativos e as “gringas, brancas, americanas e ricas”, um aprendizado enraizado no contexto.

Um tom de saturação e desencanto aparece na descrição de Paru, de forma difusa, ao tentar apresentar as exigências para ele se dispor a ficar com uma “gringa” atualmente e na afirmação de que “hoje em dia já é enjoativo”. O que teria se constituído, no trajeto do encanto ao desencanto, como aprendizado que se constituiu em “enjoo”? Alguns sinais de conflito aparecem na descrição de deslocamento para o contexto das “gringas”. Eu perguntei se ele já havia saído do país e ele respondeu:

Já! Fui pra França, só! Aí conheci os lugares perto da França. A Suíça, Zurich, esses lugar, mas... Era pra ficar 90 dias, eu fiquei 29 dias, por causa do frio! Sai daí rapa! Pra não parecer desfeita. Eu fui mais por um [evento omitido], mas, tipo, por mim mermo eu não tenho vontade de voltar lá não, vei! Todo mundo muito educado! Você vai comer, vei, isso aqui ó, só tem no Brasil, ó! Tá ligado? [Mostrando o prato de plástico onde estava o pão com ovo e o copo com Nescau e continuou falando] É 30 garfo de um lado, 30 faca do outro, 3 taças! Eu fiquei olhando assim! Pá... Eu falei... fôda-se! Eu comi do meu jeitão brasileiro assim. Todo mundo ficava me olhando, tipo... ‘porra, você é muito índio, vei!’ Mas isso ele tava achando muito legal e você tava desconfortável porque ele tava te olhando com ar de riso. Tá ligado? Tipo... ‘o que será que tá passando pela cabeça dele? Eu tô achando o máximo! Ele queria comer assim também, mas, pra mim é falta de educação se eu comer aqui no meu país’. Ele era de outra cultura. É muito louco! Isso a gata achando massa. Aí eu já parava de comer na mesa! Na primeira semana eu já tava evitando comer assim... Já queria sair pra alguns lugares, comer em algum lugar assim.

O relato citado é, acima de tudo, de estranhamento e choque cultural, vivenciado naquilo que para ele, em referência a suas origens, estaria no âmbito do sagrado e que demarcava identitariamente a diferença no modo de vivenciar a comensalidade. A construção do estranhamento foi um reflexo do olhar do contexto, enquanto franceses olhando aquele brasileiro comer e o uso da categoria “índio” aparece como expressão da caricatura contornada pela civilidade, tomada como norma descritiva. Prevalece a continuidade histórica da imagem do selvagem, um dispositivo de autorização colonial para “salvar” os nativos.

A tentativa de conciliar a hipótese da admiração pelo jeito dele comer, com a hipótese de que o estavam olhando com desdém, descambou na necessidade de sair para comer fora do alcance dos olhares. O embaraço com os apetrechos da mesa e o “foda-se” como liberação para ser o que se é, diante do desconforto, não foram bem-sucedidos, pois, reforçaram o não pertencimento e o desconforto. Eu perguntei por que ele sentiu que as pessoas estranharam o

seu comportamento e ele respondeu algo interessante para pensarmos as relações interracialis entre homens heterossexuais e a tipificação das “gringas”:

Ó, eu acho que os homens! Principalmente quem tem namorada assim, eu sinto que tem um olhar assim... meio de... acho que é inveja! A gente é solto! fala alto, a gente dá risada alto, a gente comenta, a gente curte. Brasileiro é foda! Os que não gosta é porque tem inveja! É o que eu percebi! Mano, sabe por que eu não gosto muito de argentino, essa galera aqui, pam... por que, os latinos por que eu sinto que eles têm um pouco de... [fechou a mão em gesto de retração] tá ligado? Eu percebi isso quando eu namorei a americana! ‘para de falar espanhol!’ [Lembrando de como falava com a namorada que falava também o espanhol.] ‘Não gosto que você fale espanhol! Parece argentina!’ ‘Não gosto muito de argentinas, não sei o que, não sei o que... é isso aí!’

A escolha da inveja para caracterizar a reação dos homens que ele encontrou na França, usada tanto na justificativa do desconforto no jantar quanto em relação ao jeito dele falar alto etc., é uma forma de converter a sua condição de objeto de rejeição, em algo suportável e que lhe remete ao valor da diferença. Mas não era de qualquer homem que ele supunha vir o olhar de inveja, ou de rejeição, mas daqueles homens que, por terem namorada, segundo ele, o viriam enquanto ameaça, por vir a ser objeto de desejo delas.

Ao tomar as mulheres como objeto de sua tipificação, aquilo que o incomoda não está exatamente no sotaque e na língua, mas na expressão da mão fechada que completou o silêncio do seu discurso oral, para caracterizar as argentinas como as que ele não gostava. Não bastava ser “gringa”, tinha que ser, a partir do seu aprendizado, a que pudesse bancar financeiramente e as argentinas não representavam esta condição, em sua tipificação. Outros aprendizados foram descritos neste contexto da relação com as “gringas”, que, na busca das “novidades” do Brasil, acabavam possibilitando que os nativos conhecessem coisas que talvez não conheceriam fora deste circuito sexo-afetivo. Isso fica ilustrado no relato sobre a experiência com ayahuasca.

A Primeira vez foi muito... e foi um pouco assustadora, tipo... eu não escutava nada, nem o atabaque, eu escutava as vozes da galera se misturando com a fumaça, os tambores e passou toda parte da minha infância que eu não lembrava mais! Muita coisa da minha infância que eu lembrava só um pouquinho, que eu lembrava só 10 centavo, estendeu um bocado de coisa, assim! Foi muito mágico nessa parte aí! Eu via... era real mesmo e eu tive uma conexão. Eu fiquei meio assustado, na tontura e tal, mas como eles olhavam pra mim, é sinal de que eu tava bem. Né? Que dizer, eles olhavam pra mim, não sabia se eu tava bem ou se eu tava mal! [E simulou um vômito!] Uharrrrr! Num balde assim, velho! Mas, mano, no outro dia, eu tava, uau! Abrindo os braços com ar de disposição. Eu percebi que eu consegui de lá pra cá, o benefício que eu tenho até hoje, é... eu tinha muita facilidade pra pensamento negativo, hoje em dia, tipo... eu consigo filtrar! Eu consigo ter alguma coisa no meu subconsciente, tipo, pra filtrar as energia ruim, tipo... sensitivo também! Eu consigo muito sentir a energia da pessoa. Tipo, se é boa, ou se é ruim! Se tem pensamentos bons ou ruins. É uma parada legal, é mágico vei! Eu não sabia o que era! Foi através dessa gringa que eu aprendi esse bagulho!

A declaração de ignorância sobre a ayahuasca, até conhecer a “gringa”, ilustra as possibilidades de ampliação de vivências que estas relações possibilitam, promovendo deslocamentos de sujeitos dentro da diversidade cultural de seus próprios contextos, porém, restrito às estratificações que demarcam a acessibilidade, no circuito do turismo psicodélico, com os enteógenos, um mercado seletivo para a classe média nacional e os “gringos”, nesse caso, a “gringa” que possibilitou a inserção de Paru, também experiente no uso de outros enteógenos, como ele seguiu relatando, ao lembrar de outra experiência, no Sul da Bahia:

Aí no outro dia eles fizeram Sananga! No olho! Já viu esse negócio de Sananga? É incrível vei! Pivete! Isso foi em [localidade omitida, no Sul da Bahia]! O bagulho que ele pinga no seu olho! Acho que é o veneno do cu do rato, sei lá que porra! Do sapo! [Miró riu muito e ele seguiu falando] Meu irmão o bagulho queima o olho, cê pensa que vai morrer, mas, pivete, quando para de arder, mano, você começa a ver as cores da natureza! Tipo, eu sentia a diferença, tipo, nas cores! A vibração... O verde das plantas, as cores das plantas, as curvas das plantas, nesse dia eu fiquei muito conectado com a beleza da natureza! Tipo, ficava horas e horas mano, viajando, parecendo uma conexão de cogumelo. Foi muito mágico, vei! Ali é tudo natural! ‘Cê sabe que é tudo natural né?’ [Miró disse ‘sim’ balançando a cabeça em confirmação e o rapaz prosseguiu] Natural aquilo ali vei, muito ancestral! Você ir colher a planta, preparou, ferveu, mas aí, tem um mestre que tá ali responsável por tá ali fazendo a medicina.

A experiência com os enteógenos, o cogumelo, a ayahuasca ou a sananga está na ordem do mágico, do terapêutico que ensinou Paru a filtrar os pensamentos negativos, lembrar da sua infância e intensificar a contemplação e o encantamento pela natureza, o que nos faz pensar na importância destas práticas a partir da qualidade das experiências relatadas. O contexto de ritualização das experiências com os enteógenos, reflete um conjunto de práticas organizadas institucionalmente, mantidas milenarmente, afinal, o uso de substâncias psicoativas na humanidade é muito antigo e se atualiza nas formas de mercantilização ritualísticas, cuja possibilidade, paga pela “gringa”, possibilitou o acesso de Paru.

Nem só de aventuras viveu este corpo nas zonas de fricção das desigualdades e oportunidades. Ao ser perguntado se já havia ido aos Estados Unidos, por estarmos falando de uma namorada “americana”, que o havia levado para o retiro de ayahuasca, ele disse:

Eu nunca fui para os Estados Unidos não! Fui pra Europa! [Falou com um certo pesar que chamou atenção, ficamos em silêncio e ele prosseguiu] Mas eu não tenho experiência de ir pros Estados Unidos! Tive oportunidade de ir! Tenho filha. É meu sonho conhecer lá. Eu não conheço ela. Tá ligado? Ela tem a maior vontade que eu vá, mas, só que ela não é muito rica! Ela é de [local suprimido]. Onde tem a parte negra dos Estados Unidos. Pro Brasil ela vem, mas, tipo, pra manter alguém lá é bem caro! Alimentação nos Estados Unidos é muito cara! A minha filha tem [idade suprimida, abaixo de 10 anos]! É mulata que nem eu! Mulata dos olhos claros e cabelo cacheado! Nunca veio, mas fala português, inglês e espanhol. Fala 3 idiomas! A educação do país! Pelo menos eu agradeço por isso. Eu vejo, minha irmã, que tem filho aqui no Brasil, a educação é bem precária, mesmo... Porra, o digestivo! A educação aqui do país é

precária! Eles não investe em educação igual, pra galera! Falo da galera do gueto! A educação que o governo oferece. É muito precária vei! Não ensina nada não, vei!

A percepção no pesar ao se referir aos Estados Unidos logo se justificou na declaração de que “tinha filha” e mesmo tendo esta declaração a ausência de um pronome possessivo em relação a ela, o silêncio que acompanhava a declaração de que não havia ido aos Estados Unidos, fortalece a conjectura de um sofrimento em relação ao assunto. Uma criança que já tinha 5 anos, mulata, de olhos claros, indicação de que provavelmente a mãe seria uma mulher branca, norte-americana.

O consolo na qualidade da educação que supostamente seria melhor nos Estados Unidos que no Brasil, mesmo ele tendo dito que a gente só dá valor ao Brasil quando sai do país, foi algo que evoluiu para uma análise crítica da qualidade de ensino que se oferece no “gueto”, no Brasil e que por isso era bom que sua filha estivesse por lá. Foi estranho perceber como, na mídia de massa, ocorre a difusão do discurso da pouca qualidade da educação pública, especialmente em contextos segregados e como isso está articulado com o discurso do *homeschooling*, uma pauta apetitosa aos que visam “enxugar a máquina do Estado”, passando por cima da necessidade de aperfeiçoarmos a equidade no acesso aos direitos e a possibilidade de atuar como cidadão.

Cê viu a reportagem que teve, da criança? Que os pais é professor em casa, instruía ela, ensinava tudo à criança, aí teve uma época que foram morar em Vidigal e a criança foi estudar em escola pública e lá a criança corrigiu a professora! A criança corrigia muitas coisas que a professora ensinava. Corrigia, mas, da forma correta! Ele apontava o erro e dizia, ‘não professora, seria melhor se a senhora fizesse, assim, assim, assim! Aí a professora se sentiu irritada com isso! O ego falou mais alto do que a profissão da professora! Ela podia achar aquilo o máximo, da criança. Né? Em uma dessas ela chamou a criança de neguinha! Aí a criança foi e falou pros pais, mano! Aí os pais foram e isso aí repercutiu vei! Na net, no virtual!

Um modelo de educação pautado na educação familiar, como referência para superar e desmascarar os problemas do ensino escolar público brasileiro, dependeria de condições familiares, com capital cultural suficiente para dispensar a experiência escolar. Considerando que isso não corresponde com nossa realidade populacional, a exemplo das desigualdades regionais, a desigualdade social e ao persistente problema do analfabetismo dos adultos, não teríamos condição básica para acessar o conhecimento livresco e ter condição de dispensar a educação escolar aos filhos, estudantes das escolas públicas.

A perigosa ilustração deste modelo, fora da realidade da grande massa populacional vulnerada, em relação ao acesso à educação de qualidade e a condições de atuação enquanto cidadã, torna-se um perigo, uma sombra do *homeschooling* na era ultraliberal. Da descrição

acima citada, o engajamento dos pais da criança no combate ao racismo foi a ilustração mais interessante. Desviando do assunto da sua filha que não conhecia e que descambou no assunto da educação nos Estados Unidos, como ponto positivo para ela não estar no Brasil, Paru iniciou uma descrição mais específica das situações que envolviam a prática denominada por ele e Miró de “caça gringa”.

Ô vei, em [localidade omitida, no Sul da Bahia] eu conheci muita gringa, chupando fruta, na beira da praia! Principalmente cacau, vei! Eu sempre levo cacau na praia! Tem várias loja de chocolate em [localidade omitida, no Sul da Bahia], no centro, assim. Todo mundo sempre se vê! A gente se viu na praia aqui, vai se ver mais tarde lá no centro. Tá ligado? Todo mundo se conhece, várias praias lindas! Aí eu sempre tenho cacau! [Sorriu como se fizesse sarro de si mesmo, baixando os ombros fechados para a frente e olhando para baixo balançando a cabeça negativamente] ‘O cacau lá é o símbolo da cidade’. Cacau e berimbau! Tão na beira da praia. Duas atração! Duas atração mundial!

O contexto e os recursos envolvidos na situação descrita demarcam o lugar de Paru, reservado à periferia dos espaços inacessíveis a ele, na cidade em que ele nasceu e se criou. Entre o cacau e o chocolate, a sua moeda de sedução é a matéria-prima mais barata e mais próxima do seu corpo. Sendo o cacau e o berimbau duas “atrações mundiais”, o domínio das duas práticas o colocava no centro das atrações.

A regra de que as pessoas vistas na praia, durante o dia, poderão ser revistas à noite, no centro turístico daquela localidade, deixa claro como é pensada a dinâmica de circulação da “caça”. A expressividade corporal ao dizer que “sempre tenho cacau”, baixando os ombros fechados para a frente e olhando para baixo, a meu ver, pareceu ser expressão de reprovação, ou, de certa forma, um desdém de si mesmo, uma perda do ímpeto do vício, ou a constatação mesma de que, tendo se tornado um vício, se convertera em um problema reconhecido e expresso, ainda que sem palavras, no olhar para baixo, nos ombros fechados e no balanço negativo da cabeça.

Aqui vemos conexão com a tentativa silenciosa apresentada no início desta subseção, quando Paru tentou justificar as condições para, atualmente, ele ficar com uma “gringa”, situação que ele não significou em palavras, o que aparentou ausência de tipificação que possibilitasse fazer uma passagem da experiência vivida para a sua internalização discursiva. A interrupção da explicação pela fala e a introdução do discurso corporal da negação e do silêncio, pareceram ser expressão de um processo de estranhamento em estágio ainda inconsciente e manifestado no âmbito do desafeto, da desilusão, na corporeidade.

Por entre as duas atrações mundiais, o cacau e a capoeira, ele parecia se esquivar dos desconfortos de ser “caça gringa”. Apesar da esquivia explicitada nas entrelinhas das situações descritas, ele continuou exibindo os êxitos dos procedimentos de sua “caça”:

A praia chama atenção por isso! Resumindo, acampeei uma noite, armei a barraca, surfei e tinha uma mulher assim mermo na rede, ó! Me observando! Subi no coqueiro e arranque uns 4 coco, Descasquei o coco e ela de lá, olhando. Descasquei o outro, ficou tipo uma flor! [Nesse momento Miró riu muito, em tom de cumplicidade] Descasquei o coco todo, levei os dois. Ela olhando assim com a cara de Alemanha. Tá ligado? Aquele rosto que você já sabe que é bilhionária, pá! Ai eu, descasquei o coco e, ‘vou lá levar pra ela’! Eu pensando comigo, ‘dá um coco a ela’! Tá ligado? Ai eu fui levar um coco pra ela, pá. Levei o coco pra ela. O coco tampado, era só empurrar o dedo. Ela pegou, empurrou o dedo ali, sorriu, ficou toda vermelha a bochecha, foi lá dentro e voltou com um coco cheio de açaí, enfeitado, pá! Tirou foto e agente tava bem ali né, na frente da pousada e todas as pousadas dá pra praia! Cê chega pela praia, você caça! Os caçador de gringa fica tudo ali na praia! Nem sabia, vei, paraizo! [Miró riu muito e disse: ‘Que laranjada da porra viu vei! Que viaje! Que onda viu!’] Ai ela: ‘Hoje vai ter o ritual da lua’. Lá a lua desce no mar, assim, ó vei! Fui pra barraca, dei um cochilo, e de noite fui pro ritual. Lua gigante, descendo no mar! [Miró interrompeu e disse: ‘Que viaje! Esse negócio de caçador de gringa eu tô ligado! Os caçadô de mulé já tá todo mundo ligado já! Já tá manjado!’] Mas, se ligue, os cara já sabia que eu também era... os cara ficou receoso comigo. Tá ligado vei? Tipo assim... eu era a atração. Ela tinha dois meses ali... todo mundo já se conhece! Não chegou ninguém na pousada, aí ficaram 3 meses! Tá ligado? Ai chegou eu... suando. Tá ligado venho? Do nada! Conheci a gata, man! Vi a lua, o dia amanheceu, fiquei na pousada com ela, rolou um cafêsão! Aquele banheiro!

A praia como local de atuação desta situação, a percepção de que estava sendo observado, a performance da retirada e do corte do coco em formato de flor, com a película da carne a ser furada com o dedo, a bochecha rosada do “rosto que você já sabe que é bilionária” colocam em cena sensualização e capitalização financeira, tensionando as condições instáveis de quem caça e de quem é caçado, dadas as desigualdades dos corpos que se encontram, um inconciliável e instável movimentação entre os determinantes de gênero e de classe.

O fato de se perceber observado e, por “vício”, ter que reagir à oportunidade, coloca o sujeito da experiência vivida, da caça, em dúvida sobre o significado desta experiência no contínuo de sua saturação. O sorriso de cumplicidade de Miró pareceu já trazer a ironia resultante das constatações em comum com Paru, sobre as implicações da caça às “gringas”, especialmente ao descobrir-se caça, uma carne rara, local e barata, dentro das disposições possíveis dos contextos turísticos em que ambos vivem e se percebem agentes.

Sendo a caça às “gringas” um fenômeno conhecido e reconhecido por ambos como algo “manjado”, ou seja, sendo isso um fato social, ele se caracteriza como uma expressão do contexto, manifestada nas escolhas que ele possibilita. A constatação de que havia outros caça “gringas” no local onde ele atuou ilustra o quanto isso se constitui em uma prática

compartilhada, em resposta às transformações do turismo e suas formas de mercantilização de experiências.

A análise da relação entre ele, Paru e os outros “caça gringas” que já estavam a mais tempo à espreita na praia, aparece na narrativa como vantagem em relação aos outros por ele ser novidade em relação aos que lá já estavam à disposição, ou melhor, à indisposição da “gringa”, que já teria visto e não teria por eles mais interesse. A lógica da descartabilidade do já conhecido e a necessidade de conhecer corpos novos chama atenção na análise de Paru, em relação à situação de disputa entre os “caça gringas” e a escolha da “gringa”, diante das possibilidades, entre corpos já conhecidos e corpos novos e ameaçadores dos conhecidos.

A retribuição do coco com o açai, o convite para ver o luau, ver o dia amanhecer na praia com ela, ficar na pousada e lá tomar um “café da manhã” foram experiências narradas como parte significativa da experiência do encontro de realização viril, acesso a um abrigo comercial que lhe seria inacessível, bem como a um café da manhã que estaria também fora do script de sua zona de circulação cotidiana. Sem falar na vitória sobre os outros “caça gringas” do contexto.

Após uma longa pausa eu perguntei se Miró estava namorando e ele disse que não, mas que “*sempre rola uma...*” e antes que ele completasse, Paru falou, com fala contida, enquanto tragava o baseado: “*Uma turista fogosa... sempre rola uma merenda!*”. Miró retomou a fala e completou o que não havia terminado de dizer: “*Sempre rola uma... uma conexão!*”. Paru fez uma pausa, pensativo, soltou a fumaça, passou o baseado para Miró e interagiu:

Conexão mermo, sacana! Às vezes é conexão mesmo! Não acredito em alma gêmea não, mas, às vezes o universo prepara assim, o encontro de uma pessoa com a outra, assim! Tipo, tem estrangeira aí que a gente só ficou uma vez mano e me ajuda até hoje! Se eu ligá pra ela agora e falar, pô eu preciso... preciso alugar uma casa! Eu tô precisando fazer um tratamento dentário! Ela manda 50 dólar, 100 dólar. Tá ligado? Isso a gente viu 5 anos atrás. A gente se viu uma vez só! Então, Deus bota pessoas assim, tipo um anjo, uma alma gêmea que tá no mundo só pra te ajudar. Tá ligado? [Miró disse: ‘Sim, claro!’] E a gente também é isso pra outras pessoas, só que às vezes a gente nem sabe! Tá ligado? Então, de alguma forma a gente ajuda as outras pessoas. De alguma forma eu levo benefício a ela! Pelos conselho que eu dou, alguma coisa assim! [Miró complementa: ‘As vivência né não? Seus conhecimento também!’]

A diferença entre o modo de significar a experiência entre Paru e Miró fica evidente nas complementações e retificações do pensamento trocadas entre os dois, durante a conversa, de modo que, entre significar o vivido como “merenda” e como “conexão”, há critérios diferentes, diferença que faz Paru buscar nas ajudas financeiras que continua recebendo, o efeito do que, para ele, seria a “conexão” proposta como descrição de Miró, em substituição à “merenda”.

As sobreposições entre a dimensão sexo-afetiva e a financeira se borram e colocam em questão o sentido da caça às “gringas” enquanto estabilidade e fixação do lugar de caça e caçador. A expectativa de ganhos (objetificação) momentâneos no trânsito fugaz pelo universo que o objetiva, faz Paru ponderar sobre as dificuldades de estar tanto em seu próprio contexto, quanto no contexto dos gringos:

Eu não troco o Brasil por nada, velho! O ruim do Brasil é que aqui a gente é ladrão né vei! A gente é ladrão até que prove o contrário! Eles te olham como bandido até que você prove o contrário! Lá não, vei! Lá você é honesto! Até que você prove o contrário! Tudo na Europa, você é honesto até que prove o contrário! Eu me senti bem mais valorizado! As pessoas reclamavam de racismo. Comparando com o Brasil, o Brasil é muito mais vei! Só hoje eu já sofri mais de trinta vezes isso aí vei! E eu nem absorvo! isso aí são os que eu nem absorvo! Que é comum... tipo...pessoas quando eu chego no estabelecimento onde passa muito turista! A reação, de assustado e tal! Isso eu não absorvo, isso nem conta! Então, isso é racismo. Lá eu não senti isso! Lá eu fui bem recebido em todos os lugares. Na Europa eu era tratado como milionário, filho! Eles me tratavam como milionário! As mulheres me olhavam mano! Tá ligado? Tipo... uau! Uau! Acho que é a cor da pele mão, o bronze! É diferente. O bronze da gente queimado no sol é diferente. Eles fica vermelho! É avermelhado. Tá ligado? Ó o indiano! Todo mundo sabe que é indiano pela cor, da tonalidade, aquela pele, cê vê que é indiana. Né? Os cara tem inveja da gente, mas, é por causa do nosso jeito solto. As mulhé olha pra gente já... Uau! Tá ligado? Eu tinha que olhar assim, pro lado, assim, ó! [Simulou um olhar rasteiro, com pouco movimento de pescoço e por entre os dreads] Eu percebia que as mulheres olhavam mesmo! Minha gata sacava e ficava se mordendo! Agora, na baiana, se eu fizer com uma baiana, na frente dela, de boa! Agora, a estrangeira, ela pira! Altas confusas!

A desigualdade nas facilidades e dificuldade de circulação dos corpos brancos e não brancos entre Brasil e Europa, entre Brasil e Estados Unidos – impedimento para ver a filha – evidencia-se, para Paru, no desconforto em estar, em qualquer contexto, seja ele brasileiro ou gringo. A racialização da experiência, como descrita por Paru, revela a tendência brasileira de enquadramento de certos tipos físicos, por ele convertido como uma ação afirmativa de que “eles”, os gringos, invejam nossa pele, nosso jeito de ser.

Aqui estaria implícito um problema, a coisificação do nativo enquanto “cor da pele” e objeto de desejo sexual das gringas, expresso por Paru enquanto oportunidade de escolha e exercício de virilidade, em relação aos homens brancos, heterossexuais. O poder do “bronze” foi um diferencial atrativo para as mulheres “gringas” e um atestado de perigo no Brasil, colocando, em ambas as situações, diferentes modos de tensionar e objetificar a presença da pele bronzeada e suas disposições para servir aos encantos, na agência da caça. Na fala de Paru, ele faz uma consideração rápida, mas que tipifica tanto a reação da mulher “gringa” quanto da mulher baiana, em relação ao seu comportamento de disposição sexo-afetiva explícita para outras mulheres. Ele afirma que a “gringa” ficava “se mordendo” e que a baiana ficaria “de boa”, afirmação que nos faz pensar nas diferentes formas destas mulheres, diferenciadas por

uma categoria de nacionalidade, exercerem influência sobre as disposições de Paru. Tal configuração também é uma expressão de posições culturais diferentes da feminilidade, uma que naturaliza o homem ser desejado por outra e outra que considera a disponibilidade masculina desrespeitosa.

5.1.10 “A gringa”

A narrativa dessa experiência talvez seja a menos interessante, no sentido de ser fidedigna ao que foi dito, por conta de se tratar de lembranças de uma conversa não registrada em áudio, mas que, pela importância da descrição dos modos de relação estabelecidas entre Miró e uma estrangeira, ilustram a construção de sua distinção em relação a Paru, ao escolher entre “conexão” e “merenda”, termos para especificar seus aprendizados nas relações sexo-afetivas. A nacionalidade usada por Miró para descrever a europeia será omitida, e substituída pela palavra “gringa”, adotada por ambos.

Estávamos no local onde Miró dava as aulas de instrumentos musicais e ele veio contar que uma vez estava na roda de capoeira de rua no Pelourinho e reparou que havia uma “gringa” o observando entre os outros capoeiristas. Segundo Miró, ao final ela o abordou dizendo que gostou dele, que o queria conhecer e que ele tinha um comportamento diferente dos outros capoeiristas, descritos por ela como “um monte de urubu dando em cima”, segundo Miró, e que como ela havia notado que ele era um rapaz “na dele” e discreto, despertou interesse e por isso, segundo Miró, “queria dar para ele”, se referindo a ter relação sexual. Com o tom de espanto, neste primeiro encontro em que falamos sobre o ocorrido, Miró se referiu à performance sexual da “gringa” como, “a mulher fode pra caralho”, dando destaque para o quanto de disposição ela colocava para o ato frequente.

Alguns dias após este primeiro encontro, ele trouxe o assunto com um certo desconforto, ao dizer que nos últimos encontros assim que acabava o sexo ela pedia para ele ir embora, porque ela precisava “ficar sozinha e trabalhar”. Na semana seguinte, ao nos vermos de novo, ele trouxe o assunto com a narrativa de que já estava chateado por se sentir usado e que já estava se sentindo mal em ir à casa dela, sabendo que após o sexo ela o mandaria embora. A narrativa sobre a performance sexual já nem aparecia e a angústia era a expressão principal produzida na relação.

Na mesma semana, ao nos encontrarmos mais uma vez, ele contou que decidiu não ir mais até ela e que ela passou a ligar insistentemente para ele aparecer. Diante da resistência e negação de Miró, ela foi até o local onde ele morava, descontroladamente, batendo em sua

porta. Miró contou que abriu a porta e ela entrou se insinuando ao sexo e ele disse: *“Fiquei de pau duro pacêro, mas não fudi com ela. Disgraça, só me usando!”*. Contou que a “gringa” chorou, foi embora e ele não mais a viu, declarando o sentimento de alívio por não ter transado, completando que, depois, soube por outros capoeiristas que ele não era o único frequentador do apartamento dela.

Neste percurso, de escolhido entre os “urubus”, termo de função parecida com o “caça gringas” usado pela própria “gringa”, Miró se viu na roleta do descarte e talvez tenha reconfigurado o seu lugar de sujeito, ao se perceber “usado” e romper com a performance viril que o mantinha no lugar de objeto. O limite da performance viril, talvez referenciado na experiência do “amor verdadeiro” narrado e expresso na retificação do termo “conexão”, em substituição ao termo “merenda”, de Paru.

5.1.11 Arquitetura da vulneração

Parece que há uma tendência conservacionista das condições sociais que justificam as políticas públicas e as disposições do contextos reservados aos segmentos populacionais vulnerados, primeiro por não conseguirmos nos relacionar efetivamente com este segmento da população enquanto cidadãos de direitos e sim como objetos de “assistência”, o que de certa forma indica tendência do contexto em possibilitar o desenvolvimento de uma “cultura de rua”, uma afirmação da identidade, acima do estranhamento da condição a ser reparada historicamente. Tipificados na gramática da assistência, indivíduos e grupos são conservados no contínuo das justificativas das ações sociais, seus efeitos capitais de empregabilidade e os pequenos reparos na superfície das condições de precariedade de grande parte da população brasileira, o suficiente para não deixar morrer, mas sem investir muito nas condições do viver; entra em questão o deixar sobreviver.

Essa gestão da pobreza, longe de se constituir simplesmente como um conjunto de práticas assistenciais de reparação das desigualdades, configura-se enquanto remoção, do campo de visão, das aparições mais agudas da precariedade humana, por assistencialismo ou técnicas que dificultem a circulação e a permanência em determinados espaços de referência para a população em situação de rua. Isso foi ganhando maiores contornos quando, ao longo das circulações para áreas de consumo de drogas e acesso às praias frequentadas pelos jovens e as jovens do Centro Histórico de Salvador, especialmente as praias da Gamboa e da Preguiça, o caráter refratário às pessoas vulneradas foi aparecendo, primeiro na Travessa do Gabriel, na conexão entre a Carlos Gomes e a Ladeira do Gabriel, no bairro Dois de Julho, como ilustrado

na imagem que segue (Figura 3) e depois, no viaduto da Av. Santa Rita com a Av. Reitor Miguel Calmon (Figura 4).

A expressão deste caráter refratário se dá objetivamente nos modos de usar dispositivos que inviabilizam a permanência dos corpos vulnerados, somando vulneração pela inviabilidade de ir, vir e permanecer nos locais públicos, de diversas formas, desde as mais grosseiras, como a colocação dos cacos de vidro, às mais refinadas, inclusive sob a categoria de “requalificação” do espaço público e “conservação do patrimônio”. Caminhando pelo Centro Histórico, subindo pela Avenida Contorno, onde fui tentar encontrar uma interlocutora que soube, por Miró, que estava frequentando a boca de *crack* da Gamboa, encontrei outra evidência da arquitetura da vulneração.

Neste dia, coloquei a roupa mais velha que tinha, pois sabia que teria que entrar no circuito do tráfico de *crack* onde havia muitas pessoas trabalhando em situação de rua e em uso de drogas, para ver se a encontrava uma menina que estava em situação de rua, movido pela preocupação de somente ter estabelecido interlocução com homens no campo. Saindo da Carlos Gomes, segui pela Travessa do Gabriel, onde tirei a foto mostrada na Figura 3, desci pela Ladeira do Gabriel em direção ao Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM) e subi a Avenida Contorno pelo lado do Mar, caminho por onde várias pessoas se sentam atrás da mureta para fazerem uso de crack e outras drogas, com alguma privacidade e tranquilidade, escondidos da visão dos que passam pela avenida.

De longe, os olheiros⁸¹ se esgueiravam, para sondar minhas intenções e eu continuei caminhando e observando o cenário. À minha frente, chegando próximo da escadaria onde havia um galpão de reciclagem para a venda de latinhas catadas, havia uma mulher magérrima, talvez uma olheira, que foi logo me perguntando se eu queria o “queijo” (*crack*) ou o “barro” (maconha) e eu respondi que estava de boa e que estava procurando uma pessoa. Naquele momento senti que o meu disfarce deu certo, pelo fato dela ter me oferecido droga.

Segui adiante, subindo a Avenida Contorno e a minha frente havia uma dupla de jovens, atrás da mureta, sentados e embaixo de um grande sombreiro de praia, uma menina e um menino. De longe eu só via as pernas finas estendidas do rapaz, sentado no chão, que se movia em espasmos, sobre o efeito do *crack* que acabara de usar. Eu desacelerei para esperar ele sair

⁸¹ No tráfico, a função de “olheiro” é fundamental para prevenir situações de flagrante por parte tanto da polícia, quanto de agentes rivais de outras facções que avançam no domínio dos territórios do varejo das drogas. O “olheiro” precisa facilitar a fuga, o escamoteamento do varejo, ou ajudar na reação imediata para os casos de confronto.

do pico do efeito, enquanto caminhava sobre materiais queimados com plástico derretido e papelão.

A jovem que cuidava do rapaz enquanto ele estava sob efeito, ficou em alerta ao me ver e eu sinalizei com o polegar da mão direita e disse, enquanto passava lentamente, para não o agitar: “*É nois!*”. O rapaz, algo agitado, por baixo do sobreiro, respondeu: “*É nois não pivete! É eu sozinho!*”. Acelerei o passo para evitar qualquer desentendimento, segui adiante e passei por baixo do viaduto do Campo Grande, no alto da Avenida Contorno, na esperança de encontrar minha possível interlocutora, mas foi sem sucesso.

Insistindo na tentativa de encontrá-la antes de ir embora, segui em direção ao Vale do Canela e avistei o viaduto da Av. Santa Rita com a Av. Reitor Miguel Calmon, com mais um sinal desta arquitetura da vulneração, ao ver que embaixo dele havia um plantio de palma espinhosa, para repelir a população em situação de rua (Figura 4). Enquanto eu tirava as fotos, uma senhora que estava em situação de rua se aproximou desconfiada e perguntou por que eu estava fotografando o que estava embaixo do viaduto e eu expliquei que estava impressionado com as palmas espinhosas plantadas no local e ela, sentindo que não se tratava de risco, desabafou dizendo: “*E né só isso não! A prefeitura de Salvador chega aqui com o caminhão e toma as coisa de nois e joga tudo fora, como se fosse lixo!*”.

Figura 3 – Cacos de vidro colocados sobre local usado por população em situação de rua para repousar, comer, defecar ou usar drogas, na Travessa do Gabriel, no bairro Dois de Julho, em Salvador, Ba



Fonte: dados da pesquisa, fotografia do autor (2022).

Foi impressionante, a partir do circuito juvenil, ir percebendo esta arquitetura da vulneração que praticamente passa despercebida aos olhos que naturalizam e repelem a miserabilidade de certos grupos populacionais e que se mimetiza na paisagem, em espaços mais escondidos e confundidos com paisagismo e requalificação do espaço público.

Figura 4 – Cactos colocados para repelir população em situação de rua no viaduto da Av. Santa Rita com a Av. Reitor Miguel Calmon, em Salvador, Ba



Fonte: dados da pesquisa, fotografia do autor (2022).

Ao retornar tempos depois, em mais uma tentativa de estabelecer interlocução com uma jovem que estava em situação de rua, percebi que as pessoas foram arrancando as palmas espinhosas parcialmente, debaixo do viaduto, transformando a repelência em proteção, removendo as plantas da área habitável e mantendo as bordas enquanto cerca viva, agora convertida a favor do abrigo, embaixo do viaduto (Figura 5).

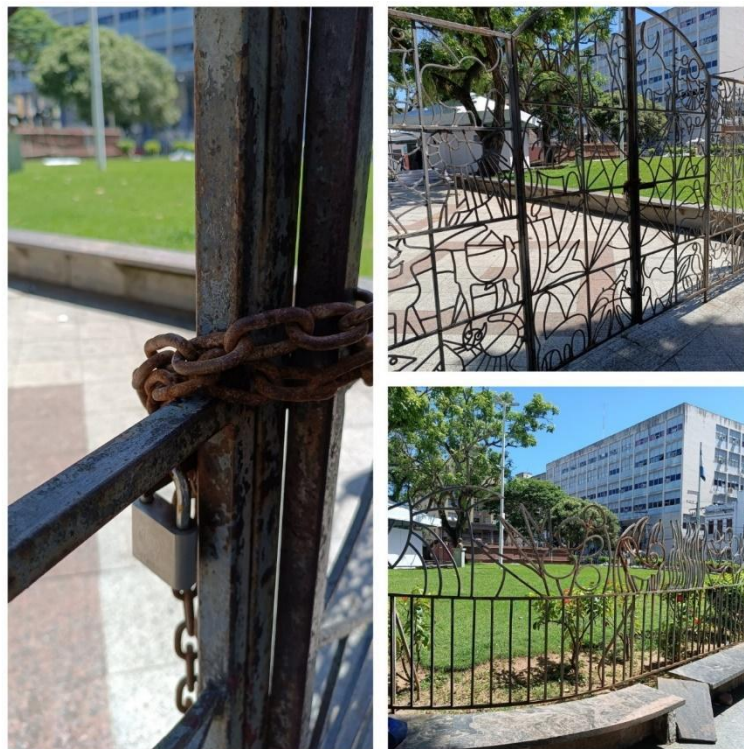
Figura 5 – Cactos removidos parcialmente por população em situação de rua e convertido em cerca viva, no viaduto da Av. Santa Rita com a Av. Reitor Miguel Calmon, em Salvador, Ba



Fonte: dados da pesquisa, fotografia do autor (2022).

Sensibilizado pelas formas da cidade expressar a vulneração na sua arquitetura, comecei a observar, ao longo do processo da pesquisa, como isso é objeto de planejamento público e privado, demarcando zonas de fricção de classe, raça, com contornos morais proibicionistas e criminalistas. Circulando pela Praça da Piedade (Figura 6) uma certa vez, ouvi uma senhora dizer que “antigamente não tinha problema de dormir na praça”, se referindo às grades colocadas na Piedade, bem como a colocada na praça do Campo Grande (Figura 7).

Figura 6 – Grades para fechar a Praça da Piedade, na Av. 7 de Setembro, em Salvador, Ba



Fonte: dados da pesquisa, fotografia do autor (2022).

Figura 7 – Grades para fechar a praça do Campo Grande, na Av. 7 de Setembro, em Salvador, Ba



Fonte: dados da pesquisa, fotografia do autor (2022).

Saindo do Campo Grande, indo em direção à Rua Direita da Piedade, ao passar por baixo do viaduto que fica ao lado do Shopping Orixás Center, pontos de referência de população em situação de rua, com um olhar já mais sensível a essa arquitetura da vulneração, encontrei as bolas de concreto (Figura 8), situação em que um morador de rua que abordei para pedir permissão para tirar a foto, me falou: *“Baratino essas pintura! Só pra quando passar aqui de carro achar que é decoração. Botaro essas bola de cimento e as caixa pras pranta aqui tipo arte, tá ligado, mas quem sabe o que é mermo isso aqui é nois, que tá no corre aqui tá ligado?”*

Figura 8 – Bolas de concreto colocadas embaixo do viaduto que fica ao lado do Shopping Orixás Center, na Rua Direita da Piedade, em Salvador, Ba



Fonte: dados da pesquisa, fotografia do autor (2022).

Durante a conversa com o jovem que estava em situação de rua, ele me fez lembrar que na localidade chamada popularmente de “Pela Porco”, haviam sido colocadas também as tais

“bolas de cimento” (Figura 9), o que me fez, em outro dia, ir até lá para mais fotografias. Ao chegar ao local, as pessoas se abrigavam do sol forte que se inclinava por volta das dezesseis horas, por detrás de lençóis estendidos do chão até a parede e alguns já usavam as próprias bolas para prender os lençóis e criar privacidade.

Figura 9 – Bolas de concreto colocadas próximo ao “Pela Porco”, sobre o passeio do lado oposto à Feira das Sete Portas, onde geralmente ficam os moradores e as moradoras de rua, em Salvador, Ba



Fonte: dados da pesquisa, fotografia do autor (2022).

Essa constatação de uma arquitetura da vulneração expressa de modo sutil sob a categoria de “requalificação” do espaço público, me fez lembrar das reclamações das pessoas em situação de rua no Aquidabã, sobre a dificuldade de continuar habitando o local durante a requalificação e o mistério do que estaria por vir, um sintoma de pouco ou nenhum diálogo com o poder público e as pessoas que ali estavam. Estabelecia-se um conflito entre o reconhecimento

da importância histórica do espaço enquanto referência de acolhimento para pessoas em situação de rua e o incômodo das pessoas com a “requalificação” do local.

Com uma rápida pesquisa na internet, no dia 20 de dezembro de 2022, para verificar repercussões do caso do Aquidabã, localizei três textos jornalísticos: 1) “Prefeitura de Salvador quer expulsar população sem-teto do Centro” (2022); 2) “Agentes da prefeitura e Limpurb retiram pertences de moradores em situação de rua no Pela Porco” (2022); e 3) Prefeitura diz que fazia acolhimento de pessoas em situação de rua no Pela Porco [...]” (2022).

A primeira reportagem, lançada em março de 2022, refere-se ao pronunciamento do prefeito Bruno Reis (DEM), em fevereiro do mesmo ano, sobre a “requalificação” do terminal de ônibus do Aquidabã, para transformá-lo numa grande praça e critica o ato, interpretando-o enquanto parte de um projeto de expulsão das pessoas que se abrigam ali pela remoção da cobertura do local (Boa Morte, 2022). A crítica se apoia no não pronunciamento do prefeito, nas entrevistas sobre a “requalificação” do Aquidabã, a respeito do que será feito para e com as pessoas que usavam o espaço como local de referência de moradia e sociabilidades.

A reportagem alerta para o fato de que a retirada da cobertura do Aquidabã não eliminaria o problema da falta de moradia em Salvador e que essa ação era uma tentativa de mascarar a situação, enquanto se acelera o processo de “higienização social e gentrificação pela qual passa Salvador”, preparada para continuar entregando a cidade aos “grandes empreendimentos e hotéis de luxo”.

Na reportagem também encontramos denúncia de práticas truculentas por parte da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza junto à LIMPURB (empresa de limpeza urbana de Salvador) por terem retirado em caminhões os pertences dos sem-teto na região do Aquidabã, deixando claro que são tratados como lixo. No que essa reportagem nos ajuda a entender o que estou chamando de arquitetura da vulneração, foi encontrado um trecho importante:

Na mesma região do Centro Antigo foram alocadas ‘esculturas’ que tem como objetivo evitar que pessoas durmam ou repousem nesses lugares. Esse ato representa mais uma tentativa de expulsar pessoas em situação de rua dos lugares onde se abrigam. Em Salvador, há uma contradição enorme: de um lado, centenas de casarões e prédios abandonados, enquanto que de outro, milhares de pessoas não têm onde morar. Um exemplo dessa situação é a Ocupação Carlos Marighella, construída num prédio abandonado pelo governo do estado (PT) a mais de 12 anos, e que agora abriga mais de 280 famílias. Essa ocupação construída pelo Movimento de Luta nos Bairros mostra que, mesmo com pouquíssimos recursos e muita luta, é possível restabelecer a função social de um prédio e dar moradia a população (Boa Morte, 2022).

Ao final da reportagem, fica a sugestão de que diante desta situação seria necessário que o povo se organizasse contra essas ações, construindo um poder popular e uma “profunda

reforma urbana” para democratizar o “acesso à cidade, a cultura, emprego, saúde, saneamento e a moradia digna para todos”. O tempo passou e no dia 16 de setembro de 2022 a prefeitura de Salvador inaugurou o resultado da “requalificação” (Figura 10).

O caso do Aquidabã ajuda na caracterização desta mimese de um dispositivo que tem uma apresentação estética e uma função vulneradora e me deixou ainda mais curioso sobre outros tipos deles dispostos pela cidade, como os cacos de vidro, as palmas espinhosas, as grades fechando as praças públicas e a “requalificação” do espaço público ocupado pelas pessoas em situação de rua. Foi aí que recordei ter visto bolas de concreto nas calçadas do Pela Porco, onde a população em situação de rua ocupa, motivo que me levou ao encontro, por pesquisa na internet, da reportagem intitulada “Agentes da prefeitura e Limpurb retiram pertences de moradores em situação de rua no Pela Porco” (2022).

O título dessa matéria recordou a fala da senhora que me viu tirando a foto debaixo do viaduto com as palmas espinhosas e que denunciou a abordagem da prefeitura, em relação ao mesmo problema, o que deixou evidência de que isso é uma política específica para pessoas em situação de rua. A matéria inicia com a denúncia do Movimento de População de Rua da Bahia, de que “a prefeitura simbolicamente usou da Limpurb para atacar a população em Situação de Rua e recolher os pertences”.

A reportagem questionou o fato de a Limpurb não reconhecer o valor simbólico e de possível renda com os pertences apreendidos sobre a categoria técnica de “resíduos sólidos” e sugere que a empresa trabalhe conjuntamente com os movimentos sociais, ao invés de aparecer para o descarte. Sugere ainda que a empresa desenvolva projetos de coleta seletiva que integrem a população em situação de rua, com impactos na dignidade e na qualidade de vida dessa população.

Figura 10 – Resultado da “requalificação” do Aquidabã



Fonte: dados da pesquisa, fotografia do autor (2022).

Após esta matéria com foco na denúncia, o mesmo jornal publicou uma nota de resposta da prefeitura de Salvador, em uma matéria intitulada “Prefeitura diz que fazia acolhimento de pessoas em situação de rua no Pela Porco [...]” (2022). A nota apresenta o argumento de que, na ocasião da ocorrência, a equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (Sempre) oferecia acolhimento para a população em situação de rua e, após abordagens no Pela Porco e em outras regiões da cidade, “14 pessoas em situação de vulnerabilidade foram acolhidas em unidades institucionais”.

A matéria também cita um trecho da nota da prefeitura de Salvador, em que ela afirma disponibilizar “um total de 1.080 vagas para acolhimento em unidades situadas

estrategicamente em pontos da cidade em que se concentra a população em situação de rua”. Ao final, o texto reforça que, segundo o Movimento de População em Situação de rua, “a ação foi truculenta e simboliza um processo de higienização racial e social” (Agentes [...], 2022), questionando também se a Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre) era de inclusão ou de exclusão, pelo fato dela estar envolvida na ação. Mais uma vez, há esse borramento de fronteiras entre instituições de reparação das desigualdades que se tornam violadoras de direitos. Algo que se repete no cenário estudado nesta pesquisa.

Dialogando com minha companheira, antropóloga e muito atenta a questões políticas, sobre essa ideia de uma arquitetura da vulneração ela recomendou uma olhada no Projeto de Lei nº 488, de 2022, conhecido como Lei Padre Júlio Lancellotti, cuja proposta era a alteração da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que versa sobre o Estatuto da Cidade, “para vedar o emprego de técnicas de ‘arquitetura hostil’ em espaços livres de uso público”. Foi muito importante conhecer outro termo já usado para caracterizar o que estou chamando de “arquitetura da vulneração”.

Na explicação da ementa do projeto, está o texto: “Veda o emprego de técnicas de arquitetura hostil, destinadas a afastar pessoas em situação de rua e outros segmentos da população, em espaços livres de uso público”. O projeto foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 14 de dezembro de 2022 e isso foi objeto da matéria publicada pela Agência Senado, intitulada “Bolsonaro veta proibição de arquitetura hostil a moradores de rua”. No texto da matéria encontramos a definição da ideia de arquitetura hostil, da seguinte forma: “A chamada arquitetura hostil emprega materiais, estruturas e equipamentos com o objetivo de afastar pessoas de praças, jardins, calçadas e viadutos. Os principais prejudicados por esse tipo de hostilidade são os cidadãos que vivem nas ruas” (Agência Senado, 2022a).

O texto apresenta a autoria do projeto e a homenagem ao padre Júlio Lancellotti, ativista contra a implantação da arquitetura hostil, como segue na citação abaixo:

Apresentado pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES), o projeto ganhou o nome de ‘Lei Padre Júlio Lancellotti’, numa referência ao religioso que desde 1986 executa em São Paulo um ativo trabalho social. Coordenador da Pastoral do Povo de Rua, Lancellotti inspirou o parlamentar ao usar uma marreta para remover pedras pontiagudas instaladas pela prefeitura sob um viaduto. O gesto já foi repetido em outras ocasiões pelo padre, que utiliza sua página em uma rede social para denunciar a arquitetura hostil em outras cidades brasileiras (Agência Senado, 2022a).

A matéria finaliza com foco na justificativa do governo para o veto, ao declarar que a lei era contrária ao interesse público e na autonomia de governança local das políticas urbanas, na definição de “características e condições a serem observadas na instalação física de

equipamentos e mobiliários urbanos”. O governo rejeita a expressão “técnicas construtivas hostis” alegando que a discussão gera “insegurança jurídica, por se tratar de conceito ainda não sedimentado”. Não é necessário consolidar conceitualmente o que já se confirma enquanto fato social. O estudo teórico vem a reboque do fenômeno social e é aqui que justifico o esforço de desenvolver a ideia de uma arquitetura de vulneração.

No dia 16 de dezembro de 2022 é publicada, também pela Agência Senad, outra matéria intitulada: “Congresso derruba veto de Bolsonaro à Lei Padre Júlio Lancellotti” (2022b), trazendo a notícia de que “a nova lei, que agora segue para promulgação, proíbe a chamada ‘arquitetura hostil’, que emprega estruturas, equipamentos e materiais com o objetivo de afastar as pessoas – sejam moradores de rua, jovens ou idosos, por exemplo – de praças, viadutos, calçadas e jardins”. O autor do Projeto de Lei afirmou, na matéria, que “[...] muitos municípios incentivam a arquitetura hostil devido à especulação imobiliária” (Agência Senado, 2022b).

Segundo a reportagem, a conquista desta lei é um avanço importante para o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) por estabelecer em suas diretrizes a “‘promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição de espaços livres de uso público, seu mobiliário e interfaces com espaços de uso privado’” (Agência Senado, 2022b). A arquitetura da vulneração, na medida em que sua face subtrativa impera sobre os corpos juvenis, colocando em efeito a remoção da circulação ou a necessidade de fugir de letalidades do contexto da rua, aponta para outro contexto que fica na extremidade do vértice de captação deste acolhimento, desta repelência social que transforma jovem, usuário e usuária de drogas, em “acolhidos”, objeto de assistência nas comunidades terapêuticas, a serem discutidas na próxima subseção.

5.2 NA COMUNIDADE TERAPÊUTICA

A inclusão deste texto na tese, baseado em um banco de dados agregado que não apresentou a narrativa juvenil em primeira mão, justificou-se por ele conter registros de falas juvenis e descrições técnicas sobre uma comunidade terapêutica que foi denunciada e investigada enquanto contexto de vulneração, por privação de direitos, tomando o Estatuto da Criança e do Adolescente como referência.

A ação da equipe técnica tinha como objetivo “construir o perfil dessas pessoas (jovens) para posterior encaminhamento à rede de atenção integral e reinserção familiar”, como descrito no relatório gerado a partir desta ação diagnóstica. Esta situação ficou ainda mais explicável enquanto problema social ao serem associadas a ela dados de outros acontecimentos, como: O “Balanço do Financiamento Público de Comunidades Terapêuticas” (Conectas Direitos

Humanos, 2021), de 2017 a 2020; a denúncia de violação de direitos que repercutiu em mídia nacional, na Fundação Doutor Jesus, na Bahia (Fundação [...], 2022; Lopes; Leite, 2002; Ministério [...], 2022); a “Nota de repúdio ao financiamento público do Estado da Bahia, para acolhimento de adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, em comunidades terapêuticas” (Plataforma Brasileira de Política de Drogas, 2022) e por último, a nota de repúdio contra o repasse de verbas públicas às comunidades terapêuticas, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) (2021).

Com estes documentos, foi possível extrapolar o contexto imediato presente nas anotações e no relatório cedido e encontrar ancoragens em uma camada contextual mais acima, em que o Estado, as instituições privadas e os movimentos sociais disputam narrativas e ajudam na constituição da comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração juvenil. O esforço de sustentação deste contexto, no próprio ordenamento jurídico da atenção a jovens usuários de drogas e em situação de vulnerabilidade, é o que chama atenção, apesar das contradições invisibilizadas dentro das comunidades terapêuticas.

A sequência dos acontecimentos abaixo discutido, obedece a ordem de acesso aos documentos, de modo que o texto refletirá essa processualidade da constituição da comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração juvenil. A instituição que cedeu os documentos da denúncia gerada contra a comunidade terapêutica será mantida em anonimato, como acordado junto ao Conselho de Ética em Pesquisa, bem como, a comunidade terapêutica denunciada. Já a Fundação Dr. Jesus é mencionada por ser objeto público de texto jornalístico nos dados secundários, estando, portanto, fora dos bancos de dados primários da pesquisa.

Em relação aos dados da comunidade terapêutica que serão mantidos em sigilo, os nomes das localidades presentes nos documentos cedidos serão substituídos por referência regionais, com exceção de referências a Salvador, para, pelo menos termos uma ideia de como acontece a movimentação juvenil entre os territórios e os motivos de sua confluência, para a comunidade terapêutica anônima, que nos serve de referência nesta discussão, além do caso da Fundação Dr. Jesus.

Apesar da exclusão dos nomes dos e das jovens mencionados nas anotações dos dados primários, como forma de prevenir identificação, serão mantidas as referências aos graus de parentesco e outros vínculos, para termos alguma noção da composição familiar. As anotações cedidas para a pesquisa foram parte recuperada das entrevistas realizadas por um dos técnicos, que participou da ação de diagnóstico a partir da denúncia contra a comunidade terapêutica, e o relatório resultante da visita técnica traz uma análise geral das entrevistas realizadas nos diferentes subgrupos de diagnóstico das violações de direitos juvenis.

Segundo o projeto da visita técnica, o diagnóstico iniciou pelo “bate papo sobre ‘o que um jovem precisa para viver bem’ e ‘onde buscar ajuda’”, seguido da “construção do diagrama de Venn⁸², em subgrupos de 3, sobre a rede de atenção aos adolescentes dentro da (nome da comunidade terapêutica removido)”, a partir da qual foram feitas “apresentações e análise dos diagramas de Venn em duplas” e em seguida, ocorreu o planejamento para a realização das “entrevistas/diagnósticos individuais” em outro turno. No texto do relatório, há uma descrição da instituição investigada:

[Nome da comunidade terapêutica] é uma instituição que atua há [omitido] anos em regime de acolhimento a pessoas adultas usuárias de substâncias psicoativas (SPAs). Possui uma proposta direcionada à recuperação do uso de álcool e outras drogas por meio de conceitos básicos de cooperação mútua, com ênfase na responsabilidade individual e autodeterminação do beneficiário diante dos seus processos de mudança, no propósito de permanecer por nove meses em abstinência e em trabalho de ‘recuperação’, após o qual recebem uma carta atestando a internação e a passagem por tal experiência. A instituição orienta suas intervenções a partir de uma perspectiva religiosa de vertente protestante e conta com uma equipe multidisciplinar de trabalho composta por assistentes sociais, psicólogas, profissionais de educação física, nutricionistas, pedagoga, entre outras.

Pela descrição acima, presente no relatório da equipe técnica, fazia anos que a instituição já atuava “acolhendo” usuários de substâncias psicoativas e chama atenção, ao tomarmos a doutrina da atenção integral como referência para assistir jovens, o alto grau de importância dado ao uso de drogas e à responsabilidade individual, na “autodeterminação” para uma “mudança”, definida enquanto permanência “por nove meses em abstinência e em trabalho de ‘recuperação’”, reconhecimento simbolicamente marcado pela carta de passagem pela internação. Nenhuma referência de acesso a resolução de problemas por dispositivos de promoção de direitos foi mencionada.

Investigada, entre 2017 e 2018, por denúncia de acolhimento ilegal de jovens e intensificação de privação de direitos, a comunidade terapêutica, mantida em anonimato, recebeu a equipe de diagnóstico por não se enquadrar no escopo de instituições de abrigamento juvenil e por impossibilitar acesso a equipamentos públicos de educação, saúde, assistência social etc. A investigação da equipe técnica, ao mesmo tempo, evidencia a construção social do valor do serviço da comunidade terapêutica enquanto uma instituição tornada necessária

⁸² Derivado da teoria de conjuntos da matemática, o diagrama consiste na representação imagética de círculos de papel com nomes de fatores que influenciam um determinado assunto, destacado no círculo central, colado na parede. Na dinâmica descrita pela equipe, os círculos dos fatores foram preenchidos com nomes de dispositivos que compõem a rede de atenção integral (escola, posto de saúde, familiares etc.) e eram dispostos próximos do círculo central (jovens) se houvesse acesso a eles, desde que estavam na comunidade terapêutica e distante dele caso não houvesse acesso. Na fotografia disponibilizada, todos os círculos estavam afastados, indicando violação de direitos como prática da instituição.

socialmente e uma oportunidade de capitalização institucional-privada-religiosa. O diagnóstico foi gerado a partir de registros de falas juvenis, orientadas por um instrumento estruturado de entrevista, sobre o contexto da ida para a comunidade terapêutica, sobre a experiência dentro da instituição e as perspectivas para a saída, após cumprir o “período de internação”.

A equipe que realizou tais registros, advinda de uma instituição que fiscaliza a implementação do ECA e do Estatuto da Juventude, partiu de um plano de ação voltado para a escuta da experiência juvenil no contexto da instituição, envolvendo dinâmicas de grupo com bate-papo, seguidas de entrevista para entender o contexto de origem. Segundo consta nas anotações, todas as ações que geraram os dados aqui discutidos foram desenvolvidas sem a presença dos agentes da comunidade terapêutica e somente com o público juvenil institucionalizado, sob o acordo de que haveria sigilo e de que se tratava de uma ação de monitoramento para saber se os direitos deles estavam sendo garantidos dentro da instituição.

O relatório da equipe técnica menciona que foram entrevistados mais de 35 jovens, mas para a pesquisa foram disponibilizados somente 4 manuscritos que continham transcrições de falas juvenis e resumo de situações vivenciadas por jovens participantes nesta intervenção. As falas juvenis foram geradas em respostas aos pontos destacados nos instrumentos para o bate-papo, no uso do diagrama de *Veen* e no uso do questionário para a abordagem da equipe técnica.

Além dos registros das falas juvenis, também foi incluído como dado o relatório da visita técnica, dada a importância da problematização da equipe técnica, sobre as lacunas da rede de atenção integral que geram descrédito por parte da sociedade civil, abrindo espaço para o investimento nas comunidades terapêuticas.

O texto a seguir está organizado em três etapas, iniciando pela análise das anotações geradas nas entrevistas, seguida da discussão das evidências do balanço financeiro do financiamento das comunidades terapêuticas no Brasil, para entender o contexto da Bahia e de Salvador e em seguida, serão discutidos textos jornalísticos sobre o escândalo das violações de direito dentro da Fundação Dr. Jesus. Ao final, serão discutidas a nota de repúdio ao financiamento público de comunidades terapêuticas pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia e a nota de repúdio ao financiamento público de comunidades terapêuticas da ABRASCO, evidência histórica de contradição no âmbito da assistência a jovens em situação de vulnerabilidade, produzida na narrativa com traços de indistinção entre o discurso do governo do estado da Bahia e do governo federal, sobre a importância das comunidades terapêuticas.

Para discutir o contexto de vulneração aqui ampliado, foi importante agregar três acontecimentos-chave: o balanço orçamentário das comunidades terapêuticas, divulgado em

2022; as denúncias de ilegalidade na Fundação Dr. Jesus, no mesmo ano; e as notas em repúdio ao financiamento das comunidades terapêuticas. Vamos por parte, iniciando pelas anotações produzidas no contexto das entrevistas com jovens que estavam na comunidade terapêutica.

5.2.1 As anotações das entrevistas

- . Entrevista 1: Isolado, de penitência no corredor, sem comer carne e preconceito com homossexualidade:

Segundo as anotações referentes a esta entrevista, na época, o jovem tinha menos que 18 anos, vindo de Salvador, filho de mãe falecida e originária de localidade omitida, da região oeste da Bahia. Apesar da situação se apresentar no registro como “família disfuncional”, declarando inspirações funcionalistas, apoiada na morte prematura da mãe, a presença do pai foi mencionada como residente em Salvador, e responsável por ter levado ele para a comunidade terapêutica. Importa destacar a afirmação de que antes de ir para a instituição, ele já “morava na casa de um colega e já havia sido acolhido em abrigo juvenil de Salvador”, situação que ilustra a busca de equipamento público, porém, sem referência sobre essa experiência, apresentada com insucesso.

Segundo as anotações, o pai o levou, veio por situação de ameaça, por ter feito dívida com roupas. “O pai tá pagando dívida de uso de drogas. Pegou o cartão do pai, comprou [valor omitido] de roupas e trocou por droga”. No início do relato, a “droga” ocupa lugar de agência central, quando na anotação é encontrada a afirmação de que ele “começou com 8 anos a usar pó. Tava na casa do colega e passou a usar sempre. Usou lança e passou a usar crack”. A narrativa da escalabilidade dos múltiplos usos de substâncias psicoativas e o risco de fatalidade na dívida com o tráfico são justificativas pertinentes da ida para a comunidade terapêutica. A necessidade de acolhimento da fuga da fatalidade e os limites da abordagem paterna abrem caminho para a experiência na comunidade terapêutica, como ilustrado no trecho da entrevista anotada pela equipe técnica:

Tá aqui por ameaça e por uso. Veio da [Instituição pública de nome omitido] por dois meses e foi por briga com o pai que não o queria mais em casa. [...]. Ele tem marcas recentes no braço e ao perguntar ele disse que se enraivou com o obreiro. O pai é pedreiro e evangélico. Disse que o pai é [palavra não compreendida]. Tem irmão chamado [nome excluído] e tem 11 anos que é evangélico. Falou que aqui era bom, mas, tinha coisa errada, como comer sem carne etc. Falou que gostaria de voltar a morar com ele, mas, ele não quer voltar logo e quer pegar a ‘carta de recuperação’. Falou que ficou no corredor, local isolado e de penitência. Falou que tivemos um contato bom e que ‘aqui [na comunidade terapêutica] não tem espaço para falar livre e para sorrir’. ‘Tem muito preconceito com homossexualidade’. ‘Antigamente eu me

chateava, mas, hoje não falo nada. Não pode usar roupa de marca, nem roupa colada'. Uma professora alertou a outra para termos cuidado com ele junto das crianças (Manuscrito, 2017).

A narrativa da agência da substância psicoativa, em especial, a cocaína, começa a perder centralidade ao longo da citação, graças à conservação de trechos da fala do jovem que expõem os efeitos morais da experiência na comunidade terapêutica, mobilizados em torno da sua sexualidade, entendida enquanto experiência pecaminosa do corpo, que habita o “vício”, a “prostituição” e o “roubo”. O pai não o queria mais em casa e por briga com este, o jovem havia ido para o abrigo e em seguida para a comunidade terapêutica.

Haveria outra possibilidade de sociabilidade nesse contexto evangelizado, predominantemente masculino, na convivência com o pai e o irmão, ambos evangélicos, sem uma suposta cumplicidade materna? A saída da instituição de abrigamento após dois meses de permanência e, por persuasão da diretora sobre o pai, o retorno para casa e o envio para a comunidade terapêutica sinalizam a dificuldade de abordar questões que ficam ainda mais evidentes com a exposição do sistema moral de vigilância e punição dentro da comunidade terapêutica, sendo uma instituição evangélica, cuja afinidade discursiva com o seu pai se apresentava nas práticas ainda mais incisivas, como a restrição alimentar e nutricional e o pagamento de penitência em local isolado.

O cerceamento da fala, a regulação do sorriso, o controle da exposição do corpo e o controle do afastamento das crianças em relação à presença dele, “o preconceito com a homossexualidade”, evidenciam a linguagem institucional, seus princípios e fins, a partir do efeito sobre o sujeito. Tais efeitos, inscritos no corpo, sob a forma de cicatrizes e sob a couraça do silêncio, por tanto ser violentado, ajudam no decalque das práticas institucionais e no tipo de experiência possível de se viver neste contexto, sendo usuário de droga, negro, homossexual e pobre.

Na narrativa desta entrevista, a experiência descrita tipifica um contexto moral incompatível com a sexualidade que se configurou na inclinação juvenil, cujas adjetivações a ela dirigidas são pistas para os efeitos dos usos da moral cristã, enquanto orientação para abordar questões de sexualidade, gênero, uso e abuso de substâncias psicoativas, pela via da demonização, da criminalização, da abstinência, da internação e da privação de direitos como medidas disciplinares.

O sujeito desta experiência, destituído de linhas de fuga que o possibilitem ir além da coerção moral, imprime sobre si mesmo o silenciamento e a automutilação, resistindo, ao mesmo tempo, a si e à instituição, revoltado em espasmos de inadequação, construídos em um

pertencimento involuntário. O contexto, dada a incompatibilidade moral cristã com a sexualidade em questão, parece mais danoso que a agência da droga, eleita por esta moral como protagonista principal, deslocando o sujeito a mero objeto de reforma, de “cura”.

b. Entrevista 2: “Vou sair daqui para servir a Deus”:

Neste relato nos deparamos mais uma vez com essa mirada para a composição familiar, a anotação de que a mãe era de Salvador e de que o pai era falecido. A mãe era de um município da região metropolitana de Salvador e era a responsável por ela. Antes de vir para a comunidade terapêutica ela morava na casa da sogra, que a trouxe para a instituição. A sogra foi apresentada enquanto “missionária” e o texto apresenta o contexto da vinda da seguinte maneira:

Veio porque queria mudar de vida, porque usava drogas. Tava com a sogra a dois meses e veio para cá por ter gostado daqui. Ela diz que ficou para mudar de vida. ‘Minha mãe conheceu meu padrasto em [localidade omitida]. O marido dela está aqui. Ele trabalhava lá e veio’. A mãe morava em [localidade omitida, da região metropolitana]. ‘Se eu não tivesse com eles eu tava no mundo. Conheceu o marido e foi pra lá’. A sogra, a cunhada, a mãe, o sogro vêm visitá-la. Tem um irmão no [outro Estado do sul, omitido] e aqui não pode usar telefone. Falou que vai sair daqui para servir a Deus. Falou que ela está desempregada [a mãe] e que quer terminar os estudos. O irmão se chama [nome omitido] e tem 5 anos. Falou que ele estuda e está indo para a igreja. A sogra frequenta a igreja pentecostal. A relação com a família, segundo ela, é boa e que a família a quer bem. Fala que era da igreja e que as amizades ruins a influenciaram. Pensa em voltar a estudar e fazer jovem aprendiz, ao completar os 9 meses. Falou que aqui cuidam dela. Disse que não estudava, quando estava em Salvador. Fala que frequenta a psicóloga pela marcação do atendimento. Reforçou que buscará estudo quando voltar (Manuscrito, 2017).

Com o objetivo de “mudar de vida”, tendo como referência de mudança parar de usar droga, temos aqui a segunda narrativa que coloca no centro das agências dos desvios, a droga. O local de referência de saída para a comunidade terapêutica, a casa da sogra “missionária”, um lar evangélico pentecostal, o irmão de 5 anos, em outro contexto, já frequentando a igreja, o fato dela mesma já ter sido da “igreja” e a tipificação das “amizades ruins”, apresentam o pertencimento e a reprodução da linguagem institucional e o vínculo afetivo com a sua família biológica e família da sogra. Chamou atenção o fato de não ser possível usar o telefone, um cerceamento do direito de se comunicar, inclusive com os familiares.

A declaração de que ao sair vai servir a Deus, que vai voltar a estudar e que quer fazer o “jovem aprendiz”, apresenta ressonâncias com o padrão de normalidade comportamental esperado enquanto projeto de vida para uma jovem pobre. O vínculo com a família da sogra e a sua referência materna, ainda que aparentemente distante, aparentam ser importantes para a

sustentação de seus horizontes de “mudança”. A declaração de que a relação com a família biológica e com a família da sogra era boa e de que a queriam bem, sendo coerente a percepção da atitude, aponta para uma situação em que outros vínculos, para além da família biológica, podem se configurar na rede de apoio.

- c. Entrevista 3: “Aqui ajudou a melhorar a relação com a minha família, pelas orações”:

Mais uma jovem entrevistada, que nasceu em localidade omitida, do Recôncavo, filha de mãe cujo nome foi omitido e não sabe onde ela mora na localidade omitida, no Recôncavo. Na anotação, o pai não a registrou e morava com a mãe dele, no caso, a sua avó. A avó materna vivia em localidade omitida, na região metropolitana com a tia materna. A avó a levou para uma localidade omitida, no recôncavo e de lá ela veio pela última vez para a comunidade terapêutica.

A rede familiar se faz presente na figura da avó e aqui vemos mais uma vez a importância de referenciais afetivos de apoio intergeracional, apesar da ausência materna e o não registro pelo pai, uma atitude que, se foi destacada em sua fala, lhe é significativa. O trecho das anotações expõe o contexto do encaminhamento, mais que o contexto da instituição, apresentando, como agência central, mais uma vez, o “uso de drogas”.

A avó a trouxe para ela se recuperar do uso de drogas a pedido dela e por sugestão da avó. Sentiu que estava fazendo a família sofrer pelo uso de SPAs. ‘Não tenho o contato da minha avó’, só a (nome da instituição omitido). ‘Podemos ligar para pedir coisas para o dia da visita’. Na relação familiar, a avó é a que ela considera como mãe. Falou que a relação com a família é boa, especialmente a avó. ‘Aqui ajudou a mudar a relação com a minha família, pelas orações’. A mãe não usava maconha e ela usava pó, maconha e álcool. Tem irmãs. Ela usava com as irmãs, mas depois passou a achar que não era bom. Ela se sentia mal. Não fala com a mãe, só com a avó e acha que ela não quer ver. ‘Eu ia ver ela e ela sofria muito quando eu a usasse’. Disse que quer voltar para a casa da avó e disse que na [nome da instituição omitido] eles estão lendo e escrevendo. Falou que os irmãos fazem uso. Ela disse que tem um filho de meses (nome omitido), o filho está com a avó. Tem marido e está com ela. Ele é usuário e veio com ela (Manuscrito, 2017).

A agência da droga e a declaração de que estava gerando sofrimento à família expõe o discurso que, apesar de todo o quadro de afastamento materno e paterno, situa ela mesma enquanto fonte e solução ao sofrimento de terceiros. Dentro da comunidade terapêutica, o cerceamento do contato com pessoas de referência, no caso da sua avó materna, se repete mais uma vez, como evidência de um procedimento institucional.

As irmãs, com quem usava álcool, maconha e cocaína, totalizando os 7 irmãos usuários, não foram apresentadas com adjetivações de cunho moral e o fato dela não se sentir bem com

os efeitos colaterais do uso de drogas e o sofrimento da avó foram colocados como um motivo importante para o seu afastamento.

A chegada de um filho que até então tinha alguns meses e que estava sob cuidado da avó, deve ter se configurado enquanto experiência limite, que produziu rupturas, apesar de estar em um contexto em que o uso de maconha, cocaína e álcool era prática comum, com exceção da avó. Completamente afastada do filho, da avó, das irmãs, da mãe, ao menos estava com o seu companheiro, pai da criança, usuário de drogas, também na comunidade terapêutica. A projeção da saída anuncia o retorno para a casa da avó e aos estudos, como horizonte de mudança.

d. Entrevista 4: “Aqui a gente tem que entrar na lei da casa!”:

Este entrevistado veio de localidade omitida, na região metropolitana, sua mãe morava em localidade omitida, no Recôncavo da Bahia e a mãe de criação, que era a avó dele, morava em localidade omitida, no Litoral Norte da Bahia. O pai morava em localidade omitida, na região metropolitana. A avó era a sua responsável, por parte de pai, e morava em localidade omitida, no Litoral Norte. Ele morava com a avó e o pai, tinha irmãos maternos, mas afastados de seu convívio. Nas anotações, os detalhes do contexto de vinda vão se configurando:

Disse que [nome omitido] não é muito certo, ‘usava drogas, voltava três dias depois, querendo bater em minha avó e eu deixei essa vida e uma mulhé tá grávida de 5 meses e de lá pra cá tô buscando minha mudança e aqui a gente tem que entrar na lei da casa. Aqui a gente aprende outras coisas. Vim pra cá por conta do uso de maconha e coca’ (Manuscrito, 2017).

A narrativa central, da agência da droga, a causalidade descrita do uso, da ausência de casa, seguida da violência contra a avó, remetem a uma linearidade de acontecimentos fundamentais para justificar o encaminhamento para a comunidade terapêutica. A possibilidade da construção da mudança, pela submissão à lei da casa e suas provações é limitada a um horizonte temporário e simbólico, que culmina com a “carta de recuperação”. Mas, neste caso, a recuperação de que? Em suas próprias palavras, em síntese, do “uso de maconha e coca”. Nesta primeira justificativa, a namorada, grávida dele, foi parte importante da situação mencionada e outras situações relacionadas ao contexto de sua vinda foram aparecendo ao longo das anotações, no enredo do uso da droga.

‘Já assaltei por conta do uso que começou com [idade da pré-adolescência omitida] anos, três horas da manhã no ano novo de dois mil e... [não lembrou]. Meu primo

tava fumando maconha. Nesse dia usei o pó também. Comecei a fumar e um ano depois comecei a roubar. Assaltava ônibus e pegava moto pra desmontar em outro lugar. Recebia droga, levava pros outros e começava a roubar pros traficantes, roubava moto, carro... Eu vivia disso. Minha avó começou a desconfiar quando eu chegava com relógio etc. Já gastei 2500 e gasto no mermo dia! No último assalto em [localidade omitida na região metropolitana], cheguei com a moto roubada e ela alarmou e fui pegar o ônibus com a arma na mão e os capacete. Passou a viatura, ele pegou o capacete e não viu a arma. Me levou para a [delegacia omitida] e ligou para minha avó e ela foi buscar e descobriu e eu comecei a me afastar das pessoas. A namorada que eu tinha me tirou disse laço e no dia [data omitida de 2017] decidi vim pra cá'. Não tem registro na polícia, mas, foi ameaçado. Tava devendo 5000,00 na boca, mas, a avó já pagou (Manuscrito, 2017).

Aqui seguimos com a linha de causalidade, de assaltar "por conta do uso", ou a sequência de que começou a fumar com tão pouca idade e que, um ano depois, começou a roubar. Aos conhecedores dos efeitos fisiológicos do tipo de cannabis consumida prensada ou solta aqui pelo Nordeste, poder-se-ia dizer, em tom de descontração, que a protelação da entrada no roubo seria efeito colateral do THC e CBD e não o motivo de sua precocidade.

O contexto familiar de uso da cannabis, com o primo, o assalto a ônibus, o roubo de moto, de carro, o transporte de drogas e roubos específicos para o traficante, apontam para a diversidade de possibilidades de geração de renda no seu contexto de referência, uma vez que se vive disso tudo e foi possível gastar R\$ 2.500,00 em um único dia. O encontro com a polícia em situação de assalto e a ida da avó para retirá-lo da delegacia, situação em que ela descobriu que ele roubava, bem como a dívida com o tráfico paga por ela, parecem ter somado para a decisão da ida para a comunidade terapêutica, borrando a centralidade da droga, diante de outras práticas das quais vivia e então, fugia, antes que se tornassem motivos pelos quais morreria.

A descoberta por parte da avó, a dívida com o tráfico e o engajamento da namorada ajudaram no afastamento do contexto de vida e morte, que tornou a comunidade terapêutica um local oportuno, especialmente para um jovem com um "testemunho" de vasto currículo e que, supostamente, escolheu ir para lá. A sequência das anotações foi trazendo, à medida que o entrevistado se abria, mais informações sobre sua biografia, evidenciando o contexto de sua família:

Tem 4 irmãos. A família dele é a mãe, a avó e o pai. O pai tem [idade omitida, abaixo de 35]. Era segurança e tá afastado por [problema de saúde omitido]. Ele frequenta a igreja católica com a madrasta. Ela completou o ensino médio [número do telefone do pai omitido]. [nome omitido] é a madrasta e 'é um ano mais nova que meu pai'. Trabalha de manicure [número do telefone da madrasta omitido]. Disse que tem uma 'irmã emprestada' e que está estudando. Tem um tio chamado [nome omitido], com 28 anos. Se refere à família como unida e falou que o pai saiu de lá da casa da avó e deixaram [os tios] ele sem apoio pelo uso de drogas. 'Eu não tenho intimidade com meu pai e tenho medo dele porque eu apanhava demais e não batiam nele quando ele aprontava. Por isso eu quis sair. Minha mãe me deixou. Ela tinha problema de álcool e quando eu vi ela ficando doente foi quando eu fui pra perto dela, mas, pelas drogas

ela se afastou de mim. Antes d'eu fazer uso eu apanhava muito pelas coisas que eu fazia. Não gostava de assistir aula e aprontava dentro de casa por dinheiro roubado. Como eu não trabalhava, eu roubava e meu pai me batia e começou a investigar. Eu contei para minha avó no dia que ela viu meu olho pequeno. Eu contei para não chegar por outras pessoas. Recebo visita da avó, do pai, os tios e minha namorada'. Tá esperando o filho e conheceu ela no [nome omitido de um evento]. Desde os 6 anos de idade ele não vê a mãe e ambos não fazem questão. 'Eu pequeno fazia mingau pros meus irmão e minha avô me tirou de lá. E lá tava meu pai direto, ele chegava bêbado e batia nela. Ele bebia muito desde que eu era pequeno. Tem 4 a 5 anos que ele parou, depois da hemodiálise' (Manuscrito, 2017).

A família, adjetivada por ele como “unida”, é apresentada com um pai afastado, com quem tinha pouca intimidade, lembrado pelo sentimento de medo, pelas muitas surras dele recebidas e a mãe que, segundo ele, o abandonou e tinha problema com álcool, pessoa com quem não tinha mais contato desde os 6 anos de idade, sendo que ambos não faziam questão de se ver.

A justificativa para o afastamento, tanto da família do pai quanto da mãe, estava associada, sintomaticamente, ao que podemos chamar de uso abusivo de drogas, colocando os sujeitos e seus contextos em uma congruência de agências, nas quais o abuso só é possível, enquanto tal, porque pressupomos a droga enquanto objeto das circunstâncias biográficas e não enquanto agente. A correlação entre o abuso do álcool e a agressão física do pai contra uma mulher, sendo ela a sua própria mãe, evidencia a congruência entre o machismo, o efeito de uma substância excitante e, em um segundo momento depressora, e a condição psicossocial de um homem com um filho com quem não convivia e não tinha vínculo, que precisou voltar para a casa de sua mãe por situação precária de vida, com 32 anos, afastado do emprego de segurança por problema renal e em processo regular de hemodiálise.

As evidências do engajamento familiar são evidentes na remoção dele da casa da mãe, ação feita pela avó do jovem entrevistado, quando, ainda pequeno, abandonado pela mãe, foi encontrado sendo responsável por preparar mingau para seus irmãos mais novos. Os motivos para o engajamento familiar nas surras, na fiscalização e no encaminhamento para a comunidade terapêutica estão, de acordo com o descrito na citação, pautados em acontecimentos como a descoberta do roubo de dinheiro em casa e do uso de drogas. A avó paterna ocupa o centro da referência familiar de suporte e engajamento em momentos-chave, como a responsabilidade pelo encaminhamento para a comunidade terapêutica, o pagamento da dívida com o tráfico e as visitas a ele na instituição, na qual também iam seu pai, seus tios e a namorada, grávida de um filho dele. Na continuação das anotações, foram apresentadas referências de seu comportamento na escola e seus planos para a saída da comunidade terapêutica:

‘Não gostava de estudar, saia, conversava com as meninas, saiam para fumar comigo. Eu tomava falta direto e como já não tava vendo aula mermo, resolvi sair da escola’. Saindo daqui ele quer morar na casa da avó, ou na casa que ele construiu no terreno da avó. Acha que se voltar para o que era antes ele vai se matar. ‘Tô querendo tirar um parceiro e não consigo’ (Manuscrito, 2017).

A escola como lugar de sociabilidades juvenis, de experiências sexo-afetivas, é também, e principalmente, o lugar da disciplina, especialmente em relação a presença em sala de aula. Não assistir aula, tomar faltas e desistir é uma narrativa que acompanha a histórica precarização da oferta de educação escolar, que predomina nos contextos populares. Uma construção antiga, com raízes ainda não cortadas, que nos ligam aos efeitos do Brasil no pós-abolição. Sem esta compreensão, ainda que rasa, incorremos em uma vingança docente pautada simplesmente na culpabilização do e da estudante pelas faltas, não entrega das atividades e consequentemente, pelo fracasso.

Nesta direção fica a curiosidade para saber o que se faz, nos conselhos de classe, quando a cultura institucional funciona pela não contextualização da realidade dos alunos e alunas com dificuldades de aprendizagem, especialmente aos que rapidamente são acomodados na tipificação de “envolvidos com o tráfico” e outras práticas criminalizadas. Fora da escola, resta a casa da avó e a expectativa de que lá seria possível dar continuidade ao afastamento do contexto, a partir do qual se viveu e que agora, de longe, ele se afastou, para evitar a morte, por parte dos policiais ou dos traficantes, agentes de sua condição de vida ou morte, do seu contexto de circulação.

Uma vez fui pegar 35g de maconha. Já passei por vários baculejo. Me botaram no camburão da Petro e como uma mulher viu, eles não me mataram. Me levaram pro matagal e como eu morava no local minha mãe me viu ele me pegar, um policial chamado (nome omitido), ele me ameaçou. Tudo por causa do meu irmão. Ele era braço direito da boca. Ele botava droga pros outro vender. Meu irmão hoje tá longe e continua no tráfico (Manuscrito, 2017).

Mesmo compreendendo que historicamente algumas “drogas” se tornaram objetos de criminalização e de regulação de conduta moral, ainda assim, podemos questionar o absurdo que é prender e matar pelo uso de uma planta, a cannabis, cujos valores medicinais e econômicos vêm sendo discutido há milênios no oriente e reconhecidos nas pesquisas nos últimos anos, em diversos países do oriente e do ocidente. É urgente uma revisão jurídico-moral e seletiva na tipificação de suas vítimas de criminalização e rechaço social, atravessados por marcadores de raça e classe, principalmente.

O fato de já ter passado por “vários baculejos” ilustra a importância da atuação da polícia, especialmente para aqueles que escapam da disciplinaridade escolar, rumo a outros

espaços de aprendizagem e geração de renda tornados ilícitos. A técnica de letalidade, com a apreensão, a colocação dentro do camburão e a remoção para local de invisibilidade social, falhou no que se torna uma ameaça para a corporação, a visibilidade social de quem se engaja na defesa dos e das jovens na comunidade. Sendo ele visado pela polícia, irmão de um traficante “braço direito da boca”, procurado e em risco de morte, a comunidade terapêutica e a casa da avó não eram, necessariamente, uma questão de escolha, mas, por outro lado, lhe parecia uma solução imediata para fugir da letalidade.

No esforço de buscar recorrências, divergências e ainda, particularidades importantes para caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração, vamos discutir os relatos anteriores a partir dos indicadores do instrumento de entrevista usado pela equipe técnica, a saber, de localidades de origem, de contextos familiares, de outras pessoas de referência, de motivos para a vinda e a pessoa que trouxe. Serão também discutidas as referências a ela dirigidas e as projeções para a saída da instituição.

1. Localidades de origem:

O jovem da primeira entrevista foi trazido pelo pai, da casa de um colega, após sair de um abrigo para jovens vulnerados e a jovem da segunda entrevista veio da casa da sogra missionária, trazida por ela. Ambos vieram da capital baiana. A jovem da terceira entrevista veio da casa da avó, do Recôncavo, trazida por ela e o quarto entrevistado veio da região metropolitana, trazido pela avó.

Estas localidades indicam um fluxo de jovens saindo da capital baiana e da região metropolitana, bem como indicam a capilaridade da comunidade terapêutica, enquanto solução, ainda que de forma ilegal, na época, por parte da instituição. Outra observação importante é a função dos familiares, mesmo em situação de inexistência ou ausência de pai ou de mãe, ou de ambos, na construção intergeracional do problema e da solução juvenil, apontando a internação na comunidade terapêutica como solução imediata e temporária, uma suspensão dos riscos e dos potenciais de letalidades das localidades de origem. Por força de risco, por alívio familiar e por conveniência institucional, assistimos a uma construção da relevância da internação e do isolamento, abordagem que sempre mantivemos em algum lugar social, apesar da crítica à experiência histórica do isolamento como tratamento.

2. Contextos familiares:

Dos contextos familiares descritos, o jovem da primeira entrevista era filho de mãe falecida precocemente, tinha um pai e um irmão pequeno e não foi apresentada outra referência de pessoa de sua família, indicando um repertório restrito de interação e suporte familiar, especialmente por se tratar de conflito entre o pai – pedreiro, evangélico – e ele, um jovem, homossexual, usuário de cocaína, tendo ainda roubado dinheiro do pai. O fato de vir para a comunidade terapêutica da casa de um amigo, trazido pelo pai, já demarca o afastamento que foi construído para a “cura” do uso de “drogas” e da “homossexualidade”, tomadas enquanto doença no discurso cristão conservador de vertente pentecostal, que perpassa tanto a perspectiva do seu pai quanto a da comunidade terapêutica, somando para fortalecer a lógica da internação.

O contexto familiar da segunda entrevistada apresentou pai falecido, um irmão, criança, a mãe desempregada, que não morava com ela e a pessoa de referência, que era a sogra, missionária evangélica, mesma vinculação religiosa da mãe, que já levava o irmão para a igreja. A mãe era casada com outro homem com quem tinha um filho.

A jovem da terceira entrevista cita a mãe viva, porém, sem saber onde ela morava, denotando afastamento e desinteresse mútuo por aproximação, bem como o pai, que não a registrou, apesar de ela morar com avó paterna. Citou as irmãs do grupo de irmãos, com quem usava drogas, e a avó, como a pessoa que acolheu seu afastamento do contexto de uso e a encaminhou para a comunidade terapêutica.

O jovem da quarta entrevista apresenta o contexto familiar com a avó paterna enquanto “mãe de criação”, sendo distante a relação com a mãe biológica que o abandonou precocemente e o pai, com quem não convivia e de quem tinha medo e pouca intimidade. Mencionou os tios, irmãos do pai, que não o apoiavam pelo abuso de álcool, motivo pelo qual havia saído da casa da avó, por agredi-la fisicamente.

A perda, a ausência, ou a presença marcada por violências, caracterizaram os laços familiares nas quatro entrevistas, mas não implicaram em ausência de referência de apoio, manifestada principalmente pelas mulheres, as avós e a sogra, evidenciando o gênero mais inclinado, ao menos nestas quatro entrevistas, ao cuidado.

3. Motivos da vinda e pessoa que trouxe:

No que diz respeito aos motivos da vinda para a comunidade terapêutica, o primeiro entrevistado veio trazido pelo pai, por situação de ameaça, por ele ter feito dívida com o tráfico e ter usado escondido o cartão de crédito daquele. Ao longo do relato, ficam evidentes os determinantes discursivos cristãos, na endemonização do uso de cocaína e da vivência da homossexualidade, justificando a internação como medida de “cura”. A segunda entrevistada

veio motivada a “mudar de vida” e “porque usava droga”. A terceira, vinda por vontade própria e com apoio da avó, apresentou a motivação de “parar de usar droga”. O quarto jovem, em busca de “mudança”, lá estava porque “usava drogas”, especificamente maconha e cocaína, porque “queria bater na avó” e “deixou uma mulher grávida de meses”, além de estar sob ameaça de morte da polícia e do tráfico.

4. Referências à comunidade terapêutica:

As referências à comunidade terapêutica, na descrição do primeiro entrevistado, aparecem enquanto “marcas recentes no braço”, porque se “enraivou com um obreiro”, dentro de um contexto demonizante. Também se referiu à comunidade como um local que “era bom, mas tinha coisa errada, como comer sem carne etc.” A declaração de que não queria voltar logo e de que queria pegar a “carta de recuperação” era sinal de engajamento nas provocações institucionais, o que não o impediu de seguir com uma crítica importante, a de que lá não havia “espaço para falar livre e para sorrir” e que, além disso, havia “muito preconceito com homossexualidade”. Foi também importante, nesta primeira entrevista, a observação de que na comunidade terapêutica não era permitido usar “roupa de marca”, nem “roupa colada” no corpo.

Na segunda entrevista, a jovem faz referência à comunidade terapêutica ao dizer que veio por ter gostado do local, fala da permissão para receber visita, mas que não pode usar o telefone e que, agendando, tem acesso à psicóloga. A jovem da terceira entrevista menciona a instituição ao dizer que é possível ligar “para pedir coisas para o dia da visita”. O jovem da quarta entrevista se refere à comunidade terapêutica como um lugar em que era necessário “entrar na lei da casa” e onde se aprendia muita coisa. Falou também que lá recebia visita dos familiares.

5. Projeções futuras:

O primeiro entrevistado afirmou que gostaria de sair quando pegasse a carta de recuperação e que queria voltar para a casa do seu pai. A segunda entrevistada, ao afirmar que “veio para mudar de vida”, pronunciou sua intenção de “voltar a estudar e fazer jovem aprendiz, ao completar os 9 meses” e morar na casa de sua avó. Na quarta entrevista, o jovem afirma que, saindo da comunidade terapêutica, ele “quer morar na casa da avó, ou na casa que ele construiu no terreno da avó”.

5.2.2 O relatório

Tomar o relatório da equipe técnica que atuou no processo de denúncia de violação de direitos juvenis por parte da comunidade terapêutica como referência para esta pesquisa, se justifica pelo fato dele apresentar a análise dos resultados das entrevistas, com todos os(as) adolescentes instalados(as) na comunidade terapêutica, com o objetivo de “construir o perfil dessas pessoas para posterior encaminhamento à rede de atenção integral e reinserção familiar”, como descrito no documento.

A título de prevenção de identificação, o documento será parafraseado e serão feitas algumas citações de trechos longos. Na introdução do documento, a equipe técnica afirma que, apesar da comunidade terapêutica garantir acesso à moradia, alimentação e nutrição, “não atende aos requisitos necessários para configurar-se enquanto um serviço de acolhimento para crianças e adolescentes”. Uma anotação interessante presente no relatório, a respeito da sociabilidade juvenil dentro da comunidade terapêutica, foi a constatação de que “os meninos e as meninas interagem pouco entre si e o quanto aquele momento [das dinâmicas de grupo] se tornava especial em relação a isso” (Relatório Técnico, 2017), apontando para a sexualidade como um dos focos principais da intervenção institucional e revelando critérios sexistas de controle e separação com base em uma heteronormatividade. Como a equipe técnica diagnosticou o grau de privação de direitos, através da tempestade de ideias sobre “o que um jovem precisa para viver bem”, chegaram à seguinte conclusão, sobre o posicionamento das pessoas entrevistadas:

[...] pontuaram diversas necessidades para que os mesmos pudessem viver bem e falaram sobre onde achavam que encontrariam ajuda. Este momento foi revelador do entendimento que os/as mesmos/as tinham sobre suas necessidades, sendo pontuado de forma recorrente a ‘importância de ter Deus’, da família, de ter moradia e comida. Aos poucos, foi sendo elucidado pela equipe a ausência de referência aos estudos e à rede de atenção à saúde, bem como do quesito proteção, para então incluirmos outros dispositivos de atenção (Relatório Técnico, 2017).

A explicação de que Deus, a família, a moradia e a comida seriam suficientes para atender as necessidades juvenis, ainda que retoricamente pronunciadas, induzida por um instrumento de entrevista e dentro da coerção institucional para o uso das premissas cristãs, expõe um contínuo entre a construção das necessidades juvenis na família, nos contextos de referência e na comunidade terapêutica.

Por outro lado, o desconhecimento ou a pouca referência aos dispositivos públicos de assistência parecem se acirrar neste tipo de instituição cristã, contrariando o princípio da laicidade, reforçando o cunho liberal da solução para a “dependência da droga”, desviando

jovens da rede de atenção psicossocial, pública, para onde o Estado democrático de direitos verte, ou pelo menos deveria verter, políticas públicas de reparação das desigualdades. Um desvio inconstitucional preocupante e institucionalizado.

Este momento promovido pela equipe técnica constituiu também como uma experiência de formação, pois, na medida em que se perguntava aos adolescentes onde eles conseguiriam ajuda para sanar problema de direitos privados, foi-se percebendo que, na maioria dos casos, eles/as não sabiam da existência de dispositivos de atenção públicos. Poucos fizeram referência a dispositivos como CRAS, CREAS, CAPS e Defensoria Pública, por exemplo. Dentre os dispositivos mencionados enquanto conhecidos estavam a polícia, a escola, o juizado e o Conselho Tutelar (Relatório Técnico, 2017).

Ter “a polícia, a escola, o juizado e o Conselho Tutelar” como instituições de referência juvenil, por um lado, sinaliza para a acessibilidade a órgãos também promotoras de direitos juvenis, porém reflete a restrição setorial dirigida às juventudes vulneradas, abordada preferencialmente pela via da judicialização e pelo afastamento do contexto escolar, situação acirrada dentro da comunidade terapêutica. Entendendo que o Centro de Apoio Psicossocial, o Centro de Referência de Assistência Social e a Defensoria Pública são dispositivos fundamentais para a assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade, fica a questão sobre o que precisamos aprender com os pentecostais e neopentecostais para repararmos estratégias públicas de acessibilidade a quem mais precisa.

Sendo a ação das comunidades terapêuticas construídas nas lacunas de nossas imaturidades democráticas, essa agência ocupa o fosso do desmonte neoliberal que estamos vivendo no Brasil dos últimos 5 anos, catalisada por uma capilaridade do trabalho de base cristão, pentecostal e neopentecostal. Estamos diante de uma disputa mais acirrada na trincheira histórica entre as instituições cristãs e o Estado brasileiro, antes ocupada hegemonicamente pelos católicos, atualmente, ocupada pelos pentecostais e neopentecostais na disputa pela ocupação do cenário das políticas de governo e de Estado.

Esta oposição, entre o Estado e as instituições mencionadas, está em processo de fusão, se considerarmos a atual configuração do senado brasileiro, com sua maioria de cadeiras ocupadas pela “bancada evangélica”, legado do trabalho de base de campanha eleitoral nas igrejas, como parte do projeto de ocupação e desmonte do Estado. A reeleição do presidente Lula é aventada nas ruas como um alívio “asfixiante”, dado o campo minado, tanto pela sociedade civil, dividida regionalmente e com um claro recorte de classe, quanto pela configuração governamental das oposições no senado.

Outro trecho do relatório evidencia a construção da relevância social da comunidade terapêutica, apontando para a concorrência com serviços orientados pela doutrina da atenção

integral, especialmente no que diz respeito ao abrigo imediato, em situações de risco de letalidade, como verificado nas entrevistas, das quais foram acessadas somente 4, para essa pesquisa.

Nesse sentido, considera-se que o encaminhamento para a [comunidade terapêutica] dos/as adolescentes decorre da situação de vulnerabilidade em que se encontram, o que indica a relevância social atribuída à instituição pelos familiares e pelo próprio Poder Público na oferta de proteção, acolhimento, alimentação, lazer e formação moral/religiosa (Relatório Técnico, 2017).

A importância de uma instituição que ofereça abrigo imediato para fugas e deslocamentos territoriais por situações de ameaça de homicídio, violência corporal, encarceramento, estupro e tortura, é inquestionável e essa é uma das principais importâncias atribuídas à comunidade terapêutica, que parece oferecer fácil fluxo de acesso, com condições mínimas de permanência por oferta de alimentação, moradia e formação moral religiosa manifestada nas práticas disciplinares relatadas. Ao contrário de ser simplesmente a ocupação da lacuna pública de assistência a juventudes vulneradas, há, neste fenômeno, a construção de uma lacuna institucional, se considerarmos que, na rede de atenção aos direitos da juventude, há instituições de abrigo com esta função, tanto no âmbito da saúde quanto da assistência social.

Em conversa informal com uma das técnicas que participaram da ação, ficou claro que o “poder público” foi o termo usado na citação acima para denominar os profissionais de promotorias públicas e de órgãos de intermediação do Estado que estavam encaminhando, para a comunidade terapêutica, jovens vulnerados. Aqui, vemos agentes do próprio Estado, da área de proteção e promoção dos direitos da juventude, vertendo demanda pública para instituições que não compactuam com a doutrina da atenção integral e que usam de abordagem pautada em internação, abstinência, punição e privação de direitos, como observado no trecho do relatório citado abaixo:

Após a montagem do Diagrama, evidenciou-se a privação que o processo de reabilitação na instituição gera sobre o acesso às redes de atenção à educação, saúde, assistência social e lazer, além de gerar um efeito de isolamento em relação à rede de referência familiar. Por outro lado, a proteção, a alimentação, o abrigo e a orientação moral-religiosa para sair do ‘mundo das drogas’ e de uma situação de maior violação de direitos foram os benefícios mais pontuados (Relatório Técnico, 2017).

A disputa de espaço no cenário da assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade, é conquistada pelas comunidades terapêuticas, tanto na ocupação/produção das lacunas da rede de atenção psicossocial quanto por dentro do serviço público, nos agentes de promoção de justiça, de assistência social, dentre outros transeuntes dos contextos de vulneração.

Dada a urgência, a situação de maior violação de direitos e a precariedade dos contextos de vidas juvenis, presentes nas entrevistas, ainda que temporariamente, reconhece-se o valor do abrigo, com comida, orientação moral-religiosa “para sair do mundo das drogas” e das ameaças a ele relacionadas. Para compreendermos melhor o perfil juvenil que é o foco da instituição, vamos a um trecho do relatório, cuja síntese se refere a um balanço com base em todas as entrevistas.

Observou-se que o perfil dos/as adolescentes que estão acolhidos na [nome omitido] é, em sua grande maioria, composto por meninos entre 14 e 17 anos de idade, negros, oriundos de zonas periféricas da região metropolitana e da capital baiana. No que se refere às SPA's, é predominante o uso de maconha e de cocaína, embora essa não tenha sido a principal justificativa de admissão na instituição. O envolvimento com tráfico e a situação de ameaça de morte representam a maior motivação para a permanência na [nome omitido], fator este que interferiu diretamente na evasão escolar. No cenário familiar, quando questionados sobre a existência de uma pessoa de referência, notou-se que praticamente todos/as mencionam alguém com essa característica, sendo que apenas um adolescente relatou não possuir nenhuma referência. Ademais, percebeu-se um número significativo do uso de álcool e outras drogas por familiares, apesar de não ser esse um aspecto central na constituição dessas famílias, nem o elemento que desencadeou o uso de SPA's e o envolvimento com o tráfico (Relatório Técnico, 2017).

No decorrer do relatório, como citado acima, aparece finalmente a caracterização do grupo juvenil, no que diz respeito ao recorte de raça, de posicionamento no espaço geográfico, a periferia e, não menos importante, a faixa etária, indicando a menoridade, principal motivo de inadequação da comunidade terapêutica, diante da doutrina da atenção integral. Uma questão importante a se fazer é se nas zonas de origem dos “meninos e meninas” que lá estavam, havia instituições públicas para encaminhamento para a rede pública de assistência. Também é importante perguntar, diante da hipótese da construção da lacuna pública, qual a agência cristã nestes contextos.

No trecho citado acima, aparece uma reflexão da equipe técnica que reforça a minha interpretação de que o discurso de inserção institucional, o que poderíamos chamar de “senha”, ou chave de adequação discursiva perpassa pelo reconhecimento da centralidade da droga como agente de desorganização moral e motivo de cura. No trecho citado, afirma-se que o uso de cocaína e maconha não era a “principal justificativa de admissão na instituição”. Vemos o envolvimento com o tráfico e o risco de morte como motivos principais, porém, secundarizados pela importância dada pela instituição à categoria de “dependência química”, para justificar o número de “acolhidos”, captados e internados na comunidade terapêutica, como construção de uma função social relevante aos “dependentes de drogas”.

A recorrência de contextos familiares monoparentais e com vínculos marcados também pela ausência da família nuclear, assumidos em sua maioria por mulheres, como as avós, tira

de cena o desamparo social dos contextos de origem, até porque, para estarem na comunidade terapêutica, foram inseridos no fluxo de uma rede que aos poucos vai se configurando no terreno da expansão das igrejas, produtoras de fluxo para as comunidades terapêuticas, por dentro da atenção psicossocial. Interessante também notar na citação, a presença do abuso de drogas, em geral lícitas, por parte dos pais e mães, desviados da agência central, na passagem: “apesar de não ser esse um aspecto central na constituição dessas famílias, nem o elemento que desencadeou o uso de SPAs e o envolvimento com o tráfico [dos e das jovens]” (Relatório Técnico, 2017),

No decorrer do relatório, ainda dentro do trecho sobre o perfil juvenil, foi encontrada uma descrição que só reforça a continuidade entre o contexto familiar e o da comunidade terapêutica, em não conhecer, não reconhecer e não recorrer ao serviço público, evidenciando um problema social já discutido, na herança de precarização das camadas populares que atravessam as suas famílias e as instituições que se servem delas, para construir problemas que justifiquem soluções de interesse institucional.

Ressalta-se que boa parte desses jovens desconheciam e/ou não eram referenciados, nos seus territórios de origem, pelos dispositivos da rede socioassistencial e de saúde e de que essa ainda é uma realidade. Além disso, chamou atenção os relatos de muitos/as entrevistados/as sobre situações de violência institucional (abordagens arbitrárias, episódios de espancamento e de tortura) provocadas pelas polícias Civil e Militar. Por fim, outro aspecto importante diz respeito à questão de gênero, já que boa parte das meninas acolhidas na [nome omitido] sofreu ameaças de morte por possuir relação amorosa com sujeitos ligados ao tráfico (Relatório Técnico, 2017).

Outro contínuo importante é a naturalização do proibicionismo e da violência como linguagem, como modo de abordar jovens na periferia, ou em outros espaços em que o corpo é passivo de ser definido por marcadores de raça, classe e uso de drogas ilícitas, tanto pela polícia quanto pela comunidade terapêutica.

Apesar da equipe não ter dado relevância ao caso do jovem da primeira entrevista aqui discutida, sobre o caso de homofobia por endemonização pentecostal, como referência de problema relacionado com gênero e a abordagem institucional, no trecho acima do relatório, fica evidente a situação das jovens que lá estavam, por risco de serem agredidas ou assassinadas por jovens envolvidos com o tráfico. Outro trecho, do decorrer do relatório, também reforçava a importância do refúgio na comunidade terapêutica:

É reconhecido que o encaminhamento dos/as adolescentes para [nome omitido] é uma demanda das famílias e/ou responsáveis e que as condições ali encontradas, mesmo não sendo ideais do ponto de vista da promoção dos direitos da infância e da adolescência, garantem benefícios em relação à demanda específica de proteção da

situação de vulnerabilidade, especialmente por situações de risco de homicídio, que não necessariamente serão garantidas pela rede de atenção integral. Nesse sentido, é importante garantir uma retaguarda interinstitucional para a promoção dos direitos desses/as adolescentes, como identificado no Diagrama de *Venn* (Relatório Técnico, 2017).

O trecho acima ilustra o fluxo de encaminhamento para a comunidade terapêutica, o papel da família e das pessoas de referência dos territórios de origem juvenis e a urgência e emergência do risco de morte como justificativa inquestionável para a construção do acolhimento institucional.

No mesmo texto citado acima, na tentativa de apontar soluções, a equipe técnica menciona a importância de se “garantir uma retaguarda interinstitucional para a promoção dos direitos desses/as adolescentes”, quase que supondo a sua inexistência, ou inoperabilidade. A construção da lacuna não pode ser justificada simplesmente pelo avanço das comunidades terapêuticas, e o desmonte deste acolhimento ilegal de jovens leva a equipe técnica ao complexo refluxo de saída da instituição, para um caminho que tensiona o poder público.

Acredita-se ser insustentável uma ação de retirada dos/as adolescentes sem um planejamento que envolva os familiares e/ou responsáveis, tanto pelo fato de que o encaminhamento para a [nome omitido] é uma solução imediata para essas pessoas, como também pelo quadro de fragilidade e escassez em que se encontram os dispositivos da rede de atenção integral. Recomenda-se a inserção dos pais/responsáveis, bem como dos atores que compõe a [nome omitido] no planejamento de transferência dos/as adolescentes acolhidos na instituição, pois esta é uma forma de corresponsabilizar Estado, família e instituição no encaminhamento e monitoramento das articulações a serem realizadas (Relatório Técnico, 2017).

O desmonte da “assistência” ilegal das comunidades terapêuticas no “acolhimento” de jovens vulnerados e vulneradas é um caminho que, uma vez judicializado, precisa ser amparado pelo poder público, no uso de seus próprios dispositivos de acolhimento e promoção do acesso à educação, saúde, abrigamento, alimentação, nutrição, lazer, cultura, vínculo familiar, trabalho e renda. Ou seja, estamos diante não só da denúncia e desmonte do avanço das comunidades terapêuticas no âmbito dos direitos das juventudes, mas, também, diante dos nossos limites e possibilidade de torná-las desnecessárias, a partir da eficiência da rede pública de atenção psicossocial.

Nesta direção,, o que está em movimento é a identificação-construção da lacuna da atenção integral a jovens vulnerados e vulneradas, por parte do governo federal, como justificativa para verter recursos para as comunidades terapêuticas, situação que fica evidente ao analisarmos o balanço do “financiamento público de comunidades terapêuticas, de 2017 a 2020 (Conectas Direitos Humanos, 2021), a repercussão na mídia do caso da Fundação Dr. Jesus (Fundação [...], 2022; Lopes; Leite, 2002; Ministério [...], 2022) e a carta em repúdio à

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Plataforma Brasileira de Política de Drogas, 2022), produzida pelo movimento antiproibicionista, como indicativo de contradições e reconfigurações atuais do cenário da atenção a jovens vulnerados e vulneradas, em uso de drogas.

Em um contexto maior, o legado do trabalho de base das igrejas, arregimentando fiéis, e a ocupação do serviço público e do senado pela bancada evangélica formam, juntos, um movimento que possibilita a captação de recursos, a partir de prestação de serviço público. Vejamos, na próxima discussão, como este movimento de capitalização se evidencia, a partir do balanço do financiamento público de comunidades terapêuticas.

5.2.3 O balanço do financiamento público de comunidades terapêuticas, de 2017 a 2020

O balanço orçamentário é apresentado na forma de relatório executivo e apresenta o levantamento do orçamento destinado às comunidades terapêuticas de 2017 a 2020 (Conecta Direitos Humanos, 2021). Este documento é importante para a discussão aqui presente, por apresentar achados e propor pontos para o debate sobre o financiamento público de comunidades terapêuticas no Brasil que ajudam a entender o contexto das experiências juvenis discutidas na subseção anterior.

Como esse balanço foi lido e discutido para essa tese, a partir das questões levantadas na discussão das informações sobre a experiência de jovens na comunidade terapêutica, foi impressionante confirmar algumas percepções maturadas antes de sua leitura, especialmente no que diz respeito à abordagem de internação, a centralidade da “dependência da droga” como senha de entrada, os conflitos gerados pela disciplina moral e as práticas de violência e privação institucional, bem como sobre os poucos méritos que lhe cabem ainda questionar. Outra questão importante a ser contrastada com os dados deste balanço, levantada na discussão sobre a experiência juvenil na comunidade terapêutica, foi a produção e institucionalização da lacuna da rede de atenção psicossocial, como exposto no disparate entre o financiamento das comunidades terapêuticas e outros dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

O balanço orçamentário é um documento que discute as dinâmicas de financiamento das comunidades terapêuticas, apontando para uma política de governo que as prioriza, em detrimento de outros dispositivos da atenção a pessoas em uso abusivo de drogas. O documento também apresenta um panorama da distribuição regional e estadual dos recursos destinados às comunidades terapêuticas, sua instância de origem – podendo esta ser municipal, estadual e federal –, possibilitando questionamentos sobre os determinantes da concentração regional e de

recursos, em instituições que acumulam verba vindas de todas as instâncias, tornando as comunidades terapêuticas um importante dispositivo de captação de recursos.

O balanço alerta também para o fluxo de emendas parlamentares, tomando estas como um volume de recurso usado com pouca transparência de finalidades e aplicações no contexto das comunidades terapêuticas e nas redes de retroalimentação partidária da bancada evangélica e suas instituições de capitalização. O breve estado da arte sobre a efetividade das comunidades terapêuticas que o documento apresenta é fundamental para contornarmos esta instituição enquanto parte do projeto da Rede de Atenção Psicossocial, especialmente na superação do modelo manicomial, de abstinência e internação, cujas orientações da reforma psiquiátrica visam superar.

Logo no início do documento, na seção dedicada à síntese dos resultados, há afirmações importantes para contrastarmos com a discussão feita a partir dos dados da comunidade terapêutica. A primeira afirmação caracteriza as comunidades terapêuticas enquanto “entidades privadas que realizam acolhimento residencial temporário de pessoas que fazem uso problemático de drogas”, com abordagem centrada na “abstinência”, no “isolamento” e no discurso religioso.

A segunda afirmação relevante foi em relação à “opacidade das peças orçamentárias e violação de prazos da Lei de Acesso à Informação”, como modo peculiar da relação entre o poder público e as comunidades terapêuticas, o que as torna um dispositivo importante para captar verba pública. A terceira afirma que há uma “zona de indeterminação” da atuação das comunidades terapêuticas que transita entre setores diferentes dos governos, como saúde, assistência social, segurança, entre outros, demarcando a ampla gama de espaços de ocupação e de, alguma forma, disputa de financiamento no cenário público de assistência a populações vulneradas.

A quarta aponta para o aumento no volume de dinheiro destinado às comunidades terapêuticas, entre 2017 e 2020, o que só evidencia os usos delas enquanto condição de possibilidade de direcionamento do dinheiro público para instituições privadas. A quinta fala sobre o crescimento dos recursos públicos despendidos com comunidades terapêuticas, com existência de financiamento por parte do Distrito Federal, de 14 estados brasileiros e dos municípios, para vagas nas comunidades terapêuticas, o que configura todo esse movimento enquanto política de governo.

A sexta afirmação relevante para a discussão, com base nas entrevistas juvenis, é a de que o financiamento de CTs se configura enquanto política com “déficit de planejamento, de controle e de avaliação”, não havendo clareza sobre o tipo de serviço por ela ofertado, seus

custos, insumos, produtos esperados e, principalmente, dos impactos e efetividade sobre os contextos de atuação. A sétima constatação foi a de que, na literatura internacional sobre comunidades terapêuticas, o tratamento por estas instituições ofertado é ambíguo e que, no caso do Brasil, a avaliação sobre a efetividade do tratamento por elas ofertado apresenta evidências escassas e, enquanto política pública, inexistente sistematização e regulação.

O último ponto apresenta uma recomendação importante, de que seja estabelecido, com urgência, “um debate aprofundado e democrático a respeito do financiamento público de CTs e de seu papel na política brasileira de cuidado e atenção a pessoas que fazem uso problemático de drogas”. Na introdução do documento encontramos outras afirmações importantes para a discussão levantada sobre as experiências juvenis na comunidade terapêutica. Nela é citado que nos últimos anos o número de comunidades terapêuticas chegou a duas mil instituições, espalhadas por todos os estados do Brasil, fruto das articulações políticas, como explicado na citação abaixo:

O crescimento do número de CTs se deu concomitantemente ao fortalecimento de seu capital político. Federações e confederações foram criadas tanto para representá-las como para, de alguma maneira, tentar estabelecer parâmetros comuns de funcionamento, em um processo que também carrega algum nível de divergência interna (Barroso, 2021). Desde o início desse século, houve um processo de inclusão das CTs na política brasileira de cuidado a pessoas que fazem uso problemático de drogas e, como aponta Resende (2021), os ordenamentos normativos que regem sua atuação contêm ambivalências que permitiram que seu crescimento ocorresse sem definições conceitualmente precisas (Conecta Direitos Humanos, 2021, p. 9).

Para a minha surpresa – que não conhecia o cenário normativo da inserção das comunidades terapêuticas no Estado brasileiro, até ler o relatório em novembro de 2022 –, desde 2011 às comunidades terapêuticas foram inseridas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), pela Portaria de nº 3.088, do Ministério da Saúde e suas normas gerais de funcionamento sanitário foram definidas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 29 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo a normatização jurídica das comunidades terapêuticas, para atuarem como instituições de cuidado a pessoas em uso problemático de drogas e poderem captar verbas públicas para este fim.

Em um breve recorte histórico presente na introdução do balanço orçamentário, no debate entre especialistas sobre as comunidades terapêuticas no Brasil, houve uma preocupação, no início do século, com os riscos da atuação das comunidades terapêuticas violarem os pressupostos antimanicomiais da Lei nº 10.216, de 2001, a Lei da Reforma Psiquiátrica, sendo apresentada também a preocupação mais recente, a partir da década de 2010,

sobre os problemas do financiamento público dessas instituições, um sinal de sua consolidação nos últimos tempos. E os avanços desta consolidação não param:

Duas normativas recentes demonstram o avanço das CTs. A primeira, a Resolução 3 do Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD), permite e regula o acolhimento de adolescentes por essas entidades; a segunda, a Lei Complementar 187, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em dezembro de 2021 pelo Presidente da República, concede para CTs – desde que cumpram alguns requisitos – imunidade tributária, o que aumenta consideravelmente a subvenção pública a essas entidades (Conecta Direitos Humanos, 2021, p. 10).

Aqui vemos o avanço, em 2021, daquilo que na época das entrevistas discutidas na seção sobre jovens nas comunidades terapêuticas ainda era ilegal, a saber, o acolhimento de “adolescentes”. Um avanço preocupante para a área dos direitos das juventudes, se considerarmos as referências juvenis à instituição e a análise da equipe técnica no relatório, discutidas anteriormente. Esse avanço normativo a favor da regulamentação e capitalização das comunidades terapêuticas vai na contramão dos estudos sobre sua atuação, produzidos no contexto acadêmico, em geral crítico, e que apontam para os problemas abaixo descritos, o que torna ainda mais questionável a sua legalidade para dar conta dos direitos das juventudes e das diretrizes presentes na RAPS:

- As CTs são instituições asilares que reproduzem a estrutura manicomial de isolamento e segregação. Ainda que, teoricamente, só realizem acolhimentos voluntários, elas impõem uma série de limitações à liberdade dos indivíduos que se submetem ao seu tratamento;
- As CTs não estão conectadas, de fato, ao cuidado psicossocial de tipo comunitário que baseia a atuação da RAPS;
- Há inúmeros relatos de violação de direitos humanos em CTs, de diferentes níveis de gravidade.
- A prática obrigatória de atividades religiosas afronta a liberdade dos acolhidos, e no caso de entidades que recebem financiamento público, sua relação direta com denominações cristãs fere o princípio de laicidade do Estado;
- As CTs se baseiam exclusivamente na abstinência, sem flexibilidade para abordagens diferentes que poderiam atender e beneficiar pessoas que fazem uso problemático de drogas;
- Não há evidências de que o tratamento ou o acolhimento em CTs seja efetivo para a recuperação de pessoas que fazem o uso problemático ou são dependentes de drogas (Conecta Direitos Humanos, 2021, p. 10).

Foram encontradas, na introdução do documento, referências a características positivas da atuação das comunidades terapêuticas, especialmente para pessoas sem alternativas de cuidado e em situações de maior restrição. Assusta a confirmação da hipótese dos pesquisadores, de que o financiamento das comunidades terapêuticas já pode ser considerado uma política pública perene em diversos níveis do governo, em especial, no governo federal.

O investimento público federal na RAPS vem alternando entre estabilidade e decréscimo nos últimos anos e, embora os recursos para o financiamento de CTs não tenham a mesma origem – Ministério da Saúde, no caso da RAPS, e Ministério da Cidadania, no caso das CTs (Weber, 2021) – o fato é que esta última política tem sido crescentemente vultosa. Trata-se de uma política pública custosa e relevante, ainda opaca em seu desenho e em seus critérios e, como será discutido na última seção deste relatório, sem evidências de efetividade para o tratamento de quem faz uso problemático de drogas. Diferentemente do que vem acontecendo, é preciso que essa política seja debatida com a profundidade e a abertura democrática que lhe faz jus, abarcando diversos setores da academia e da sociedade civil, o que inclui, claro, as CTs e as associações que as representam (Conecta Direitos Humanos, 2021, p. 10).

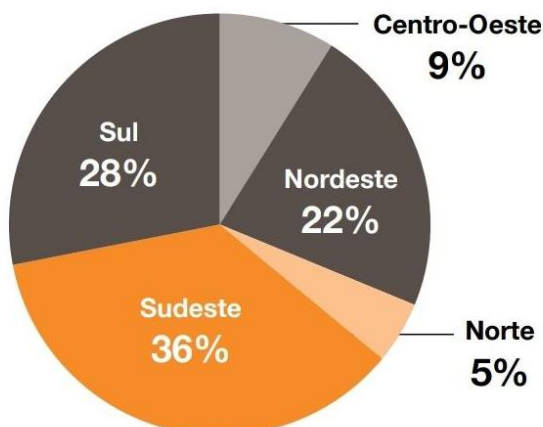
Podemos vislumbrar uma importante relação entre o financiamento da RAPS pela saúde, que sofreu cortes importantes nos últimos anos, e das CTs, por um ministério criado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, cujo volume de recurso público às comunidades terapêuticas chama a atenção se comparado com a atenção orçamentária dada ao SUS neste mesmo governo.

Na subseção 4 do balanço do Financiamento das Comunidades Terapêuticas, intitulado “Volume e conformação do financiamento público de CTs entre 2017 e 2020”, encontramos referências importantes sobre o contexto do estado da Bahia e de Salvador, diante do cenário nacional de distribuição de recursos para as comunidades terapêuticas, a partir da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED).

No trecho desta referência é mencionado que até o início de 2019, “as vagas eram financiadas por meio da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, lotado no Ministério da Justiça” (Conecta Direitos Humanos, 2021, p. 18), sinalizando os efeitos da reconfiguração do projeto de governo à guisa de novas-antigas inspirações, porém, como anunciado no balanço, o crescimento deste financiamento duraria até o final do governo de Jair Bolsonaro, derrotado em suas pretensões de reeleição à presidência. Enquanto não é possível assistir os efeitos da mudança presidencial, vamos aos dados sobre o Nordeste, a Bahia e Salvador.

Entre 2017 e 2022, o Nordeste recebeu R\$ 64,8 milhões, ocupando o lugar da terceira região do país que mais recebeu recursos federais, e a Bahia foi o terceiro estado que mais ganhou recursos federais, no valor de 8,6 milhões, usados para financiar 19 comunidades terapêuticas. O fato de o predomínio do financiamento estar concentrado na região Sudeste e Sul do país é tratado como objeto de aprofundamento e mais investigações que levam em conta as variáveis políticas, religiosas, financeiras e eu acrescentaria, étnico-raciais.

Gráfico 1 – Divisão regional dos recursos federais pagos às CTs (2017-2020)



Fonte: Conecta Direitos Humanos (2021, p. 21).

Na “tabela 3 – Financiamento estadual de CTs (2017-2020, a Bahia foi o terceiro estado que mais recebeu dinheiro no período estudado, apesar do investimento decrescente de 2018, em 10,6 milhões para 2,2 milhões em 2020. Na “tabela 4 – Financiamento de CTs por prefeituras de capitais (2017-2020)”, Salvador aparece sem investimentos nas comunidades terapêuticas em 2017 e 2018, mas em 2019 investe R\$ 0,122 milhões e em 2020, R\$ 2,156 milhões, demarcando uma intensificação significativa dos investimentos entre 2019 e 2020 (Conecta Direitos Humanos, p. 23). Para nos aproximarmos de um caso importante do cenário baiano, para onde foi destinado importante volume de recursos para as comunidades terapêuticas, tomemos o caso público da Fundação Dr. Jesus, referência estadual no “acolhimento de dependentes químicos”.

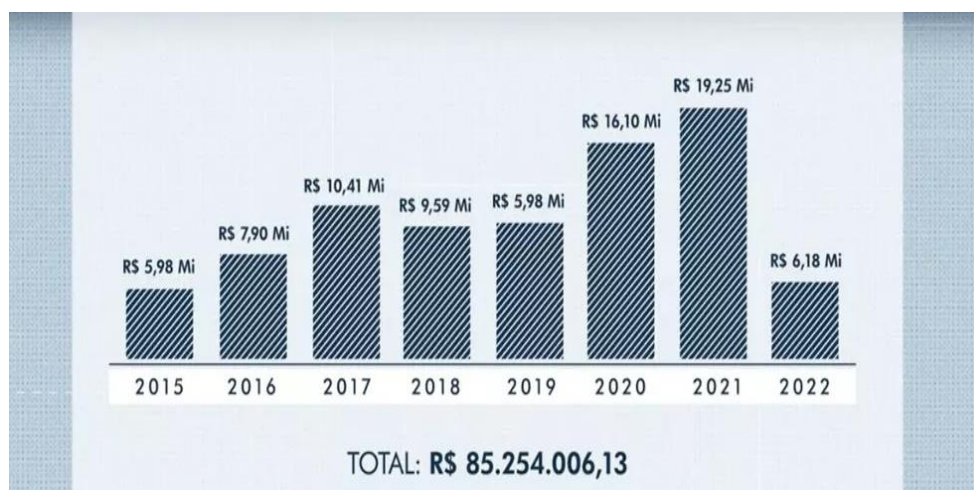
5.2.4 O caso da comunidade terapêutica, Fundação Dr. Jesus

No dia 19 de junho de 2022, a Rede Globo, pelo programa Fantástico, tornou pública uma matéria com parte importante das gravações feitas em solo baiano, especificamente, em Candeias, onde está sediada a Fundação Dr. Jesus, uma comunidade terapêutica alvo de acusações importantes para caracterizarmos, por outras fontes, o contexto das comunidades terapêuticas. Para isso foram analisadas as 10 primeiras reportagens que apareceram na pesquisa do Google, realizada no dia 25 de novembro de 2022, com os seguintes descritores: “Fundação Dr. Jesus” e “denúncia”.

As reportagens foram analisadas em relação a suas fontes, data de publicação, críticas dirigidas à comunidade terapêutica, referências à abordagem, práticas, narrativas de internos, questões financeiras e relação com o Estado. Dentre as 10 matérias analisadas, foram selecionadas três, por apresentarem textos que abarcam os elementos referidos anteriormente e por serem veiculados por mídias de maior repercussão e acessibilidade pública, a saber, uma matéria encontrada na página virtual do G1 (Ministério [...], 2022), no dia 20 de junho de 2022 e outra, na página virtual do Bahia Notícias (Fundação [...], 2022), no mesmo dia. Também na página do Bahia Notícias (Lopes; Leite, 2002), no dia 21 de junho de 2022, é lançada outra publicação, porém, com enfoque no financiamento da comunidade terapêutica, sob o título: “Dr. Jesus deve receber sozinha, R\$ 56 milhões para acolhimento de dependentes até 2024”.

A primeira matéria, publicada no site do G1, assinada pelo G1 Bahia e TV Bahia, apresenta o assunto sob o título “Ministério Público apura denúncias de internos que relataram rotina de castigos em comunidade terapêutica na Bahia”, e segue com o subtítulo: “Internos relataram castigos com banho de 25 segundos e dias comendo arroz”, reforçando, a partir de práticas semelhantes às encontradas nos relatos juvenis discutidos nesta tese, o *modus operandi* desta instituição, que avança dentro da RAPS, cujos princípios de inspiração antimanicomiais lhe atribuiria estatuto de anomalia retrógrada de nossas formas contemporâneas de orientar a assistência social. Um contexto terapêutico de intensificação de vulnerações.

A matéria segue, após a introdução, com um parágrafo de apenas duas linhas, deixando em destaque que a Fundação recebe “dinheiro do Poder Público para acolher dependentes químicos” e que através do acesso a dados do Portal da Transparência ficou claro que o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos Doutor Jesus, nome associado ao CNPJ da Fundação Dr. Jesus, “recebeu da Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social mais de R\$ 85 milhões, entre os anos de 2015 e 2022”, como ilustrado no gráfico abaixo, extraído da matéria.

Figura 11 – Evolução histórico dos pagamentos

Fonte: G1 (2022)⁸³.

A matéria apresenta que os recursos foram captados para um projeto chamado de “Ararat Cinco”, para financiar o “acolhimento” de mil pessoas usuárias de crack, álcool e outras drogas. A caracterização das comunidades terapêuticas segue com outras referências, com internação variando entre 9 e 12 meses, com refeições diárias e em relação ao acesso a recurso público, pré-requisitos de formação de equipe técnica e de infraestrutura foram apresentados, como acompanhamento nutricional e multiprofissional. Segundo a matéria, esta adequação é orientada para a inserção das comunidades terapêuticas no programa Bahia Viva, da Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, do estado da Bahia, que destinará quase R\$ 9 milhões (8.980.986,32) para o tratamento de 200 pessoas usuárias de crack, álcool e outras drogas.

Na matéria também foi mencionado que no manual do contrato de adesão ao programa está proibido “castigos físicos, psíquicos ou morais”. Outra referência importante foi à Lei 13.019 de 2014, que orienta esta relação entre o Estado e as comunidades terapêuticas, colocando-as em pé de igualdade de concorrência por recursos públicos, junto a outras instituições da sociedade civil, evidenciando que não se trata de um recurso específico para estas instituições.

Apesar destes ordenamentos jurídicos apresentados para regular a relação entre as comunidades terapêuticas e o Estado, na Bahia, a denúncia apresenta situações que violam tanto

⁸³ Nas referências, ver: Ministério Público apura denúncias de internos que relataram rotina de castigos em comunidade terapêutica na Bahia: Internos relataram castigos com banho de 25 segundos e dias comendo arroz (2022).

o contrato de adesão ao programa do governo do estado da Bahia quanto as inspirações antimanicomiais que possibilitaram a inserção destas instituições na RAPS, considerando que se trata de casos de “repressão sexual, castigos como redução drástica na alimentação e tortura”, como referido no texto da matéria.

A humilhação dos indisciplinados com o rigor dos horários, inclusive dos reduzidos “25 segundos para o banho”, o castigo que lhes é dirigido no “corredor”, sozinho “o dia todo só lendo a bíblia”, sem “sair do corredor para nada”, saindo “só para ir no banheiro e beber água” e refeições, expõem para onde uma Secretaria de Justiça e Direitos Humanos verte os recursos públicos.

As práticas de restrição alimentar e nutricional, discutidas a partir dos dados das entrevistas juvenis, na comunidade terapêutica omitida, bem como de homofobia e transfobia, se repetem, na passagem da denúncia publicada, sobre o caso da Fundação Dr. Jesus: “Os gays dormem em quartos separados dos heterossexuais e são xingados até ‘virarem homens’” (Fundação [...], 2022). O próprio líder da instituição, na época, deputado federal pelo partido Avante, segundo a matéria, é flagrado em discurso homofóbico e transfóbico, usando o discurso da demonização da sexualidade. O texto desta reportagem apresenta o alerta de Mauricio Fiore, antropólogo e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise de Planejamento, para a urgência de regulamentação do que as comunidades terapêuticas estão fazendo com o dinheiro público.

Passando para a segunda matéria, na página virtual do Bahia Notícias, publicada também no dia 20 de junho de 2022, intitulada como “Fundação Dr. Jesus pratica maus tratos contra internos, diz Tv”, podemos verificar também a importância dada à questão da homofobia, “castigos físicos e racionamento de comida, segregação e repressão sexual, doutrinação religiosa interferindo no cuidado médico”, cuja ação de investigação foi coordenada por especialistas e pelo Conselho Federal de Psicologia. O trecho abaixo deixa clara a importância dada à questão de gênero que caracteriza a abordagem institucional:

Na instituição baiana, a repressão sexual ganhou destaque. Em um trecho da matéria, Isidório é flagrado afirmando que pessoas transgênero são diabólicas: ‘Você deixou o Diabo lhe enganar. Você deixou o médico cortar seu pé de sofá. Ela só pensa que tem bilau. O Diabo diz ao homem que ele pode ser mulher, aí ele se veste todo, bota silicone’. Mais adiante, com um facão na mão, ele zomba da medicina: ‘Meu psiquiatra chegou. Seu psiquiatra chegou’. Além disso, monitores e ex-internos falam de uma rotina de castigos, com internos que chegam a ficar três dias só comendo arroz (Fundação [...], 2022).

A matéria apresenta nota do governo do Estado afirmando que a relação com a Fundação Dr. Jesus segue a lei e que “não iria tolerar situações de maus tratos aos internos”, diante das

evidências de ocorrência. Da mesma forma, questionado, segundo a matéria, Isidório afirmou ser apenas colaborador voluntário da Fundação, transferindo a competência de responder questões técnicas e administrativas para a instituição, que não se pronunciou. Ao final da matéria, encontramos uma afirmação preocupante, de que, segundo a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, “existem hoje perto de 80 mil pessoas acolhidas, e perto de 5 a 6 mil comunidades terapêuticas espalhadas por todo o país” (Fundação [...], 2022), deixando no ar o risco de expansão nacional do *modus operandi* desta instituição.

Se tomarmos a Fundação Dr. Jesus e a comunidade terapêutica referenciada na subseção anterior pelos relatos juvenis e pelo relatório da equipe técnica, bem como, se tomarmos o estado da arte presente no balanço do financiamento das comunidades terapêuticas como referência, seguramente estamos colocando dinheiro público em uma anomalia retrógrada, corrosiva do ordenamento jurídico do ECA, do Estatuto da Juventude, das pautas antimanicomiais e antiproibicionistas de políticas de drogas, socioantropologicamente orientadas.

No dia seguinte após a matéria anterior, 21 de junho de 2022, também na página do Bahia Notícias, a terceira matéria aqui discutida foi lançada sobre o caso da Fundação Dr. Jesus, com um enfoque maior ao problema do financiamento, sob o título, “‘Dr. Jesus’ deve receber, sozinha, R\$ 56 milhões para acolhimento de dependentes até 2024” (2022). Após a introdução, o primeiro parágrafo já apresenta a notícia de que este dinheiro seria “destinado pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), do estado da Bahia, como descrito no trecho da reportagem, citado abaixo:

Os recursos serão destinados pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) para o atendimento de mil pessoas, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade e sejam dependentes de substâncias psicoativas. O termo de fomento foi publicado pelo governo estadual no Diário Oficial do Estado (DOE) da última quarta-feira (15). Sob o nome de ‘Ararat VI’ – em referência a um monte bíblico – a iniciativa tem ligação com o deputado federal Pastor Sargento Isidório (Avante) e, segundo o documento, pode receber o recurso desde o último sábado (Lopes; Leite, 2002).

Segundo consta na matéria, o acordo de financiamento que formaliza a transferência do valor orçado foi assinado entre o titular da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia e a presidenta da Fundação Dr. Jesus, como adesão ao programa de Assistência Social e Garantia de Direito do Estado. A matéria aponta para o fato de que a Fundação estava concentrando mais recursos que outras sete comunidades terapêuticas da Bahia que prestava o mesmo serviço e que juntas, entre 2022 e 2024, receberiam em média “R\$ 7,8 milhões da SJDHDS pelo sistema Bahia Viva”, programa que, como

mentionado na matéria do G1, estabelece “critérios, parâmetros de custo per capita e regras acerca da composição do quadro gestor de cada instituição”, além das proibições de tortura e outros maus-tratos, como mencionado em matéria anterior discutida.

Ao final da matéria, mais um registro de esquivas do debate, quando a assessoria do parlamentar Isidório não se pronuncia ao ser procurada, nem o parlamentar, além da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que “pediu que os questionamentos fossem pontuados, mas não enviou respostas detalhando a parceria com a Fundação Doutor Jesus” (Fundação [...], 2022). Essa situação de avanço das comunidades terapêuticas, enquanto retrocesso da política da RAPS, gerou outras reações importantes, como as notas de repúdio discutidas a seguir.

5.2.5 Nota de repúdio ao financiamento público do estado da Bahia, para acolhimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em comunidades terapêuticas

A discussão sobre a “Nota de repúdio ao financiamento público do Estado da Bahia, para acolhimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social em comunidades terapêuticas” é importante a esta altura da discussão sobre que contextos se configuram a partir das experiências juvenis miradas nesta pesquisa, na medida em que o texto descreve o consenso das organizações que assinam o repúdio, sobre a preocupante configuração da relação entre as comunidades terapêuticas e a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia, esboçando o pano de fundo político-financeiro de sustentação do tipo da instituição descrita nos relatos juvenis discutidos anteriormente.

A nota de repúdio foi publicada no dia 21 de junho de 2022, dois dias após as denúncias na TV que envolviam a Fundação Dr. Jesus, fazendo referência a um edital da secretaria mencionada. Ela foi disponibilizada no site da Plataforma Brasileira de Política de Drogas⁸⁴ (PBPD), como segue abaixo, parcialmente:

Nós, a Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas (PBPD), a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA), a Iniciativa Negra por uma Nova Políticas de Drogas (INNPD), a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), o Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios (NESM), a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti – Extensão permanente da UFBA), a Rede Latino Americana e Caribenha de Pessoas que usam Drogas (LANPUD), a Escola Livre de Redução de Danos (ELRD), a Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental do Estado da Bahia (AMEA) e a Associação de Mulheres Usuárias de Saúde Mental Papo de Mulher observamos, com bastante preocupação, a divulgação do edital nº 03/2022, lançado no último dia 13 de abril, no Diário Oficial do Estado da Bahia. Este edital objetiva selecionar oito propostas de

⁸⁴ A Plataforma Brasileira de Política de Drogas é uma rede de organizações, especialistas e ativistas que defendem alternativas à proibição das drogas. A nota de repúdio foi copiada no dia 25/11/2022, e encontrada no link: https://www.instagram.com/p/CfEoZgZLdvr/?utm_source=ig_web_copy_link.

Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos para o acolhimento dos dependentes químicos, da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) do Governo do Estado da Bahia e posterior chamado nas redes sociais, da secretaria mencionada, direcionado às comunidades terapêuticas que desejam obter recursos públicos para supostamente auxiliar na recuperação, reabilitação física, psicológica e reinserção social de adolescentes, entre 12 e 18 anos de idade, do sexo masculino e feminino, usuários de substâncias psicoativas, em situação de vulnerabilidade e risco extremo. Manifestamos o repúdio a esta ação, bem como indicar medidas de cuidado e proteção para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e consumo de drogas respaldadas nos princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica, dos direitos humanos, do cuidado em liberdade, da Redução de Riscos e danos e em políticas públicas aprovadas nas últimas conferências de saúde mental, álcool e outras drogas (Plataforma Brasileira de Política de Drogas, 2022).

Seguramente, a repercussão nacional da denúncia em TV aberta catalisou mobilizações como essa, e observando rapidamente a lista das dez instituições que assinam a nota de repúdio, a partir dos nomes que as referenciam, percebemos que elas confluem em perspectivas políticas que atravessam o campo das drogas, por viés antiproibicionista, antirracista, antimanicomial, a favor da redução de danos como abordagem para o uso problemático de drogas e que valorize a autonomia e a livre associação entre usuários e usuárias, na conquista pelos seus direitos, na perspectiva do Estado democrático de direito.

Considerando que no relatório da equipe técnica da comunidade terapêutica estudada em subseção anterior, a intervenção sobre a identidade de gênero e as condutas de uso do corpo ligadas à sexualidade foram as prediletas das instituições, assim como tratadas nas denúncias de transfobia e homofobia da Fundação Dr. Jesus, a presença de instituições de controle social como a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e a Associação de Mulheres Usuárias de Saúde Mental Papo de Mulher é de grande importância.

A RENFA, a Iniciativa Negra por Uma Nova Política de Drogas (INNPD), a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti, a Rede Latino Americana e Caribenha de Pessoas que usam Drogas (LANPUD) e a Escola Livre de Redução de Danos se alinham em uma abordagem não proibicionista do uso de substâncias psicoativas, atentado para as condições psicossociais como determinantes importantes sobre os modos de uso e abuso, defendendo que a internação não apresenta a eficácia sobre os processos sustentáveis de reconfigurações sociais, ambientais e culturais, além da dimensão fisiológica, geralmente tomada como central nas abordagens da abstinência e medicalização.

Esta conjuntura institucional, em especial pela presença da INNPD, ajuda a pautar os efeitos letais e de encarceramento das políticas de drogas sobre jovens negros e negras, levantando importantes questionamentos sobre as práticas de tortura dirigida a jovens usuários de drogas, especialmente em contextos periféricos, de onde vinham os e as jovens entrevistados(as) pela equipe técnica da comunidade terapêutica investigada.

A Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), o Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios (NESM), bem como a Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental do Estado da Bahia (AMEA) representam, principalmente, a luta antimanicomial, tão importante para a superação dos modelos de asilamento e internação, associados a práticas de tortura e privação de direitos. A crítica à postura do governo do estado da Bahia prossegue, dando mais evidência as contradições do contexto que envolve as comunidades terapêuticas:

Apontamos que o Governo do Estado da Bahia precisa se comprometer verdadeiramente com o Plano de Desinstitucionalização aprovado e publicado no Diário Oficial (DOE) em 13 de agosto de 2019, Portaria nº 352, que propõe uma efetiva mudança no modelo de atenção em saúde mental e fortalecimento da Reforma psiquiátrica tendo em vista que as Comunidades Terapêuticas (CTs) são residências coletivas para pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas de longa permanência (em geral de 9 a 12 meses), podendo ser compreendidas enquanto instituições fechadas, visto que a maior parte impõe algum tipo de restrição ao contato externo e isolamento para os residentes (Plataforma Brasileira de Política de Drogas, 2022).

Considerando este *background* de controle social que assina o repúdio, estamos diante de uma reação que descreve, com todos os pressupostos que elas mobilizam, como – por dentro do governo do estado da Bahia, supostamente mais afeito ao discurso democrático de esquerda – há o financiamento de instituições com histórico e evidência de práticas intolerantes, antidemocráticas e com uma moral religiosa conflituosa com diversas pautas da promoção da igualdade e valorização da diversidade.

Finalmente, o objeto de repúdio desta carta foi o Edital de nº 03/2022, lançado no dia 13 de abril, no *Diário Oficial do Estado da Bahia* e no site⁸⁵ da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia (SJDHDS), de onde foi retirado o extrato do edital de chamamento público, como segue abaixo. Não só o edital foi objeto de repúdio, mas, também, o chamado nas redes sociais da SJDHDS, direcionado às comunidades terapêuticas para a obtenção de recursos públicos para “supostamente auxiliar na recuperação, reabilitação física, psicológica e reinserção social de adolescentes, entre 12 e 18 anos de idade”, meninos e meninas, “usuários de substâncias psicoativas, em situação de vulnerabilidade e risco extremo” (Salvador, 2022):

EXTRATO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2022 TERMO DE COLABORAÇÃO. O GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E

⁸⁵ O edital foi acessado no site da SJDHDS: <http://www.sjdh.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=114> no dia 29/11/2022.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SJDHDS, torna público o presente Edital de Chamamento Público, visando à seleção de Organização da Sociedade Civil – OSC interessada em celebrar Termo de Colaboração cujo objeto é a execução do Programa Sistema Bahia Viva – Comunidades Terapêuticas – CT, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco envolvendo a transferência de recursos financeiros visando à execução de atividades parametrizadas pela SJDHDS, as quais serão realizadas através do desenvolvimento de ações relacionadas ao acolhimento residencial transitório e tratamento psicossocial de usuários de substâncias psicoativas, disponibilizando 25 (vinte e cinco) vagas totalmente gratuitas, para beneficiários que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco social, de modo a contribuir na sua recuperação, reabilitação física e psicológica e reinserção social, conforme condições estabelecidas neste edital. Este Edital de Chamamento Público será disponibilizado na íntegra no sítio eletrônico desta SJDHDS (justicasocial.ba.gov.br). Salvador/BA, 08 de abril de 2022 Carlos Martins Marques de Santana Secretário (Salvador, 2022).

A partir do extrato do edital citado acima não é possível perceber onde está ancorada a crítica ao atendimento juvenil dirigida na nota de repúdio, o que me fez ir ao anexo do edital, no termo de referência do contrato de adesão. Este documento é voltado para a execução do “Programa Sistema Bahia Viva – Comunidades Terapêuticas – CT através da seleção de Organizações da Sociedade Civil”, para celebrarem Termo de Colaboração para acolhimento residencial gratuito e transitório de pessoas usuárias de substâncias psicoativas, em “situação de vulnerabilidade e risco social, de modo a contribuir na sua recuperação, reabilitação física e psicológica e reinserção social”. É na definição dos 3 “lotes” de público do termo de referência, agrupados por faixa etária, que encontramos o foco do repúdio:

No Lote 03, o objeto do presente Chamamento Público é a seleção de 01 (uma) Organização da Sociedade Civil – OSC que irá executar ações relacionadas ao acolhimento residencial transitório e tratamento psicossocial de usuários de substâncias psicoativas adolescentes, entre 12 e 18 anos de idade, do sexo masculino e feminino disponibilizando 25 (vinte e cinco) vagas totalmente gratuitas, em espaços separados, para beneficiários e beneficiárias que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco social, de modo a contribuir na sua recuperação, reabilitação física e psicológica e reinserção social (Salvador, 2022).

De olho no público definido acima, no “Lote 03”, a nota de repúdio publicada alguns dias após as evidências de maus-tratos dos “acolhidos” dentro da Fundação Dr. Jesus, alerta, com razão e urgência para questões pertinentes a esse contexto de vulneração, apresentado sob a retórica do “acolhimento”. Retomemos a pertinência das observações da nota do repúdio, que reclamam ações orientadas pelos “princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica, dos direitos humanos, do cuidado em liberdade, da Redução de Riscos e Danos, em políticas públicas aprovadas nas últimas conferências de saúde mental, álcool e outras drogas” (Salvador, 2022), referenciais caros à história das comunidades terapêuticas.

No próprio termo de referência, o Programa Bahia Viva é apresentado enquanto vinculado ao Plano Plurianual da Bahia 2020-2023, o que indica o grau de engajamento do

governo do estado da Bahia no planejamento e previsão orçamentária. No mesmo documento, encontramos um agrupamento de justificativas importantes para entendermos o viés da problematização em torno do uso de drogas que justifica o Bahia Viva, no item 2 do termo de referência, intitulado “Justificativa para o sistema Bahia Viva”.

A justificativa inicia pelos números alarmantes no aumento do uso de drogas no mundo inteiro, a partir de dados de pesquisa divulgados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), com destaque para a afirmação de que a “pobreza, pouca educação e marginalização social continuam sendo fatores potencializadores dos riscos de ocorrência dessa modalidade de uso de drogas”. O termo de referência também justificou o Bahia Viva a partir do 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas, publicado em 2019 e coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com o dado de que 3.563 milhões de brasileiros consumiram drogas ilícitas no período próximo.

Ainda sobre a justificativa do termo de referência, a região Nordeste é apontada enquanto zona de maior concentração de usuários de crack e drogas similares e zona de “alto padrão de consumo de drogas ilícitas entre jovens em idade escolar”, citando a pesquisa do IBGE de 2016. É em resposta a esse cenário que a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), por meio da Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD), estrutura o “Bahia Viva” sob o pressuposto da “criação e fortalecimento de políticas públicas que garantam os direitos às pessoas que usam drogas” e promovam a “prevenção, cuidado, estudos e pesquisas e segurança, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas sobre drogas na Bahia”.

O próprio estado está validando o discurso de ocupação de lacuna criada por ele mesmo, transformando a situação de falta de investimento nos dispositivos da RAPS, construídos em pautas democráticas, em justificativa para capilarizar e capitalizar a rede de instituições de cunho não laico e com histórico sombrio, cada vez mais evidente, de maus-tratos, homofobia, opacidade na definição de objetivos e avaliação de seus resultados sobre as trajetórias juvenis.

A instituição desta exceção, “enquanto os dispositivos da RAPS não cumprem o seu papel”, como descrito no termo de referência da SJDHDS, consolida, dentro da própria RAPS, um dispositivo que contradiz o ordenamento jurídico da atenção integral a jovens em uso de drogas e em situação de vulnerabilidade. Os milhões investidos nos últimos anos, sob o argumento da compensação das lacunas na implementação da RAPS, poderiam ser investidos na reforma e ampliação dos dispositivos laicos, democráticos, orientados por abordagem ética, mais que moral e baseados na promoção dos direitos das juventudes. Em resposta a este

argumento de que o financiamento das comunidades terapêuticas se justifica pelas lacunas da RAPS, a carta de repúdio apresentou o seguinte argumento:

Importante destacar que a fragilização da atenção e proteção integral de crianças e adolescentes no estado, frente a pouca disponibilidade de serviços especializados (o estado da Bahia conta apenas com 10 CAPS IA), profissionais em número insuficiente e com vínculos precários nos serviços de assistência e proteção social, não pode ter como resposta o investimento em estratégias que infringem o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Saúde mental infanto-juvenil (Plataforma Brasileira de Política de Drogas, 2022).

O estado da Bahia, refletindo o que a literatura especializada em avaliação e monitoramento de políticas no Brasil afirma, não tem condição de fiscalizar os recursos que investe nas comunidades terapêuticas, dado o escândalo envolvendo uma das maiores representantes deste ramo no Nordeste, que recebeu milhões do mesmo governo. Apesar da retórica normativa do Bahia Viva, expresso no termo de referência, com as proibições de maus-tratos e orientação para a articulação em rede para a promoção dos direitos de pessoas jovens, usuárias de drogas e em situação de vulnerabilidade, dois meses depois do edital, o escândalo veio à tona, envolvendo justamente uma das comunidades terapêuticas que mais recebeu dinheiro do governo do estado da Bahia, e que, para tal concessão, estava em consonância com o que a Secretária de Justiça e Direitos Humanos da Bahia lhe conferiu adequação para inserção na RAPS.

Assistimos à conformação de uma mimese perigosa, que toma as lacunas da rede de atenção psicossocial juvenil enquanto justificativa para reconhecer o papel substitutivo das ações da rede SUS, SUAS, Justiça, Educação, rede familiar e comunitária, por parte das comunidades terapêuticas. A produção dessa relevância social e o impulsionamento desta emergência institucional difundida pelo governo federal são valorizados no termo de referência da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia, expondo um alinhamento discursivo com o governo federal, na corrida pela captação de recurso público, pela trilha das drogas, um dos objetos mais disputados nos rituais de testemunho de cura e fé pentecostais e neopentecostais.

Para reforçar, recordemos, no texto abaixo, como a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), do estado da Bahia, endossa o discurso do governo federal, na ideia de que as comunidades simplesmente “aparecem como dispositivos complementares”.

Porém é consenso no Governo Federal e seus entes federativos que, enquanto a RAPS não é efetivamente implantada e não presta serviços adequados e suficientes para a demanda sobre Álcool e outras Drogas, as Comunidades Terapêuticas aparecem como

dispositivos complementares[D1] importantes para a garantia do tratamento e reinserção do usuário de substâncias psicoativas (Salvador, 2022).

Dada a mobilização orçamentária que o mercado do acolhimento de jovens vulnerados e vulneradas, dependentes e em uso de drogas, abriu a partir do Ministério da Cidadania, atrair “acolhidos” para a internação há de ser mais estratégico que desviar, para outros dispositivos da RAPS, na contramão do oportunismo justificado no discurso endossado pelo próprio governo do estado, no texto do termo de referência direcionado à captação de recursos para as comunidades terapêuticas. Estamos diante de uma anomalia instituída por dentro do próprio ordenamento jurídico da RAPS, geradora da lacuna que ela mesma usa como justificativa para a sua existência? Uma nova-antiga-regra disfarçada de exceção, enquanto a RAPS não é efetivamente implantada, pelo próprio governo da Bahia.

O texto do Termo de Referência mais parece uma defesa *a priori* da importância das comunidades terapêuticas do que uma referência de ordenamento para que ele seja um dispositivo que se justifique dentro das diretrizes da RAPS, de modo que as rápidas passagens sobre essas referência ocupam menos linhas que a defesa do valor do “acolhimento”, nas comunidades terapêuticas, situação confirmada nos relatos aqui discutidos e após uma rápida pesquisa, neste documento, sobre o número de aparição de palavras-chave.

O termo de referência, com 44 páginas e 11.645 palavras, foi pesquisado no número da repetição de palavras que demarcam um certo pertencimento ideológico e foi identificado que a sigla RAPS apareceu somente duas vezes, exatamente no parágrafo citado anteriormente, na denúncia da lacuna. A categoria “Direitos Humanos”, desvinculada do nome da secretaria que protagoniza o ato repudiado na nota, aparece somente três vezes, mas, a rainha da vez, a categoria “comunidade terapêutica”, apareceu dezoito vezes e quando levada ao plural, “comunidades terapêuticas”, a expressão apareceu dezesseis vezes, totalizando trinta e quatro aparições da referência institucional.

Quanto às drogas, o termo foi encontrado oitenta e quatro vezes. Não houve aparição do termo “redução de danos” e não foi encontrado o termo “promoção de direitos”, mas foram encontradas três aparições da expressão “direitos humanos” como objeto de promoção. Foram encontradas cinco aparições do termo “ECA”, mas nenhuma aparição do “estatuto da juventude”.

Essa predominância discursiva demarcada anteriormente deixa no ar a impressão de que não é a suspensão da ordem da RAPS que justifica a liberação das comunidades terapêuticas como agentes oportunos, que “aparecem” para resolver as lacunas da promoção de direito de jovens, usuários e usuárias de drogas e em situação de “vulnerabilidade social”, mas sim o

próprio Estado, no uso do próprio ordenamento jurídico da RAPS, que justifica um desvio até que seja possível implementá-lo, sem prazo e sem propor isso dentro de um plano de exceção. A evidência que temos é a reformulação da política de drogas com claras distinções com o que vem sendo construído nas bases democráticas de controle social, a exemplo das Conferências Municipais e Estaduais e de Saúde.

Aqui também insurge uma questão oculta, pressuposta na acusação da lacuna da RAPS, ao querermos saber o que foi construído sob as rédeas dos movimentos sociais, das universidades e da sociedade civil progressistas, de avanços na implementação das políticas públicas democráticas. Interessante seria abrir a prestação de contas sociais também para as oposições ideológicas às comunidades terapêuticas, que orientam os diferentes projetos de governos em disputa de narrativa e, no caso da Bahia, saber qual foi a contribuição efetiva das próprias instituições que assinaram o repúdio, na implementação da RAPS no Estado, em resposta às acusações de lacuna do governo federal

Parece estranho que somente após o escândalo em rede nacional sobre o caso da Fundação Dr. Jesus, o controle social do contexto baiano reagiu em repúdio às articulações governamentais para financiar o acolhimento de jovens nas comunidades terapêuticas, já em curso na Bahia desde 2017, como apresenta o balanço do financiamento das comunidades terapêuticas. Minha inquietação com a aparente inexistência de manifestações anteriores, levou-me a pesquisar sobre o assunto, quando encontrei outra nota de repúdio produzida pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), no Rio de Janeiro, lançada no dia 13 de dezembro de 2021, intitulada como “Nota de repúdio contra o repasse de verbas públicas às comunidades terapêuticas”. Vejamos em que este documento ajuda a entender as comunidades terapêuticas como contexto de vulneração.

5.2.6 Nota de repúdio contra o repasse de verbas públicas às comunidades terapêuticas, da associação brasileira de saúde coletiva (ABRASCO)

O documento inicia questionando os 89 milhões de reais de dinheiro público, destinados, sem qualquer tipo de licitação, a comunidades terapêuticas pelo Ministério da Cidadania, e cita o Extrato de Inexigibilidade de licitação, publicado em 09/12/2021, no qual a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas “alega que há inexistência de competição em termos de serviços de saúde mental para destinar 89 milhões a diversas comunidades terapêuticas pelo país” (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2021). Também foram encontradas referências ao desfinanciamento da Rede de Saúde Mental Territorial,

estagnada, e o desmonte dos Núcleos de Atenção à Saúde da Família, onde havia profissionais de saúde mental na atenção básica, o que não justifica o desvio dos escassos recursos para as comunidades terapêuticas.

A nota de repúdio também caracterizou a ação do governo federal, via Ministério da Cidadania, como negacionista, contra as evidências científicas sobre o cuidado comunitário em liberdade, enquanto forma de atenção mais eficaz no cuidado de pessoas que possuem problemas relacionados ao álcool e outras drogas, como indica a Organização Mundial de Saúde, ao recomendar ações integradas entre “serviços de saúde mental e assistência social, numa perspectiva comunitária e territorializada” (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2021).

Para fundamentar o repúdio, o documento da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) faz referência a estudos realizados por diversos Conselhos Regionais de Psicologia, pelo Conselho Federal, entre 2011 e 2018, nos quais são discutidas práticas ineficazes e violações de direitos humanos provenientes destas instituições. O documento listou um conjunto de práticas desenvolvidas nas comunidades terapêuticas que ainda não haviam sido apresentadas nos documentos anteriormente discutidos, a saber: “Laborterapia, trabalho institucional que substitui a contratação de profissionais pelo uso de mão de obra dos internos, práticas de leitura de bíblias, cultos e orações e ausência de projetos terapêuticos singulares”.

A discussão sobre os critérios do ordenamento jurídico para a concessão da inexigibilidade da licitação foi outra regra importante tratada no documento, deixando claro que ela ocorre “quando a contratação se dá em razão da inviabilidade de outras alternativas”, como nos casos de “fornecedor exclusivo” e “notória especialização” de acordo com a Lei nº 8666/93. Considerando que as comunidades terapêuticas não representam nem uma coisa nem outra, o documento afirma que elas não possuem notória especialização no campo em questão e que ainda possuem quadros diminutos de profissionais, sem ter produção científica no campo e com risco de mão de obra desqualificada pelo uso frequente de mão de obra voluntária.

A nota de repúdio declara estranheza no fato do gestor federal escolher desviar da licitação o processo de destinação de verbas públicas para as comunidades terapêuticas e defende a proposta de financiamento alinhada com o ordenamento jurídico constitucional:

A Abrasco defende o financiamento dos Centros de Atenção Psicossociais, Unidades de Acolhimento em Saúde Mental, Centros de Convivência, Equipes de Saúde Mental na Atenção Básica, leitos de Saúde Mental em Hospital Geral e outros equipamentos territoriais que fazem parte do Sistema Único de Saúde. Diversas são as pesquisas brasileiras que demonstram a eficácia da atenção territorial fornecida. Apontamos que o financiamento público de comunidades terapêuticas é congruente com um governo negacionista no campo da ciência, que escolhe financiar serviços de natureza não-

pública, que aplicam práticas sem comprovação científica e desarticuladas das demais redes de atenção (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2021).

O documento finaliza com um apelo ao poder público, especificamente ao Ministério Público Federal e aos Conselhos de Controle Social para tomarem medidas necessárias para a suspensão destes financiamentos, de modo a redirecionar este financiamento indevido para as políticas públicas estatais em processo de implementação e com orientação democrática.

As distinções entre uma Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e uma comunidade terapêutica, entre o laico e o religioso, entre a esquerda e a direita, entre o autoritário e o democrático, entre o público e o privado, se agudizam em todas as referências aqui discutidas, a saber, os documentos do banco de dados agregado com os depoimentos juvenis, o balanço financeiro, as reportagens de denúncia sobre a Fundação Dr. Jesus e o Termo de Referência, objeto de repúdio. A mimese é tão evidente que o discurso do governo federal endossa a lacuna da RAPS como justificativa para o financiamento das comunidades terapêuticas, evidenciando sua adesão aos interesses desta rede de instituições, ligadas a correntes partidárias de capitalização, associada à bancada evangélica.

Se às políticas públicas para a garantia dos direitos das juventudes, pela doutrina da atenção integral e dentro da lógica da RAPS, cabe uma nota de insuficiência, não esqueçamos que, enquanto tal, políticas públicas nos impõe um horizonte de chegada e portanto, uma necessidade constante de serem aperfeiçoadas, antes de serem tomadas em suas incompletudes de implantação, enquanto justificativas para vertermos recursos para instituições que, pela via do controle social e da literatura especializada, tem se configurado enquanto violadora de direitos.

O uso da crítica dirigida à lacuna da RAPS como justificativa para inserir no financiamento público federal as comunidades terapêuticas é compreensível enquanto prática do anterior governo federal, mas é estranha essa adesão discursiva do governo do estado da Bahia, supostamente alinhado com o progressismo da esquerda partidária que o sustenta, ao menos no âmbito retórico. Valorizar, para dentro da rede de atenção integral aos direitos da juventude, uma instituição que “aparece como dispositivo complementar”, sobrevoando todos os processos de construção democráticas da rede, é um ato de má fé, na medida em que a simples “aparição” não justifica o apoio a uma instituição que não só ocupa as lacunas da RAPS, mas produz o seu dismantelo, por práticas de privação de direitos e consequentemente de acessos aos dispositivos de sua promoção.

Dada a disputa pelo espaço público por parte das comunidades terapêuticas e suas frentes de "assistência" religiosa, de cunho isolacionista, moral, proibicionista, abstinente e

acientífico, os riscos de intensificação de vulnerabilidade são ainda maiores, no que diz respeito ao cumprimento da doutrina da atenção integral (Brasil, 2003), prevista no ECA (Brasil, 1990) e no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). A discussão aqui apresentada chama atenção para a crescente ocupação das comunidades terapêuticas por entre as lacunas dos serviços públicos, como um dispositivo de utilidade reconhecida por parte da sociedade e denunciador de nossas contradições, ao menos na relação com um ordenamento jurídico democrático e laico.

Na tentativa de alçar voos teóricos um pouco mais altos, no sentido de ir para uma discussão em interface com a história e a filosofia política, vamos aos contrastes teóricos da seção 6, para aprofundar temas discutidos nesta seção, dedicada às experiências juvenis em contextos de vulneração.

6 CONTRASTES ENTRE TEORIAS E OS CONTEXTOS DE VULNERAÇÃO

A justificativa para a realização de contrastes teóricos, para ajudar a compreender e caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração, é a de que as descrições juvenis apresentam algumas possibilidades de ampliação para descrever contextos, em suas camadas mais amplas, de influências sobre os sujeitos da pesquisa no âmbito macrosocial, porém, enraizadas nas questões juvenis trazidas nos contextos da pesquisa, o que justificou buscar, em conceitos e teorias, elementos para extrapolar, complementar ou até contradizer algumas percepções construídas neste percurso investigativo.

A realização dos contrastes não implica em negar o potencial raciocínio sociológico juvenil, considerando as inspirações etnometodológicas desta pesquisa, mas, ao contrário, parte dele para justificar aproximações teórico-metodológicas, *a posteriori*, na expectativa de deixar pontos de ancoragem a serem melhor explorados em outras etapas de formação, como um pós-doc., por exemplo, considerando tanto o tempo limitado para tal aprofundamento, quanto o fato deste não ser o foco principal desta pesquisa.

Considerando a perspectiva adotada como ponto de partida para esta pesquisa, a etnometodologia, houve necessidade de ampliar as fontes de referência para compreender os contextos de vulneração aqui discutidos, por conta das dificuldades de acessar descrições congregadas entre pares juvenis sobre os contextos de vulneração, pelas circunstâncias da pandemia que dispersaram os jovens do Centro Histórico e exigiram o extrapolamento das descrições pelo fato dos dados empíricos estarem centrados principalmente na narrativa de um sujeito.

Da mesma forma, principalmente em relação aos dados do contexto da comunidade terapêutica, o fato das narrativas juvenis estarem registradas em documentos escritos por terceiros exigiu tanto a ampliação dos documentos (texto jornalístico, notas de repúdio etc.) para entendimento do caráter vulnerador desta instituição quanto o contraste teórico com a filosofia política. Saindo um pouco da rota etnometodológica, em direção ao trabalho etnográfico, cujas semelhanças metodológicas não são poucas, lembremos da sugestão de Geertz (1989), de que a interpretação cultural conserva as teorizações mais próxima do terreno, diferenciando-se de outras ciências que, segundo o autor, podem abandonar-se em abstrações imaginativas. Neste sentido, as teorias, tomadas como contraste, dinamizam o raciocínio sociológico juvenil, potencializando o alcance de suas descrições para caracterizar os contextos de vulneração aqui discutidos.

As experiências, práticas e regras descritas pelos sujeitos da pesquisa estruturam problemas nelas enraizados, possibilitando, portanto, a criação de pontos de ancoragem para contrastes, com conceitos aqui discutidos e tomados ainda que superficialmente, em função de sua relevância teórica, mas também em relação aos limites de seus fundamentos para pensarmos a realidade juvenil vulnerada nos contextos aqui em discussão.

Tal contraste possibilitou, não a rejeição, ou a superação teórica de tais conceitos, ou ainda, o distanciamento de nossa realidade, que seria mal-entendida por falta de correspondência social, cultural, econômica e política com as matrizes de origem de teorias estrangeiras, coloniais, ou qualquer nomeação que justificaria o seu descarte. Ao contrário, o contraste possibilitou a contextualização histórica de realidades locais, ou ainda, a elaboração de outros pensamentos mais enraizados sobre as experiências juvenis que constituíram contextos de vulneração. Neste sentido, os textos que seguem aproximam as sínteses das discussões juvenis produzidas no contexto da comunidade terapêutica e do Centro Histórico de Salvador das discussões teóricas mobilizadas a seguir.

6.1 AS EXPERIÊNCIAS JUVENIS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

O contraste teórico com as experiências juvenis no Centro Histórico de Salvador possibilitam pensar a rua como contexto de vulneração e para esta reflexão foram selecionadas situações descritas sob as temáticas do “amor verdadeiro”, do “caça gringa” e a proposta do conceito de “arquitetura da vulneração”, para dar contornos, tanto aos dispositivos de retirada de jovens vulnerados de circulação, quanto aos antagonismos juvenis, em resposta a tais dispositivos, como pode ser visto a seguir.

6.1.1 A experiência do amor verdadeiro

A tipificação das práticas de uma mulher que o amou de verdade, por parte de Miró, porque a ele “dava remédio”, “dava carinho” quando triste e “era verdadeira”, uma mulher “formada”, expressa uma experiência que é um divisor de águas na sua disposição para novas experiências. Com muita veemência, Miró deixa claro que o fato dela, “o amor verdadeiro”, não sentir vergonha de sair e estar com ele, inclusive no trabalho e perante a família e o mais importante, o fato dela ter se declarado enquanto sua companheira, deixou nele um sentimento de gratidão pela valorização, apesar da perda. Aqui, talvez estaríamos diante do que Fanon (2008, p. 53) chamou de “superestrutura valorativa”, construída na percepção de que, no

exercício da virilidade nutrida no amor que se dá, constrói-se a “preocupação em merecer a admiração ou o amor do outro”.

Fica o aprendizado da ponderação sobre o valor das experiências e a tipificação do amor verdadeiro como referência para o futuro e para o autojulgamento, do passado e do presente. A possibilidade, para ele mesmo espantosa, de viver esta experiência do amor verdadeiro, tomada enquanto estrutura valorativa, parece algo positivo no sentido de deixá-lo mais criterioso, mas talvez muito exigente para as poucas oportunidades, dado que ele afirmou que as mulheres que ele quis não o quiseram; o dilema entre ser corpo cativo e corpo disponível, de ser liberto, ou de estar nos confins do amor.

A tentativa de conciliar o lugar do amor verdadeiro com a aventura viril diante da “gostosona”, pareceu, em parte, a impossibilidade de fugir do desejo e ao mesmo tempo, uma expressão da pouca importância ainda dada ao vínculo de namoro, que ganhou mais relevância após a ruptura, quando a namorada se descobriu traída. A passagem da narrativa de que “não precisava procurar mulher nenhuma”, para a narrativa de que “nenhuma mulher” que ele quis ficou com ele, indica a queixa sobre esta condição restrita de objeto de escolha das mulheres que o quiseram.

O esforço de se retirar do cenário da objetificação, na desilusão da perda do “amor verdadeiro” e a necessidade de construir uma recuperação de si pela capoeira, abre um paradoxo por manter o corpo em zona de exposição, desejo e assédio, pelas ruas do Centro Histórico de Salvador. Uma masculinidade retraída, tensionada pelo assédio do contexto, sobre o corpo de Miró, algo ferido, algo menos complexado, pela memória do merecimento do amor verdadeiro, perdido e guardado na memória, com algo de estima que o ajudou a superar o espanto, o estranhamento, do que recebia e que, ao mesmo tempo, lhe possibilitou a autovalorização na hetero valorização.

Se estamos diante de continuidades coloniais, em que se forjou o complexo de inferioridade do negro, que se cristalizou no pós-abolição, dada a contradição de sua inserção subalternizada na sociedade de classes (Fernandes, 2008), seguramente o esforço de Fanon (2008, p. 44), de “ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial”, é referência fundamental para os contrastes aqui empreendidos. Em se tratando dos dilemas das relações interraciais, atravessadas por esse arsenal de complexos, o autor ainda afirma que o objetivo do seu trabalho era o de “tornar possível um encontro saudável entre o negro e o branco” (Fernandes, 2008, v. 2, p. 81).

Nesta direção, na perspectiva de entender traços psicossociais que atrapalham este “encontro saudável”, Fanon (2008) propõe que atentemos para a estrutura neurótica dos

indivíduos negros enquanto “elaboração, a formação a eclosão no ego, de nódulos conflituais provenientes em parte no meio ambiente, em parte da maneira toda pessoal com que esse indivíduo reage a essas influências” e sugere que o mito sexual de procura da “carne branca” deixe de atrapalhar a compreensão ativa dos homens negros, removendo a cor da mira da tara sexual, considerando que “a partir do momento em que o preto aceita a clivagem imposta pelo europeu, não tem mais sossego” (Fanon, 2008, p. 82). Vamos a esta discussão com mais adequação em relação ao tema da “caça à gringa”, no próximo texto.

6.1.2 “Caça gringa” e a masculinidade retraída

Já de início a construção da performance nomeada de “caça”, por Paru e Miró, é apresentada por um traço ambíguo de virilidade, adjetivada pela palavra “enjoativa” (Paru), quando associada à descrição do lugar de objeto de demandas sexuais e constrangimento em relação a choques culturais e dificuldade de contornar diferenças e desigualdades. Miró se sentiu “usado” e Paru usou o termo “enjoativa” para se referir às suas disposições para ficar “hoje em dia” com uma “gringa”.

Este referencial empírico foi importante para a busca de referencial teórico que proporcionasse contrastes adequados à construção das identidades juvenis dos interlocutores da pesquisa e neste sentido, buscando despretensiosamente, na internet, referências sobre o termo usado pelos jovens, “caça gringa”, encontrei uma dissertação de mestrado (Cantalice, 2009) abordando o assunto a partir da antropologia do turismo, o que possibilitou o entendimento das dinâmicas empiricamente verificadas nesta investigação, especialmente em relação ao conceito de uma “masculinidade híbrida”, a partir do qual proponho o reconhecimento de uma “masculinidade retraída”. Ao discutir o lugar ambíguo do exercício da virilidade dos “caça gringas”, o autor cita:

Os músculos expostos não pretendem intimidar, apesar de ainda representarem a ideia de vigor físico e virilidade, mas sim atrair olhares femininos, mais especificamente estrangeiros. Estes homens, ao mesmo tempo em que se mantêm como os ‘caçadores’, isto é, são quem geralmente iniciam a abordagem e a conquista, são também os que se exibem e colocam-se na posição de ‘objetos’ desejáveis (característica tradicionalmente relegada ao feminino), demonstrando a heterogeneidade e ambigüidade dos traços que constituem sua masculinidade, os quais rompem com a pureza do seu ideal moderno (Cantalice, 2009, p. 165).

Cantalice (2009) também identificou a categoria êmica⁸⁶ de “caça gringa”, no contexto da Praia de Pipa, no Rio Grande do Norte, durante suas observações participantes, acompanhando relacionamentos binacionais, sexo-afetivos entre os nativos/locais e as europeias.

Uma de suas conclusões importantes para fazer contrastes com as descrições produzidas no encontro entre Miró e Paru foi o fato de que os sujeitos das relações afetivas observadas em Pipa, ocuparam posições “invertidas”, pelo fato de serem as mulheres que se engajam em viagens turísticas e se relacionam com os nativos, conhecidos como “caça-gringas”, o que não sugere uma ausência de agência deles, apresentados pelo autor como, de forma difusa, interessados em benefícios materiais, ajudando a colocar em questão o enquadramento de certas perspectivas feministas, que fixam a mulher no lugar de servidora sexual, vítima, explorada pelo homem enquanto consumidor, algoz de sua subalternização. O perfil dos brasileiros preferidos identificados por Cantalice (2009, p. 138) se assemelha ao do Miró e de Paru:

Os caça-gringas, de maneira geral, são homens de peles escuras, quando não são negros – aqui considerando negro como os pretos e os pardos, seguindo a classificação adotada pelo IBGE no Censo 2000 – são homens que ostentam um corpo bronzeado, coerente com o contexto de praia no qual estão inseridos. Além disso, possuem corpos ‘trabalhados’/ ‘construídos’ por práticas quase unicamente executadas no espaço da praia, através de esportes como o surf, os treinos de capoeira e muai-thai feitos na beira-mar, cooper, frescobol, beach-soccer, body-boarding, natação, abdominais e flexões (conhecidas como ‘marinheiro’), bem como por meio dos exercícios em aparelhos como barra e traves, que se encontram em algumas praias.

A lista de práticas e a apresentação do contexto em que elas são desenvolvidas pelos “caça gringas” evidencia o quanto o espaço público, a visibilidade física em locais estratégicos em que é possível o encontro, é fundamental, reforçando o dilema de Miró, que buscava na capoeira a cura para a dor da perda do amor verdadeiro, como fuga de possibilidades de se envolver em outras relações. Nesta perspectiva do dilema, recordemos que Miró, negro retinto, nos traz de volta ao recorte racial, assunto que Cantalice expõe enquanto fator de preferência das “gringas” e como se dá essa construção na relação entre oferta e procura, em que a cor da pele, o “bronze”, como disse Paru e a definição da musculatura, são também critérios para serem caçados em sua própria caça:

Percebe-se, então, que mais do que um rosto bonito, as gringas procuram corpos exuberantes, particularmente fortes e negros/bronzeados. Feições mais duras (consideradas por alguns como sinônimos de feiura), roupas simples (apesar de serem

⁸⁶ As categorias êmicas são engendradas nas trocas simbólicas, dentro do grupo social interlocutor da pesquisa. Elas poderiam em uma certa perspectiva antropológica, ser chamadas de categorias “nativas”, ou ainda, “locais”.

de marca), pouca higiene pessoal e um estilo despojado (influência da cultura hippie) resultam por reforçar o fascínio, posto que, de certa forma, esses aspectos remetem à representação de uma masculinidade primitiva, rústica, selvagem e, portanto, cuja sexualidade está mais ‘próxima da natureza’. Essas corporeidades destoam dos padrões hegemônicos dos corpos masculinos europeus e revelam representações de masculinidade que, atualmente, parecem ser raros nos países de origem dessas turistas (Cantalice, 2009, p. 150).

O recorte racial se confirma nas fantasias sexuais etnicizadas e racializadas das europeias e, segundo Cantalice (2009, p. 151), estaria relacionado com a atualização do caráter etnocêntrico (eurocêntrico) desta mirada, herança de nossas experiências coloniais que continuaria a reproduzir “representações que as metrópoles fizeram sobre suas colônias e os povos colonizados, e que, contemporaneamente, o ‘Primeiro-Mundo’ faz do ‘Terceiro’”. Interessante a ideia da fuga do homem europeu e, portanto, um homem tipicamente branco, para erotizar a relação interracial.

Por outro lado, Cantalice (2009) também verificou a agência dos nativos na tipificação das “gringas”, cuja regra, como descrita no contexto do Centro Histórico de Salvador, por Paru, foi exposta quando ele se referiu às argentinas como mulheres com as quais ele não gostava de estabelecer relações, já que elas em geral não o podiam bancar financeiramente e proporcionar as experiências esperadas por ele.

As relações binacionais que incidem em Pipa são ótimos exemplares dessa erotização dos eixos de poder. Contudo, é necessário frisar que isso não ocorre unilateralmente, ou seja, não é apenas o homem brasileiro, negro/bronzeado, das camadas menos abastadas que é sexualmente adornado. Essa é uma via de mão dupla, as gringas são também erotizadas de acordo com seus referenciais de nacionalidade, raça-cor, performances de gênero, etc. (Cantalice, 2009, p. 152).

A experiência de “caça às gringas”, ao passo que exhibe a tipificação entre os nativos e as “gringas”, provoca reflexões sobre diversos enquadramentos das relações intrarraciais e inter-raciais entre homens e a disposição da “gringa” enquanto referência de ameaça e projeção do ciúme. Lembremos do caráter refratário e cheio de esquivas dos pares de Miró, homens negros, capoeiristas mais velhos que lhe pagavam pouco pela atuação na roda, bem como da reação ríspida de Miró dirigida ao rapaz negro retinto, na hipótese da reprodução de uma linguagem violenta entre os seus semelhantes, homens negros. Neste sentido, retomar a leitura de Fanon (2008, p. 33) ajudou a confirmar esta percepção que se construiu ao longo da investigação:

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente como branco e com outro negro. Não há dúvidas de que essa cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das

diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade.

O autor segue nesta linha argumentativa atribuindo ao processo de colonização essa geração do complexo de inferioridade, efeito do apagamento do pertencimento cultural, lhe restando a assimilação de uma linguagem que é portadora dos valores da “nação civilizadora”. Se aproximar e assimilar os valores do estrangeiro, colonizador, seria, segundo Fanon (2008), uma forma do negro escapar de sua própria “selva”. Lembremos da importância dada por Miró à sua “boa relação” com o europeu, mas, na medida em que o corpo vulnerado de Paru foi tensionado pelos choques culturais, quando esteve na França, ele enfrentou o constrangimento, pela narrativa da cor da pele, como vantagem, para ser objeto preferido do desejo das “gringas”, em concorrência com os seus namorados brancos, desprovidos do bronze.

Por outro lado, esta condição de inferioridade produzida na relação entre civilização e natureza é o que garante a expectativa e a produção de uma erotização do natural, do rústico, por parte das “gringas”, que ao mesmo tempo em que gozam da construção social da liberdade sexual, lançam-se em erotizações transatlânticas, como discutido por Cantalice (2009, p. 172):

Desse modo, os destinos turísticos de países periféricos, centrados no turismo de lazer, que são representados pelos materiais promocionais como paraísos, redutos que, além de preservar formações naturais originais e exuberantes, conservam estilos de vida que remetem a uma ideia do autêntico, do tradicional, um elo com o passado dos países centrais, funcionam como espaços em que as conquistas do movimento feminista euro-estadunidense relacionadas à liberdade sexual podem ser vivenciadas sem culpa, pois as pessoas são vistas como ainda regradas pelos mandos e desmandos da natureza, como se nos trópicos a influência do meio natural preponderasse e refletisse no comportamento dos indivíduos, sem uma valoração moral.

Os determinantes das relações inter e intrarraciais entre os homens hão de produzir reflexões importantes para as discussões sobre masculinidades. Atuando diante dos outros “caça gringas”, Paru usa o lugar de preferido, em relação aos homens do cenário, dispostos na praia à espera da escolha da “gringa”, mas diante de homens brancos, europeus, na França, o seu constrangimento ficou evidente, não sendo suficiente a cor da pele nem a performance de caçador/objeto para superá-lo. Esta discussão abre espaço para refletirmos sobre a coisificação do nativo enquanto “cor da pele” e objeto de desejo sexual das gringas, expresso por Paru enquanto preferida, em relação aos homens brancos. Essa também foi uma discussão encontrada na contribuição de Cantalice (2009, p. 152):

Alguns dos nativos/locais de Pipa percebendo o interesse de muitas estrangeiras em desenvolverem relacionamentos afetivo-sexuais durante sua estada na praia, exacerbam os traços distintivos das representações da masculinidade local em

contraponto aos referenciais de masculinidade dos países das gringas. Dessa maneira, defendendo a ideia de que as diferenças instigam a atração, esses homens, visando facilitar suas conquistas, manufaturam e performatizam uma masculinidade, que chamo de híbrida, pois mescla princípios de agência relacionados à masculinidade hegemônica e outros, às masculinidades alternativas.

Essa relação entre o nativo e a “gringa” produz esse hibridismo, não só a partir daquilo que dispõe o mesmo, na medida em que ela pode transitar com os rapazes na conformação do que seria interessante vivenciar, como a ayahuasca e outras experiências com substâncias psicoativas. Esta diversificação da circulação do nativo para além dos circuitos que ele normalmente acessaria, é um efeito destas fricções interracialis, ampliadoras de vivências que tais relações com as “gringas” possibilitam, promovendo deslocamentos, por dentro da diversidade das experiências economicamente restritas de seus próprios contextos. Essa discussão também foi feita por Cantalice (2009, p. 162):

É grande a quantidade de nativos e locais que passeiam pelas ruas e praias da Pipa ao lado de mulheres estrangeiras. Eles privilegiam tais relacionamentos, pois, além de lhes agregarem um valor simbólico que os diferencia dos demais homens da comunidade, abrem oportunidades de trocas culturais e de acesso a bens, serviços e símbolos, de outra maneira impossibilitada ou, ao menos, dificultada, tendo em vista seu limitado aporte financeiro, logo, devido à sua condição de classe. A expectativa de realização de viagens ao ‘Velho Continente’, de onde a maioria de suas parceiras é originária, também motiva essa predileção pelas gringas, fazendo-se bastante presente e sendo alimentada pelo concreto deslocamento transoceânico de muitos deles.

Apesar do contexto da “caça às gringas” ser apresentado por Paru em sua dimensão, acima de tudo, econômica, Miró tipifica essas experiências como uma oportunidade de “conexão”, pautando critérios, acima de tudo, afetivos. Paru localiza, no valor das ajudas financeiras que continua recebendo das mulheres com quem se relacionou no passado, o sentido da conexão. O fato de Miró ter escolhido a “conexão” para substituir o termo “merenda”, palavra anteposta por Paru, confirma a importância afetiva, mais que econômica.

Cantalice (2009) discute a dimensão econômica da relação entre estrangeira e nativo e afirma que não somos movidos somente por questões utilitárias, buscando nas condições dos “caça gringas” ancoragens para situar esta tensão.

O sexo transacional é impulsionado, em parte, pelo contexto econômico dos caça gringas, que, embora não seja marcado por uma aguda situação de pobreza, não permite a eles uma vida confortável e socialmente prestigiada. Embora a maioria tenha uma renda que gira em torno de R\$ 500,00 a R\$ 1.800,00, seus empregos são bastante instáveis, além do salário também variar de acordo com o fluxo de visitantes e os preços dos produtos básicos (alimentos, higiênicos, de limpeza, etc.) serem supervalorizados devido à forte presença de turistas estrangeiros. Assim, esses homens, tal qual a maior parte da população local, não podem consumir o que produzem (Cantalice, 2009, p. 191).

A constatação de uma cultura de “caça às gringas” revela a sua existência enquanto fato social e, portanto, uma expressão do contexto, manifestada nas escolhas que ele possibilita, uma prática compartilhada, associada às transformações do turismo e suas formas de mercantilização de experiências construídas no imaginário transnacional e sustentada sobre os pilares da desigualdade.

Dessa maneira, imbuídos por ideais individualistas e consumistas, e conscientes da ineficácia das intervenções governamentais em prol do abrandamento da desigualdade social, os caça-gringas iniciam, por conta própria, uma política de redistribuição de riquezas (materiais e simbólicas). Para ter acesso ao amplo leque de bens e serviços disponibilizados pela “indústria” do turismo, enquanto sujeito e não como mera parte do produto turístico, eles precisam incorporar a si um valor de troca, mercadificar-se, se tornar moeda, por meio das práticas afetivo-sexuais (Cantalice, 2009, p. 191).

Se a tipificação das relações, na lógica da “caça às gringas” pelos jovens, perpassa pela dimensão econômico-afetiva e os coloca em um lugar de algozes pela própria sugestão do termo, é a descartabilidade da saturação da experiência e a busca pela novidade, como critério de preferência e rejeição das “gringas”, que coloca Paru no lugar ambíguo de vencedor-escolhido da vez, borrando o sentido de ser caçador, o centro da agência.

Da mesma forma, podemos falar de uma saturação da vivência de Miró com a “gringa”, na qual perceber-se descartado depois do sexo foi decisivo, para deslocá-lo do lugar escolhido para o lugar do descarte, justificando, por ele mesmo, a ruptura e possibilitando o fortalecimento da sua condição de sujeito da experiência, mais que de objeto.

É nesse momento que os aspectos econômicos e simbólicos das trocas-dádivas, que ocorrem entre caça-gringas e estrangeiras parecem indistinguíveis. O sexo é um veículo que sela relações entre dois indivíduos, ao mesmo passo que, por exemplo, é um elo entre o caçagringa e a coisa desejada, a qual pode lhe satisfazer uma carência material e/ou lhe conferir um status privilegiado (Cantalice, 2009, p. 192).

Talvez, na relação com a “gringa”, Miró tenha experimentado o que Cantalice descreve enquanto “reciprocidade negativa”, ao se referir ao mau uso, por parte dos “caça gringa”, do “poder de barganha que sua representação híbrida da masculinidade enseja e não titubeiam em tirar benefícios egoístas desses encontros binacionais” (Cantalice, 2009, p. 100). Miró, provavelmente sentiu-se desprovido de um valor de troca, vendo-se, simbolicamente, enquanto objeto de uso e descarte da “gringa”.

Assistimos à conformação de uma masculinidade retraída das dinâmicas nas quais os sujeitos passam a estranhar as regras das experiências ambíguas, já em estranhamento, pela percepção das dinâmicas de objetificação e dos constrangimentos gerados nas agências,

construídas em uma interculturalidade atravessada por questões raciais e de desigualdade econômica. Este caminho solitário que se abre diante da construção da desilusão é tratado por Fanon, de forma que me fez recordar a própria situação de Miró, cuja mãe o abandonou, situação que possivelmente afetou suas relações.

De que estamos pensando aqui? De dois processos: Não quero que me amem. Por que? Porque um dia, há muito tempo, esbocei uma relação objetual e fui abandonado. Nunca perdoei minha mãe. Tendo sido abandonado, farei sofrer o outro, e abandoná-lo será a expressão direta de minha necessidade de revanche. É para a África que parto. Não quero mais ser amado e fujo do objeto do meu amor. Isto se chama, segundo Germaine Guex, ‘pôr à prova para fazer a prova’. Não quero ser amado, adoto uma posição de defesa. E se o objeto persiste, declaro: não quero que me amem. Não valorização? Sim, certamente (Fanon, 2008, p.77).

As ideias de Fanon caracterizam o perfil do “abandonico”, como aquele que foi abandonado e abandona, que exige provas, que não se contenta com declarações isoladas e que a sua atitude é não amar para não ser abandonado e exigir para si as reparações. Essa armadura de antecipação da perda talvez seja o gatilho para a fragilidade da sustentação até mesmo do “amor verdadeiro”, cujo nome reflita mais o que recebeu que o que deu. Conjecturas...

Um aprendizado construído na vulneração e que pode implicar na construção do cuidado de si, abrindo a pauta da solidão dos homens negros e possibilitando que ela se estenda, para além dos confins de onde é pautada. Não que nas intrarracialidades tenham sido encontradas as relações de irmandade, afinal, não esqueçamos da experiência de Miró, na qual encontramos práticas refratárias a ele dirigidas por seus pares e em Paru, a “caça à gringa” o coloca na relação de concorrência com outros “caça gringas” na disposição dos corpos, para a escolha das “gringas”.

Seguindo evidências do *Atlas da Violência* (2018, 2019, 2020) sobre a letalidade juvenil, observamos a possibilidade de viver até uma idade adulta, porém a trajetória de amadurecimento do autocuidado – a partir das dificuldades com essa experiência com as “gringas”, ou ainda, a partir de experiências com mulheres que se comportam em oposição ao “amor verdadeiro” – seria um aprendizado tardio – baseado na saturação da experiência – e talvez seja um aprendizado para poucos, dada a durabilidade da juventude vulnerada no Brasil, situação que só pioraria com a redução da maioridade penal. Presos, ou mortos, antes mesmo de entender o que se passa!

6.1.3 Arquitetura da vulneração

A arquitetura da vulneração é entendida enquanto efeitos das tentativas de tirar de circulação, do campo de visão, as pessoas vulneradas, tais como Miró, Paru e o Pacêro, por assistencialismo ou técnicas que dificultam a permanência em determinados espaços de referência para a população em situação de rua, não sem resistência e linhas de fuga, por parte destes e de sujeitos sociais que somam na disputa de narrativas por um uso democrático da cidade.

Para lembrarmos de nossas matrizes urbanas herdeiras de nossas colonialidades, e em especial, no Centro Histórico de Salvador, retomamos a contribuição de Filho para pensar a atualização econômica, por exemplo, das grades que interditam a circulação na Praça da Piedade, em Salvador, e que antes demandava de um esforço maior de repressão no corpo a corpo e talvez, menor resistência, se considerarmos a presença atual de políticas para pessoas em situação de rua, dispositivos de controle do Estado e dos movimentos sociais:

Comumente as medidas policiais vinham seguidas de punições severas, inclusive castigos corporais. Por exemplo, em agosto de 1844, o chefe de polícia determinava que os rapazes que vagavam pelas ruas da Sé, apedrejando e insultando as pessoas com palavras ‘injuriosas’, deveriam ser presos e remetidos para o quartel da polícia, onde receberiam palmatoadas corretivas. Medidas como estas se repetiriam por todo o período. Em 29 de janeiro de 1848, o chefe de polícia João Joaquim da Silva instruía os subdelegados da Sé, São Pedro, Rua do Paço, Santo Antônio, Conceição da Praia e Ribeira para que prendessem e castigassem com 20 palmatoadas os ‘moleques vadios’ que diariamente se divertiam em atirar pedras pelas ruas da cidade. Em 1867, o subdelegado da freguesia de São Pedro chegou a recomendar que as patrulhas policiais usassem chibatas para dispersar os ajuntamentos corriqueiros de vadios e moleques na praça da Piedade. Além de física, a punição visava atingir a estima desses menores, pois a palmatória os equiparava à condição de escravos (Fraga Filho, 1994, p. 124).

Longe de apresentar, sob a ideia de arquitetura de vulneração, simplesmente aquilo que hostiliza, fazendo jus ao termo que adjetiva, abro espaço para considerarmos as relações de força entre estruturas e subjetividades, atenta para a agência de sujeitos que produzem resistência em diversas instâncias, como os movimentos sociais e o jornalismo engajado, por exemplo.

Lembremos, na discussão sobre as experiências juvenis no Centro Histórico, que hoje a Piedade conta com uma cerca decorativa que restringe o acesso, uma tecnologia mais econômica que a usada em 1867, com o mesmo propósito. Caracterizando o cenário de Salvador atualmente, Alves (2020, p. 11, tradução nossa) menciona:

Salvador é marcada por um padrão de segregação racial muito acentuado, mas estas divisões são, às vezes, porosas e sobrepostas; se expressam, por exemplo nas proximidades sociais entre turistas, elite local soteropolitana e os desgraçados da ‘cidade negra’; há uma economia da violência expressa através da harmonia perversa

entre celebração da igualdade e servidão, cordialidade e desprezo que tem sido apropriadamente chamada de ‘coexistência cruel’⁸⁷.

Uma resposta subjetiva interessante, por parte do Pacêro, diante de situações violentas (abordagem da polícia na rua e extorsão no albergue), foi a conversão de opressão em assistência, prática importante para quem está em situação de rua, além do compartilhamento de códigos entre os pares, unidos pelo sentimento de opressão, no monitoramento dos riscos, por exemplo, da abordagem policial. Na situação do abrigo, temos o esforço de adequação às normas, em que Miró concilia, internamente, a angústia da obrigatoriedade em pagar, com a satisfação pela consideração comprada.

A partir desta síntese das experiências juvenis no Centro Histórico de Salvador, o contraste teórico que pareceu coerente foi a discussão sobre a relação entre sujeito, estrutura e subjetividade, para discutir ações como a conversão da hostilidade policial em caridade e da extorsão em consideração, para criar linhas de fuga, resistências gradativas e até mesmo submissão instrumental.

No texto “O sujeito e o poder” (2009a, p. 1), Foucault declara que o seu objetivo foi o de “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” e ainda, que para a atualidade de sua pesquisa na época da produção do texto, o que o interessava, para além das práticas divisoras que objetivam os sujeitos, em seus estudos anteriores, era o “modo pelo qual o ser humano torna-se, ele próprio, um sujeito”. Um caminho aberto e irreversível na crítica ao estruturalismo e talvez uma das respostas de Foucault às acusações de que ele era estruturalista.

Propondo uma nova economia das relações de poder, na qual se discute as condições para o exercício da subjetividade, Foucault sugere uma abordagem de investigação mais empírica, para produzir contrastes reguladores entre teorias e práticas, uma prevenção contra nossos imperativos teóricos e os riscos de distanciamentos das experiências sociais. Ao explicar como produzir tais contrastes, o autor apresenta uma abordagem que ajuda a pensar nas práticas juvenis relatadas enquanto “antagonismos das estratégias” de sujeição:

Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência, como um catalisador químico, de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos empregados.

⁸⁷ Texto original: “Salvador es marcada por un patrón de segregación racial muy acentuado, pero estas divisiones a veces son porosas y sobrepuestas; se expresan, por ejemplo en la proximidad social entre turistas, elite local soteropolitana y los desgraciados de la ‘ciudad negra; hay una economía de la violencia expresa a través de la armonía perversa entre celebración de la igualdad y servidumbre, cordialidad y desprecio que ha sido apropiadamente llamada de ‘coexistencia cruel’”.

Mais do que analisar o poder do ponto de vista da sua coerência interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. [...] E para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações (Foucault, 2009a, p. 4).

Tomando diversas resistências históricas como referência, Foucault tipifica as relações de poder enquanto lutas, a partir do que elas têm em comum, a saber, o fato de serem “transversais”, no sentido de abrangência internacional (ex.: direitos da juventude); o fato de serem reações dos sujeitos às violências dos dispositivos de poder/saber (ex.: polícia); o fato de serem lutas imediatas que apontam para instâncias de poder mais próximas (ex.: obras de “requalificação” da cidade de Salvador); por serem lutas que questionam o estatuto do indivíduo que sofre negação ou fixação de identidade de modo coercitivo (ex.: homo e transfobia na comunidade terapêutica); e as lutas em torno da definição de “quem somos nós”.

Sintetizando o objetivo de tais lutas, Foucault (2009a, p. 6) as situa contra as técnicas e as formas do poder, dando um enfoque topológico, territorial para a mirada investigativa.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata, que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É a forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito ao outro, através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade, através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita.

Ao definir o exercício do poder como um modo de ação de alguns sobre os outros, Foucault enquadra a subjetividade como resposta do indivíduo à correlação de forças que se dá sobre o leque de possibilidades de suas ações, não o atingindo diretamente, fisicamente, caracterizando-se, por tanto, enquanto “ação sobre a ação, sobre ações atuais ou eventuais, futuras ou presentes” (Foucault, 2009a, p. 13).

Segundo Foucault (2009a), não sendo possível o exercício do poder onde há violência – que implicaria uma agência incisiva sobre o corpo – ele só seria possível enquanto ação sobre ações possíveis, sobre o campo de possibilidades comportamentais dos sujeitos em ação, conduzindo condutas e ordenando probabilidades. Estamos diante da estruturação do campo de ação dos outros:

É um conjunto de ações sobre ações possíveis, ela opera sobre o campo de possibilidades, onde se inscreve o campo de comportamentos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente; mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis a agir. Uma ação sobre ações (Foucault, 2009a, p. 14).

A afirmação de que o poder só pode ser exercido por sujeitos livres, com diferentes possibilidades de conduta, reações e modos de comportamento, abre espaço para considerar a subjetividade como uma experiência que concilia, ou que se inclina, tanto para a submissão voluntária, quanto para a sujeição. A experiência de Miró ilustra esta submissão instrumental diante das extorsões de dinheiro, nas entradas e saídas do albergue.

A liberdade é condição necessária, como afirma Foucault, para o exercício do poder, de tal modo que para o autor, a escravidão não seria um tipo de relação de poder. Por outro lado, não haveria relação de poder sem resistência, linhas de fuga e rupturas, como foi o caso da transformação da barreira de palmas espinhosas contra a população em situação de rua, em cerca viva, após poda feita pelos sujeitos repelidos e que, com isso, passaram a ocupar a área central do plantio.

Na perspectiva de pensar as geografias sociais que emergem de encontros racializados na “cidade multi cultural”, característica atribuível a Salvador, Bahia, Alves (2020, p. 6, tradução nossa) levanta questões que nos ajudam a pensar a arquitetura da vulneração entendida enquanto relações de sujeição, pelo interesse do autor em saber “Quais são as estratégias desenvolvidas pelos e pelas ‘condenados da cidade’ para fazer possível a vida urbana nessas espacialidades antinegras?”⁸⁸. Alves (2020, p. 6, tradução nossa) também faz outra questão pertinente à discussão aqui proposta: “Que outros referenciais possíveis poderiam dar conta destas dinâmicas espaciais de opressão e resistência?”⁸⁹.

Inspirado nas contribuições de Foucault e Mbembe, o texto de Alves (2020) é uma contribuição para os estudos urbanos comprometidos com a justiça espacial na diáspora africana, partindo do princípio de que a ordem colonial segue organizando o tempo presente. Parafraseando Mbembe, Alves (2020, p. 8, tradução nossa) afirma que a pós-colonialidade é uma “formação de terror” onde “os poderes disciplinares, biopolíticos e necropolíticos”⁹⁰ corroboram para a criação de “mundos de morte”. Consideremos aqui a possibilidade de “morte” em vida.

Alves (2020, p. 16, tradução nossa) define a necrópolis como “a espacialidade física e ontológica habitada por corpos negros despossuídos de sua vida (civil) plena. É um espaço”⁹¹.

⁸⁸ Texto original: “¿Cuáles son las estrategias desarrolladas por las/los ‘condenados de la ciudad’ para hacer la vida urbana posible en estas espacialidades antinegras?”.

⁸⁹ Texto original: “¿Qué otros referenciales posibles podrían dar cuenta de estas dinámicas espaciales de opresión y de resistencia?”.

⁹⁰ Texto original: “los poderes disciplinarios, biopolíticos y necropolíticos”.

⁹¹ Texto original: “la espacialidade física y ontológica habitada por cuerpos negros desposeídos de su vida (civil) plena. Es un espacio”.

A necrópolis é definida enquanto lugar em que vivem os “condenados da cidade”, tais como a rua, as favelas etc. Na arena da cidadania (polis) seletiva, estão enredadas a privação e a promoção de direitos, a promoção da vida (biópolis) e da morte (necrópolis), na expressão de uma cidade antinegra, a necrópolis, contra a qual a proposta de uma negropolis seria a construção de um enfrentamento antirracista pelo direito à cidade:

A negrópolis não é um exercício estéril de imaginação teórica; e sim um projeto quilombista em gestação nas ruas, nas favelas, nos bairros, nas vilas. É um movimento persistente, cotidiano, de negação da ‘negritude-como-vitimização’ [...]. Neste sentido, a vida negra só é possível por causa de múltiplas estratégias políticas tais como a ocupação de terras públicas e prédios urbanos ociosos, as conexões ‘piratas’ de serviços públicos como água e eletricidade, o transporte clandestino, que desafia a lógica excludente das políticas de mobilidade urbana em oposição aos ordenamentos territoriais da polícia comunitária a informalidade laboral nos semáforos, o menu das drogas nas ‘biqueiras’ dos bairros populares⁹² (Alves, 2020, p. 25, tradução nossa).

Em uma crítica ao estruturalismo, para pensar as “condições de possibilidade da subjetividade”, Possenti (2009, p. 91) coloca em questão tanto a tese do assujeitamento do sujeito, considerado como mero suporte, quanto a “hipótese da máquina discursiva uniforme, estável”. Listando as alternativas teóricas para refutar tais teses, o autor sugere:

Há várias alternativas teóricas para não aceitar a ideia de um sujeito como mero suporte, ou melhor, para não aceitar que seja inevitável que o sujeito seja mero suporte: uma é por uma questão de estrutura, a própria existência de estruturas. Outra é postular a existência de muitas estruturas, que, além de serem múltiplas, mantêm entre si, relações não uniformes. Elas podem se opor, entrar em choque, ou complementar-se, fundamentar-se mutuamente etc. Na verdade, logicamente, há uma terceira alternativa, provavelmente a melhor – ousaria dizer que é a mais correta do ponto de vista empírico: o que há são múltiplas ‘quase estruturas’ (quase estruturas não são estruturas!) convivendo e mantendo entre si relações variadas. A estratégia teórica exige, assim, movimento duplo e simultâneo: postular que não há propriamente estruturas e que por isso sempre há brechas (Possenti, 2009, p. 91).

Tanto as evidências empíricas quanto a opção teórica discutida neste contraste com os contextos juvenis apontam para uma dinâmica de forças desigual entre jovens vulnerados(as) e os dispositivos de controle dispersos no espaço público, de modo que mesmo considerando as “quase estruturas” e as possibilidades da subjetividade, os custos, os efeitos das relações

⁹² Texto original: “La negropolis no es ejercicio estéril de imaginación teórica; más bien es un proyecto quilombista/palenquero en gestación en las calles, las favelas, las barriadas, las villas.... Es un movimiento persistente, cotidiano, de rechazo a vivir la ‘negritud-como-victimización’ [...]. De hecho, la vida negra solo es posible por causa de multiples estrategias políticas tales como la ocupación de tierras públicas y predios urbanos ociosos, las conexiones ‘piratas’ de servicios públicos como agua y electricidad, el transporte clandestino que desafía la lógicas excluyentes de las políticas de movilidad urbana, las territorialidades diseñadas por pandillas de jóvenes en oposición a los ordenamientos territoriales de la policía comunitaria, la informalidad laboral en los semáforos, el menudo de drogas en las ‘biquerías’ y ‘ollas’ de los barrios populares [...]”.

desiguais de força precisam ser discutidos, para não correremos o risco de defender, implicitamente, a capacidade de vencer tais dispositivos. Não podemos ignorar que o ato político consciente destas microrresistências não se trata de um projeto coletivo, mas, precisa ser tratado como um fenômeno social que precisa ser discutido enquanto resistência ao que Alves chama de cidade antinegra, retomando as contribuições do afropessimismo:

É irrelevante se os indivíduos que abraçam estas estratégias o fazem ‘politicamente conscientes’, ou se suas ações são ‘socialmente’ uma resposta desarticulada e individual à violência estrutural. O que se busca é dar destaque à agência espacial negra na produção de espacialidades alternativas. porque, se o viver urbano da gente negra é criminalizado uma agenda de investigação urgente é dar visibilidade à indisciplina espacial que, embora desorganizado e individualizado, é um protesto contra os regimes urbanísticos que produzem o descolamento negro do mundo do trabalho, do mundo da cidadania, da comunidade humana⁹³ (Alves, 2020, p. 25).

Pesquisas como estas ajudam a inventariar regras e práticas dirigidas a jovens negros vulnerados, bem como inventariar modos juvenis de reagir ao que fazem com eles. Esta discussão será mais bem desenvolvida nos contrastes teóricos com o contexto das comunidades terapêuticas, a seguir.

6.2 CONTRASTES TEÓRICOS COM O CONTEXTO DA COMUNIDADE TERAPÊUTICA

De acordo com as informações do relatório da equipe técnica da comunidade terapêutica presente no banco de dados agregado desta pesquisa, estavam na instituição meninos e meninas entre 14 e 17 anos de idade, negros e negras, oriundos principalmente de zonas periféricas da região metropolitana e da capital baiana, usuários e usuárias predominantemente de maconha e de cocaína, “embora essa não tenha sido a principal justificativa de admissão na instituição”, sendo o envolvimento com o tráfico e as juras de morte os motivos mais frequentes. A estadia na comunidade terapêutica implicou na perda de acesso a dispositivos como escola e posto de saúde, como foi o caso da maioria das meninas “acolhidas” na instituição, ameaçadas de morte, fugindo de relações amorosas com sujeitos ligados ao tráfico.

O contexto juvenil de pobreza, periférico, com frágil estabilidade de fixação no território, a correlação negativa do recorte racial, a letalidade como horizonte e o “acolhimento”

⁹³ Texto original: “Es irrelevante si los individuos que abrazan estas estrategias las hacen ‘politicamente conscientes’ o si sus acciones son ‘solamente’ una respuesta desarticulada y individual a la violencia estructural. Lo que se busca es subrayar la agencia espacial negra en la producción de espacialidades alternativas porque si el vivir urbano de las gentes negras es criminalizado, una agenda de investigación urgente es visibilizar la indisciplina espacial que, aunque desorganizada y individualizada, es un protesto contra los regímenes urbanísticos que producen el desplazamiento negro del mundo del trabajo, del mundo de la ciudadanía, de la comunidad humana”.

na comunidade terapêutica, formam um ciclo de captação em que a rua, um espaço aberto, aparentemente disperso, apresenta-se incisivamente demarcado pelos efeitos de instituições como o tráfico, a polícia, secretarias de ação social, a caridade religiosa e as captações juvenis para as comunidades terapêuticas, quando lhes é cabível a categoria de “usuário de drogas”.

Dentro da comunidade terapêutica, a experiência da homofobia, manifestada na privação do direito à alimentação e nutrição, restrição na comunicação, do falar livre e do sorrir, além da restrição de contato familiar, contornam a aguda intolerância a comportamentos de gênero, que dão evidência às regras institucionais, de endemonização da homossexualidade, para descrever doença e justificar a cura como resultado do “acolhimento”, ou, pelo menos, justificar a abstinência temporária como forma de tratamento.

Assistimos ao caráter sagrado da violência como técnica de conversão do homossexual em homem, como Deus criou. Uma exigência de performatividade que duraria meses de abstinência até poder voltar supostamente “curado” para onde permaneceria a expectativa de continuidade, por exemplo, da postura masculinizada, que supostamente seria internalizada durante o “acolhimento”, na comunidade terapêutica. Pelas entrevistas do banco de dados, parece que a comunidade terapêutica não produz muito controle incisivo sobre as meninas, apesar da queixa de separação dos meninos e talvez, essa pouca incisividade tenha se dado pelo pertencimento delas ao contexto evangélico, alinhado ao da comunidade terapêutica e às projeções de “estudar”, “servir a Deus” e se afastar das “amizades ruins”.

O que apareceu de forma recorrente nas afirmações das entrevistadas, além do afastamento de risco de letalidade, é a afirmação de que a permanência na instituição “ajudou a melhorar a relação com a família, pelas orações”, bem como favoreceu o afastamento da situação de uso de drogas, que “já não estava fazendo bem”. Embora não tenha aparecido nenhuma sistematização de atenção pedagógica na instituição, recordemos a afirmação de que uma das entrevistadas disse que “estava lendo e escrevendo” na comunidade terapêutica.

Ciente dos riscos de retorno para os locais de origem, especialmente nos casos de fuga da letalidade, a equipe técnica que elaborou o relatório sobre “acolhidos e acolhidas” na comunidade terapêutica contraindicou a remoção do grupo sem que houvesse uma articulação junto ao poder público, na perspectiva da atenção integral, apesar do “quadro de fragilidade e escassez em que se encontram os dispositivos da rede de atenção integral”, como descrito no relatório.

Este ciclo de captação juvenil nos possibilita realizar contrastes com a discussão sobre biopolítica e dispositivos de poder em Foucault (1988, 2009a) e Agamben (2005), para pensarmos a comunidade terapêutica enquanto dispositivo de liberalização do “acolhimento”

de jovens “usuários de drogas” e em “situação de vulnerabilidade”, baseado na heteronormatividade, no proibicionismo e na abstinência. Já foram discutidos os efeitos disciplinares gerados sob a prerrogativa de conversão e cura comportamental da homossexualidade, e em seguida a noção de “vida nua” e “estado de exceção” em Agamben (2004) serão contrastadas com as características do público juvenil, bem como com a configuração das políticas de governo, para justificar ações fora do ordenamento jurídico da atenção integral, pela afirmação/construção de sua inoperância.

Dadas as condições paradigmáticas que diferem o contexto brasileiro dos Estados-nações europeus em Foucault, tomados como referência pelo autor para propor o conceito de biopolítica, ou do estado romano e o campo de concentração em Agamben, para propor a figura do *Homo sacer* e a discussão sobre o estado de exceção, ou ainda, os estados de sítio e a guerra civil da Palestina e de alguns Estados africanos tomados por Mbembe como paradigma para propor a necropolítica, é na experiência da escravidão e no pós-abolição que é possível encontrar um referencial paradigmático da formação do Estado brasileiro. Temos assim, contrastes significativos para pensarmos as especificidades do que seria, ou melhor, do que sempre foi a vida do negro no Brasil, desalmado para ser tratado como mercadoria, reduzido a sua condição biológica desde sua captura transatlântica, quando “raça” foi, desde já, usada para aproximar o negro de tipos mais primitivos e justificar sua subalternidade e desvalorização, pela simples cor da pele.

Cabe, no propósito de realizar contrastes entre as descrições juvenis da comunidade terapêutica e as contribuições teóricas mencionadas, discutirmos as especificidades das experiências juvenis, nas quais o não dito correlacionado com a cor da pele, com a condição social, econômica e de gênero, nos impõe pensar a sexualidade como um dispositivo do poder, atravessado por uma estratégia que combina práticas de conversão, castigos físicos, restrição alimentar e humilhação em público, isolamento e abstinência, mas principalmente e com maior disposição sobre o corpo negro.

Esse contexto, cuja dimensão racial é evidente e silenciada, não pode “passar em branco”, de tal forma que a categoria de raça, especialmente a de racismo, se faz necessária na caracterização de quais seriam as estratégias do tipo de poder que caracteriza a experiência do Brasil, o poder colonial e suas continuidades na sociedade de classe, na definição do lugar político e econômico dos negros e das negras na organização da sociedade brasileira.

Nesta direção, a contribuição do Mbembe é fundamental, tanto pelo aprofundamento da discussão sobre raça, a partir do pensamento de Foucault, quanto por um contraste mais adequado entre a biopolítica e a especificidade do Brasil, enquanto experiência pós-colonial e

de capitalismo periférico. Neste sentido, retomei a discussão do racismo como parte da racionalidade da biopolítica e da necropolítica, para então buscar, nos efeitos da escravidão cunhados no pós-abolição do Brasil, algumas continuidades, que atualmente se configuram nas experiências juvenis, no contexto da comunidade terapêutica.

A experiência da homofobia exhibe os contornos do controle da sexualidade, campo de tensão fundamental nas relações estabelecidas dentro da comunidade terapêutica, bem como nos contextos de origem dos(as) acolhidos(as), na perspectiva da continuidade de uma moral comum, assentada nos usos do discurso cristão pentecostal e neopentecostal para reprimir, sob a prerrogativa de cura, o desvio da lei divina, o que distinguiu o tratamento dado às meninas e aos meninos. A intolerância, no dizer da instituição, “a cura”, recaiu sobre aquilo que foi escolhido como objeto de endemonização, o desejo sexo-afetivo por outro rapaz, dentro da comunidade terapêutica. Talvez, o lugar onde se proíba seja, ao mesmo tempo, o lugar onde mais se incita, pela negação, pela repressão.

Foucault contrapõe-se à hipótese de que a modernidade sustentaria um caráter repressivo da sexualidade, por afirmar que as reprovações e as incitações do mesmo comportamento coexistem em diferentes espaços sociais, ele dirige o olhar para a distribuição espacial da economia da sexualidade, constituída a partir das “técnicas de poder contemporâneas”, uma investigação topológica de como, em cada contexto, as relações de poder entre indivíduos e instituições se dão, no uso do sexo enquanto objeto de referência de controle.

Enfim, a noção de sexo garantiu uma reversão essencial; permitiu inverter a representação das relações entre o poder e a sexualidade, fazendo-a aparecer, não na sua relação essencial e positiva com o poder, porém, como ancorada em uma instância específica e irreduzível, que o poder tenta, da melhor maneira sujeitar; assim, a ideia ‘do sexo’ permite esquivar o que constitui o ‘poder’, do poder; permite pensá-lo apenas como lei e interdição. O sexo, essa instância que parece dominar-nos, esse segredo que nos parece subjacentes a tudo o que somos, esse ponto que nos fascina pelo poder que manifesta e pelo sentido que oculta, o qual pedimos revelar o que somos e liberar-nos o que nos define, o sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo de sexualidade e por seu funcionamento (Foucault, 1988, p. 145).

Essa situação analítica do sexo, proposta por Foucault, a partir da relação de força entre indivíduos e instituições, em que as normas institucionais estão expostas nos efeitos sobre os sujeitos por elas capturados, no caso da comunidade terapêutica, se expressa em práticas alinhadas com a função de “cura”, de “recuperação”, sacralizando o ato da violência como técnica de conversão do homossexual em “homem, como Deus criou”. A comunidade terapêutica para um jovem negro homossexual impôs uma sentença de morte subjetiva, dado

que a instrumentalização discursiva tanto do pai quanto da instituição, se constituiu enquanto uma extensão da mesma moral, que, em graus diferentes, produziu não a reforma do sujeito, mas a impossibilidade de continuar sendo o que se era.

A esse respeito, recorro a reflexão de Agamben (2005) sobre a “vida nua”, que será mais detalhada alguns parágrafos à frente, como tipificação de uma vida que foi dominada, sucumbida e submetida pelo biopoder, no caso anterior, a partir do dispositivo da heterossexualidade tomado como norma para “curar” o jovem em uma espécie de ressurreição para um mundo social ideal, no qual o próprio sujeito, cuja vida reconfigurada em função da norma, valeria mais que o passaria a ser considerado como “doença”.

A problemática do uso de drogas e a situação de vulnerabilidade parecem se perder, enquanto referência da própria comunidade terapêutica, para justificar o “acolhimento” na instituição, em prol de um exorcismo moral, com castigos físicos, isolamento e restrição nutricional. Mais um rapaz negro, detalhe imprescindível, para não “passarmos em branco” esta continuidade.

Apesar da comunidade terapêutica ser apontada como um lugar para onde se vai para fugir da letalidade, as investidas incisivas de “cura” nela experimentadas como práticas homofóbicas parecem tensionar os limites da mortificação subjetiva, sob a forma de “cura”, ou de morte, ou inviabilidade de certas linhas de subjetivação. Seria o suicídio uma técnica de subjetivação em que o indivíduo se negue à submissão? Essa técnica era usada durante a escravidão, no Brasil. Neste sentido, o suicídio em Foucault parece encontrar no conceito de biopolítica um lugar de resistência subjetiva diante dos dispositivos do poder:

A preocupação que se tem em esquivar a morte está menos ligada a uma nova angústia que, por acaso, a torne insuportável para nossas sociedades, do que ao fato de os procedimentos de poder não cansarem de se afastar dela. Com a passagem de um mundo para o outro, a morte era a substituição de uma soberania terrestre por outra, singularmente mais poderosa; o fausto que a acompanhava era da ordem do cerimonial político. Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ele se torna o ponto mais secreto da existência, o mais ‘privado’. Não deve surpreender que o suicídio - outrora crime, pois era um modo de usurpar o direito de morte que somente os soberanos, o daqui debaixo ou o do além, tinham o direito de exercer – tenha se tornado, no decorrer do século XIX, uma das primeiras condutas que entraram no campo das análises sociológicas; ele fazia aparecer, nas fronteiras e nos interstícios do poder exercido sobre a vida, o direito individual e privado de morrer (Foucault, 1988, p. 130).

Considerando o caso do jovem que estava na comunidade terapêutica, sob pressão para adequar a conduta masculinizada, cabe retomar a problematização de Foucault sobre os efeitos do biopoder nas subjetividades, tomadas enquanto resposta dos indivíduos às tentativas de captura dos dispositivos de poder, dentre os quais poderíamos incluir, as comunidades

terapêuticas. Voltando para a contribuição de Alves (2020, p. 17, tradução nossa), a comunidade terapêutica seria um dispositivo da necrópolis, a expressão da cidade antinegra, na medida em que:

Na necrópolis, os corpos negros habitam o que intelectuais-ativistas negras/os chamam de ‘zona de morte’, ‘cidade-tumba’, ‘zona do não-ser’ ou uma ‘fantástica fábrica de cadáveres’. Nessas topografias da violência, a morte física é somente uma das múltiplas mortes, desde a pobreza objeta, da humilhação diária do subemprego até a dor psíquica do trauma histórico e a violência homicida⁹⁴.

Essa zona de morte, ou de mortificação, pode ser entendida, no caso dessa pesquisa, como experiência que Agamben chama de desubjetivação, no sentido de ser um dispositivo de esvaziamento do sujeito, ao ponto de a morte ser um último ato subjetivo diante da impossibilidade de sujeitamento. A origem desta disciplina sobre os indivíduos e sobre as populações, especialmente sobre a sexualidade, é objeto de discussão de Foucault (1997), que toma o desenvolvimento dos Estados-nações europeus para explicar o caráter disciplinar, biopolítico e de poder de fazer morrer, na discussão sobre a origem do racismo de Estado (Foucault, 1999a), recorte que nos ajuda a contextualizar as experiências juvenis no contexto desta pesquisa.

Fora do paradigma do fortalecimento dos Estados-nações europeus, os jovens e as jovens encontrados(as) na comunidade terapêutica tomada como referência nesta pesquisa representam uma situação social atravessada pelo racismo e classicismo, em uma sociedade que sempre lhes negou cidadania e lhes garantiu vulnerações múltiplas, marcadas principalmente por agressões físicas e trato subalternizante de pessoas não brancas, herdeiras da cultura do privilégio. Apesar da distância dos países tomados por Foucault como referência em seus estudos, nos parece interessante retomar como ele apresenta a configuração das relações de poder, para contrastes com o contexto da comunidade terapêutica:

Esse bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa de inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população, aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército,

⁹⁴ Texto original: “En la necrópolis, los cuerpos negros habitan lo que intelectuales-activistas negras/os llaman de ‘zona de muerte’, ‘ciudad-tumba’, ‘zona del no-ser’ o ‘una fantástica fábrica de cadáveres’. En estas topografías de la violencia, la muerte física es solamente una de múltiples muertes, desde la pobreza abyecta, la humillación diaria del subempleo, hasta el dolor psíquico del trauma histórico y la violencia homicida”.

a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram também como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas, tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento (Foucault, 1988, p. 132).

Pensar a biopolítica enquanto sistema europeu de gestão das condutas, historicamente situadas a partir de uma economia de estado da promoção da saúde e conversão da vida em energia produtiva, nos leva a pensar as distinções do contexto brasileiro, fruto de uma experiência de colônia de exploração europeia e, posteriormente, de um Estado que nasce segregando e excluindo a população não branca e branca pobre, por meio do ordenamento jurídico. Na continuidade histórica, o Estado brasileiro torna-se especialista em criminalizar e massacrar movimentos de contestação e resistência com o exército republicano, as ditaduras e, atualmente, a polícia.

Da reflexão sobre biopolítica citada acima, podemos concordar que, a partir do advento da república, a partir de 1889, reconfiguraram-se as técnicas de poder colonial, por instituições como a polícia, as oficinas de ofício, colônias de internação, as FEBENs e atualmente as medidas socioeducativas, operando enquanto fatores de segregação e de atualização de hierarquias sociais. A circunstância de expressiva filiação do eleitorado e do parlamento brasileiro à ultradireita, nos últimos anos, nos impõe refletir sobre algo que chama atenção na estratégia da comunidade terapêutica, o seu caráter econômico, restrito na qualidade e na quantidade do que oferta sob o nome de “acolhimento”, a expressão do liberalismo nas formas econômicas de ofertar o serviço de internação temporária. Uma oferta do mínimo investido, aos que o mínimo sempre foi oferecido e ainda, com isso, captar recurso público, nas três instâncias, municipais, estaduais e federais, sem falar no apoio do aparato da gestão dos direitos humanos para legitimar e financiar a sua existência, como já discutido.

No curso dedicado ao nascimento da biopolítica, ministrado entre 1979 e 1980, Foucault (1997) contextualiza o quadro da racionalidade política do Estado moderno dos países do norte, a partir do liberalismo como princípio e método de governo, pautado na regra interna de economia máxima e apoiada na regulação, pelas formas jurídicas para instituir dispositivos de poder. Discutindo a noção de dispositivo em Foucault, Agamben (2005, p. 9) resume a contribuição do autor da seguinte forma:

1. É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discurso, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece por esses elementos.
2. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder.
3. É algo de geral (um *resseau*, uma ‘rede’) porque inclui em si a episteme, que para Foucault, é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico, daquilo que não é científico.

Tomando as características foucaultiana do dispositivo para contrastar com o contexto da comunidade terapêutica, é possível concordar que ela se situa a partir de uma rede, interligada por interesses parlamentares, da bancada evangélica e de setores do empresariado brasileiro apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Reconhecemos também a função estratégica de possibilitar a captação de recursos públicos e ofertar serviços de forma econômica, bem como de geração de trabalho. O exemplo mais próximo que temos é a Fundação Dr. Jesus, alvo dos escândalos já mencionados. Da mesma forma, podemos considerar a função estratégica de trazer para o setor privado o que se faz com os e as jovens, “acolhidos” nas instituições geralmente isoladas e desprovidas de controle contra as arbitrariedades institucionais.

A episteme identificada a partir dos efeitos sobre os corpos dos jovens entrevistados pela equipe técnica que foi para a comunidade terapêutica denunciada, bem como nos documentos com denúncias e cartas de repúdio, foi a da heteronormatividade, fundada nos usos da moral cristã de cunho pentecostal. Neste sentido, a descrição de Foucault possibilita uma análise da comunidade terapêutica enquanto dispositivo do tipo disciplinar e biopolítico engendrado no último governo brasileiro. Além desta descrição, Agamben (2005, p. 13) desloca o conceito de dispositivo do contexto da filologia foucaultiana para descrevê-lo a partir de uma divisão geral e maciça da realidade em dois grupos, os seres vivos e os dispositivos pelos quais, segundo o autor, aqueles são capturados incessantemente:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc., cuja conexão como poder e em certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar.

Ao definir enquanto dispositivo qualquer coisa que tenha “capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”, Agamben amplia o escopo foucaultiano de abrangência do que seriam os dispositivos e abarca uma série de elementos que ajudam, inclusive, na discussão sobre arquitetura de vulneração, considerando que as bolas de concreto, os cacos de vidro e as palmas espinhentas plantadas sobre os viadutos foram dispositivos importantes para remover de circulação, impedir a ocupação.

Ao propor uma relação de forças e ajustamentos no corpo a corpo, entre os dispositivos e os indivíduos humanos, seres vivos, Agamben (2005) situa o sujeito enquanto resultante desta relação, porém em um quadro de proliferação de dispositivos, típica da atual fase de desenvolvimento do capitalismo que ele descreve enquanto época de “ilimitada proliferação de processos de subjetivação” no mesmo indivíduo. O autor apresenta a contemporaneidade enquanto fase extrema de consolidação do capitalismo, na qual estamos imersos na acumulação e proliferação dos dispositivos, e neste sentido questiona de que modo podemos fazer frente a essa situação, no sentido de que estratégias seguir, no corpo a corpo com os dispositivos. Ele mesmo propõe que não se trata mais de destruí-los, dada a sua proliferação, como o celular, que o autor toma como objeto, nem a ingênua pretensão de convertê-los em um uso justo.

Como saída, Agamben (2005) sugere a “profanação”, estratégia que consiste em “liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos, para restituí-lo a um possível uso comum”, ao “livre uso dos homens”. Usando a religião para ilustrar o efeito subtrativo dos dispositivos, daquilo que foi retirado dos indivíduos e transferido para uma esfera metafísica. O autor afirma que “a profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum, aquilo que o sacrifício havia separado e dividido” (Agamben, 2005, p. 14). Agamben (2005, p. 15) sugere que pensemos os dispositivos desta fase atual do capitalismo, não mais enquanto agentes de subjetivação e sim, de “dessubjetivação”.

As sociedades contemporâneas se apresentam assim, como corpos inertes, atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação, que não correspondem a nenhuma subjetivação real. Aqui, o eclipse da política que pressupunha sujeitos e identidades reais (o movimento operário, a burguesia, etc.) e o triunfo da *oikonomia*, ou seja, de uma pura racionalidade de governo, que não visa outra coisa que não a própria reprodução. Direita e esquerda, que se alternam hoje na gestão do poder, têm por isso bem pouco o que fazer, com o contexto político do qual os termos provêm e dão nome simplesmente aos dois pólos – aquele que aposta, sem escrúpulos sobre a dessubjetivação e aquele que gostaria, ao invés de recobri-la com a máscara hipócrita do bom cidadão democrático – de uma mesma máquina governamental.

Pensar os dispositivos contemporâneos a partir do efeito de dessubjetivação, nos remete à discussão já desenvolvida nos contrastes teóricos com o contexto do Centro Histórico de

Salvador, na qual, o sujeito foucaultiano (2009a) é descrito enquanto sujeito dos dispositivos e enquanto sujeito de si mesmo, retomando a discussão sobre a importância do pós-estruturalismo, na proposição de quase estruturas (Possenti, 2009), que possibilitam a subjetividade, por exemplo, como resistência (autoflagelação do jovem da comunidade terapêutica), submissão instrumental (abordagem policial x mendicância do Pacêro), desvio (objetificação sexual x masculinidade retraída de Miró) dentre outras reações produzidas nas relações de poder, discutidas nos contrastes teóricos produzidos com o contexto do Centro Histórico de Salvador.

Neste sentido, a dessubjetivação, sendo, por definição semântica, o contrário da subjetivação, pode ser entendida enquanto relação de força negativa sobre o sujeito, que tenderia a ser mais definido pelas linhas de contorno dos dispositivos que por suas escolhas e inclinações. Agamben parece tender para uma descrição da subjetividade mais estruturada e saturada pelos dispositivos de poder em que, em situação de proliferação de múltiplos dispositivos e discursos, a exemplo das redes sociais e todos os estímulos diários e constantes, borra-se a distinção entre subjetivação e dessubjetivação, dada a estimulação de múltiplas e ao mesmo tempo unívocas formas de aglomerar indivíduos, por exemplo, nas bolhas identitárias mobilizadas pelos algoritmos do Instagram e do Facebook.

O que define os dispositivos com os quais temos que lidar, na fase atual do capitalismo é que eles não agem mais pela produção de um sujeito, quanto pelos processos que podemos chamar de dessubjetivação. Um momento dessubjetivante estava certamente implícito em todo processo de subjetivação e o Eu penitência se constituía, havíamos visto; mas o que acontece nesse momento é que, os processos de subjetivação e os processos de dessubjetivação parecem, reciprocamente indiferentes e não dão lugar à recomposição de um novo sujeito, senão em forma larvar e por assim dizer, espectral. Na não-verdade do sujeito não há mais de modo algum a sua verdade. Aquele que se deixa capturar no dispositivo ‘telefone celular’, qualquer que seja a intensidade do desejo, que o impulsionou, não adquire, por isso, uma nova subjetividade, mas, somente um número através do qual, pode ser, eventualmente, controlado; o espectador que passa as suas noites na frente da televisão, não recebe mais, em troca da sua dessubjetivação, que a máscara frustrante do *zappeur*, ou a inconclusão no cálculo de um índice de audiência (Agamben, 2005, p. 15).

Na contextualização da “dessubjetificação” enquanto resultante da intensa capilaridade dos dispositivos de poder no corpo social contemporâneo, Agamben diagnostica a atualidade enquanto expressão da maior docilidade e fragilidade política das populações na história da humanidade e afirma que, como os gestos cotidianos são intensamente intermediados pelos dispositivos, urge profaná-los.

É por um paradoxo somente aparente que o inócuo cidadão das democracias pós-industriais (o *bloom*, como eficazmente se sugeriu chamá-lo), que executa

pontualmente tudo o que lhe é dito para fazer, e deixa que os seus gestos cotidianos, como a sua saúde, os seus divertimentos, as suas ocupações a sua alimentação e os seus desejos sejam comandados e controlados por dispositivos até nos mínimos detalhes, é considerado – talvez, exatamente por isso pelo poder como um terrorista virtual. Enquanto a nova normativa europeia impõe assim, a todos os cidadãos, aqueles dispositivos biométricos que desenvolvem e aperfeiçoam as tecnologias antropométricas (das impressões digitais à fotografia sinalética) que foram inventadas no século XIX para a identificação dos criminosos reincidentes, a vigilância através da vídeo-câmera transforma os espaços públicos das cidades em áreas internas de uma imensa prisão. Aos olhos da autoridade – e talvez esta tenha razão – nada se assemelha melhor ao terrorista do que o homem comum (Agamben, 2005, p. 15).

Nos é útil o diagnóstico da contemporaneidade de Agamben, com relação à proliferação dos dispositivos de poder e a constatação de que estamos na época de maior submissão populacional e da urgência de profaná-los, no sentido de retomar aquilo que foi capturado, ou parcialmente capturado pelos dispositivos nas relações de poder. Retomando as experiências juvenis, a ruptura com o sexo abusivo da “gringa”, a autoflagelação e o silenciamento da expressão, contra a cura cristã da homossexualidade, a conversão da abordagem policial em esmola e da extorsão no abrigo enquanto consideração, bem como a poda dos espinhos para transformar barreira contra ocupação de espaço público em cerca viva para habitar o local, seriam, neste sentido, profanações.

Por outro lado, chama atenção o fato dessas experiências ocorrerem em contextos de pessoas predominantemente negras e, todas, pobres. Neste sentido, a dessubjetificação proposta por Agamben (2005) não pode ser tratada, ao menos no contexto desta pesquisa, fora da discussão sobre o racismo enquanto racionalidade que encontra nas políticas de governo, de Estado e civis, a base de sustentação.

Os elementos foucaultianos para definir o que é um dispositivo, otimizam a discussão sobre arquitetura da vulneração, abordada no contraste com o contexto do Centro Histórico de Salvador, como evidência de dispositivos que se expressam na fronteira entre o linguístico e o não linguístico, na forma de lei, a exemplo das “requalificações do espaço urbano”, com efeito de agressão ou interdição à circulação e, por fim, expressa uma episteme que toma a raça e a classe como fator de distinção e afastamento.

O racismo, enquanto racionalidade, está inscrito nas continuidades de nossa tradição patriarcal-escravocrata, que se atualizam na forma do valor social desigual do trabalho. Como afirmou Fernandes (2008, v. 2, p. 391), referindo-se ao lugar do negro no Brasil após a abolição da escravatura:

As estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar normalmente as estruturas pré-existentes na esfera das relações raciais, fazendo com

que a ordem social competitiva não alcance pela vigência na motivação, na coordenação e no controle de tais relações.

Na perspectiva de contextualizar paradigmaticamente este comportamento brasileiro, pautado inicialmente nas teorias raciais que se tornam mais usadas no Brasil no final do século XVIII, encontramos, em Foucault (1999a, p. 307) a ideia de que o darwinismo seria a base para a criação de um racismo de Estado, paradigma da luta pela vida entre as espécies, que eliminam as menos adaptadas, o que, de alguma forma, inspirou o darwinismo social:

No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato – ou seja, não tanto a própria teoria de Darwin quanto o conjunto, o pacote de suas noções (como: hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre as espécies, seleção que elimina os menos adaptados) –, tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do Século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc. Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forjado, literalmente, a pensá-los.

Para Foucault, a biopolítica é a racionalidade de governo na qual o racismo se faz necessário para naturalizar e justificar a violência do sistema de privilégios, a eugenia que caracteriza, por exemplo, a investida destruidora dos europeus rumo ao continente africano e ao americano. É o que faz com que a França, “a rainha da liberdade, igualdade e fraternidade”, de onde vem Foucault, manter até os dias atuais a Martinica em regime colonial. Sobre a correlação entre o racismo e a experiência colonial⁹⁵, Foucault (1999a, p. 307) afirmou que:

O racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo.

A coexistência, na contemporaneidade, da biopolítica – como política de estado para a promoção da vida – e do antigo poder soberano de fazer morrer só é possível, segundo Foucault, a partir da colocação do racismo em cena, para justificar a eliminação das “raças ameaçadoras” e a purificação de outras. Na perspectiva de pensar o racismo como parte da racionalidade biopolítica, Foucault (1999a, p. 304) o define enquanto: “meio de introduzir o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” e “a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como

⁹⁵ Conversando sobre isso com uma francesa, em 2023, ela disse: “os franceses escolheram o melhor animal para representar sua própria cultura, pois o galo está sempre orgulhoso de si, com sua pose e canto, mas, se olharmos bem, ele está pisando em um monte de merda, do próprio galinheiro”. Uma autocritica que eu não esperava!

boas e de outras, ao contrário, como inferiores”, uma maneira de fragmentar o campo biológico. Neste sentido, já estava implícita a ideia de um Estado racista que deixa e faz morrer certos indivíduos e/ou populações, no pensamento de Foucault (1999a, p. 304), para quem credita esta correlação a Mbembe:

Em resumo, de estabelecer uma censura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder.

Tal configuração possibilita considerar o racismo como um sistema, uma racionalidade determinante sobre processos de vulneração juvenil, com pessoas racializadas e geralmente agrupadas na população não branca, isso fica evidente nas experiências tomadas com referência nesta pesquisa, no contexto da comunidade terapêutica e da rua. Pensar nesses espaços como destino de pessoas negras encontra eco nas discussões que Mbembe (2016) faz, ao propor o conceito de necropolítica, no esforço de dar maior centralidade ao conceito de raça, em sua filosofia política.

Mbembe (2016) diferencia os Estados do hemisfério sul, dos Estados modernos do hemisfério norte, usados como referência aos estudos foucaultianos, caracterizando estes enquanto Estados de bem-estar social e aqueles enquanto estados genocidas, pela necessidade de eliminar os corpos excedentes, com suas implicações sobre populações vulneradas, como, por exemplo, os e as jovens deste estudo.

O processo de vulneração de jovens discutido nesta pesquisa nos aproxima do conceito de necropolítica para discutirmos em que medida ele ajuda a descrever a nova configuração do poder nos Estados do capitalismo periférico contemporâneos, como é o caso do Brasil, e a necessidade de gerir seus excedentes populacionais, efeito da redução da necessidade de mão de obra. Segundo Mbembe (2016), tal quadro é resultado das transformações técnicas no modo de produção que passam a dispensar mão de obra em larga escala, a partir do século XX, pela automação dos sistemas produtivos, sem falar na grande porcentagem da população negra, já herdeira da exclusão em massa da condição de cidadão, desde a “abolição” da escravidão no Brasil.

Na época atual do capitalismo, já não se trata mais de assimilação nem de expulsão, porque o sistema passa a se desfazer das massas humanas em larga escala. Alguma coisa acontece na ordem do sistema que faz com que aquelas imensas massas sejam agora dispensáveis ao seu modo de reprodução e produção de riqueza. Seu caráter irracional encontra sua temporalidade histórica: ainda que a produção de valor seja própria do trabalho vivo, o capital desenvolve cada vez mais aquilo que Marx (1988)

chamou de ‘trabalho morto’ (isto é, força de trabalho que se acumula na forma de máquinas) e, assim, passa a descartabilizar sujeitos agora tornado supérfluos, dispensáveis, sobrantes. Este ponto de chegada é a culminação de uma tendência subjacente à própria dinâmica de reprodução social do capitalismo (Hilário, 2016, p. 202).

É importante lembrar que, no contexto brasileiro, antes mesmo do capitalismo que aqui se formou apresentar os efeitos da automação e do desemprego em massa, já havia uma outra grande massa que sequer conseguiu adentrar no mundo do emprego e permaneceu à margem do acesso a certas condições de trabalho. Ao referir-se à importância de Mbembe, Hilário (2016) deixa claro o quanto o pensamento do autor pode ser aplicado à realidade brasileira, neste momento de exceção – referindo-se ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro – e geração do que ele chama de “massas supérfluas” entregue ao aumento da precariedade de seus contextos de vida e à margem dos benefícios sociais, cada vez mais restritos.

Essa massa supérflua sobrecarrega o mercado informal e ocupa o que hoje é alvo da guerra nas favelas: o tráfico de drogas e outras práticas descritas no contraste com o contexto do centro histórico, como o roubo, a mendicância e a caça às “gringas”. A comunidade terapêutica estaria aí, nesta rede, como uma inovação que, ao invés de deixar morrer, ou fazer morrer, transforma o sujeito vivo, ou ainda, “morto-vivo” – subjetivamente falando –, em um “acolhido”, porém, não necessariamente curado, número importante para justificar a composição orçamentária da missão institucional, que ocupa as lacunas do Estado.

Hilário refere-se à contemporaneidade enquanto contexto de decadência de um estado de bem-estar social, em pleno declínio da era anterior, marcada pelo crescimento dos direitos individuais e políticos, para uma fase de aumento de discursos e práticas de exclusão, violência simbólica, violência sobre os corpos e a consequente autorização ao extermínio. Assistimos isso se acirrar nos últimos anos, por exemplo, em relação aos povos tradicionais com assassinatos de lideranças indígenas e quilombolas.

A necropolítica trata da destruição dos corpos e das populações tornadas descartáveis à reestruturação do sistema produtivo e de acumulação, neste sentido assistimos a alguns ataques a populações indígenas localizadas em regiões de interesse do garimpo e outras atividades extrativistas de interesse econômico, em pleno ano de 2023.

Apesar de a Bahia já ter ocupado a posição de terceiro estado onde mais se mata jovens pela ação da polícia, o tema do genocídio não é importante enquanto efeito da comunidade terapêutica, mas motivo para ir até ela, para não se deixar morrer, considerando a fuga da letalidade (IPEA, 2018, 2019, 2020). Por outro lado, lembremos: a comunidade terapêutica foi o lugar em que se experimentou a mortificação disciplinar da homossexualidade e a retirada da

própria vida como subjetivação, como, ao mesmo tempo, resistência e desistência. Talvez aqui, em função do borramento entre elas, tenhamos um exemplo de dessubjetivação, como discutido por Agamben (2005).

Neste sentido, o que Mbembe (2016, p. 137) toma como paradigma para a proposição do conceito de necropolítica, o estado de sítio, a guerra civil do estado palestino e dos estados africanos, com a popularização das tecnologias de morte bélicas, também é algo distante das experiências dentro da comunidade terapêutica:

Como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é uma concatenação de várias poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O ‘estado de sítio’ em si, é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis.

Obviamente que se tomarmos as comunidades periféricas de onde vêm os e as jovens do contexto desta pesquisa, encontraremos a territorialização da violência cuja expressão dos mecanismos de disciplinamento e controle demarcam as zonas em que o estado de sítio é uma permanência, tema bastante discutido sobre o problema do genocídio da população jovem negra, pela ação do Estado, especialmente nas mãos do estado da Bahia, com um governo do Partido dos Trabalhadores, famoso nacionalmente pela contradição de ser o que mais mata jovens negros no país. Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2015 e 2022, durante a gestão do PT, do então governador Rui Costa, atual ministro da Casa Civil, houve um aumento alarmante e contraditório de 300% na letalidade policial. A pauta racial sempre foi um calcanhar de Aquiles para a esquerda brasileira, tal como a esquerda para o movimento negro.

Na perspectiva do contraste, a função do não deixar morrer e a capitalização da sobrevivência pareceu ser uma estratégia melhor que promover a morte física. Mesmo nas comunidades de origem dos e das jovens que estavam na comunidade terapêutica mantida em anonimato, essencializar sua caracterização a partir da ideia de um necropoder implicaria em ignorarmos a própria dimensão múltipla do conceito de vulneração, expressa também a partir das redes de afeto e solidariedade, nas formas de sociabilidade que escapam da ideia de um estado de sítio e da política de morte como caráter universal.

Talvez o estado de sítio, por pouco, ainda nos seja um paradigma exagerado, mesmo considerando que há zonas da cidade em que a guerra às drogas mantém em estado de sítio algumas comunidades periféricas, a exemplo do Pela Porco (Sete Portas), da Gamboa (Avenida Contorno), do Gravatá (Nazaré) e do Engenho Velho da Federação, São Caetano, Valéria, dentre muitas outras localidades da cidade de Salvador que são palco de constantes manifestações de moradores, contra ações truculentas por parte da polícia militar.

Apesar desta distinção entre o contexto da comunidade terapêutica e as políticas de morte física do estado de sítio, tomado enquanto paradigma para a proposição de uma necropolítica, Mbembe (2016) traz algumas contribuições importantes para esta pesquisa, na medida em que retoma a discussão racial de Foucault e a coloca em maior lugar de determinação, para justificar a passagem de uma política de controle da vida de indivíduos e populações, para uma política da mortificação destes.

Mbembe (2016, p. 128) destaca o conceito de raça enquanto fundamento do conceito de “biopolítica” de Foucault, por serem a colonização e a escravidão, duas experiências constitutivas da violência dos Estados modernos, que o autor toma como referência para o biopoder, cujo efeito de distribuição da espécie humana em grupos e subgrupos, por classificações e hierarquizações biológicas, deu lugar ao conceito de “racismo” na sua obra:

Que a ‘raça’ (ou, na verdade, o ‘racismo’) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. Referindo-se tanto a essa presença atemporal como ao caráter espectral do mundo da raça como um todo, Arendt localiza suas raízes na experiência demolidora da alteridade e sugere que a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte. Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘aquele velho direito soberano de morte’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é ‘a condição para a aceitabilidade do fazer morrer’.

Seguindo a partir do legado foucaultiano, Mbembe considera que a escravidão foi a primeira instância biopolítica experimentada na instituição do terror do Estado moderno, instaurador do estado de exceção e de sítio como parte fundamental da estrutura de colonização. O autor apresenta o escravo como “uma sobra personificada”, referindo-se ao fato de que ele representa, ao mesmo tempo, a perda de um “lar”, dos direitos sobre o seu corpo, perda da condição de sujeito político, o que, para o autor, equivale a uma “dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral)” (Mbembe, 2016, p. 131).

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em ‘estado de injúria’, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo. Violência, aqui, torna-se um elemento inserido na etiqueta, como chicotadas ou tirar a própria vida do escravo: um ato de capricho e pura destruição visando incutir o terror. A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida. Como sugere Susan Buck-Morss, a condição de escravo produz uma contradição entre a liberdade de propriedade e a liberdade da pessoa. Uma relação desigual é estabelecida junto com a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu dominador. Dado que a vida do escravo é como uma ‘coisa’ possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada (Mbembe, 2016, p. 131).

A condição de escravo, mantido vivo, mas em estado de injúria, a violência como forma de sociabilidade, o estado de morte em vida, são pistas para discutirmos, um pouco mais a frente, neste texto, a importância dos contrastes com o conceito de “vida nua” de Agamben (2002). Tomando a comunidade terapêutica como dispositivo de poder, esse não é um lugar tipificado pelo risco de letalidade, implicando mais em experiências do não deixar morrer, porém, dentro de uma precariedade assistida, por restrição de acesso a políticas públicas, restrição alimentar e ao tempo de banho, como denunciado nas reportagens discutidas nesta pesquisa. Apesar da relevância do conceito de necropolítica, o “massacre” e o “estado de sítio” como forma de sociabilidade, seriam mais cabíveis para pesquisas no circuito do tráfico.

Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo ‘massacre’. Por sua vez, a generalização da insegurança aprofundou a distinção social entre aqueles que têm armas e os que não têm (‘lei de distribuição de armas’). Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias (Mbembe, 2016, p. 144).

Apesar do contraste de Mbembe, entre o conceito de biopolítica e o contexto histórico dos países do eixo sul, na conformação de Estados derivados de processos de colonização, nos falta ainda um outro deslocamento histórico. Precisamos ainda buscar na constituição da república brasileira as resultantes da escravidão, no pós-abolição, sobre o público juvenil composto pelos filhos dos então ex-escravizados e escravizadas, que se atualizam nas experiências juvenis que constituem a rua e a comunidade terapêutica, enquanto contextos de vulneração.

A descrição atual da cidade, a exemplo de Salvador, como lugar de privilégio dos brancos, uma “brancópolis”, fundada numa perspectiva antinegra, transversal às experiências da diáspora, é um reflexo de nossas continuidades coloniais.

Em Salvador, Cali, Bogotá, Rio de Janeiro ou outros contextos multirraciais da América Latina, ‘os pobres’ são submetidos às engenharias perversas da dominação de classe. Além da violência econômica, as pessoas negras sofrem também a violência ontológica da desumanização e descarte permanentes. Esta é uma dimensão importante para nossa proposição teórica: mais que um espaço de privilégios brancos, a biopolis é uma formação político-espacial fundada em uma antinegitude⁹⁶ (Alves, 2020, p. 14, tradução nossa).

Nesta direção, além da busca de referencial histórico da formação da sociedade brasileira para pensar as especificidades atuais da vulneração juvenil, foi importante discutir o racismo como categoria que ajudou a contextualizar a situação dos indivíduos que são arregimentados para as comunidades terapêuticas. Se atualmente não usamos o estigma de “vadiagem”, categoria cunhada na experiência do pós-abolição, é a categoria de “usuário de drogas” que autoriza esse arrebanhamento seletivo, racializado e de recorte econômico especificado pelo termo “vulnerável”. Vejamos, de forma breve, na nova historiografia, algumas especificidades do contexto juvenil no contexto da abolição, especialmente na Bahia e em Salvador, que nos ajudam a vislumbrar continuidade nos contextos discutidos nesta pesquisa.

Paulino e Oliveira (2020) e Fraga Filho (1994) nos mostram algumas pistas para entendermos o contexto das comunidades terapêuticas enquanto reconfiguração de antigas técnicas de controle da população jovem negra no Brasil, egressa do sistema escravocrata, que ocupou centros urbanos, logo após o fim da escravidão e no início da República Velha, na esperança de melhores condições de vida que a sociedade do trabalho livre anunciava. Silva contextualiza o período de transição a partir da luta entre abolicionistas e a elite brasileira, que acabou mantendo as “hierarquias dos latifúndios” do poder colonial nos modos de governar.

Constituindo-se como uma mão de obra desvalorizada para o trabalho urbano e sem terras que pudessem cultivar, aos recém-libertos, que não se mantiveram sob o jugo de seus antigos senhores, restava tentar a própria sorte e inserir-se como trabalhadores assalariados no campo ou nas cidades. Ocorre que parcela considerável dessa população se deslocou para os meios urbanos, e um grande contingente não foi absorvido pelo mercado de trabalho, permanecendo sem qualquer ocupação, vagando

⁹⁶ Texto original: “En Salvador, Cali, Bogotá, Rio de Janeiro u otros contextos multirraciales de América Latina, ‘los pobres’ son sometidos a las ingenierías perversas de la dominación de clase. Además de la violencia económica, la gente negra sufre también la violencia ontológica de la deshumanización y desechabilidad permanente. Esta es una dimensión importante para nuestra proposición teórica: más que un espacio de privilegios blancos, la biopolis es una formación político-espacial fundada en la antinegitud”.

pelas cidades ou fomentando o mercado informal, submetendo-se aos subempregos e à baixa remuneração (Paulino; Oliveira, 2019, p. 95).

Tomando a cidade do Rio de Janeiro como referência, Silva pontua a insurgência do Estado, chamado pela elite urbana a responder diante da necessidade de tornar o meio urbano mais “aprazível”, justificativa para a remoção de indivíduos socialmente “indesejáveis” que passaram a vagar pela cidade sem ocupação. É neste contexto que a autora situa a tipificação penal de “vadio”, definida no Código Penal de 1890, um dos primeiros dispositivos de repressão e manutenção das “hierarquias residuais do sistema escravocrata”.

A criminalização da “vadiagem”, um termo cunhado no pós-abolição da escravidão no Brasil, possibilitou um experimento importante para contrastarmos com as experiências juvenis no contexto das comunidades terapêuticas, a saber, a criação da Colônia Correcional, no Rio de Janeiro, autorizado pelo Decreto nº 145, de 1893.

Outrossim, podemos citar ainda o Decreto nº 145, de 1893, que autorizava a criação da Colônia Correcional na Fazenda Boa Vista, no Rio de Janeiro, que retoma a qualificação dos ‘vadios’, visto que tal colônia era prevista ao encarceramento destes. As Colônias Correcionais tinham como principal diretriz o trabalho como forma disciplinar e de controle da população ociosa urbana, corroborando com os anseios civilizatórios da nação que se formava (Paulino; Oliveira, 2019, p. 99).

Na tipificação penal do que seria “vadiagem”, Paulino e Oliveira (2020, p. 100) apresentam uma lista de condutas e condições que poderiam ser usadas para julgar o crime, abarcando aspectos que garantiram ampla margem de captura seletiva, a saber: “(1) ausência de profissão ou ofício; (2) não possuir meio de subsistência; (3) não possuir domicílio; (4) vagar pela cidade ociosamente; (5) exercer ocupação que atente contra a moral e os bons costumes”.

Se hoje não há Colônia Correcional, a comunidade terapêutica parece herdar dela alguns traços, se considerarmos a lógica do afastamento dos centros urbanos, da internação e o critério de captação, ao definirem o seu público enquanto “jovens, dependentes químicos e em situação de vulnerabilidade”, garantindo, portanto, ampla seletividade de indivíduos, herdeiro de nossa experiência escravocrata, mais uma vez, sem declarar o recorte racial evidente dos destinatários deste “acolhimento”, retomando o termo usado para caracterizar o “serviço” das comunidades terapêuticas. O recorte racial oculto na tipificação penal, herdeiro do cientificismo do século XIX, é mencionado por Paulino e Oliveira (2020, p. 104):

A figura do ‘vadio’ ultrapassa o mero caráter positivado na legislação criminal e é um constructo social que bebe da fonte do ‘Darwinismo Social’ de Spencer (1820-1903) e das teses da criminologia positiva de Lombroso (1835-1909). O ‘vadio’ é associado ao ócio, mas é também raiz da criminalidade e da desordem devido à influência do meio e/ou por determinismo biológico. O ‘vadio’ era um obstáculo ao progresso, à ordem e ao modelo civilizatório que a nascitura República brasileira almejava [...].

Na hipótese de que estamos diante de continuidades de nossas experiências no pós-abolição, pesquisando sobre o termo “vadiagem” e “pós-abolição” encontrei também a dissertação de mestrado de Fraga Filho (1994, p. 115), na qual ele discute, na subseção intitulada “Meninos, vadios, moleques e peraltas”, sobre a experiência juvenil do século XIX, apresentando a situação da cidade de Salvador:

Ao longo do período, as autoridades baianas sempre se queixaram da grande quantidade de rapazes ‘peraltas’ e ‘moleques’ que se assenhoreavam das vias públicas com atitudes irreverentes e irrequietas. A julgar pela insistente referência aos ‘moleques’ devemos inferir que a maioria desses menores fossem de cor negra. Ao lado das prostitutas e dos indivíduos sem eira nem beira, os moleques vadios eram vistos com desprezo e hostilidade pelos bem nascidos. Gilberto Freyre observa que muito do aspecto de prisão dos sobrados oitocentistas, protegidos por cães ferozes, portões e muros altos e encimados por afiados pedaços de vidro, deveu-se à intenção de preservar a família patriarcal urbana da plebe de rua: os sedutores, os ladrões e, principalmente, os moleques.

Fraga Filho apresenta a ida para a rua como resistência juvenil às continuidades das violências e das restrições de alternativas para jovens, negros e negras, maturadas na escravidão e que se estenderam para o pós-abolição, a partir de uma linguagem da violência, na forma de trabalhos subalternizados, tarefas exaustivas, castigos corporais e toda a ordem de subserviência para o “trabalho”. O ato de resistência passa a ser tipificado criminalmente enquanto “vadiagem”, uma tática do poder colonial.

A construção do problema da “vadiagem juvenil”, para a autorização de medidas de remoção da circulação, é atravessada por uma questão de classe da formação da cidade de Salvador e mobiliza dispositivos científicos importantes para justificar as decisões do que fazer, como apresenta Fraga Filho (1994, p. 120):

Quanto ao desacato a superiores, as queixas das elites persistiram até inícios do século XX. Em uma tese escrita em 1902, o médico Antônio Ribeiro Gonçalves dizia que os menores vadios, ‘vivos e prompts para uma réplica’, passavam diante de uma pessoa ‘veneranda’ e não poupavam as ‘pilhérias rasteiras’, no que empregavam um ‘calão baixo e repugnante’. Aqui o saber especializado e científico do médico apontava os aspectos nocivos da exposição destes menores à vida de rua. Foi o discurso médico que atribuiu a estes meninos um maior grau de periculosidade. Inspirado em Lombroso, sustentava Ribeiro Gonçalves que eles eram de caráter ‘profundamente viciado’, familiarizados com as ‘depravações mais baixas’ e potencialmente inclinados para a criminalidade. Inquietava as autoridades e os bem pensantes o fato de que a rua 08 estivesse amestrando na vadiagem, o que não era nada alentador para quem se empenhava pela ordem pública e a moralização dos costumes.

Recordando o ocorrido em 15 de setembro de 1867 na cidade de Salvador, apresentado por Fraga Filho (1994) como um marco para as autoridades se mostrarem decididas a acabarem com as reuniões de menores em diversos pontos da cidade, durante a comemoração da festa do

Santíssimo Sacramento, jovens invadiram as ruas “e armados de cacetes, espancaram diversas pessoas, entre estas um português”, seguido de enfrentamentos dos jovens contra as ações da polícia, para resgatar o companheiro preso, bem como em protesto contra a ação hostil da força policial durante a noite. Fraga Filho (1994) apresenta diversas situações de resistência e até envolvimento com protestos junto a movimentos sociais, mas vai apresentando a especialização de um modo de fazer política a essa população, pela via judiciária e pela segurança pública, na forma da polícia.

Segundo o autor, “a intenção era retirar a juventude das ruas, circunscrevê-la no âmbito das oficinas, da escola, do orfanato e do serviço militar” (Fraga Filho, 1994, p. 126). Atualizando, incluo nesta lista de instituições, as comunidades terapêuticas para pensar nas continuidades desta lógica de funcionamento institucional, herdeira de nossas colonialidades. A construção da identidade de “menino vadio”, no passado, que nos ajuda a pensar a construção da identidade de “usuário de drogas em situação de vulnerabilidade”, no presente, é descrita por Fraga Filho (1994, p. 127), expondo a regra de tipificação juvenil que não cansa de se atualizar em novas formas:

Além da rebeldia e das correrias dos moleques, a circulação de menores pelas ruas da Bahia estava relacionada à sua dramática situação social. Eram 08 meninos de rua daqueles dias, na época conhecidos como ‘meninos vadios’. O termo vadio já comportava uma condenação moral, advinha do fato de estarem fora do domínio familiar e produtivo. O menino vadio atentava contra a ordem familiar ao trocar o ambiente doméstico pelo mundo das ruas. Era inevitável que fossem vistos como uma ameaça à ordem social, porque esta era vista em grande parte como decorrência da ordem familiar.

Arruda (2020), discutindo o aspecto segregatório da construção do direito voltado para juventudes pobres no Brasil, cita outro marco normativo importante, o Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro), que transformou o problema do “menor” em objeto jurídico, dando amplos poderes ao Estado, para decidir sobre os destinos de meninos e meninas sobre as quais fossem cabíveis esta categoria, cuja demarcação racial oculta-se mais uma vez, como foi na categoria de “vadio”. A respeito da ação do Estado, a partir do Decreto nº 17.943-A, Arruda (2020, p. 15) evidencia os determinantes raciais, geralmente ocultos nas enunciações do ordenamento jurídico:

Sequer exigia-se que as decisões judiciais fossem fundamentadas, pois era garantido amplo arbítrio quanto ao que fazer com os menores a serem protegidos, assistidos e vigiados. Enviados para reformatórios, educandários, colônias, asilos e outras nomenclaturas que se pode encontrar, essas instituições destinavam-se ao confinamento para punição, normalização e adestramento de meninos e meninas para serem reprodutores da ordem social que se impunha pelos ideais republicanos, notadamente informados por saberes científicos emergentes vigorosamente acolhidos

por parte da intelectualidade brasileira da época. Com inspiração lombrosiana e, portanto, marcadamente racializada, as aspirações científicas da virada do século buscaram respostas para a população negra no pós-escravidão e não se esqueceram do segmento infantojuvenil.

Arruda (2020) aponta para o sentido do termo “menor” como tipificação etária, representação de uma infância e adolescência pobre, negra e afetadas por medidas judiciais que transformaram a pobreza em irregularidade, constituindo um sistema de dominação e opressão previsto e protegido no ordenamento jurídico, o Código de Menores de 1927. Seguindo a trilha dos marcos jurídicos, Arruda (2020) menciona o Código Penal de 1940 (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) como um dispositivo de ampliação da irresponsabilidade penal aos 18 anos de idade e de orientação para responder ao problema da “delinquência juvenil”, que reverberou no Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941, com a criação do Serviço de Assistência a Menores (SAM) e no Decreto-Lei nº 6.026, de 24 de novembro de 1943, conhecido como “Lei de Emergência”, aos modos operacionais do Estado Novo, uma nova roupagem do mesmo modo de governar os antes “vadios”, depois “menores”, depois “delinquentes”, que, a partir da Lei de Emergência, passaram a ser chamados de “infratores”, termo coerente com o contexto autoritário.

Nesta reconfiguração do sistema de atendimento, Arruda (2020) aponta para a tendência de centralização nas formas autoritárias de tratar “delinquentes”, pela via dos internatos e dos reformatórios, em dispositivos nomeados como “patronatos agrícolas” e “escolas de ofícios e aprendizes”. O contexto do golpe militar de 1964 é apresentado por Arruda como acirrador do caráter ofensivo do Estado contra a juventude pobre, na medida em que ela passa a integrar a doutrina de defesa do Estado brasileiro, a partir da qual foram criadas a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), responsável pela formulação e implantação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), a partir das unidades das Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEM).

Seguindo a trilha dos sentidos das políticas voltadas para a juventude pobre, Arruda apresenta o Código de Menores (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979) enquanto ordenamento que manteve a lógica de atendimento das FEBEMs e transformou “menores” em objeto de tutela do Estado.

Tanto o Código de Menores de 1927 como o de 1979 consolidaram legalmente parâmetros para a internação, exclusão e institucionalização de crianças e adolescentes em situação irregular (RODRIGUES, 2001). A expressão genérica menor em situação irregular permitiu a captura de meninos e meninas – mas não quaisquer meninos e meninas – para o confinamento indiscriminado e garantiu a legalidade da limpeza social e racial dos centros urbanos pelas mãos do próprio

Estado. Sem titubeios, não há que se falar em rupturas entre o Código de Menores de 1927 e o seu sucessor (Arruda, 2020, p. 31).

Prosseguindo em direção ao ECA como marco regulatório importante para demarcarmos a passagem do “menor” para “criança e adolescente”, como cidadãos de direitos do Estado Democrático de Direito, garantidos pela Constituição Nacional de 1988, Arruda sugere que antes de nos enveredarmos pelas promessas do ordenamento jurídico democrático, devemos nos atentar para as continuidades que nos impedem de superar o que sempre fomos. Nesta direção, a autora deixa um importante questionamento que reforça o que foi verificado na discussão dos dados sobre a comunidade terapêutica, o fato da regra, enquanto ordenamento jurídico, estar sempre em contradição com a regra posta em prática nos sistemas sociais de sociabilidade juvenil, pautadas no classismo e no racismo que nos constitui enquanto nação brasileira.

Não é preciso traçar todo o caminho até a promulgação do ECA [Outra forma de escrever ECA] e relatar as principais mudanças formais trazidas com a doutrina da proteção integral para concluirmos que muito do que vimos outrora perdura até os dias atuais para parte de meninos e meninas, apesar de, no campo, a ruptura doutrinária (situação irregular versus proteção integral) ser unanimemente reafirmada. Entretanto, legislações se empenham para nos informar rupturas, mas seguem compartilhando vocabulários, representações e sentidos que informam exatamente o contrário e nos diz que muito do que se pretendeu deixar no passado por vezes permanece. Quando a análise não parte de uma visão normativa da realidade social não há porque encarar com surpresas a distância entre a lei e a realidade social [...]. Antes de confrontarmos o que mudou e o que não mudou com essa ou aquela legislação perguntemos se mudaram as condições de sobrevivência e a realidade social concreta de meninos e meninas, especialmente pobres que, no Brasil, são de maioria negra (Arruda, 2020, p. 31).

Ao sinalizar que não há surpresa na identificação da distância entre a lei e a realidade social, quando se parte, por exemplo, de uma análise sociológica ou antropológica da realidade concreta de meninos e meninas, especialmente pobres e em sua maioria negra, Arruda (2020) nos ajuda a reforçar o fato de que no campo da atenção a jovens vulnerados e vulneradas, o ordenamento jurídico tende a ser mais uma exceção do que uma regra.

Nesta discussão sobre as regras da racialização juvenil predominantes na prática social, podemos pensar na coexistência das lógicas, democráticas e autoritárias, na mesma sociedade, neste caso, não mais a partir de um zoneamento de uma definição de fronteiras, mas, em sua forma ambulante, a partir de reações automatizadas, desterritorializadas, que fazem com que, a partir da identificação/projeção na cor da pele, sejam ativadas, em qualquer lugar e circunstâncias, julgamentos que fixam jovens negros e negras, pobres, nos efeitos do racismo.

Tomar a discussão racial como marco para balizar a experiência da democracia no Brasil foi uma contribuição de Fernandes (2008, v. 2, p. 394):

Como escreveu Nabuco, *‘temos de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade’*. Enquanto não alcançarmos esse objetivo, não teremos uma democracia racial e, tampouco, uma democracia. Por um paradoxo da história, o ‘negro’ converteu-se, em nossa era, na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos este suporte da civilização moderna.

As contradições do Estado democrático brasileiro, a partir dos efeitos contrários ao que esperamos ser a relação entre um Estado de direito e a sua população mais vulnerada, a exemplo das populações afro-brasileiras e indígenas, possibilitam contrastes com a reflexão proposta por Agamben (2004) a partir do conceito de “estado de exceção”, importante para tratarmos dos borramentos nas fronteiras entre direita e esquerda que o contexto das comunidades terapêuticas apresentam, enquanto dispositivo de “acolhimento” de jovens “usuários de drogas e em situação de vulnerabilidade”, em sua maioria, negros e negras.

A fuga da letalidade configura a comunidade terapêutica como o lugar de não deixar morrer e apesar da perda, ou ausência de família “nuclear” e configurações monoparentais, isso não implicou em ausência de referência de apoio, manifestada principalmente pelas mulheres, as avós e a sogra, evidenciando o gênero mais inclinado, ao menos nestas quatro entrevistas, ao cuidado. Ao apresentar o contexto da apreensão e remoção de circulação de jovens da cidade de Salvador, entre 1840 e 1870, Fraga Filho (1994, p. 128) descreve situações comuns ao contexto das comunidades terapêuticas, no que diz respeito à presença das mulheres nas frentes de cuidado juvenis, bem como o recorte racial predominante, o que nos ajuda a verificar continuidades em relação ao público “acolhido” nas comunidades terapêuticas:

A partir dos relatórios e correspondências da polícia foi possível traçar o perfil de 83 menores apreendidos nas ruas da cidade entre 1840 e 1870. A idade deles variava entre dez e dezoito anos. Todos carregavam o estigma de já terem passado pelo mundo das ruas. Como nos lembra Roberto DaMata, a rua, considerada como o espaço negativo, perigoso, tendia a marcar com estes mesmos atributos todos aqueles que nela ou dela vivessem. Uma vez passado pelo ambiente das ruas, o menor tendia a ser estigmatizado como portador do ‘vício’ da vadiagem, quando não de delinquência mais grave. O contingente não-branco constituía 95% dos 60 de nossa amostra para os quais havia referência à cor. Os crioulos representavam 60% e os pardos 28,3%. Dos 42 que traziam alguma referência à filiação 57% eram órfãos e 43% declararam ter pai ou mãe. Destes, a maioria fazia referência apenas à mãe, o que pode significar que pertenciam a famílias chefiadas por mães solteiras.

Na perspectiva de uma orientação liberal, a comunidade terapêutica é apresentada a partir de uma estratégia bastante econômica, dada a simplicidade, expressa na forma de insuficiência, de seus quadros funcionais, de seus conjuntos de ações e articulações promovidas

para jovens “acolhidos” e “acolhidas” na instituição, pela lógica da internação e do isolamento. Recordemos que poucos e poucas jovens que estavam na comunidade terapêutica fizeram referência a dispositivos como CRAS, CREAS, CAPS e Defensoria Pública, mas mencionaram, enquanto conhecidas, a polícia, a escola, o juizado de menores e o Conselho Tutelar, com destaque para a situações de violência por abordagens de espancamento e de tortura “provocadas pelas polícias Civil e Militar”.

A redução do escopo setorial de acesso juvenil a dispositivos da educação, saúde, assistência social e o fácil acesso tido a dispositivos judiciais e de segurança pública, enquanto estavam fora da comunidade terapêutica, indicam continuidades de lógicas antigas, intensificadas pelo isolamento e o impedimento de acesso a qualquer destes, enquanto estavam dentro da instituição. Estamos diante de um dispositivo, a comunidade terapêutica, cuja abordagem é econômica, no sentido do gasto mínimo e o no sentido de conservação de práticas que não produzem superação de problemas pela via da promoção de direitos, pelo contrário, resumindo-se ao isolamento e à abstinência de drogas.

Considerando que as comunidades terapêuticas foram descritas, nos documentos acessados, enquanto instituições privadas que ofertam “acolhimento” residencial temporário a pessoas que fazem uso problemático de drogas”, com abordagem centrada na “abstinência”, no “isolamento” e no discurso religioso, ela aparece, de saída, estranha à laicidade do estado democrático e ao ordenamento jurídico da atenção integral a jovens vulnerados e vulneradas, usuários e usuárias de drogas.

O balanço do financiamento das comunidades terapêuticas (Conectas Direitos Humanos, 2021) as caracteriza pelo “déficit de planejamento, de controle e de avaliação”, não havendo clareza sobre o tipo de serviço por ela ofertado, seus custos, insumos, produtos esperados e, principalmente, dos impactos e efetividade sobre os contextos de atuação.

O fato do programa das comunidades terapêuticas citadas na carta de repúdio (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2021) ser focado na “laborterapia” e no uso dela como força de trabalho institucional não remunerada que substitui a contratação de profissionais pelo uso de mão de obra dos “acolhidos”, aponta para um aspecto econômico da formação de quadro e de exploração de mão de obra gratuita. Foi citado ainda, como parte do programa institucional, a prática de “leitura de bíblias, cultos e orações e ausência de projetos terapêuticos singulares”, expondo o caráter econômico da proposta instituída, no que diz respeito à promoção de direitos das juventudes.

A pouca transparência no uso dos recursos financeiros e nas finalidades de suas aplicações, no contexto das comunidades terapêuticas, bem como a “opacidade das peças

orçamentárias e violação de prazos da Lei de Acesso à Informação” (Conecta Direitos Humanos, 2021, p. 7), como modo peculiar da relação entre o poder público e as comunidades terapêuticas, transformam esta instituição em um dispositivo importante para captar dinheiro público, pelo desmonte da coisa pública, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, que não se extingue com a mudança presidencial. Entre esquerda e direita, borram-se as fronteiras na ocupação do “estado democrático”.

A força das regras das práticas sociais é maior que a das regras do ordenamento jurídico, especialmente se considerarmos a concepção de recurso por inexigibilidade à comunidade terapêutica, a ela incabível. Diante do volumoso financiamento às comunidades terapêuticas pelo Ministério da Cidadania, diante do decréscimo no financiamento do SUS, no exercício do presidente Jair Bolsonaro, as lacunas da RAPS se configuram enquanto projeto de governo, mais do que enquanto uma lacuna que justifique abandonar um processo de implantação que ainda não se encerrou. Nesta direção, a comunidade terapêutica se constitui enquanto um dispositivo de desmonte oportuno dos princípios e das estratégias democráticas de atenção a jovens, meninos e meninas, vulnerados e em uso de drogas.

Seguindo pelos marcos legais importantes para as políticas de drogas, o balanço (Conectas Direitos Humanos, 2021) retoma as preocupações do início do século, com os riscos de a atuação das comunidades terapêuticas violarem os pressupostos antimanicomiais da Lei nº 10.216 de 2012, a Lei da Reforma Psiquiátrica, alertando para o fato de que, a partir da década de 2010, o financiamento público dessas instituições já sinaliza a sua consolidação enquanto política de governo e de Estado.

Prova de que a regra do ordenamento jurídico tem menor força que a regra engendrada a partir de nossos costumes, é o fato de, por dentro da RAPS, assistirmos hoje à conservação dos costumes que nos prendem às nossas experiências insuperadas de violência, consolidadas a partir de experiências que nos são paradigmáticas, a saber, a escravidão, os efeitos subalternizantes do pós-abolição e as experiências de ditadura no Brasil, como já discutido anteriormente.

6.2.1 A exceção como regra do ordenamento jurídico

Nos parece que o conceito de estado de exceção pode ser útil para contrastarmos com o contexto das comunidades terapêuticas e suas relações ambíguas com o contexto governamental, tanto de esquerda quanto de direita, em especial durante a existência do Ministério da Cidadania (2019-2023). Outra ambiguidade que pode ser discutida em contraste

com o conceito de estado de exceção é a relação contraditória entre a abordagem das comunidades terapêuticas e a proposta de promoção de direitos juvenis (Brasil, 1990, 2013), com o setor público. Nessa direção é importante atentar aos efeitos sobre os acolhidos e acolhidas na instituição, bem como ao efeito da sua existência enquanto desarticuladora da lógica da atenção em rede e de dispositivo de captação de recursos públicos.

Como já mencionado, na intenção de buscar uma aproximação que ajude a discutir o contexto das comunidades terapêuticas, vamos a uma breve situação da contribuição de Agamben (2004), em especial, a partir do conceito de estado de exceção. Dedicado ao estudo de como a vida vira objeto do poder contemporâneo, o autor possui uma obra dedicada à caracterização dos dispositivos da sociedade capitalista e sua selvageria, bem como, dedicada ao problema da construção do sujeito uno, ou seja, a restrição das possibilidades de subjetivação, ou ainda, a pulverização de múltiplas possibilidades delas, como extensão do controle. A crítica de Agamben é pautada na alienação, acumulação e com a violência que é inerente ao sistema capitalista.

A contribuição de Agamben (2002) para a discussão sobre biopolítica como gestão dos corpos apresenta o conceito de “vida nua” como efeito do biopoder, que transforma vida qualificada em vida biológica. A vida nua, que seria correspondente, em alguma medida, a uma vida vulnerada, para o autor, é a figura hegemônica da vida contemporânea que denuncia o caráter selvagem do capitalismo. O autor propõe a vida nua como efeito do biopoder contemporâneo e para isto, busca no direito romano a figura do *Homo sacer*, para tipificar um indivíduo que é, ao mesmo tempo, sagrado e maldito, habitante de uma zona de indistinção, uma zona fronteira entre a vida e a vida nua.

Agamben está atento à fronteira entre as experiências que nos humanizam e as que nos desumanizam, no sentido de produzir para uns e para outros, condições diferenciadas, de privilégios e restrições. A forma como a vida humana passa a ser algo administrado pelos dispositivos de poder, é o que Agamben (2002) chama de vida nua, transformando a vida qualificada em uma vida biológica. Recordando a discussão sobre dispositivo em Agamben (2005), entendido enquanto tudo o que governa a substância vivente da humanidade, o autor tipifica as estruturas que tornam a vida humana em mera vida biológica.

Agamben (2002) usa a palavra *sacer*, que aproximo da palavra vulnerado e que significa, ao mesmo tempo, sagrado ou maldito, aquele que pode ser matável e que ao mesmo tempo não pode, criando, segundo o autor, uma zona de indistinção em que a vida *sacer* é tomada pela esfera soberana. Agamben (2002) afirma que nesta esfera, da vida nua, pode-se matar sem cometer um crime ou matar sem celebrar um sacrifício.

O autor chama atenção para o fato de que a vida entra na pauta de uma gestão política, jurídica e econômica e por isso a crítica dele ao capitalismo. Vamos ao conceito de estado de exceção, cujo contraste com o contexto da comunidade terapêutica pode ajudar na compreensão da rede de relações que dão sentido a ela, enquanto dispositivo de gestão da vida de jovens, usuários e usuárias de drogas e em situação de vulnerabilidade”. A discussão de Agamben (2004) é interessante para esta pesquisa pelo fato de o autor propor o estado de exceção enquanto produção de uma indistinção entre o democrático e o autoritário, entre a norma e a violência, entre a esquerda e a direita, nas formas de gestão da vida de indivíduos e das populações, constituindo, portanto, o biopoder.

Na verdade, o estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou a uma zona de indiferença, em que dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam. A suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica. [...] Em todo caso, a compreensão do problema do estado de exceção pressupõe uma correta determinação de sua localização (ou de sua deslocalização). Como veremos, o conflito a respeito do estado de exceção apresenta-se essencialmente como uma disputa sobre o lócus que lhe cabe (Agamben, 2004, p. 39).

Na perspectiva do estado de exceção, Agamben se interessa em saber como essa vida, amplamente regulada, se relaciona com aquilo que não está para a regulação, ou seja, como a política que está para as regras, é a mesma que se efetiva por meio da violência. Campos que parecem distintos, entre práticas democráticas e práticas autoritárias, tornam-se indistintos. O estado de exceção diz mais sobre a relação que configura uma zona de indistinção. Para Agamben, ele é uma forma de relação do poder soberano, em resposta a uma situação de guerra civil, insurgência, ou outra alteração da ordem pública estabelecida.

O soberano, entendido como aquele que pode decidir sobre a vida e a morte dos indivíduos e populações, é quem decide sobre o estado de exceção. Um exemplo disso foi o fato de o governo federal ter tomado a lacuna da RAPS, como problema para justificar altos investimentos nas comunidades terapêuticas, discurso endossado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do governo de esquerda do estado da Bahia. Um exemplo de produção de uma lacuna (necessidade), não pelo restabelecimento da ordem, mas a própria desistência dela para a liberação do “novo”, serviço que firma, afirma e aprofunda as lacunas da RAPS, a saber, a comunidade terapêutica (decisão).

Baseado no direito romano, Agamben recorre ao termo *tumultus* para caracterizar situações de risco sobre a ordem social estabelecida, a partir da qual são autorizadas, pelo poder soberano, as operações fora da ordem, para restabelecê-la. A suspensão do direito e liberação

de uma força que estava contida pelas leis é a porta de entrada e de saída para as arbitrariedades do exercício do poder sobre indivíduos e populações.

Na perspectiva do estado de exceção, a suspensão do direito seria a única forma de regulação, por não haver outro mecanismo para criar condições de restabelecer a norma. A zona de indistinção problematizada pelo autor se configura pelo fato de ser difícil distinguir o que é norma e o que é exceção e em que momento uma deixa de funcionar e a outra passa a agir. A visibilidade do momento em que a norma deixou de existir fica opaca nas relações de poder, especialmente naquilo que se produz para “populações vulneráveis”, cuja invisibilização seletiva dos “cidadãos de bem” naturaliza, a cada dia, o que herdamos de tempos coloniais.

Para explicar a construção do estado de exceção, Agamben apresenta dois processos fundamentais, primeiro a construção da necessidade, e segundo a tomada de decisão justificada, fora do ordenamento jurídico, que autoriza a exceção nas formas de exercer o biopoder. Detalhando melhor, a necessidade é baseada na definição de uma anomia que obriga a suspensão da ordem, para que ela mesma não seja colocada em risco. Proteger a norma é o argumento que autoriza o soberano a suspendê-la, legislando novas regras. Aqui, toda a força é transferida pelo soberano, ou por aqueles que por ele for autorizado, guiado pela necessidade como um fato externo ao direito. Como desdobramento da construção da necessidade, a decisão expressa a legitimidade de uma medida.

Retomando o direito romano, Agamben afirma que o estado de exceção responde a uma emergência, deveria ser delimitado temporalmente e espacialmente, porque, se ele for permanente, isso coloca em risco a própria ordem estabelecida, no nosso caso, a Constituição de 1988.

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma ‘guerra civil mundial’, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (Agamben, 2004, p. 13).

No contraste com os dados da comunidade terapêutica, cabe então perguntar se a consideração do governo federal sobre a inoperância da RAPS, seria o pronunciamento do seu estado de exceção e se, pelo Ministério da Cidadania, o financiamento das comunidades terapêuticas implicou em uma ação temporária, atrelada a um projeto de proteção do ordenamento jurídico (Brasil, 1988), suspenso até que as condições de normalidade sejam estabelecidas.

Alertando para as comunidades terapêuticas como parte de uma política que foi instituída para durar, em função dos programas de financiamento e contratos já firmados para os próximos anos, o balanço do financiamento das comunidades terapêuticas (Conectas Direitos Humanos, 2021) evidencia que não se trata da manifestação de um dispositivo criado no bojo de uma exceção. Não há justificativa de recuperação, ampliação, nem extinção da RAPS, enquanto operam as comunidades terapêuticas, nem há um tempo limite de sua duração, até o retorno de condições ideais. Aqui vemos o governo federal, liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, fomentando um dispositivo antidemocrático, não para a recuperação do estado democrático, mas para ocupar a lacuna que o próprio governo criou, como uma larva de mosca ocupando uma ferida aberta, abrindo-lhe galerias nas fronteiras entre o sangue e a gangrena. Aqui, a produção da exceção é condição necessária para fomentar e instituir o atual jogo político de gestão da política de atenção a “jovens, usuários e usuárias de drogas e em situação de vulnerabilidade”, a senha contemporânea para autorizar a atuação das comunidades terapêuticas sob a prerrogativa do “acolhimento”.

A necessidade de uns, hegemonizada nas relações de força desiguais, gera e justifica a obrigação de uma decisão sobre outros e aqui encontramos ancoragem para pensar todo o sistema de abordagem da população ex-escravizada do Brasil e seus descendentes, jovens, negros e negras, em função da necessidade de fazer das cidades surgentes, no pós-abolição, um lugar aprazível para as elites brasileiras, o que autorizou uma confluência de medidas de retirada de circulação, castigos, prisões e homicídio desta população, como já discutido. A lógica de funcionamento das comunidades terapêuticas se inscreve na continuidade de políticas de tipificação dos corpos e suas desiguais disposições topográficas, um efeito do biopoder já discutido dentro da problemática dos dispositivos em Foucault (1988) e Agamben (2005).

Se tomarmos o ordenamento jurídico do Brasil, a Constituição de 1988, como referência, a questão a ser colocada, na perspectiva do estado de exceção de Agamben, é: como aquilo que não é do direito (a privação de direitos) vai lidar com aquilo que é direito? Em relação ao contexto da comunidade terapêutica: como a SJDH, do estado da Bahia, lida com a evidência contraditória de um dispositivo de sua rede, que é descoberto violando direitos? Nas zonas cinzentas das relações que se constituem no contexto das comunidades terapêuticas, o dentro e o fora do ordenamento jurídico tornam-se indistintos, ao ponto de não sabermos se uma determinada medida seria legal ou ilegal, enquanto assistimos à autorização do ilícito, a partir do lícito.

Se os serviços especializados no cuidado e atenção a crianças e adolescentes em liberdade vulnerados(as), usuários e usuárias de drogas, pressupõe a convivência familiar, a

construção de serviços orientados por uma abordagem democrática e participativa, orientadas pela Portaria nº 3088/2011, pautada nas diretrizes da Reforma Psiquiátrica, dos direitos humanos, do cuidado em liberdade, da Redução de Riscos e Danos e em políticas públicas aprovadas nas conferências de saúde mental, álcool e outras drogas, a existência das comunidades terapêuticas se constitui enquanto evidência de retrocesso de um sistema que sequer terminou de ser implantado, para resolver parte da reparação histórica do Estado brasileiro em relação às populações vulneradas.

A norma da prática é a violação do ordenamento jurídico, mesmo sendo proibido, no contrato de adesão ao Bahia Viva, a prática de homofobia, privação alimentar e nutricional, bem como crime contra a honra, como xingamento e isolamento social, dentro da instituição. Mais uma vez, na prática, o ordenamento jurídico é que se torna uma exceção, uma lembrança de onde nunca chegamos e do quanto escamoteamos, sob a roupagem do Estado de direito, do governo de esquerda e da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, as violações que nos ancoram na matriz brasileira, a escravidão, o pós-abolição e a ditadura.

Neste início de 2023, assistimos às reações da população brasileira contra as tentativas de instituir as pautas democráticas, pelo golpismo que mobilizou a depredação do Palácio do Planalto. Uma clara evidência de que sempre estivemos em luta neste país herdeiro de costumes escravocratas, conservadores e autoritários.

Como já discutido, o referencial teórico que ajude a nos entendermos em nossas especificidades, considerando que os campos de concentração de Agamben e a formação dos Estados-nações em Foucault e a formação das políticas de genocídio e de estado de sítio em Mbembe, precisa considerar nossa realidade econômica, racial e geopolítica, o que nos impõe mais a realização de contrastes conceituais do que modelagens teóricas de nossa realidade. Neste sentido, a história e a antropologia ocupam lugar de contribuição crucial para entendermos o cenário das políticas de juventude que se apresentam hoje e quais as suas relações com o passado, especialmente no que nos mantém naquilo que insistimos em superar, reparar.

Neste sentido, no nosso caso, a exceção ainda parece ser, nos contextos de vulneração, a regra, para a qual, a regra declarada como ordenamento jurídico se constitui, ao mesmo tempo, enquanto retórica democrática e dispositivo de transformação da exceção (ECA) em regra. Afinal de contas, as políticas públicas colocam horizontes normativos para nos tornarmos aquilo que não somos, na superação de problemas que consideramos pertinente historicamente.

A comunidade terapêutica se constitui enquanto dispositivo de liberalização das atuais políticas públicas ditas democráticas de atenção a jovens usuários e usuárias de drogas, na

medida em que se justifica a incapacidade da RAPS e se propõe em substituição por uma abordagem que se dá de forma econômica, isolando seus “acolhidos e acolhidas” do cenário do controle social, sem ônus para os gastos com educação, saúde e assistência social do Estado democrático.

Em uma perspectiva econômico-financeira, esta capilaridade é um dos sintomas de que este seja um serviço viável economicamente, na lógica da captação de recursos. Tomando o contexto das denúncias como referência, dos corpos vulnerados, ainda é possível extrair valor agregado pela via das políticas públicas a eles voltadas, violando direito, sobre a retórica de “acolhimento”. Tais corpos, ao contrário de serem inúteis, dignos de se deixar morrer, são captados nas fugas da letalidade, da inutilidade, para se tornarem, no contexto das comunidades terapêuticas, objetos temporários de serviços de “acolhimento”, vendidos dentro do mercado da assistência privada a jovens, usuários e usuárias de drogas e em situação de vulneração. É necessário monitorar os movimentos de extrema direita, para a qual a comunidade terapêutica se configura como um dispositivo de desmobilização da doutrina da atenção integral, como foi a proposta da redução da maioria penal.

Exceção como regra! A expansão ocorre por dentro do projeto do governo federal e por dentro dos governos estaduais, inclusive os de oposição, como o caso do governo da Bahia, encontrando pontos de intersecção e consonância de interesse e garantia de sustentação, dentro do próprio ordenamento jurídico instituído. Longe dos olhos dos jovens e das jovens que transitam pelas afastadas comunidades terapêuticas, nos bastidores em que se manufatura a sua função-chave no mercado privado do “acolhimento” de usuários e usuárias de drogas, movimentam a captação de recursos e espalham a desarticulação da Rede que a deu guarida, a partir do ordenamento jurídico democrático.

Longe dessas experiências serem simplesmente estruturantes dos indivíduos, elas possibilitaram resistências e linhas de fuga subjetivas, que apontam para o que os sujeitos fazem deles mesmos, individualmente em ações pontuais e invisíveis, bem como através da criação de estruturas de resistência coletivas na intersecção entre movimento sociais, dispositivos normativos, jornalismo engajado e pesquisa científica, como esta.

7 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa aqui discutidos apresentam um panorama das principais aprendizagens construídas em direção ao objetivo de caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração. Os resultados aqui discutidos, qualitativamente, fazem referência às informações reunidas na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade, nos dados obtidos sobre experiências juvenis no Centro Histórico de Salvador e na comunidade terapêutica. Aqui também serão apresentados os resultados dos usos dos pressupostos teórico-metodológicos e do referencial teórico, que pareceram pertinentes para contrastar com as experiências juvenis que constituíram contextos de vulneração desta pesquisa.

7.1 DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ESTADOS DA ARTE SOBRE JUVENTUDE E VULNERABILIDADE

A revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade foi fundamental para orientar os rumos teóricos e metodológicos da pesquisa, a partir de lacunas localizadas na pesquisa em educação, sobre juventudes e vulnerabilidades, ou vulnerações, como tenho proposto. Em relação à falta de valorização das interações juvenis enquanto raciocínio sociológico, esta pesquisa, apesar da limitada imersão em campo pelo contexto da pandemia já discutidos nos procedimentos teórico-metodológicos, deu centralidade ao raciocínio sociológico juvenil, na descrição das experiências aqui discutidas e que em seguida foram contrastadas teoricamente.

A discussão sobre a conversão de situações de risco em algo favorável, nas atitudes de Miró e do Pacêro, bem como a discussão sobre a arquitetura da vulneração, incluem as reações dos sujeitos aos dispositivos de retirada de circulação, como a poda da palma espinhosa, ou ainda, a autoflagelação e o silenciamento da expressão do jovem homossexual, que passou pela comunidade terapêutica, ou ainda, a distinção da cor da pele como algo invejável, em Paru. Nesta direção foi possível compreender o que os jovens fazem do que fazem deles, enfoque geralmente ausente nas pesquisas sobre juventudes e vulnerabilidades, como discutido na revisão bibliográfica de estados da arte.

Outro aspecto apontado como lacuna, que de alguma forma foi abordado nesta pesquisa, foi a perspectiva da vulnerabilidade positiva, cujo efeito foi a valorização de ações de resistência e das redes de solidariedade, desessencializando os contextos de uma visão

meramente negativa e estigmatizante das reações juvenis (Takeiti; Vicentin, 2013). A escolha do conceito de vulneração possibilitou superar limites no uso do conceito de vulnerabilidade, apontado na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade enquanto mascarador de desigualdades e singularidades.

O problema da escassez de pesquisas voltadas para modos de vida, cultura juvenil e, conseqüentemente, pouca descrição sobre as práticas juvenis, apontado na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade, também foi levado em conta, na medida em que, especialmente em relação aos dados do Centro Histórico, diversas práticas foram discutidas na perspectiva de modos de vida, a exemplo da construção e venda de instrumentos musicais, das aulas de capoeira, da mendicância, do roubo e da caça às “gringas”.

A denúncia do desencontro (Corti, 2002; Sposito, 2009, Sposito; Tommasi; Moreno, 2009) entre jovens pobres e os projetos a eles voltados, cujos resultados pretendidos geralmente não se efetivam, ajudou na constatação de que a comunidade terapêutica sequer os tinha e que a continuidade dos efeitos da abstinência e do isolamento não seriam garantidas após a saída da instituição.

A crítica à retroalimentação de violências contra jovens infratores nos abrigos e nas unidades de medida socioeducativas (Sposito; Tommasi; Moreno, 2009) procede na análise do contexto das comunidades terapêuticas, especialmente em relação ao evidenciado nas reportagens de denúncia contra a Fundação Dr. Jesus e no depoimento do jovem que sofreu homofobia.

A tendência liberal de responsabilizar o próprio jovem pelas situações enfrentadas, algo recorrente na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade, foi verificada enquanto modo de funcionamento da comunidade terapêutica, com o uso do discurso cristão, baseado na culpa, na reforma moral do uso de drogas e de desvios da sexualidade como um problema individual.

No que diz respeito ao isolamento do campo da educação, em relação às demais ciências humanas (Sposito; Tommasi; Moreno, 2009), e a falta de interesse em conhecer as complexidades do contexto juvenil, configurando o que chamei de “reducionismo pedagógico”, acredito que esta pesquisa produziu importantes aproximações com a nova historiografia da juventude no Brasil, bem como com filosofia política, talvez, ainda menos explorada no campo da educação que a sociologia e a história.

7.2 DOS PRESSUPOSTOS

Os pressupostos desta pesquisa, tomados enquanto ponto de partida de orientação conceitual e metodológica para o alcance do objetivo geral, tendo em vista as lacunas apontadas na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade, possibilitaram, a partir de inspirações microsociológicas, em especial, etnometodológicas, abordar as trocas simbólicas no contexto do Centro Histórico de Salvador, enquanto raciocínio sociológico juvenil espontâneo, sem que fosse orientado, direcionado, protocolado por instrumentos de pesquisa e seus indicadores preestabelecidos.

A definição prévia dos conceitos operadores da questão da pesquisa (juventude, experiência, contexto e vulneração) possibilitou o entendimento dos problemas e dos potenciais usos destes nesta investigação. O conceito de juventude, entendido em sua dimensão histórica e de maior uso no âmbito das ciências sociais, possibilitou o entendimento de sua opacidade e impossibilidade de abarcar especificidades dos contextos de vulneração. O conceito de experiência foi tomado, ao mesmo tempo, enquanto aquilo que se passa com o sujeito (ainda inexplicável), arrebatando-o, e enquanto aquilo que ele traz de tipificação de experiências vividas (aprendizagens). A dimensão descritiva da experiência foi fundamental para a construção do objetivo da pesquisa.

A breve discussão sobre o conceito de contexto foi importante para entendermos a relação ambígua de determinação inicial entre ele e as experiências juvenis, tomadas enquanto definidoras daquele. Valorizar o raciocínio sociológico juvenil para entender contextos de vulneração só foi possível tomando as experiências juvenis como ponto de partida descritivo, mesmo considerando as determinações do contexto, que limitam, induzem, guiam condutas juvenis.

Nesta direção o conceito de contexto foi considerado tanto de maneira estrita, imediata, presente na descrição juvenil, quanto de maneira abrangente, enquanto contexto ampliado, sendo que no estrito foi possível verificar a situação social das interações, os participantes envolvidos, as práticas envolvidas e as regras engendradas. O fato de o discurso ser uma atividade que é também condicionada pelo contexto justificou a importância de contrastes teóricos que tiveram função provocadora das interpretações juvenis e das minhas, enquanto pesquisador.

Ao final, a pergunta de pesquisa (que experiências de jovens negros constituem a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração?) foi respondida tendo os contextos descritos nas experiências juvenis como referência central, que mobilizaram contrastes com a

história das juventudes negras na Bahia, após a abolição da escravidão e a filosofia política do sujeito, no sentido de buscarmos, no passado e no presente, o entendimento de quais experiências juvenis constituem contextos de vulneração.

Por fim, com grande centralidade na adjetivação das experiências, dos contextos desta pesquisa e da proposição de uma arquitetura da vulneração, o conceito de vulneração teve papel central, tanto na organização do objetivo geral quanto nas disposições para mirar de forma não reducionista os acontecimentos do campo e os documentos acessados no banco de dados agregado. Recordemos que o conceito de vulneração se tornou um termo mais adequado para definirmos o contexto desta pesquisa, marcado por situações de desigualdades que transformam a potência da vulnerabilidade em vulnerabilidade efetivada, ou seja, a vulneração. O uso da palavra vulneração ajuda a especificar indivíduos e grupos mais suscetíveis e abre espaço para discutir a dimensão racial deste processo de efetivação das vulnerabilidades.

7.3 DOS DADOS OBTIDOS

Apesar das limitações de tempo de imersão em campo, no Centro Histórico de Salvador, e do pouco volume e densidade das narrativas juvenis, presentes no banco de dados agregado com informações da comunidade terapêutica, as informações reunidas possibilitaram acessar experiências que ajudaram na constituição dos contextos de vulneração.

Do ponto de vista de uma pesquisa que teve como pressuposto teórico-metodológico as microsociologias, em especial a etnometodologia, como caminho rigoroso de valorização do raciocínio sociológico juvenil (experiência) na descrição dos contextos de vulneração discutidos nesta pesquisa, os dados aqui reunidos são limitados, pelo curto período de imersão no campo, no Centro Histórico e pelo fato das considerações juvenis do banco de dados agregado sobre a comunidade terapêutica apresentar poucos registros de falas juvenis na relação de trocas simbólicas entre os pares.

Apesar disso a densidade e a qualidade das descrições juvenis advindas tanto do contexto do Centro Histórico quanto da comunidade terapêutica evidenciaram que ambos são contextos de vulneração e possibilitaram contrastes históricos e filosóficos coerentes com as experiências juvenis descritas. Neste sentido, uma resumida retomada de tais experiências será importante para a confirmação do alcance do objetivo de caracterizar, a partir da experiência de jovens negros, a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração.

- *Da comunidade terapêutica:*

Na perspectiva de entender quais experiências juvenis constituem a comunidade terapêutica como contexto de vulneração, a partir do banco de dados agregado foi possível ter uma ideia do perfil juvenil “acolhido” na comunidade terapêutica, meninos entre 14 e 17 anos de idade, negros, oriundos de zonas periféricas da região metropolitana e da capital baiana, cujo envolvimento como o tráfico e as juras de morte foram as justificativas mais importantes para recorrerem à internação nestas instituições. Além das narrativas juvenis, o relatório da equipe técnica que analisou o contexto contraindicou a remoção dos jovens e das jovens da comunidade terapêutica, sem uma articulação junto ao poder público e reconheceu a importância da solução imediata para essas pessoas, de alocação nesses locais, levando em conta o “quadro de fragilidade e escassez em que se encontram os dispositivos da rede de atenção integral” (Relatório Técnico, 2017), evidenciando ser do senso comum o conhecimento de tal fragilidade.

A fuga da letalidade, não podendo ser uma justificativa suficiente de importância das comunidades terapêuticas, fica ainda mais fragilizada diante da experiência da homofobia, privação do direito à alimentação e nutrição, restrição da expressividade, do falar livre e do sorrir. A restrição de contato familiar e a identidade moral-religiosa entre a família dos “acolhidos” e a comunidade terapêutica, no reforço do discurso de que ao sair da instituição iriam “estudar”, “servir a Deus” e se “afastar das amizades ruins”, expõem um emaranhado social mais amplo de sustentação moral. Outra afirmação juvenil importante foi o funcionamento da instituição como lugar de apoio para se afastar da situação de uso de drogas.

A ampliação das referências sobre o contexto da comunidade terapêutica, para os textos jornalísticos, possibilitou o conhecimento das contradições envolvidas na relação entre o governo de esquerda, do estado da Bahia, e o governo federal sob a liderança do ex-presidente Jair Bolsonaro, bem como a contradição entre termo de referência do Programa Bahia Viva e as práticas de homofobia, privação alimentar e nutricional, bem como crime contra a honra, como xingamento e isolamento social, dentro da instituição que era financiada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado.

As descrições críticas das notas de repúdio (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2021; Plataforma Brasileira de Política de Drogas, 2022) foram fundamentais para o entendimento do contexto mais amplo das comunidades terapêuticas enquanto objeto de um projeto de governo alinhado com o que foi caracterizado como um retrocesso nas políticas democráticas de atenção a jovens em situação de vulnerabilidade, por serem “instrumentos de conversão” em que se exerce a “evangelização forçada”, cuja tônica seria a “segregação social” e o enfraquecimento dos sujeitos das políticas públicas para a promoção dos direitos da juventude.

A “laborterapia”, o trabalho institucional que substitui a contratação de profissionais pelo uso de mão de obra dos internos, práticas de leitura de bíblias, cultos e orações e ausência de projetos terapêuticos singulares”, foram práticas citadas como parte da rotina institucional. Diante de tais informações, ficou evidente que as experiências juvenis constituem as comunidades terapêuticas como contextos de vulneração.

• *Do Centro Histórico de Salvador:*

As experiências juvenis descritas no âmbito do Centro Histórico de Salvador também possibilitaram entender a rua e algumas fronteiras institucionais como contextos de vulneração. As relações sexo-afetivas tomaram o centro das conversas entre os jovens interlocutores e foi marcante a constatação de Miró, jovem negro, de que ele não precisava escolher mulher, em tom viril e com o passar dos encontros, em outro momento, já afirmava, com um certo pesar, que as mulheres que ele quis não o quiseram.

Em uma das idas à rua com Miró, no Aquidabã, ouvia as pessoas reclamarem da restrição do acesso ao lugar tradicionalmente usado como abrigo a pessoas em situação de rua e a futura remoção da cobertura que funcionava como proteção, pela obra de “requalificação”, da prefeitura de Salvador. Ir ao Aquidabã porque estava sem dinheiro foi uma regra exposta por Miró e no dia em que lá fomos, ele chamou atenção ao fato de estar ali, entre os vulnerados, uma BMW distribuindo comida, um contraste analisado por Miró com a frase “tem dinheiro rolando aí” e que possibilitou pontes para entender o sistema de atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade como algo lucrativo e ligado às redes de “caridade” institucionais.

As inúmeras experiências de abordagem policial foram descritas pelo Pacêro como ensinamentos importantes para converter opressão em assistência, além do compartilhamento de códigos entre os pares, na comunicação ágil e dissimulação coordenada, unidos pelo sentimento de opressão, no monitoramento dos riscos da abordagem policial. Na mesma direção, em relação à experiência no abrigo, Miró mescla a angústia de ser extorquido com a satisfação pela consideração comprada, manifestada pelo rapaz que, com faca em punho, lhe sorria em gratidão. Uma submissão temporária e não sem resistência, se recordarmos da tentativa de não ser extorquido saindo cedo do abrigo no dia que recebeu o auxílio, o que não funcionou, ao retornar para o abrigo e reencontrar o problema.

Retornando ao tema das relações sexo-afetivas, Miró tipifica o amor verdadeiro a partir de práticas de uma mulher que lhe dava remédio, carinho e que era verdadeira, da mesma forma que reconheceu e força reativa do tesão diante da “gostosona”, com quem viveu uma aventura que motivou a perda do “amor verdadeiro”. Miró também tipifica “o amor verdadeiro” por ela

não ter sentido vergonha de sair com ele, inclusive no trabalho e com a família e, o mais importante, o fato de ela ter se declarado enquanto sua companheira, deixou nele um sentimento de gratidão pela valorização, apesar da perda. A apresentação da capoeira como um refúgio pela perda do amor verdadeiro e ao mesmo tempo de exposição do corpo no circuito da capoeira, abre o paradoxo do recolhimento na exposição.

Dentro desta temática de exposição ao circuito das relações sexo-afetivas em lugares de exploração do turismo, tanto Miró quanto Paru compartilharam do constrangimento e das benesses de se perceberem em relações construídas no âmbito da “caça às gringas”, apresentando um certo recuo da experiência. Miró se queixando de se sentir usado em mais de uma experiência e Paru disse estar enjoado de “ficar com uma gringa”, usando a categoria de “vício” para se referir ao comportamento involuntário do passado e expondo constrangimentos diversos sobre choques culturais e o fato de ter uma filha nos Estados Unidos que ele não conhecia.

As relações inter e intrarraciais entre homens, entre Miró, Paru e os “gringos” e entre Miró, Paru e seus pares, no contexto da capoeira e da caça às “gringas”, expuseram variações importantes nas disposições afetivas que merecem melhor discussão, para as reflexões sobre o lugar da “gringa”, nas dinâmicas de escolha dos homens, tomando a erotização da cor da pele como critério para facilitar agências de escolhas e disponibilidades, nas quais ser caça “gringa” borra fronteiras entre ser corpo que caça e o caçado, nos jogos da virilidade.

A partir das narrativas das experiências de vulneração, tomadas em sua amplitude, na perspectiva da “vulnerabilidade positiva”, a experiência com as “gringas” possibilitou deslocamentos de Miró e Paru dentro da diversidade cultural de seus próprios contextos, porém, restritos às estratificações que demarcam a acessibilidade de seus corpos, em condições normais de acessibilidade. Apesar de Miró expor a sua preferência por uma “conexão”, no eco de sua tipificação do amor verdadeiro como critério de disposição para relações, Paru se envereda por critérios econômicos ao dizer que preferia às “gringas, brancas, americanas e ricas”, que eram diferentes das argentinas com quem ele não gostava de estabelecer relações.

A circulação pela cidade de Salvador pelas trilhas de jovens vulnerados, possibilitou a visualização de dispositivos refratários à população em situação de rua que geralmente passam despercebidos por suas aparições camufladas em forma de paisagismo com bolas de concreto, grandes e pesados cacos de plantas, belas cercas restringindo acesso a praças, como a do Campo Grande e a da Piedade, porém convivendo com práticas mais agudas como a fixação de cacos de vidro e palmas espinhosas em locais usados por pessoas em situação de rua. Tanto as estratégias de repulsa quanto às reações de resistência da população foram consideradas na

construção da arquitetura da vulneração, proposta ao final das discussões sobre as experiências juvenis no Centro Histórico de Salvador, um desfecho com bastante evidências de contextos de vulneração.

7.4 DO REFERENCIAL TEÓRICO

- *Psicopatologia da colonialidade:*

A situação de Miró ilustra um sentimento de objeto e apesar da experiência do amor verdadeiro ter deixado nele a realização do ser amado, percebemos o complexo de inferioridade do negro, que se cristalizou no pós-abolição, por conta da sua inserção subalternizada na sociedade de classes, como discutido por Florestan Fernandes (2008). A obra de Fanon (2008, p. 44), se fez necessária, visto que o autor se engaja no projeto de “ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial” e “tornar possível um encontro saudável entre o negro e o branco” (Fanon, 2008, p. 81), removendo a cor da mira da tara sexual, assunto problematizado no contexto da caça às gingas, nas fronteiras difusas entre turismo sexual, oportunidades de trocas e interesses afetivos.

- *Antropologia do turismo:*

A narrativa da “caça à gringa”, carregada de ambiguidades entre o exercício da agência viril e a constatação de ser objeto de usos sexuais das “gringas”, o caçador caçado da vez, encontrou na pesquisa de Cantalice (2009) uma ressonância interessante, visto que nela foi encontrada também a categoria êmica “caça gringa”, em um estudo etnográfico que possibilitou contraste importante com as percepções de Miró e Paru. Cantalice descobre que, em relação aos enquadramentos hegemônicos de crítica ao patriarcado, os “caça gringas” ocuparam posições “invertidas”, pelo fato de serem as mulheres que se engajam em viagens turísticas e se relacionam com os nativos, conhecidos como “caça-gringas”, o que não sugere uma ausência de agência destes, apresentados pelo autor como, de forma difusa, interessados em benefícios materiais, ajudando a colocar em questão o enquadramento de certas perspectivas feministas, que fixam a mulher no lugar de servidora sexual, vítima, explorada pelo homem enquanto consumidor, algoz de sua subalternização.

- *História das juventudes negras no pós-abolição da escravidão no Brasil:*

A aproximação entre educação e história para discutir o tema das juventudes vulneráveis, ou, vulneradas, como proponho chamar, foi uma lacuna apontada na pesquisa

educacional e neste sentido a aproximação com as contribuições de Paulino e Oliveira (2020), Fraga Filho (1994) e Arruda (2020), foram fundamentais para localizarmos continuidades e atualizações de vulnerações juvenis, cunhadas na experiência do pós-abolição, presentes tanto no contexto da comunidade terapêutica quanto nas ruas do Centro Histórico de Salvador.

As instituições e práticas descritas na pesquisa de Fraga Filho (1994), sobre jovens negros e negras na cidade de Salvador, após a abolição da escravidão, ajudaram no entendimento de vulnerações produzidas pela lógica do poder colonial em sua rede de dispositivos como a lei, a polícia, as instituições de internação e toda uma série de técnicas para retirar de circulação, pelo recorte de raça e classe. Arruda (2020) discute o aspecto segregatório da construção do direito voltado para juventudes pobres no Brasil e alerta para o descompasso entre avanço no ordenamento jurídico e a manutenção das mesmas lógicas segregatórias até os dias atuais.

• *Filosofia política de Foucault, Agamben e Mbembe.*

As experiências juvenis, especialmente no contexto da rua, possibilitaram a descrição de situações que implicaram em afetações institucionais, ou interpessoais, porém, também apresentaram resistências, submissão instrumental, dissimulação, fuga e até mesmo a autoflagelação e o silenciamento, como respostas juvenis diante das vulnerações discutidas nesta pesquisa.

Recordemos que a falta de referência ao que os jovens fazem do que fazem deles, foi apontada na revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade como lacuna da pesquisa sobre juventudes e vulnerabilidade em educação, bem como a falta de pesquisas que possibilitem o entendimento das culturas juvenis. Neste sentido foi importante a interface com a filosofia do sujeito de Foucault, inscrita no que costumamos chamar de corrente pós-estruturalista, na qual se discute as condições para o exercício da subjetividade, dentro da economia das relações de poder.

O sujeito, para Foucault, é o resultado da relação entre o indivíduo e os dispositivos de poder e essa correlação de forças apareceu em ambos os contextos, na comunidade terapêutica e no Centro Histórico de Salvador. Para os estudos das relações de poder, Foucault (2009a) sugere uma abordagem de investigação mais empírica, para produzir contrastes reguladores entre teorias e práticas, uma prevenção contra nossos imperativos teóricos e os riscos de distanciamentos das experiências sociais, orientação que acabou ajudando na reorientação desta investigação, para além do recorte etnometodológico pensado como ponto de partida da pesquisa.

As experiências dentro da comunidade terapêutica trouxeram vários pontos de ancoragem teóricos para que a filosofia do sujeito de Foucault continuasse relevante para entendermos os contextos de vulneração, mesmo considerando a distinção entre o contexto do autor e o brasileiro. A sexualidade como um dispositivo do poder em Foucault (1988) foi interessante para pensarmos a experiência da homofobia e da autoflagelação e silenciamento, como resistência. O conceito de necropolítica do filósofo Mbembe, bem como a proposição do conceito de raça para repensar as relações de poder nos países do hemisfério sul, a partir do pensamento foucaultiano, foram importantes para nos aproximarmos do contexto político brasileiro.

As situações ambíguas de conciliação de interesses opostos ao redor do negócio das comunidades terapêuticas, borrando fronteiras entre governos de esquerda e de direita, entre práticas democráticas previstas no ordenamento jurídico e práticas violentas no contexto da comunidade terapêutica, tornaram importante a contribuição de Agamben, outro filósofo, crítico de Foucault, que propôs o conceito de estado de exceção, para caracterizar modos contemporâneos de governo a partir da produção da crise, que justifica tomadas de decisão baseada na recuada do estado de direito e no avanço das vulnerações promovidas por ele sob a prerrogativa do “cuidado”, ou do “acolhimento”, lembrando do termo usado para caracterizar o serviço ofertado pela comunidade terapêutica do banco de dados agregado desta pesquisa.

A atualização do estudo dos modos de subjetivação, projeto ao qual Foucault (2009) dedicou a sua obra, foi outra contribuição de Agamben ao considerar que vivemos em uma época em que o modo de subjetivação é a dessubjetivação, o que possibilitou alguns contrastes com a situação da autoflagelação e do silenciamento como uma espécie de morte subjetiva, em vida. Não incorrendo em uma leitura estruturalista de Foucault, Agamben (2005) alerta para a saturação do espaço social pelos dispositivos de poder altamente dispersos na contemporaneidade e sugere que para escaparmos desta saturação do cotidiano é importante profanar os dispositivos, subvertê-los, a exemplo de ações como, podar as plantas espinhosas colocadas para repelir, mendigar usando da inocência diante da abordagem policial, roubar como enfrentamento da exclusão e se enveredar pela caça às “gringas”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de avaliar se o percurso investigativo ajudou a entender “que experiências de jovens negros constituem a rua e a comunidade terapêutica enquanto contexto de vulneração”, é possível defender que tanto o objetivo geral quanto os específicos foram alcançados, se considerarmos que foram feitas: 1) as descrições das experiências juvenis em contextos de vulneração; 2) que foram descritas práticas e regras associadas às experiências juvenis discutidas e 3) que os contrastes teóricos com as análises juvenis possibilitaram pensarmos as especificidades dos contextos do Centro Histórico de Salvador e a comunidade terapêutica como contextos de vulneração.

O alcance dessa pesquisa só foi possível com importantes desvios e adaptações que, a meu ver, converteram as contingências do campo, dadas as restrições impostas pela pandemia para uma imersão etnometodológica suficiente, em um maior rigor de contrastes com teorias que ajudaram na compreensão dos problemas pautados pelos interlocutores do campo do Centro Histórico e nos registros do banco de dados da comunidade terapêutica.

Os temas que apareceram no circuito das experiências juvenis discutidas nesta pesquisa fomentam importantes discussões no âmbito das masculinidades, se considerarmos a ambiguidade da agência viril na caça às “gringas” como fissura nos modelos clássicos de crítica feminista ao lugar fixo de privilégio masculino nas dinâmicas heteronormativas. Nesta perspectiva, outra discussão importante foi a proposta de um modelo de masculinidade retraída, enquanto resposta de retirada ou indisposição para continuar a experiência da “caça à gringa”, após a constatação de dinâmicas de objetificação por parte das mulheres, referenciadas pelos interlocutores e na discussão teórica. O tema da masculinidade retraída também pode ser discutido na perspectiva das experiências afetivas construtivas, vividas por sujeitos vulnerados que não se viam merecedores do amor, mas uma vez o tenha experimentado, passa a rejeitar oportunidades de menor valor afetivo.

Outra discussão, ainda no esteio das masculinidades, é o quadro dinâmico das relações entre homens, cujas variações estão associadas às configurações intrarraciais, inter-raciais, intergeracionais e internacionais, situações em que as diferenças e desigualdades são acionadas nas disputas de narrativas, um campo aberto para além das variáveis que estão em alta como orientações universais da intersecção.

A discussão sobre a arquitetura da vulneração também é um aspecto interessante desta tese, por propor um olhar sobre o caráter refratário da cidade, na tentativa de remoção de jovens vulnerados e vulneráveis do campo de visão, pelo uso de dispositivos que inviabilizam a

permanência de tais pessoas no espaço público, como a colocação dos cacos de vidro, às mais refinadas, inclusive sob a categoria de “requalificação” do espaço público e “conservação do patrimônio”. A proposta da noção de arquitetura da vulneração chama atenção para a sutileza dos dispositivos que praticamente passam despercebidos aos olhos que naturalizam e repelem a miserabilidade de certos grupos populacionais e que se mimetizam na paisagem, confundidos com objetos de paisagismo e “requalificação” do espaço público.

De inspiração pós-estruturalista, e inspirada na noção de vulnerabilidade positiva, a noção de arquitetura da vulneração leva em conta não só o que fazem dos sujeitos vulnerados, mas o que eles fazem do que fazem deles, como, remover arames farpados, converter abordagem policial em caridade, roubar, ocupar prédios vazios, cortar espinhos para habitar espaços restritos, quebrar cacos de vidro fixados com cimento, dentre outras ações de profanação dos dispositivos de biopoder.

Outra discussão relevante realizada nesta tese foi sobre os retrocessos políticos multisetoriais, que implicam o funcionamento das comunidades terapêuticas, um dispositivo de desarticulação da atenção integral, com suporte dos governos estaduais, inclusive os de oposição, como o caso da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do estado da Bahia, um governo de esquerda. Com o próprio ordenamento jurídico instituído no edital de financiamento para comunidades terapêuticas do Programa Bahia Viva, violados pela Fundação Dr. Jesus e exposto nas inúmeras denúncias e notas de repúdio dirigidas a este serviço de “acolhimento”, percebemos a qualidade do que vem sendo oferecido no mercado privado do “acolhimento” de usuários e usuárias de drogas, pelas comunidades terapêuticas, possibilitando a captação de recursos públicos e espalhando a desarticulação da rede que a deu guarida, a partir do ordenamento jurídico democrático.

Tanto a experiência dos “caça gringas” quanto a dos jovens e das jovens nas comunidades terapêuticas evidenciam modos de produzir o mesmo, a capitalização dos corpos vulnerados, dando sentido de utilidade aos “inúteis”, no sentido de, apesar de não produzirem força de trabalho para o capital, justificam a capitalização de redes de uso destes corpos juvenis vulnerados, seja pelas desigualdades que configuram as experiências dos “caça gringas”, seja por captação de recurso institucional, para “acolhimento” nas comunidades terapêuticas.

Outro aspecto relevante, em relação ao método usado para imersão no campo do Centro Histórico, foi o fato de perceber que, apesar das interações juvenis precisarem ser consideradas como centrais na exposição dos etnométodos, que precisam de uma congregação nas trocas simbólicas sobre experiências vivenciadas, as autorreflexões e as trocas simbólicas à dois também possibilitaram acessar às congregações internalizadas, como estoque de conhecimento

para descrever os contextos de vulneração, sem prejuízo da espontaneidade e da qualidade do raciocínio sociológico compartilhado nos encontros do campo.

O imperativo da congregação coletiva como critério para que as descrições etnometodológicas tenham representatividade social e validade científica dificulta a discussão sobre subjetividade, uma vez que o consenso e a congregação, tornam o dissenso, a diferenciação, a ruptura e os efeitos da submissão instrumental, desinteressantes para o alcance dos modos de vida das coletividades. Esta lacuna pode ser minimizada, ainda que superficialmente, no contraste com a analítica do poder foucaultiana, na qual são discutidas as condições de possibilidade da subjetividade, como desenvolvido nesta tese.

O percurso orgânico que consistiu na busca por documentos complementares das discussões juvenis sobre a comunidade terapêutica foi fundamental, tanto pelos limites que os dados disponibilizados apresentaram quanto pela dificuldade de compreender o contexto mais amplo da conjuntura governamental, que situa a instituição no mercado do “acolhimento” de jovens “usuários de drogas” e em situação de “vulnerabilidade”.

Seguramente a contribuição de Garfinkel (1990, 2002, 2018), Lapassade (2005) e Coulon (2017) foi fundamental para a elaboração do projeto desta pesquisa, no que diz respeito à expectativa de condições ideais de imersão etnometodológica em campo, à necessidade de dar centralidade às trocas simbólicas juvenis na descrição de contextos de vulneração. Por outro lado, no que diz respeito aos contrastes teóricos, eles provocaram ampliações das descrições juvenis sobre os contextos discutidos, a partir do diagnóstico das relações de poder na modernidade em Foucault (1998, 2009a) e a atualização da análise do biopoder nos conceitos de estado de exceção em Agamben (2002, 2004) e necropolítica em Mbembe (2016).

A discussão derivada da filosofia do sujeito nutrida por estes três pensadores possibilitou pensar o contexto das juventudes vulneráveis no Brasil, a partir do paradigma da escravidão e da reorganização social que iniciou após a abolição da escravatura, em função dos jovens referenciados na pesquisa serem negros e negras e sofrerem vulnerações que representam atualizações do poder colonial, paradigma que nos distância dos contextos discutidos pelos filósofos mencionados e nos impõe o caminho da história das juventudes vulneráveis no Brasil.

Apesar da revisão bibliográfica dos estados da arte sobre juventude e vulnerabilidade não apresentar a distância entre educação e filosofia como uma lacuna nas pesquisas sobre juventudes e vulnerabilidades (ou vulneração), a experiência de aproximação realizada nesta pesquisa parece ser uma referência do quão interessante pode ser esse caminho para pensar em

uma leitura filosófica das experiências de jovens negros que constituem a rua e a comunidade terapêutica, enquanto contextos de vulneração no campo educacional.

Sem a aproximação com a história do Brasil no pós-abolição da escravatura e sem a aproximação ao problema do racismo como dispositivo de exercício do poder colonial, como discutido por Foucault (1999a), Mbembe (2016), Fraga Filho (1994), Paulino e Oliveira (2020) e Arruda (2020), as contribuições filosóficas não passariam de meros dispositivos teóricos de colonização interpretativa que nos distância do entendimento das especificidades de nossos problemas, enquanto Estado de direito seletivo, atualizador de antigas formas de segregação racial e econômica.

As lacunas desta tese não são poucas, mas destaco principalmente a pobreza do tempo de imersão no campo, que de alguma forma foi compensado pela densidade dos dados discutidos e pelos documentos agregados. A outra lacuna foi a ausência de interlocução com meninas, uma contingência do campo, cuja presença em situação de rua já é escassa, mas que possibilitou a descoberta mais específica do universo dos jovens e de pontes para discutir sobre masculinidades, discussão tensionada também pela experiência da homofobia, na comunidade terapêutica, como uma variante importante do tema.

Ainda em relação à qualidade dos dados, o fato de ter somente um interlocutor de referência no Centro Histórico de Salvador, em diálogo com seus pares e de ter um relatório com poucos registros de trocas simbólicas juvenis, em relação à comunidade terapêutica, restringiu as possibilidades de cruzamento de mais descrições juvenis, para conclusões mais representativas das experiências juvenis que constituem os contextos de vulneração aqui discutidos. Apesar desta restrição, as descrições juvenis acessadas parecem caracterizar suficientemente bem os contextos das experiências de vulneração enquanto tal, o que melhorou tanto com a agregação de outros documentos quanto com os contrastes teóricos mencionados.

Por mais que a constituição dos contextos de vulneração, na perspectiva de uma sociologia enraizada, de uma abordagem etnometodológica, dependesse acima de tudo da descrição juvenil, foi fundamental complementá-la com textos e outros sujeitos, de movimentos sociais, jornalísticos e textos acadêmicos, para que o contexto fosse constituído por camadas de descrição que geralmente fogem do alcance dos interlocutores, imersos tanto nas experiências da rua quanto das comunidades terapêuticas.

Por conta do tempo insuficiente para inserir novos referenciais teóricos, algumas obras e autores importantes ficaram de fora, especialmente para pensar as experiências juvenis na lógica do território, a partir da contribuição de Milton Santos (2006). Também seria interessante incluirmos a obra *Vigiar e punir: o nascimento da prisão* (1999b), para maiores contrastes com

as experiências na comunidade terapêutica, mais próxima da ideia de sociedade disciplinar, discutida na obra.

Sem abrir mão do compromisso desta pesquisa em descrever as experiências de jovens negros que constituem a rua e a comunidade terapêutica, enquanto contextos de vulneração, a partir das trocas simbólicas dos interlocutores e do banco de dados agregado, foi muito interessante descobrir que, pelo contraste teórico, foi possível fazer um percurso contrário e complementar, de ir até teorias gerais sobre o contexto macrossocial para contrastes que possibilitaram tanto a valorização das especificidades das experiências e contextos constituídos, quanto os determinantes de ordem históricos, econômicos e políticos que nos afetam.

Ao final, se ainda persiste a questão sobre o que justifica a inserção desta pesquisa no âmbito da educação, ela é um sintoma de que seguimos nas sombras do reducionismo pedagógico, que mantém a dicotomia entre educação escolar e sociabilidade, entre aprendizagem e experiência, entre educação como produto da cultura e a educação escolar. Lembremos que no art. 1º da LDB 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, é mencionado que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

Trocar o termo “experiência” por “aprendizagem” para ter maior aderência discursiva ao contexto da educação básica, geralmente reduzido à escolarização, seria a perda da oportunidade de expor reducionismos pedagógico e avançar em maiores aproximações entre a noção de experiência de vida e aprendizagem escolarizada, especialmente no que diz respeito à educação de jovens, negros e negras vulnerados.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. “O que é um dispositivo?”. Tradução: Nilceia Valdati. *Outra Travessia*, Belo Horizonte, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- AGÊNCIA SENADO. Bolsonaro veta proibição de arquitetura hostil a moradores de rua. *Senado Notícias*, Brasília, DF, 14 dez. 2022a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/14/bolsonaro-veta-proibicao-de-arquitetura-hostil-a-moradores-de-rua>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- AGÊNCIA SENADO. Congresso derruba veto de Bolsonaro à Lei Padre Júlio Lancellotti. *Senado Notícias*, Brasília, DF, 16 dez. 2022b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/16/congresso-derruba-veto-de-bolsonaro-a-lei-padre-julio-lancellotti>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- AGENTES da prefeitura e Limpurb retiram pertences de moradores em situação de rua no Pela Porco: “Por acaso somos lixo? Os pertences das pessoas são lixo?”, diz texto publicado pelo movimento Pop Rua da Bahia. *Metro 1*, [Salvador], 13 jan. 2022. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/117741,agentes-da-prefeitura-e-limpurb-retiram-pertences-de-moradores-em-situacao-de-rua-no-pela-porco-veja-video>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- ALMEIDA, L. D. de. Suscetibilidade: novo sentido para a vulnerabilidade. *Revista Bioética*, Brasília, DF, v. 18, n. 3, p. 537-548, 2010. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/582/589. Acesso em: 15 fev. 2022.
- ALVES, J. A. Biópolis, necrópolis, negrópolis: notas para um novo léxico político nos estudos sócio-espaciais sobre o racismo. *Geopauta*, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 5-33, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/6161>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- ANDRADE, M. M. “Balas”, “doces” e outras “guloseimas”: Coletivo Balance de Redução de Danos – Substâncias psicoativas: uso, cultura e redução de danos na cena psytrance soteropolitana e conexões nacionais. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- ARRUDA, J. S. de. “Nos versos me seguro”: uma etnografia documental da trajetória de meninas na medida socioeducativa de internação no estado da Bahia. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. Nota de repúdio contra o repasse de verbas públicas às comunidades terapêuticas. *Abrasco*, Rio de Janeiro, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/verbas-publicas-comunidade-terapeutica/63839/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

BECKER, H. A história de vida e o mosaico científico. In: BECKER, H. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 101-115.

BECKER, H. *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

BENTO, M. A. S.; BEGHIN, N. *Juventude negra e exclusão radical*. Brasília, DF: IPEA, 2005.

BOA MORTE, D. Prefeitura de Salvador quer expulsar população sem-teto do Centro. *A Verdade*, [Salvador], 24 mar. 2022. Disponível em: <https://averdade.org.br/2022/03/prefeitura-de-salvador-realiza-intervencoes-urbanas-com-o-objetivo-de-expulsar-populacao-sem-teto/>. Acesso em: 2 dez. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 488, de 2022*. Isenta do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e da apresentação da Declaração de Ajuste Anual os Policiais Militares; os Bombeiros Militares; os Policiais Cíveis; os Policiais Federais; os Policiais Rodoviários Federais; os Policiais Penais; e os demais profissionais que atuem na prestação da atividade de segurança pública de que trata o art. 144 da Constituição. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Projeto conhecido como Lei Padre Júlio Lancellott.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015. Regulamenta a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 191, p. 1-3, 6 out. 2015.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 476, 31 dez. 1927.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Jovem e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 135, n. 131, p. 13563-13577, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/07/1990&jornal=1&pagina=15&totalArquivos=80>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 69-E, p. 2, 9 abr. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 133-E, p. 1-5, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 150, p. 1-4, 6 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Portaria nº 121, de 25 de janeiro de 2012. Institui a Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de Crack, Álcool e Outras Drogas (Unidade de Acolhimento), no componente de atenção residencial de caráter transitório da Rede de Atenção Psicossocial. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 jan. 2012.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 247, p. 230-232, 26 dez. 2011.

BRASIL. Resolução nº 466, De 12 De Dezembro De 2012. [Trata sobre a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 59, 13 jun. 2013.

BRAZ, M. Bioética, proteção e diversidade moral: quem protege quem e contra o que na ausência de um referencial moral comum?. In: SCHIRAM, F. R. et al. (org.). *Bioética, riscos e proteção*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 45-61.

CANTALICE, T.T. da S. “Dando um banho de carinho!” – os caça-gringas e as interações afetivo-sexuais em contextos de viagem turística (Pipa – RN). 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/606>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CARVALHO, D. M. M. Análise de implantação de abordagem de atenção integral aos adolescentes usuários de substâncias psicoativas: inspirações foucaultianas. In: COLÓQUIO

NACIONAL MICHEL FOUCAULT: O RONCO SURDO DA BATALHA 40 ANOS DE VIGIAR E PUNIR, 7., 2015, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: UFU/FACED, 2015.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, n. 116, p. 143-176, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TvShMLYjsKJ8FDZfbBVrMKN/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. *Financiamento público de comunidades terapêuticas brasileiras entre 2017 e 2020*. São Paulo: CDH, 2021.

CORTI, A. P. de O. Adolescentes em processo de exclusão social. In: SPOSITO, M. P. (org.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília, DF: MEC: Inep: Comped, 2002. p. 157-179.

COULON, A. *Etnometodologia e Educação*. São Paulo: Cortez, 2017.

DUBET, F. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ESTRUTURAS de metal de cobertura do Aquidabã, antes da atual reforma, em Salvador, Ba. 2022. 1 fotografia, color., 1024 cm x 768 cm. Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-34371225/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FANON, F. *Pele negra: máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, F. *Integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Globo, 2008. v. 2.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: cursos do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michael Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução: Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a. (Coleção Biblioteca de Filosofia).

FOUCAULT, M. Outros espaços. In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. v. 3, p. 411-422.

FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

FRAGA FILHO, W. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

FREHSE, F. Introdução: uma Festschrift Sociológica Enraizada. In: FREHSE, F. (org.). *A Sociologia Enraizada de José de Souza Martins*. São Paulo: Com-Arte, 2018. p. 13-18.

FUNDAÇÃO Dr. Jesus pratica maus tratos contra internos, diz TV. *Bahia Notícias*, Salvador, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/269595-fundacao-dr-jesus-pratica-maus-tratos-contrainternos-diz-tv>. Acesso em: 10 set. 2022.

GARFINKEL, H. *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

GARFINKEL, H. *Estudos de Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 2018.

GARFINKEL, H. *Ethnomethodology's Program: working out durkheim's aphorism*. New York: Raw Man & Little Field Ed., 2002.

GARFINKEL, H. The Curious Seriousness of Professional Sociology. In: CONEIN, B.; DE FORNEL, M.; QUERE, L. *Les formes de la conversation*. [S. l.: s. n.], 1990. v. 1, p. 69-78. (Réseaux, Hors Série 8, n. 1).

GEERTZ, C. J. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. J. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 3-21.

GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectivas, 1974.

GOLDEMBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. Crianças e jovens em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 467-475, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2016.

HILÁRIO, L. C. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere Aude-Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 194-210, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2016v7n13p194>. Acesso em: 21 jan. 2019.

IPEA. *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro: Ipea: FBSP, 2018.

IPEA. *Atlas da violência 2019*. Rio de Janeiro: Ipea: FBSP, 2019.

IPEA. *Atlas da violência 2020*. Rio de Janeiro: Ipea: FBSP, 2020.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: Ipea: FBSP, 2017.

JONAS, H. *Das Prinzip Verantwortung*. Frankfurt: Isnel, 1979.

KOFES, S. *Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites*. Villa de Leyva: Universidad Externado de Colombia, 1992.

KUMMER, L. *Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar*. conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.

LAPASSADE, G. *As microsociologias*. Brasília, DF: Liber Livro, 2005. (Série Pesquisa em Educação, v. 9).

LOPES, G.; LEITE, B. 'Dr. Jesus' deve receber, sozinha, R\$ 56 mi para acolhimento de dependentes até 2024. *Bahia Notícias*, Salvador, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/saude/noticia/29238-dr-jesus-deve-receber-sozinha-rdollar-56-mi-para-acolhimento-de-dependentes-ate-2024>. Acesso em: 10 set. 2022.

MAY, T. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MBEMBE, A. Biopoder soberania estado de exceção política da morte. *Revista Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Ed. Antígona, 2017.

MINISTÉRIO Público apura denúncias de internos que relataram rotina de castigos em comunidade terapêutica na Bahia: Internos relataram castigos com banho de 25 segundos e dias comendo arroz. *G1*, [Salvador], 21 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/06/21/ministerio-publico-apura-denuncias-de-internos-que-relataram-rotina-de-castigos-em-comunidade-terapeutica-na-bahia.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2022.

NEGREIROS, D. J. *et al.* Risco e vulnerabilidade: pontos de convergência na produção brasileira sobre juventudes. *Revista Desidades*, [s. l.], ano 6, n. 18, p. 20-33, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822018000100003. Acesso em: 12 mar. 2020.

NEVES, M. do C. P. Sentidos da vulnerabilidade. In: BARCHIFONTAINE, C. de P. de; ZOBOLI, E. (org.). *Bioética, Vulnerabilidade e Saúde*. São Paulo: Ideais & Letras, 2007. p. 29-45.

PAIXÃO, D. L. L.; ALMEIDA, A. M. de O. O retrato da adolescência e da juventude brasileira: o que revelam as pesquisas?. *Educação: Saberes e Práticas*, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 1-29, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/M9ZFpBkPXBYBZrc9MzJjMRS/#:~:text=A%20partir%20dos%20dados%20da,pol%C3%ADtica%20convencional%2C%20mas%20mediante%20o>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PAULILO, M. A. S. Pesquisa qualitativa e história de vida. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 1, n. 1, 1998. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm. Acesso em: 15 dez. 2016.

PAULINO, S. C.; OLIVEIRA, R. Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição. *Direito em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 94-110, 2020. Disponível em: <https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemmovimento/article/view/195>. Acesso em: 12 fev. 2023.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE POLÍTICA DE DROGAS. *Nota de repúdio ao financiamento público do estado da Bahia para acolhimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social em comunidades terapêuticas*. Salvador, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://pbpd.org.br/nota-de-repudio-ao-financiamento-publico-do-estado-da-bahia-para-acolhimento-de-adolescentes-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-em-comunidades-terapeuticas/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PRADO, T. P. do; PEREIRA, E. R.; PEGORARO, R. F. Juventude, criminalidade e território: uma revisão da literatura. *Revista Fragmentos de Cultura – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, Goiânia, v. 29, n. 3, p. 451-464, 2020. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/7823>. Acesso em: 6 fev. 2022.

PREFEITURA diz que fazia acolhimento de pessoas em situação de rua no Pela Porco: Gestão municipal explica que o caminhão, cedido pela Limpurb, deu suporte a ação realizada nesta quinta-feira: Gestão municipal explica que o caminhão, cedido pela Limpurb, deu suporte a ação realizada nesta quinta-feira. *Metro 1*, [Salvador], 13 jan. 2022. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/117746,prefeitura-diz-que-fazia-acolhimento-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-pela-porco>. Acesso em: 20 dez. 2022.

QUIOSQUES do Aquidabã, antes da reforma de 2022, em Salvador, Ba. 2022. 1 fotografia, color., 900 cm x 500 cm. Disponível em: <https://www.pnoticias.com.br/galeria/28-prefeitura-inicia-requalificacao-urbana-na-regiao-do-aquidaba>. Acesso em: 28 dez. 2022.

RIBEIRO, M. O. A rua: um acolhimento falaz às crianças que nela vivem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 5, p. 622-629, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692003000500009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2016.

ROGERS, M. F. *Sociology, ethnomethodology, and experience: a phenomenological critique*. New York: Cambridge University Press, 1983.

SALVADOR (BA). *Edital de Chamamento Público nº 003/2022*. [Termo de Colaboração cujo objeto é a execução do Programa Sistema Bahia Viva – Comunidades Terapêuticas – CT]. Salvador: SJDH, 2022. Disponível em: <http://www.sjdh.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=114>. Acesso em: 30 dez. 2022.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SOTERO, M. Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética. *Revista Bioética*, Brasília, DF, v. 19, n. 3, p. 799-817, 2011. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/677. Acesso em: 12 mar. 2020.

SOTRATTI, M. A. *Pelas ladeiras do Pelô: a requalificação urbana como afirmação de um produto turístico*. Campinas: [s. n.], 2005.

SOUZA, M. C. C. Aspectos psicossociais de adolescentes e jovens. In: SPOSITO, M. P. (org.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília, DF: MEC: Inep: Comped, 2002. p. 35-58.

SPOSITO, M. P. A pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). In: SPOSITO, M. P. *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. v. 1, p. 17-56.

SPOSITO, M. (coord.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: SPOSITO, M. P. (org.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília, DF: MEC: Inep: Comped, 2002b. p. 7-26.

SPOSITO, M. P. (org.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília, DF: MEC: Inep: Comped, 2002a.

SPOSITO, M. P.; TARÁBOLA, F. de S. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vfBc8tYbPhHQkVwLB6QKC7B/?lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2022.

SPOSITO, M. P.; TOMMASI, L. de; MORENO, G. G. Adolescentes em processo de exclusão social. In: SPOSITO, M. (coord.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 127-178.

SPOSITO, M. P. Uma contribuição pioneira às relações entre sociologia e vida cotidiana. In: FREHSE, F. (org.). *A Sociologia Enraizada de José de Souza Martins*. São Paulo: Com Arte, 2018. p. 233-248.

SPOSITO, M. P. Uma perspectiva não escolar do estudo sociológico da escola. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 210-226, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33843>. Acesso em: 12 mar. 2020.

STENGEL, M.; DAYRELL, J. T. Produção sobre adolescência/juventude na pós-graduação da Psicologia no Brasil. *Desidades*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 18-29, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822017000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 fev. 2022.

TADVALD, M. T. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 1, n. 27, p. 259-288, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6932>. Acesso em: 10 set. 2019.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008). *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 945-963, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015131060>. Acesso em: 5 fev. 2022.

THOMAS, W. *The child in America*. New York: Knopf, 1928.

VENTURINI, F. P.; BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Família e violência na ótica de crianças e jovens vitimizados. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 20-33, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 16 set. 2016.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA – UNEB



ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP – 5353961

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Experiências juvenis em contextos de vulneração.

Pesquisador: Danilo Melo de Moraes Carvalho

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55779721.3.0000.0057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Patrocinador Principal: Capes Coordenação Aperf Pessoal Nível Superior

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.353.961

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa vinculado ao Departamento de Educação (DEDC) - CAMPUS I/UNEB no Programa de pós-graduação em educação e contemporaneidade (PPGEDUC).

O estudo é composto por revisão bibliográfica em bases de dados, uma “penúltima etapa, a etnometodológica, aprofunda a descrição das experiências juvenis em contextos de vulneração, a partir das observações de trocas simbólicas e registro de situações de interação e em formato de áudio” que incluirá três interlocutores do Centro Histórico de Salvador para o acompanhamento de sua rotina, “desenho de circuitos”, filmagem ou gravação de áudio, com pouca intervenção de pergunta usuários. Utilizará “conversas registradas em áudio e em relatórios, que não serão divulgados, será feita pela incorporação de 3 bancos de dados agregados ao corpus da pesquisa, cuja colaboração das instituições que os possuem será fundamental para o alcance do objetivo do projeto. Por proteção da imagem das instituições que colaboraram com esta pesquisa, os seus nomes serão omitidos. Para acessar a essas ações, será fundamental obter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos [REDACTED] que participaram das ações documentadas no banco de dados agregado”. Será realizado no Centro Histórico de Salvador, cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia.

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos **CEP:** 40.460-120

UF: BA **Município:** SALVADOR



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA – UNEB



Continuação do Parecer: 5.353.961

Hipótese:

“Não se aplica”

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVOS PRIMÁRIOS

Discutir que experiências juvenis constituem contextos de vulneração.

OBJETIVOS SECUNDARIOS

Descrever as experiências juvenis em contextos de vulneração

Mapear e descrever as regras e práticas que configuram tais experiências

Estabelecer contrastes entre as análises sociológicas juvenis e as análises técnica e científicas

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: “Os depoimentos dos interlocutores podem ser identificados publicamente, será minimizado pelo cuidado de preservação da sua identidade, evitando publicação de nomes ou de situações que facilitem a identificação. Talvez haja desconforto ou constrangimento por estar sendo observado, mas, a abordagem será a mais discreta possível, sem perguntas e interferências na sociabilidade. Talvez haja desconforto, também, por acessar a memórias afetivas que o mobilize e para dar suporte, podemos buscar ajuda psicológica no do Centro Histórico, junto o Núcleo de Infância e Adolescência do CAPS Gregório de Matos. Pedimos a dispensa do TCLE para jovens”.

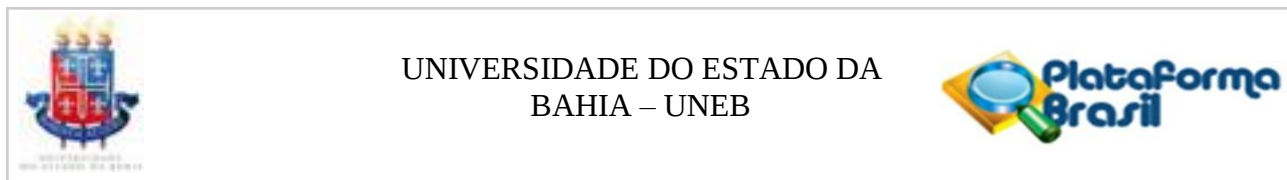
Vale à informação, de forma geral, que o risco mencionado na Plataforma Brasil se enquadra intimamente com a vulnerabilidade do participante. Essas possibilidades trazem uma perspectiva de ação nas várias áreas inerentes à vida do ser humano, incluindo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual e profissional do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente.

Destacamos que a informação dos possíveis riscos da pesquisa fornecida aos participantes tem a função educacional de proporcionar o entendimento e a correlação da experiência de vida dele (o participante) com o objeto do estudo e os processos de registro de dados para decidirem se querem/podem/devem ou não participar, sabendo que tem possibilidade mínima do desconforto, constrangimento ou cansaço, sempre no foco de promover ainda mais a dignidade dos envolvidos. Considerando-se a partir deste entendimento a decisão da participação ou não, pois só com o

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos **CEP:** 40.460-120

UF: BA **Município:** SALVADOR



Continuação do Parecer: 5.353.961

conhecimento pleno das circunstâncias da pesquisa pode-se exercer a autonomia em plenitude.

Outro aspecto que se vislumbra com essa informação é que ao correlacionar a experiência de vida, o objeto e os dispositivos de registro de dados, o participante evita de participar se entender que há a possibilidade da maleficência por conta das suas experiências e o/a pesquisador/a livra-se de embaraços e até possíveis processos.

Evidencia-se com essas informações/ações a tentativa de manter-se a dignidade, além de colocar em “tela” que a variável dominante não é a pesquisa e sim a experiência de vida do participante e a vasta possibilidade de não se conhecer a pleno todas as experiências de vida dos seres humanos envolvidos na pesquisa.

Comentário: O Pesquisador cita o risco da “identificação dos participantes e do desconforto ou constrangimento por estar sendo observado”. Preocupa-se com a ocorrência dos riscos citados e explicita a interrupção da coleta de dados como forma de conter os riscos possíveis. Especifica como forma de minimizar os riscos relativos à situação de constrangimentos que necessitem de apoio psicossocial a busca de apoio do CAPS. Está claro que o pesquisador, com o uso de aplicativo de gravação no telefone celular, na situação de interação, irá realizar observação, filmagem e/ou gravação de áudio. Também especifica o cumprimento das normas sanitárias para realização de coleta em espaços grupais.

Segundo a Resolução 466/2011, “estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida ou impedida, ou de qualquer forma estejam impedidos de opor resistência, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido” caracteriza situação de vulnerabilidade.

No projeto detalhado fica claro como o pesquisador buscará o momento, condição e local mais adequados para que o participante, que está sendo “observado/filmado/gravado” seja esclarecido de que poderá ou não participar da pesquisa e sobre os motivos para a dispensa do TCLE.

Benefício:

Segundo a normativa o benéfico de uma pesquisa deve contribuir para a melhoria da atividade

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos **CEP:** 40.460-120

UF: BA **Município:** SALVADOR



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA – UNEB



Continuação do Parecer: 5.353.961

estudada de alguma forma, sendo diretamente ao participante da pesquisa ou indiretamente propondo melhorias nos processos que envolvem a formação da atividade.

O pesquisador descreve no formulário de informações básicas da plataforma Brasil: “A realização desta pesquisa visa trazer benefício social de entender, através da experiência juvenil, os motivos que influenciaram a sua situação e esperamos que isso orientará melhor a criação e desenvolvimento de políticas de garantia dos direitos juvenis. É também esperado que minimizemos a lacuna de estudos desta natureza no campo da educação, para que as instituições educativas sejam mais compreensivas quanto aos determinantes socioculturais da educação como um todo, não somente a escolar”.

Comentário: O pesquisador informa os benefícios indiretos aos participantes dentro da eticidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Destacamos que todos os comentários deste parecer são baseados na correlação dos princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, equidade e justiça) com os aspectos da pesquisa (objeto, participante, metodologia e aspectos do campo). Sempre na perspectiva da orientação e sem julgamento de valores, conforme preconiza a ética no seu significado mais profundo que é propor a dignidade humana.

A pesquisa visa “discutir que experiências juvenis constituem contextos de vulneração”.

O projeto assume-se como estudo bibliográfico e pesquisa de campo com participação de jovens moradores de rua.

Em acordo com a Resolução CNS 499/2012 é necessário cumprir as seguintes premissas: O

orçamento: Em conformidade.

Instrumentos de coleta de dados: Em conformidade. Cronograma: Em conformidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

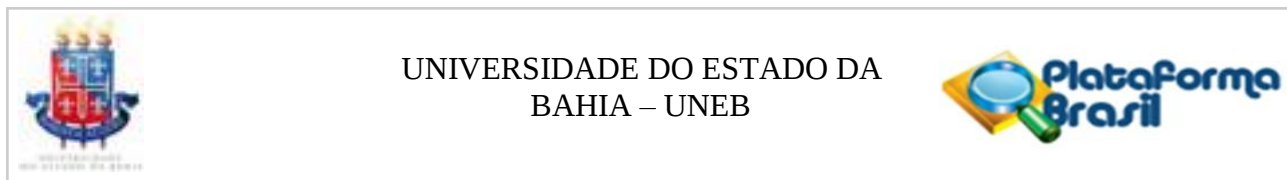
Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em consonância;

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos **CEP:** 40.460-120

UF: BA **Município:** SALVADOR



Continuação do Parecer: 5.353.961

- 2 – Termo de confidencialidade: Em consonância;
 - 3 – A autorização institucional da proponente: Em consonância;
 - 4 – A autorização da instituição coparticipante: Em conformidade (SMS);
 - 5 – Folha de rosto: Em conformidade;
 - 6 – O TCLE: Em conformidade para os agentes responsáveis pelo arquivo. Solicita dispensa de TCLE para os jovens;
 - 7 – Declarações de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Em consonância;
 - 8 – Termo de concessão: Em consonância;
- A título de orientação, na página portal.uneb.br/comitedeetica tem os modelos dos termos que precisam ser ajustados e orientações em geral para edição do protocolo de pesquisa.

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise consideramos que o projeto encontra-se aprovado para a execução uma vez que atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas.

Considerações Finais a critério do CEP:

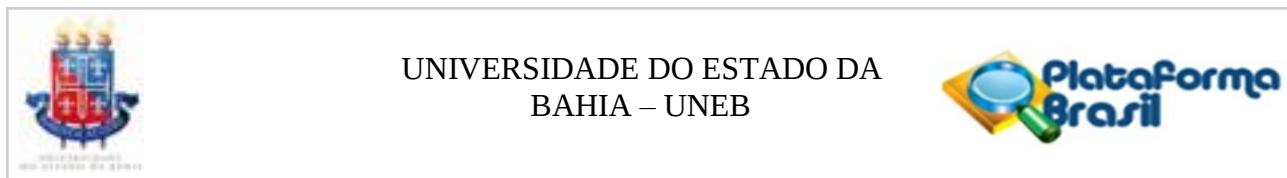
Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos **CEP:** 40.460-120

UF: BA **Município:** SALVADOR



Continuação do Parecer: 5.353.961

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1719442.pdf	05/04/2022 11:37:58		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DA_PESQUISA.pdf	05/04/2022 11:36:48	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA.pdf	05/04/2022 11:35:56	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_de_concordancia_com_o_desenvolvimento_do_projeto_de_pesquisa.pdf	11/02/2022 16:31:00	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade.pdf	11/02/2022 16:20:40	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_Concessao_████████.pdf	11/02/2022 16:19:36	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_Concessao_████████.pdf	11/02/2022 16:19:03	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_Concessao_████.pdf	11/02/2022 16:18:26	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_institucional_co_participante_████.pdf	11/02/2022 16:16:13	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_institucional_co_participante_████████.pdf	11/02/2022 16:15:00	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_institucional_co_participante_████████.pdf	11/02/2022 16:13:59	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_institucional_da_propONENTE.pdf	11/02/2022 16:12:29	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_do_pesquisador.pdf	11/02/2022 16:10:47	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Outros	Termo_compromisso_coleta_dados_em_arquivos.pdf	10/02/2022 03:03:39	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_████.pdf	09/02/2022 23:22:51	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEjovem.pdf	09/02/2022 23:21:40	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_DANILO.pdf	09/02/2022 23:18:11	Danilo Melo de Morais Carvalho	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,**Bairro:** Água de Meninos **CEP:** 40.460-120**UF:** BA **Município:** SALVADOR

Continuação do Parecer: 5.353.961

SALVADOR, 18 de Abril de 2022

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos **CEP:** 40.460-120

UF: BA **Município:** SALVADOR